

H/6

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

9.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME I



LISBOA  MCMLXVIII

BIBLIOTHECA

DA

ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

Edifício Historico do Carmo



ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

1.<sup>a</sup> SÉRIE

*Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos*, 10 fascículos (1865) \*.

2.<sup>a</sup> SÉRIE

*Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, volumes I (1876) \*, II (1880) \*, III (1882) \*, IV (1886) \*, V (1888) \* e VI (1890) \*.

3.<sup>a</sup> SÉRIE

*Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, volumes VII (1893) \* e VIII (1900) \*.

4.<sup>a</sup> SÉRIE

*Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, volumes IX (1901), X (1904) e XI (1907).

5.<sup>a</sup> SÉRIE

*Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, volumes XII (1910) e XIII (1913) \*.

6.<sup>a</sup> SÉRIE

*Arqueologia e História*, volumes I (1922) \*, II (1923) \*, III (1924), IV (1925), V (1926), VI (1928), VII (1929), VIII (1930), IX (1930) e X (1932).

7.<sup>a</sup> SÉRIE

*Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portuguezes*, volumes I (1934) \*, II (1936) \*, III (1937) \*, IV (1938), V (1941), VI (1942) e VII (1943).

8.<sup>a</sup> SÉRIE

*Arqueologia e História*, volumes I (1945) \*, II (1946), III (1947), IV (1947), V (1951), VI (1955), VII (1956), VIII (1958), IX (1961), X (1962), XI (1964) e XII (1966).

Os volumes marcados com \* estão esgotados.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

# ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

9.<sup>a</sup> SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME I



LISBOA  MCMLXVIII



# TÁBUA DAS MATÉRIAS

## I PARTE

### PRÉ-HISTÓRIA

Relatório dos trabalhos da Missão Arqueológica Leisner/Ribeiro, realizados na Beira Alta, de 30 de Abril a 24 de Agosto de 1966, todos eles subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian — <i>Leonel Ribeiro</i> .....	11
A Cultura Talayótica — Notas de viagem à Ilha Menorca durante o X Congresso Nacional de Arqueologia (Espanha) — <i>Eduíno Borges Garcia</i> .....	29
Estatueta de «Fortuna» no Museu de Torres Vedras — <i>D. Fernando de Almeida, Octávio da Veiga Ferreira e Leonel Trindade</i> .....	57
Estatueta romana de Neptuno encontrada nas Caldas da Rainha — <i>D. Fernando de Almeida, Octávio da Veiga Ferreira e Jorge de Almeida Monteiro</i> .....	71
Complexo amuralhado do Monte Nhamara, Circunscrição do Báruè — <i>Octávio Roza de Oliveira</i> .....	79

## II PARTE

### HISTÓRIA

Sobre a função social do fidalgo, através das ordenações e leis do reino — <i>Francisco de Simas Alves de Azevedo</i> .....	155
Amizade do Rei D. Fernando às praças fronteiriças — <i>José Timóteo Montalvão Machado</i> .....	169
Camilo e Mini-cultura — <i>José de Campos e Souza</i> .....	177
Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Elvas — <i>Eurico Gama</i> .....	187
Da necessidade da revisão histórica — <i>José Timóteo Montalvão Machado</i> .....	245
Subsídios para a investigação histórica em Portugal — Alguns sumários das notas de vários tabeliães da vila de Torres Vedras nos Séculos XVI a XVIII — <i>Rogério de Figueiroa Rego</i> .....	265

## III PARTE

Informações .....	353
-------------------	-----

I PARTE

PRÉ-HISTÓRIA

RELATÓRIO DOS TRABALHOS DA MISSÃO ARQUEOLÓGICA LEISNER/RIBEIRO, REALIZADOS NA BEIRA ALTA, DE 30 DE ABRIL A 24 DE AGOSTO DE 1966, TODOS ELES SUBSIDIADOS PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

pelo

sócio efectivo

*Leonel Ribeiro*

Comunicação apresentada em Assembleia Geral ordinária  
de 20 de Abril de 1967

RELATÓRIO DOS TRABALHOS DA MISSÃO ARQUEOLÓGICA LEISNER/RIBEIRO, REALIZADOS NA BEIRA ALTA, DE 30 DE ABRIL A 24 DE AGOSTO DE 1966, TODOS ELES SUBSIDIADOS PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

OS MONUMENTOS ESCAVADOS E A SUA HISTÓRIA

**O**S dómens ou orcas que foram escavados nesta campanha da M. A. B. A., 1966, e tal como se descreve no Diário junto, são os a seguir denominados: Revolta, Carapito I, Carapito II, Carapito III, todos da freguesia de Carapito, concelho de Aguiar da Beira; Chã dos Brancos, à Póvoa da Bodiosa e Vale da Cabra, no sítio dos Codeçais ou Tapada da Mina, às Pereiras, ambos da Freguesia da Bodiosa, concelho de Viseu; o da Torta, o do Repilau e mais três outros junto à povoação da Lubagueira, freguesia do Couto de Cima, concelho de Viseu.

Como as escavações feitas em todos estes monumentos foram muito diferentes e desde as mais simples e rápidas às mais demoradas, convém alterar a ordem das escavações para melhor entendimento do contexto. Por isso, vamos começar pelo monumento.

## A) — CARAPITO II

Este monumento era conhecido entre o povo pelo nome de «Casi-  
nha da Moura». Tinha sido visitado e anotado, há muitos anos, pelo  
casal Leisner. Últimamente fora começado a escavar, sem êxito, nem  
método, por amadores que se limitaram a abrir pequenos buracos, inu-  
tilizando alguma cerâmica que, praticamente, de todo se perdeu.

As nossas escavações começaram a 4 de Abril, com a presença de  
Leisner e com o trabalho oferecido pelos seminaristas de Gouveia. Abri-  
ram-se, então, dois grandes buracos dum e doutro lado dum esteio «in  
situ», mas quebrado, que era a base da pedra de Cabeceira. Dali se  
extraiu alguma cerâmica, mas só em fragmentos muito pequenos.

À chegada de Ribeiro, em 9 de Junho, o monumento era conside-  
rado, por todos, um «grande enigma»: dois grandes esteios alçados, a  
Mesa caída tendo, encostada, outra grande pedra que parecia fechar a  
câmara do lado onde, lógicamente, devia estar a galeria. Uma confusão  
difícil de perceber! Acresce que uma vala aberta na mamôa também  
nada esclarecera: «um enigma»!

Começados os trabalhos, limpou-se o terreno da muita vegetação  
que o encobria, estabeleceu-se a *linha base*, de medições e nivelamentos  
e, seguindo a lógica da construção, começámos a escavar nos pontos  
onde devia estar a galeria, depressa tendo aparecido as primeiras gran-  
des pedras da sua cobertura. Desaparecera, assim, parte do «enigma».

A escavação da galeria, sempre muito cuidada, revelou logo dois  
factos, importantíssimos, para a história do monumento: 1.º facto: A pedra-  
-porta, da galeria, estava na *posição original* de fechar a galeria sobre  
ela e, a escondê-la, um conjunto de terra e pedras igual ao da totalidade  
da mamôa. Era visível que a pedra-porta, fechada pelos utentes da orca,  
nunca mais fora aberta! Esta evidência tornou-se uma certeza científica  
quando se notou que os materiais que se encontravam por baixo da  
pedra-porta, e dentro da galeria ainda coberta, *não* consistiam em terra

e pedras como os da parte superior e da mamôa, mas, *unicamente*, em terra, *sem pedras*, ali depositada devido a infiltrações de águas subterâneas e respectiva sedimentação, donde, uma única conclusão lógica: — a porta fora fechada quando a galeria estava ainda vazia de terra e podia, portanto, servir de passagem!

2.º facto: As duas pedras de cobertura da ante-câmara — continuação em alargamento da galeria — foram encontradas, partidas pelo meio, na posição em V, cujo vértice estava formado pelos extremos das fracturas e assente *sobre o piso* da mesma ante-câmara! Por cima da zona fracturada a pedra lage enigmática que acompanhava a Mesa. A interpretação do conjunto não podia deixar dúvidas: as duas pedras de cobertura haviam partido também numa época em que a ante-câmara estava vazia e devido à pressão da pedra-lage que sobre elas se encontrava! Agora estava tudo cheio de terra e pedras provenientes do desmoronamento da mamôa e das infiltrações de águas.

O 2.º facto confirmava inteiramente o primeiro, mas dava-lhe um significado novo ainda mais importante: a destruição do monumento dera-se num tempo em que a ante-câmara estava vazia e podia ser visitada ou utilizada, num tempo, portanto, relativamente contemporâneo dos seus construtores! Pela primeira vez na história da Arqueologia Portuguesa, estava a fazer-se história de monumentos megalíticos!

Mais ainda: continuando a escavação, sempre cuidada, ia notar-se que a parte inferior da pedra-mesa se encontrava 60 centímetros abaixo do piso da ante-câmara, e a poucos cm. do fundo da câmara, o que levava forçosamente a concluir que também a própria Mesa havia caído sobre a câmara ainda vazia! De facto, além de um machado-picão que talvez servisse para cavar ou lavar e de poucos micrólitos, nada mais se encontrou na dita câmara o que, a confrontar com Carapito I e Carapito III, parece indicar que este Carapito II talvez não chegasse a ser utilizado como sepultura — o que levaria a destruição para o próprio tempo da sua construção.

Chegados aqui, punha-se um novo e importante problema: Qual teria sido a causa desta destruição? Incêndio, guerra, depredação, causas naturais? De fogo havia vestígios rituais na galeria, de incêndio, nenhuns e, no fundo da câmara, nem de fogo ritual havia sinais. Tinha de pôr-se a alternativa entre violência humana e causas naturais. A solução, por estas últimas, foi dada pelo estudo conjunto dos três Carapitos. Indicamo-la adiante.

Continuando a tratar deste monumento, o que mais surpreende nele é o cuidado que foi posto no acabamento do piso da galeria: o terreno originário foi todo limpo e aplanado. Sobre esta superfície relativamente lisa de areia granítica foram queimadas substâncias vegetais de pequenas dimensões que foram mandadas para análise de Carbono 14. Por cima dos carvões uma camada de areia fina, branca, lavada, de alguns milímetros de espessura e diferente da areia granítica local, que é mais grossa e acinzentada. Finalmente e por cima da camada de areia fina foi colocado um pavimento construído com laginhas muito delgadas, com menos de um cent. de espessura e muito alisadas na face superior, de maneira que o piso da galeria, do lado da ante-câmara, estava quase completamente liso e como que polido. Não deu qualquer espólio.

## B) — CARAPITO I

Este monumento megalítico a que o povo tem chamado «Casa da Moura», foi citado por J. L. de Vasconcelos, que parece não ter chegado a vê-lo. Mais tarde foi visitado e anotado pelo Dr. G. Leisner e Dr.<sup>a</sup> Vera Leisner que dele fizeram esboços e uma pequena reprodução parcial das gravuras da Pedra-Altar; mais recentemente o Dr. José Coelho fez nele um começo de escavações junto à Pedra-Altar — única parte onde era possível escavar alguma coisa, embora com perigo, por ser debaixo da

pedra-mesa. Publicou uma notícia e uma planta, pouco exacta, em «Cidades mortas», no III vol. da Revista ETNOS, de Lisboa.

À nossa chegada o monumento estava constituído pelos esteios B, C, D, E (cabeceira), e F, todos alçados e, mais ou menos, na posição primitiva. A grande pedra-mesa, um monolito de mais de 4 m. por 0,50 m. de espessura e mais de 18 toneladas estava, pela parte inferior, sobre um conjunto de esteios partidos que ocupavam, praticamente, toda a câmara e, pela parte superior, encontrava-se apoiada no alto dos esteios D e F com uma inclinação próxima dos 70 graus. Por entre os esteios caídos e alçados uma vegetação de altas giestas e de grandes carvalhos encobria pormenores e dificultava quaisquer trabalhos. Tudo isto foi providencial porque, dificultando escavações apressadas ou depredadoras permitiu a conservação da câmara e do seu espólio «in situ», encontrados praticamente intactos, se exceptuarmos alguma cerâmica da camada superior junto ao altar, que parece ter-se perdido.

Limpo o terreno e começadas as sondagens na provável periferia norte da Câmara, logo se encontraram as bases dos esteios H, I e A, a primeira tombada para o interior da câmara, a partir do próprio fundamento, cujo encosto interior, de areia aluvional, cedeu, e as duas últimas, I e A, quebradas, ao nível do solo da câmara que as encaixava, por uma força tangencial agindo de Norte para Sul sobre a parte média e superior dos respectivos esteios. Cada um destes esteios estava partido em três partes e estas encontravam-se ainda alinhadas, mais ou menos na posição em que deviam ter caído, quando partidas. Observando todo o conjunto com atenção logo se apresentava necessário concluir que tais fracturas não podiam ter sido obra de mãos humanas e que só uma força desmesurada, empurrando o solo do Sul para Norte, podia ter levado aqueles esteios a desequilibrarem-se para o interior, deixando sem apoio, do Norte, a pedra-mesa que, ao cair, separou primeiro, a parte da base da parte média e, por fim, a parte média da base superior — tudo tal e qual como se entrevira para o conjunto do Carapito II.

Cada um dos monumentos confirmava inteiramente o outro, numa argumentação de factos tão cerrada que só não concluiria quem não quisesse ver nem pensar: — os dois monumentos haviam sido destruídos no mesmo momento e pela mesma causa: um sismo de grau máximo, com uma trajectória Sul-Norte, num tempo em que o Carapito II ainda se encontrava vazio e pouco ou nada utilizado e o Carapito I, apresentando enchimento dos lados da entrada e atrás dos esteios I e A que, seguros pelo solo da Câmara, partiram pela base, tinha ainda pouco cheio o solo por detrás do esteio H, de modo que o solo encaixante de areia cedeu e toda a base tombou, só partindo mais acima quando a mesa sobre ele caiu.

Tudo claro! Tudo a dar a conhecer uma parte, e importante, da história do megalitismo português! Abriu-se um caminho novo no campo da Arqueologia Portuguesa e força é continuá-lo, estudando o que ainda há e evitando que se estrague mais. É caso de abrir uma campanha enérgica que chame a atenção das Autoridades, da Imprensa, da Rádio e da Televisão para proteger e defender a nossa riqueza pré histórica, agora posta em foco como sendo muito mais importante e elucidativa do que nunca se tinha previsto!

Mas o Carapito I não se limita a dar-nos a própria história da sua destruição: a grandiosidade das suas dimensões, o seu espólio rico e raríssimo e, sobretudo, as gravuras do seu «altar» e o desenho artístico dos sóis radiados no seu esteio de entrada valorizam-no tanto que não sabemos mesmo se virá a ser considerado o monumento n.º 1 do megalitismo português.

Mas continuemos o relato da escavação: era preciso, agora, apear a grande pedra-mesa — esse gigante de tonelagem que tanto nos pôs à prova — e apeá-la sem a partir, e sem deslocar nem prejudicar os belos esteios a que se apoiara durante mais de cinco mil anos.

Pusemos em acção um diferencial de 2000 quilos, cabos de aço de dez e de seis milímetros, calabres de trinta e alavancas de aço grossas

como pulsos. Com grossos pinheiros fizemos construir uma rede protectora dos esteios e da queda, que cumpriu bem o seu dever, mas muito à tangente.

Cintámos o gigante de cabos de aço que, ao roçarem com força, partiam como linhas. Os pontos de apoio, carvalhos enormes como homens enterrados até à cabeça, deslocando-se como se fossem arados a lavar a terra. Obra difícil, perigosa, monótona — já muitos espertalhões da aldeia abanavam a cabeça, cépticos... — Não conseguem...

Fomos mais longe: aplicámos a um dos grossos amieiros do rio um cabo de amarração, revimos tudo, puxámos certo e o gigante começou a estremecer e cedeu alguns milímetros! Os trabalhos de ligação tinham de se fazer a 4 metros de altura e sem andaimes, que seriam perigosos, com toda a gente ao largo, e o bruto só cedia quando desencostado dos apoios por uma alavanca que puxada de baixo, tinha de ser reposta a cada puxão... — Uma eternidade em tempo, uma boa prova de resistência em que se gastou uma tarde, a manhã seguinte e ainda umas boas horas até meio da tarde...

Por fim aquela mole medonha, solta no ar, desequilibrada, combateu ainda: em vez de rodar, como se calculara, escorregou pela rede protectora dos pinheiros e deitou-se sobre a câmara, suavemente, sem uma beliscadura e sem sequer ter estremecido os esteios alçados! Que satisfação a nossa e, sobretudo, que alívio!

Ela estava ali a nossos pés, mas como que raivosa por ter sido vencida, deu-nos ainda imenso que fazer até a podermos fazer descer a uma grande cova, fora da câmara, onde ficará por todo o tempo em que na terra portuguesa haja quem admire e proteja o trabalho dos antepassados de há cinco milénios.

Quanto a nós, só depois de vermos o esforço e a aparelhagem necessários para a pôr em baixo e para a fazer deslizar dois metros, só agora, repetimos, cremos fazer uma pequena ideia da inteligência, da técnica da condução de grandes trabalhos e da segura organização social que

foram precisos para transportar e pôr no seu lugar, como que para desafiar os séculos, aquela gigantesca pedra-mesa!

E já agora, também parecerá interessante pôr mais um problema: — Como reagiriam esses homens que, em construções tão pesadas, como em contas quase microscópicas, parece terem querido provar aos estranhos seus contemporâneos que tinham sobre as coisas poderes sobrenaturais... que pensariam eles, repetimos, quando foram obrigados a reconhecer que forças maiores, deuses mais poderosos, destruíam, dum momento para o outro, todos os sinais do seu imenso poderio, todos os seus lugares sagrados?!

Acaso teriam resolvido fugir, abandonar as terras e os túmulos que tanto lhes haviam custado, por pensarem que os deuses, irritados com as faltas dos homens, se haviam congregado para destruir aqueles construtores orgulhosos? Destruições compactas e reais sentimentos de impotência de que ainda serão ecos a confusão bíblica de Babel e as aviénicas ruínas de Tartesso?

Como quer que fosse, a falta total de sinais de ocupação posteriormente à destruição catastrófica dos monumentos Carapito I, Carapito II e Carapito III, a porta do Carapito II, até nós conservada fechada e inviolada — tudo factos bem seguros — tudo isso nos leva quase necessariamente à conclusão de que as gentes megalíticas do Carapito, ao verem destruídos os monumentos que deviam desafiar os séculos, abandonaram as terras dos seus maiores para não mais voltarem! A sua história ali fechou com a violência daquela força, tão destruidora como incompreensível para os homens desse tempo, e quaisquer que fossem a sua ciência e a sua técnica.

Estas eram seguramente muito grandes: o conjunto architectónico do Carapito I devia ter sido de muita grandiosidade e perfeição e a sua técnica construtiva, de grandes esteios imbrincados uns nos outros de modo a fortalecerem o equilíbrio do conjunto, com os seus nove esteios e a sua grande mesa, deve ter implicado risco, fundações e cálculos

prévios, pois não parece possível colocar tão grandes pedras nos seus lugares definitivos sem antes ter sido calculado e medido todo o conjunto. Este conjunto, muito provavelmente, e de harmonia com as construções vizinhas dos Carapito II e III, deviam ter abrangido a sua galeria coberta e a sua pala, dos quais nenhum vestígio se encontrou, certamente por se tratar de pedras mais pequenas dali retiradas através dos séculos para limpar aquela terra de aluvião, bastante apta para cultivar.

### A UTILIZAÇÃO DO MONUMENTO

Uma vez construído, o solo ou piso do Carapito I deve ter sido aplanado e regularizado em areia batida e sem qualquer revestimento pétreo. Sobre este piso deve ter-se feito fogo ou fogos purificadores em toda uma grande parte sueste da Câmara, se não em toda ela, e isto parece que mais de uma vez, pois todo o piso apresenta uma ligeira camada de cinzas vegetais. Sobre este piso queimado encontravam-se alguns micrólitos à entrada e, mais para o centro, do lado Sul, as contas grandes, o machado-espátula e facas de sílex. A pedra «altar» deve ter sido colocada no seu lugar depois daquela purificação pelo fogo, pois o piso de cinzas continuava por debaixo dela e por detrás, onde também se encontraram facas de sílex e micrólitos.

Quase junto ao «altar» estava um amontoado de ossos humanos, já muitíssimo decompostos, mas tendo permitido ainda a recolha de restos de dentes molares e pré-molares, representados apenas pela coroa de esmalte, restos de maxilares, restos de crâneo, fragmentos de ossos longos, etc., num conjunto reconhecível muito de admirar naquela região granítica. Não se pôde precisar se o corpo foi depositado directamente sobre a camada das cinzas do piso, se uns centímetros mais acima. Mais para o centro da câmara e a uns dez a quinze centímetros do piso estava outro conjunto de ossos humanos, mais decompostos, que parece ter per-

tencido a um outro indivíduo e para o lado Norte a localização de instrumentos (facas e um machado pequeno), assim como a disposição de pedras parecendo arrumadas intencionalmente deram-nos a impressão de ter havido ali mais uma inumação, embora não tivéssemos encontrado ali vestígios de ossos humanos, não sendo porém inteiramente de excluir qualquer relação entre este conjunto de espólio e de pedras arrumadas e o último conjunto de ossos humanos atrás referido.

A disposição de todo o conjunto espólio-ossadas e a total falta de elementos pertencentes a épocas posteriores deram-nos a firme impressão de que toda a parte do recheio da câmara que ficava por baixo dos esteios partidos e sob a mesa, nunca fora remexida nem violada até à nossa presente escavação.

#### AS GRAVURAS E O SEU DESTINO

Resta mencionar um aspecto deste monumento que não nos compete resolver, mas simplesmente chamar, sobre ele, as atenções de quem de direito: — o destino a dar, ou os cuidados a ter com as duas pedras que contêm as gravuras dos sóis radiados e a pedra «altar» com as suas gravuras misteriosas. O seu peso, que não deve ultrapassar as duas toneladas para cada uma, e o local do monumento não criam dificuldades para a sua carga e transporte e as pedras facilmente poderiam ser levadas para um Museu qualquer se as Entidades Superiores assim o determinassem. Para caso de se resolver que ficassem onde se encontram, somos de parecer que, para isso, devia o monumento ser convenientemente cercado e resguardado de modo a evitar que camponeses menos cultos pudessem alterar ou estragar tão preciosas gravuras.

### C) — CARAPITO III

Este monumento que, como se disse, foi descoberto durante a escavação dos outros dois, encontrava-se muito destruído e carecendo de grande parte dos seus materiais pétreos que dele haviam sido retirados, não se sabe quando, nem para quê. Achamos, porém, provável que alguns dos esteios deste monumento tivessem sido arrastados e utilizados na regularização de um pavimento com grandes lages a uns metros do monumento, o que muito nos intrigou mas que, por fim, nos pareceu tratar-se, apenas, da preparação de um piso para eira, tanto mais que aquele sítio é conhecido pelo nome de *Eiras Velhas*.

O monumento Carapito III, de tipo dolménico, devia ter consistido numa câmara de cerca de 3,30 m. de diâmetro transversal, seguido de uma pequena ante-câmara e, depois, por uma galeria de cerca de 3,5 m. Faltam pedras do lado Sul da entrada da galeria e os esteios do Oeste, (a pedra da cabeceira) e do SO. A câmara devia ter tido, pelo menos, sete esteios e o eixo do monumento é Este-Oeste, 2 graus N.

Como se pode verificar pelas fotografias, os esteios G, I, J, do lado Norte da câmara apresentam fracturas. Os esteios do lado Sul da câmara, pelo contrário, estando em posição de aguentar tal força não partiram «em dobra», mas esgalharam, tendo o esteio D ficado ainda com uma altura de um metro e oitenta, mas com uma pedra em bisel do lado Oeste, semelhantemente ao esteio vizinho C que esgalhou mais abaixo.

Raciocinando em conjunto sobre os factos destructivos apresentados pelos três monumentos do Carapito (I, II e III) não podemos deixar de concluir que todos eles apresentam sinais seguros de terem sido destruídos ao mesmo tempo e pela mesma causa — um sismo violentíssimo de onda tangencial SUL/NORTE que, por inércia, fez quebrar todos os esteios do lado Norte das três câmaras, ao passo que os esteios do lado Sul, em posição de aguentar, ou ficaram como estavam, ou esgalharam quando a mesa sem apoio descaía roçando sobre eles.

Mas esta conclusão, que temos por segura porque deduzida de factos incontestáveis, além da causa da destruição dá-nos conta ainda do estado em que os monumentos se encontravam, relativamente às épocas de construção e de utilização, como se vai ver.

Na verdade, do conjunto de factos observados é-se forçado a concluir que, embora destruídos simultâneamente, era então muito diferente o tempo e o grau de utilização de cada um dos três monumentos: — O do Carapito III tinha já cheias a câmara e a galeria, não só do aterro por utilização mas, e principalmente, por demorado aterro de *sedimentação*, seguido pela *colocação*, dentro da câmara e da ante-câmara de oferendas e de ex-votos, pelo que os esteios Norte partiram quase ao nível da galeria; no Carapito I, a câmara estava ainda desigualmente cheia, não tinha sedimentos nem oferendas em cima ou poucas, de modo que o esteio H, desacompanhado do interior, tombou pela base, em vez de partir, diferentemente dos esteios I e A, que partiram mais ou menos pelo nível do solo ou piso da câmara, partindo depois todos três, mas só na parte superior, devido à queda da mesa; e no do Carapito II a ante-câmara, e talvez todo o interior do monumento, estava vazia, por isso que as pedras da sua cobertura, ao quebrarem sobre o peso da «pala», estavam com os extremos da fractura no fundo da mesma ante-câmara, (v. cortes e alçados).

E não é tudo: da comparação dos três monumentos entre si, do seu tipo, das suas dimensões, do seu espólio e, até, da arte do I, muito semelhantes nuns aspectos e inteiramente diferentes noutros, resulta claramente que havia *classes*, ou, pelo menos, níveis de vida, *importância pessoal e ocupações* muito diferentes entre aqueles construtores e utilizadores dos três Carapitos. Como já se disse, a grandiosidade, a especialidade do seu espólio e as gravuras artísticas ou misteriosas dos esteios e pedras de cabeceira colocam o Carapito I numa posição inteiramente à parte da dos outros e da maior parte dos monumentos megalíticos da Beira Alta.

A representação, em gravuras, de sóis radiados em ângulos e em aitudes diferentes fazem-nos lembrar os cultos solares da época mais tardia de STONEHENGE e sugerem um começo de anotações solares e talvez astronómicas, servindo de base objectiva ao culto solar.

Tudo isto, a que, na verdade, damos grande importância para o estudo, mais profundo, do megalitismo em Portugal, leva-nos a ter como principal plano, no prosseguimento das escavações da Beira Alta, uma revisão cuidada das destruições apresentadas por todos os monumentos ainda existentes e uma atenção mais profunda a tudo que, durante as escavações, ainda puder ser observado.

#### ESPÓLIO (Leisner)

O espólio dos dólmenes do Carapito apresenta o quadro de um Neolítico indígena sem influências posteriores saídas das culturas mediterrâneas da Idade do Cobre.

O dólmen Carapito I, cuja arquitectura e grandeza já foi descrita por Ribeiro nas páginas anteriores, é também, com respeito ao espólio, o mais importante. Nos seus sectores Sul, Sueste e, em parte, no do Norte, encontrámos uma camada arqueológica intacta de cerca de 30/40 centímetros de espessura, ao nível de 3,6/4,0 m., medido do bordo superior do esteio da cabeceira. Esta camada arqueológica mostrava, no corte vertical, bandas estreitas horizontais em número de três até cinco.

Esta camada arqueológica deu o espólio seguinte:

- 32 micrólitos, na maioria de forma trapezoidal, de tamanho desde 2 até 4,7 centímetros;
- 4 facas mais pequenas, de sílex preto, sem retoque marginal;
- 2 facas mais pequenas, uma delas de ponta lateral e vários fragmentos de facas de ambos os tipos;

- 1 grande machado votivo, de 31,8 cm. de comprimento, feito de uma pedra preciosa, de acabamento finíssimo;
- 13 contas grandes, na maioria de forma tubular alongada, 10 das quais de calaíte;
- 320 pequenas contas, discóides, de xisto;
- 1 machado de anfíbolite e uma pequena enxada votiva, de fibrolite.

Em todos os estratos, e também por cima da camada arqueológica, havia uma quantidade de pequenas e grandes lascas de quartzo e de cristal de rocha, em parte adelgadas num dos lados.

A maior densidade de objectos arqueológicos encontrou-se no próprio chão, no sector diante dos esteios B e C, (SE.), na camada de cinzas e carvão vegetal, do qual se conservaram peças maiores, dando a impressão de ter havido ali lareiras. Em redor estavam, num sítio, 7 contas de calaíte.

A zona dos achados seguia dali em direcção à cabeceira onde havia material idêntico nas esquinas da parede lateral, esteio C, com a pedra D e com a pedra gravada, assim como por detrás da última.

Na parede Norte, por baixo do fragmento inferior do esteio caído H, encontramos outro local de achados que parecia pertencer a uma única inumação: uma pequena plataforma diante de estratos de cinzas era circundada por blocos informes de pedra. Este local deu um micrólito, uma pequena faca e um machado votivo.

No local da parede oriental, sob as pedras caídas e fragmentadas I e A, só havia alguns micrólitos e cacos de cerâmica — esta última rara e apenas saída em fragmentos. Como na anta Carapito III há provas seguras de que os vasos estiveram de 40 a 50 centímetros mais alto que o piso, é lícito pensar que a queda dos enormes esteios tivesse esmagado a cerâmica do Carapito I. Neste, só por baixo de uma lage que estava deitada sobre a camada arqueológica se encontrava restos de uma taça de fabrico perfeito.

Entre os cacos é de importância cronológica um fragmento decorado com caneluras horizontais paralelas executadas por impressões alternadas em profundidade (Stab-and-Drag), decoração que se encontra, também sobre cerâmica de um dólmen de galeria da Bretanha.

Depois de termos notado ainda, para o Carapito I, o fragmento de uma placa de xisto — grosseira e lisa — algumas pedras chatas de granito, com um dos lados aplanados, das quais uma apresenta no centro uma cavidade e outra vestígios de côr vermelha, vamos tratar do dólmen CARAPITO III.

A sua importância reside sobretudo na quantidade de cerâmica que deu. A forma ali documentada em mais de uma dúzia de vasos reconstituíveis é a de fundo plano e corpo de copo, nos exemplares melhor conservados munido de uma assa inserta na parede. Avultam, também, filas de mamilos por baixo do bordo e há alguns vasos de fundo convexo, com asa.

Juntando a este aspecto de cerâmica vasos de outros dólmenes da Beira Alta, nomeadamente das orcas de Fráguas, dos Juncais, do Tanque, da Pedralta (Cota), da Cunha Baixa, etc., obtém-se aqui um quadro cultural muito diferente do das províncias ao Sul do Tejo. Esta zona estende-se para o Norte, nas províncias de Trás-os-Montes e Minho, e a sua posição etnológica e cronológica merecem a continuação de estudos naquela região. Afinidades com a orca dos Juncais apresenta, também, o fragmento de um vaso carenado com impressões de unhas em redor da carena.

Dos dólmenes Carapito II e Carapito III saíram alguns fragmentos de pedra polida (Anfibolite), alongados, bem polidos no gume, cujo uso fica duvidoso. Este tipo é divulgado em muitos dólmenes do Norte de Portugal, e foi encontrado por nós mesmos num dólmen de Trás-os-Montes.

O dólmen Carapito II, já muito estragado e remexido, deu alguns micrólitos, uma faca de ponta lateral e fragmentos de vasos grandes,

já deitados fora e remexidos em espoliações anteriores, dos quais apenas conseguimos reconstituir o fundo de um grande vaso de fundo plano.

O quarto dólmen da região, afastado algum tanto dos primeiros, tem o nome de Orca da Revolta e conserva apenas algumas pedras já caídas. Pertence ao mesmo ambiente cultural e deu uma goiva de trabalho perfeito, um micrólito no fundo da câmara e cacos do mesmo feitio que os dos dólmenes I e III.

Além do parentesco cultural dos dólmenes do Carapito com outros da Beira Alta há, nos seus espólios, objectos que encontrámos, às vezes em conjuntos iguais, na cultura megalítica da Bretanha, como por exemplo, o grande machado votivo juntamente com contas de calaíte, que se encontram, ali, nos dólmenes de corredor.

Destes problemas, que abrem novos aspectos da cultura megalítica da Europa Ocidental, trataremos depois de termos recebido os resultados da análise de Carbono 14 sobre os carvões já entregues aos laboratórios de Groningen e de Colónia.

## A CULTURA TALAYÓTICA

NOTAS DE VIAGEM À ILHA MENORCA, DURANTE O  
X CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (ESPAÑA)

pelo

sócio efectivo

*Eduíno Borges Garcia*

Conferência proferida em Assembleia Geral extraordinária  
de 22 de Junho de 1967

## A CULTURA TALAYÓTICA

### NOTAS DE VIAGEM À ILHA MENORCA, DURANTE O X CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (ESPANHA)

**D**E 25 a 29 de Abril de 1967, decorreu em Mahón, na Ilha Menorca, arquipélago das Baleares, o X Congresso Nacional de Arqueologia. Este Congresso Nacional que se realiza em Espanha, de 2 em 2 anos, reúne praticamente todos os especialistas do país irmão.

Os Congressos têm sido sempre realizados em cidades diferentes, cabendo desta vez à cidade de Mahón, capital da Menorca, a honra de albergar mais de duas centenas de arqueólogos, vindos de todos os pontos de Espanha.

A amplitude dos temas, conforme consta dos Regulamentos, vai desde o Paleolítico até às Invasões Germânicas (Período Visigótico). Como vêem, interessa não só a espanhóis como também aos portugueses! E, pode dizer-se que é já tradicional a presença de arqueólogos portugueses nestes Congressos; lembro sobretudo os Senhores Tenente-coronel Afonso do Paço, D. Fernando de Almeida e ainda alguns outros, cuja assiduidade não tem sido regular.

Para este X Congresso foram escolhidas as Baleares, melhor: a cidade de Mahón, na Ilha Menorca, não porque lá exista uma Universidade, mas pela simples razão do excepcional interesse arqueológico que esta Ilha apresenta.

Este excepcional interesse arqueológico reside na *monumentalidade* dos documentos arqueológicos, sua *quantidade e originalidade!*

Antes de entrarmos no tema que me proponho tratar, perdoem-me V. Ex.<sup>as</sup> mas gostaria de *localizar* melhor o conjunto arqueológico *Talayótico*:

O Arquipélago das Baleares é constituído por quatro ilhas: Maiorca, Menorca, Ibiza e Formentera.

Se compararmos Menorca (a 2.<sup>a</sup> em superfície e em população), com a nossa Ilha da Madeira, veremos:

M E N O R C A	M A D E I R A
<p><i>Superfície:</i> 669 km<sup>2</sup>  <i>Comprimento:</i> 48 km  <i>Maior largura:</i> 20 km  <i>População:</i> 44 000 habitantes  <i>Mahón</i> (capital): 25 000 habitantes  <i>Comunicações:</i> Estrada principal que atravessa a ilha no sentido longitudinal.  <i>Natureza Geológica:</i> Calcárea  <i>Relevo:</i> Pouco acentuado. Planície  <i>Costa:</i> Extremamente recortada, sobretudo no Norte.  <i>Cobertura vegetal:</i> Pobre. Pouco arborizada = «<i>Floresta de Pedras</i>».</p>	<p><i>Superfície:</i> 741 km<sup>2</sup>  <i>Comprimento:</i> 57 km  <i>Maior largura:</i> 22 km  <i>População:</i> 300 000 habitantes  <i>Funchal:</i> ± 80 000 habitantes  <i>Comunicações:</i> Estrada principal na periferia da ilha.  <i>Natureza Geológica:</i> Vulcânica  <i>Relevo:</i> Muito acentuado. Montanhosa.  <i>Costa:</i> Pouco recortada.  <i>Cobertura vegetal:</i> Densas florestas, no interior.</p>

Reparem V. Ex.<sup>as</sup> no que se diz sobre a cobertura vegetal da Menorca: É pouco arborizada, com o solo muito pedregoso. A abundância lítica dá um carácter *sui generis* à Ilha, cuja vegetação, diz-se, «é uma floresta de pedras».

*Situação Geográfica:* No centro do Mediterrâneo Ocidental, a pouco mais de uma centena de milhas de Barcelona, o que significa: a meia hora de avião de hélice ou a umas 8 horas de vapor.

*Economia:* Criação de gado e indústria de calçado, couros, bijuterias.

*Língua falada:* Um dialecto local do catalão e, claro, o castelhano.

\*

Queria pedir a V. Ex.<sup>as</sup> a melhor benevolência para esta *charla* sem pretensões. Trata-se de notas do que vi e analisei durante a visita que efectuei em Abril à Ilha Menorca. Por muito me ter impressionado o que ali vi e ouvi, pensei que teria alguma oportunidade transmitir, de maneira sistematizada, essa experiência pessoal.

\*

Numa entrevista concedida a um jornal de Mahón <sup>(1)</sup> declarei que considerava a Menorca um paraíso para os Arqueólogos. Depois disso tive a oportunidade de ler que a cognominavam de «Ilha-Museu» e de «Ilha-Monumento».

Na verdade os dois epítetos são adequados pois que a ilha possui, classificados, nada menos do que 2800 monumentos, ou sejam, 4 monumentos por quilómetro quadrado! <sup>(2)</sup>.

É por isso que em cada curva de estrada se avistam as torres cónicas dos talayots e outros imponentes vestígios de construções arcaicas.

---

<sup>(1)</sup> «MENORCA» de 28 de Abril de 1967.

<sup>(2)</sup> J. Mascaró Pasarius, in «MENORCA» de 25 de Abril de 1967.

Quanto a bibliografia, apesar de a Menorca e a Maiorca já possuírem mais de mil títulos bibliográficos e de o livro espanhol mais antigo sobre Arqueologia ter sido escrito sobre a Menorca <sup>(3)</sup> — a Arqueologia destas ilhas apresenta inúmeros *problemas* e vasto campo para a investigação. Julgo, por tudo isto, ter razão para dizer que a Menorca é um paraíso para os arqueólogos...

\*

O HOMEM só aparece nas Baleares a partir da Idade dos Metais. As provas pouco concludentes e sobretudo a ausência dum estudo estruturado, não permitem aceitar em definitivo a existência dum Neolítico Menorquino.



---

<sup>(3)</sup> «Antigüedades Célticas de la Isla Menorca», por D. Juan Ramis y Ramis — Mahón 1818.

Surgiram neste X Congresso trabalhos sobre o tema, mas creio ainda estarmos longe de possuímos bases sólidas e incontestáveis que nos levem a aceitar a presença do Homem em época mais remota.

No entanto parece evidente a existência de uma fase de ocupação *pré-talayótica* na ilha.

Assim, segundo Pericot Garcia (4), podemos aqui considerar três fases distintas da Arqueologia e portanto da *ocupação humana* da Menorca:

- 1.<sup>a</sup> fase: *Pré-talayótica*, equivale à *Cultura Argárica Peninsular* (Bronze II do I Congresso Espanhol de Arqueologia, equivalente ao Bronze I da Escola Tradicional: 1600 — 1200 a. C.) (5);
- 2.<sup>a</sup> fase: *Cultura Ciclópica*, de maior personalidade (gentes vindas do Mediterrâneo Oriental: início ± 1300 anos a. C.). Designa-se por *Cultura Talayótica*.
- 3.<sup>a</sup> fase: *Colonizações*: Fenícia, *Grega* (Meloussa), *Púnica*, *Romana*, Bárbara, Bizantina e, já no Séc. IX, Muçulmana. Pode no entanto dizer-se que a *Cultura Talayótica persistiu até à época Romana* (6).

Da fase *pré-Talayótica* têm sido estudadas *covas* ou *grutas* que se sabe terem servido de *habitação* ou como *locais de enterramento*. São grutas naturais e muitas delas foram abertas na arenisca.

Muito provavelmente as primeiras habitações das tribus *pré-talayóticas* teriam sido modestas cabanas, construídas com ramagens, mas

---

(4) L. Pericot Garcia — «La España Primitiva» — Barcelona, 1950, pág. 218.

(5) Ver Quadro Cronológico, no final deste trabalho.

(6) No ano 123 a. C., Quinto Cecílio Metelo conquista as Ilhas e merece o nome de *Baleárico*.

que não deixaram vestígios por se terem levantado em cima delas os grandes povoados da época seguinte.

Quanto ao espólio, chegou-se à conclusão de que quase todas as grutas estudadas são *sepulcrais*. Aí apareceram:

- Objectos de adorno;
- Cerâmica feita à mão: formas bicónicas, *típicas do Argárico Peninsular*;
- Punhais metálicos triangulares, com pregos para segurar o cabo;
- Espada do tipo argárico.

São exemplo típico destas covas as famosas «Cales Coves», (Fig. 1 e 2).

As costas da ilha são extremamente recortadas e com recortes profundos. Estes recortes da costa são designados por *Cales*.

A «Cales Coves» é um braço de mar que, a partir de certo ponto se bifurca, formando um autêntico Y. A limpidez e transparência da água são verdadeiramente impressionantes. A visita dos congressistas efectuou-se debaixo de chuva torrencial; pois mesmo assim a limpidez das águas impressionou vivamente os visitantes.

Julga-se que em «Cales Coves», existe à volta de uma centena de grutas artificiais, grande número delas facilmente referenciáveis para quem visita o local.

Estudadas recentemente (<sup>1</sup>), chegou-se à conclusão de que:

- A maioria tinha sido espoliada e modificada, sem que se tenha podido conhecer o conteúdo dos seus jazigos e a sua finalidade.

---

(<sup>1</sup>) Cristóbal Veny, M.SS.CC.—Texto do Programa do X Congresso Nacional. Mahón — 1967.

- Parece que as mais antigas podem pertencer à última fase da Idade do Bronze, isto é, ao VII ou VIII a. C.
- Parece que algumas teriam servido de abrigo a pescadores já na época histórica, mas o mais provável é terem servido inicialmente como sepulcros.
- Ouvi ao Doutor António Beltrán a sugestiva hipótese de ser provável que os ritos funerários pudessem conter um cortejo marítimo, nas lípidas águas de «Cales Coves».

Pensa-se que as gentes das tribus desta fase pré-talayótica tivessem sido originárias da Península, embora se admita já a presença de elementos (documentos arqueológicos) de origem mediterrânica oriental.

É na fase- *Talayótica* que se manifesta uma profunda influência mediterrânica, sobretudo na Arquitectura.

Esta Arquitectura emprega a *técnica ciclópica*: utiliza grandes blocos de pedra tósca, grosseiramente aparelhada, montada sem argamassa.

Grupos humanos provenientes do Mediterrâneo Oriental, teriam chegado por volta da metade do 2.º milénio a. C., dando origem à CULTURA TALAYÓTICA (por volta do ano 1300 a. C.).

Utilizando uma técnica rudimentar (ciclópica), erguem-se edifícios por toda a Menorca. É uma fase monumental, embora com pobreza de espólio.

Os três monumentos típicos desta Cultura são:

*TALAYOTS*: tão abundantes que originam a designação de «Cultura Talayótica»;

*TAULAS*: exclusivamente na Menorca;

*NAVETAS*: monumentos funerários. Possivelmente os mais antigos.

Vejamos alguns detalhes sobre estes monumentos, incluindo dados recentes (\*). Começemos pelos

### TALAYOTS

*Etimologia:* «Atalaia» no dialecto catalão das Baleares. Durante a Idade Média levantaram-se torres (atalaias) para vigiar a pirataria, tão frequente nestas ilhas.

*Forma:* Tronco de cone ou tronco de pirâmide com ou sem câmara interior.

*Dimensões:* 10-12 metros de altura. 30 metros de máximo diâmetro.

*Finalidade:* Até há pouco tempo dizia-se que eram *sepulcros grandes*. Estudos recentes (\*), levam à conclusão de que se trata de *habitações de chefes*.

Numa primeira fase desta Cultura, as habitações (naturalmente com excepção das dos chefes) seriam, provavelmente *pobres cabanas* construídas com ramagens. Só mais tarde, como adiante veremos, as habitações sofrem uma grande evolução. Os talayots aparecem por toda a parte e com dimensões variadas (Fig. 3, 4, 5).

### TAULAS

*Etimologia:* de «tabula»: tábua, mesa onde se escreve.

*Forma:* Mesa de pedra, assente horizontalmente sobre um *esteio* verticalmente fincado no solo.

Pedras muito bem afeiçoadas (Fig. 6, 7, 8).

---

(\*) M. L. Serra Belabre — «Monumentos Ciclopeos de Menorca» in Programa y Guia do X Congreso Nacional, Mahón, 1967.

*Dimensões: Mesa:* até 4 metros de comprimento;  
*esteio:* ± 2,5 metros de altura.

«A taula é o monumento menorquino por excelência, sem paralelos noutras culturas e sem que, até agora, tenha sido possível estabelecer um grau de derivação ou dependência de outras culturas conhecidas» (8).

Por isso se fala tanto no *enigma das taulas*.

*Finalidade:* Tem sido muito discutida a finalidade deste monumento. As opiniões oscilam entre a finalidade arquitectónica e a finalidade religiosa.

Hoje, pode dizer-se que só a segunda hipótese tem aceitação. Mas ainda assim a taula continua a prestar-se a suposições fantasiosas e complicadas, mas sem fundamento científico. Está hoje claramente provado que existia só uma taula em cada povoado (9).

*Datação:* Não está provado que pertença a este período, mas não repugna aos especialistas a ideia de terem sido erguidas pelas tribus talayóticas.

A construção das taulas pode ser observada na Fig. 4, que apresenta a taula da Torre d'en Gaumés. Reparar na *mesa*: vê-se a parte vasada para encaixe do esteio. Por causa desta robusta simplicidade as taulas resistiram aos séculos!

---

(8) M. L. Serra Belabre — «Monumentos Ciclopeos de Menorca» in Programa y Guia do X Congresso Nacional, Mahón, 1967.

(9) Serra Belabre — «Contribución al estudio de las Taulas Talati y Torrellafuda», IX Congreso Arqueológico Nacional, Valladolid 1965, pág. 175.

*Lenda:* O povo conta a lenda de que as taulas eram altares de sacrifícios humanos. «A mesa da taula da Torre d'en Gaumés tem um receptáculo para recolher o sangue dos sacrifícios humanos». (Fig. 8).

### NAVETAS

*Forma:* têm a forma de barco invertido, de quilha para o ar. A planta tem a forma duma ferradura alongada. Têm todas uma entrada muito pequena.

O *aparelho* dos blocos de pedra é muito mais cuidado que o dos talayots.

*Descrição:* Câmara funerária, com ante-câmara pequena (ou corredor). Em alguns casos com uma segunda câmara sobreposta à principal.

*Datação:* Segundo Pericot Garcia a naveta seria o monumento mais antigo, pois derivaria das mastabas do Egipto.

O exemplar melhor conservado e mais representativo é a Naveta des Tudons<sup>(10)</sup>, (Fig. 9, 10, 11).

«Es tudons» significa «Os pombos selvagens».

Cito aqui um pequeno resumo da escavação efectuada por M. L. Serra Belabre, sob orientação do Prof. Pericot, em 1959:

— Ossário com 3 a 4 épocas de utilização:

1.<sup>a</sup> camada: ossadas partidas, colocadas sobre uma camada de seixos — *exactamente como o achado nos túmulos escavados fora do recinto muralhado de Micenas, em 1952-53.*

---

<sup>(10)</sup> Durante a visita dos congressistas, foi-nos dado assistir ao comovente acto da solene entrega do monumento reconstituído, à Alcaideria de Ciudadela pelo Director Geral de Belas Artes, Dr. Gratiniano Nieto e pelo Dr. Pericot Garcia.

\*

O elemento fundamental da Cultura Talayótica é o POVOADO. Como já vimos, os primeiros povoados seriam constituídos por pobres cabanas e possivelmente pelos talayots dos chefes.

Os contactos comerciais com os gregos e cartagineses teriam trazido prosperidade e a elevação do nível de vida das populações.

Surgem agora os *CÍRCULOS* e as *SALAS HIPÓSTILAS*, produtos da evolução da habitação primitiva.

Os *CÍRCULOS* possuem um pátio central, delimitado por pilastras. Muro côncavo, onde está instalado o *lar familiar*, com banco corrido no muro, para as pessoas se sentarem, à roda do lume. (Fig. 12, 13). Infelizmente, as fotos não são muito elucidativas. De resto, a interpretação etnográfica dos círculos é recente, pois estão muito destruídos.

Nas *SALAS HIPÓSTILAS* (Fig. 14) notar as pilastras que sustentam capiteis toscos, os quais por sua vez recebem as cargas das placas de pedra da cobertura.

\*

Chegou-se recentemente à conclusão, com base arqueológica, que os povoados nem sempre foram muralhados.

As MURALHAS devem ter surgido como medida de defesa durante o período dos conquistadores (romanos e cartagineses). É muito provável que se tivessem construído sobretudo no período em que Cartago recrutava as suas tropas nas Baleares <sup>(11)</sup>.

Estas muralhas chegam a ter 5 metros de espessura.

---

(11) Os fundibulários da Menorca foram famosos na antiguidade.

### *Construção das muralhas:*

É muito robusta. São levantadas 2 paredes paralelas com a face exterior de encosto (inclinada) com blocos grandes de pedra. A «trincheira» entre as 2 paredes é enchida com pedra mais pequena e irregular.

Hoje, quem circule pelas estradas da Ilha Menorca vê constantemente a propriedade dividida por muros de pedra solta. Mas admira imediatamente a boa técnica com que tais muros são construídos, a ponto de poder dizer-se que os muros rurais da Menorca são autênticos e originais motivos estéticos da sua paisagem campesina. Vê-se que estamos em presença de um povo possuidor duma tradição milenária de construir com pedra solta.

Em Son Catllar (Fig. 15), ao longo dos seus 900 metros de extensão, no sector setentrional aparecem 4 ou 5 *casamats* cobertas com «falsa cúpula», o que a tem feito comparar com a muralha de Tirinto.

Este é mais um elemento que conduz a muralha de Son Catllar às suas origens: as construções pré-helénicas.

\*

Há um ponto que não quero deixar de citar e que está relacionado com a *defesa e conservação destes monumentos*: poderia escrever um capítulo sobre a Agricultura de Menorca e o «espaço vital», pois que os campos de pedra e o desejo de aproveitar a terra arável, provocou a demolição de quantos destes monumentos, durante séculos?

Felizmente que hoje há leis que protegem estes gloriosos monumentos pré-históricos das Ilhas Baleares.

Termino afirmando novamente que a Ilha Menorca é um paraíso para os Arqueólogos. Desejo lá voltar não só como arqueólogo mas também como uma pessoa fatigada que procura um sítio calmo para repousar.

Antevejo um risonho futuro turístico para esta Ilha monumental, com uma população de trato tão agradável e que ainda desconhece a vertigem angustiosa da vida dos nossos dias.

### AGRADECIMENTOS

O autor deseja expressar os seus agradecimentos a Maria Luiza Serra Belabre (\*), ao estimado amigo Prof. Ignacio Barandiarán da Universidade de Zaragoza e a Don José Martin Aguado, Director do periódico «Menorca», pelas muitas gentilezas e ajudas que de todos tão pròdigamente recebeu.

Não pode o autor deixar de agradecer também ao Sr. Hernando, fotógrafo profissional de Ciudadela, não só pela autorização de publicação dos seus clichés, como também pelas preciosas informações que prestou com tanta simpatia.

### FOTOGRAFIAS

Apenas as fotografias 1 A, 1 B, 2 C, 5 B e 5 C, são do autor. Todas as restantes são da autoria do fotógrafo Hernando, de Ciudadela.

---

(\*) No momento de entregar na tipografia o texto desta conferência, chega-nos a inesperada e desoladora notícia da morte de Maria Luiza Serra Belabre, que foi a alma deste Congresso de Mahón, incansável investigadora da Arqueologia Talayótica e diligente cicerone, durante as jornadas de 1967.

O autor dedica, comovidamente, à sua memória, este modesto trabalho.



Fig. 1 — Cales Coves



Fig. 2 — Cales Coves



Fig. 3 — Talayot de Torelló



Fig. 4 — Talayot de Talati

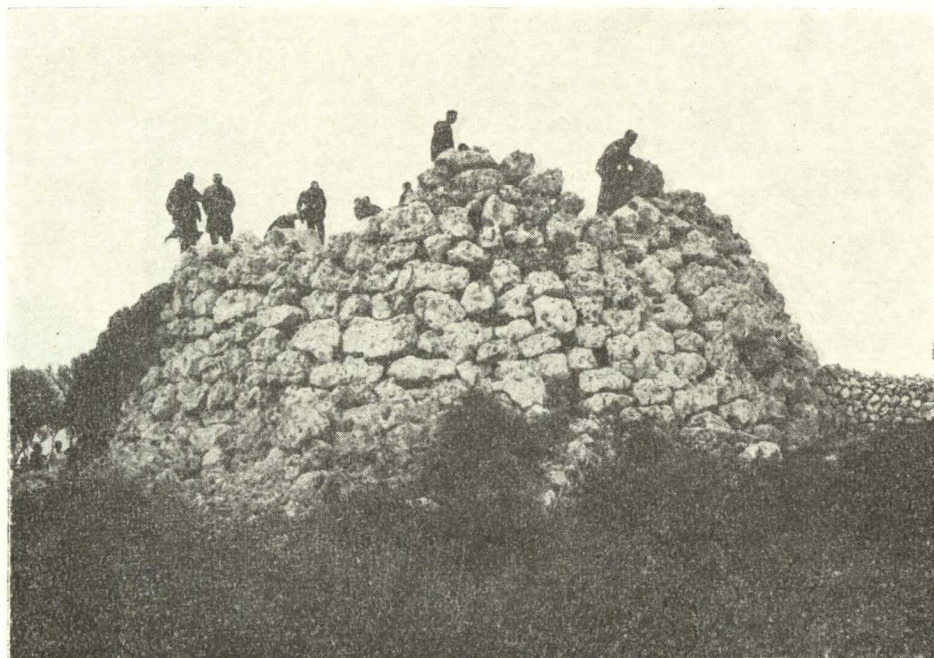


Fig. 5 — Congressistas visitando um talayot



Fig. 6 — Taula de Trefucó



Fig. 7—Taula de Torre Trancada



Fig. 8—Taula de Torre d'en Gaumés



Fig. 9—Naveta des Tudons



Fig. 10 — Naveta des Tudons: vista da abside



Fig. 11 — Naveta de Tudons: durante a visita dos congressistas



Fig. 12 — Entrada do Círculo de Son Saura



Fig 13 — Torre d'en Gaumés: círculo grande

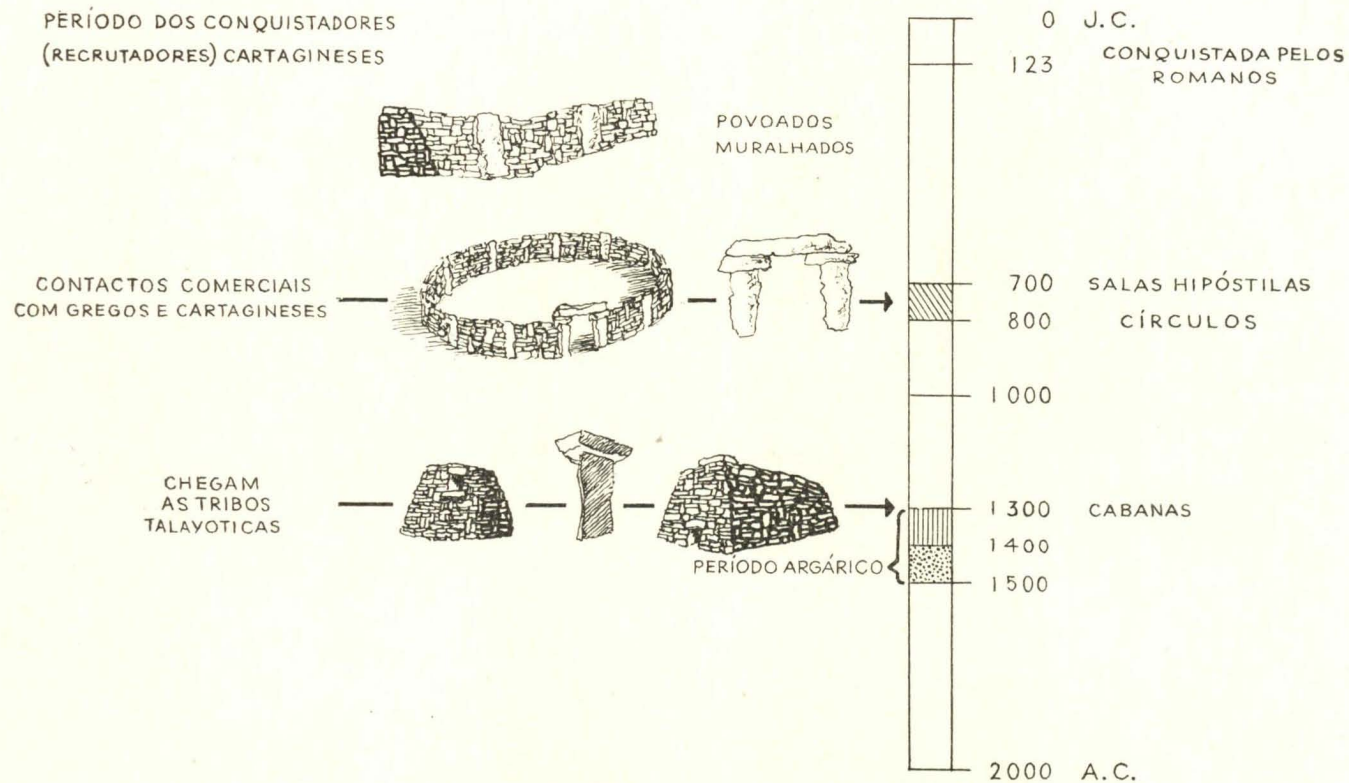


Fig. 14 — Torre d'en Gaumés: Sala Hipóstila



Fig. 15 — Ciutadella: Muralha de Son Catlar

## CRONOLOGIA DE MENORCA



ESTATUETA DE «FORTUNA» NO MUSEU  
DE TORRES VEDRAS

pelos

sócios efectivos

*D. Fernando de Almeida e Octávio da Veiga Ferreira*

e correspondente

*Leonel Trindade*

## ESTATUETA DE «FORTUNA» NO MUSEU DE TORRES VEDRAS

### I — *Descoberta*

A estatueta, objecto da presente nota, foi encontrada quando se lavrava num campo entre Dois Portos e Sobral de Monte Agraço há cerca de 20 anos; porém, só em fins de Setembro de 1965 chegou às mãos do Sr. Emílio Luís Santana, que mais de uma vez tem salvo da destruição, certa, objectos arqueológicos de grande valor <sup>(1)</sup> e a confiou a um dos signatários (L. T.) para estudo (Fig. 1 e 2).

Leonel Trindade levou-a aos Serviços Geológicos para ser fotografada. Devido ao grande interesse e raridade de tal objecto, pois constitui uma bela escultura quase completa, apressamo-nos trazê-la a público.

### II — *Descrição*

A estatueta tem de altura 12,5 cm, é feita em bronze fundido, de pátina verde clara e está bem conservada: apenas a face foi um pouco atacada pela alteração do bronze. Vê-se a corrosão provocada pelo ataque dos elementos químicos desenvolvidos no local onde jazeu a estatueta.

---

(1) L. Trindade e O. da Veiga Ferreira, «Tesouro pré-histórico de Bonabal (Torres Vedras). *Revista de Guimarães*, vol. LXXIV, Guimarães, 1964, p. 271-80.

A cabeça olha de frente, a cara é redonda, com feições regulares, o nariz é forte, olhos grandes rasgados, boca pequena, queixo também pequeno e arredondado. O cabelo, penteado de frente para a parte de trás com «bandós», termina na nuca em «carrapito».

Parece ter brincos nas orelhas, espécie de grande pérola em forma de pera ou gota de água. O cabelo é encaracolado em grandes rolos e sobre este, na frente, foi colocada uma grinalda de flores com jeito de diadema. O pescoço é relativamente alto e forte, os ombros são roliços e fortes também. No pescoço parece haver um colar, mas está mal marcado na estatueta. O busto é forte, curto e os seios pequenos, arredondados. Todo o corpo é coberto até aos pés com uma túnica, que no peito é cingida por uma fita atada em cruz. Sobre a túnica vê-se o manto; está cruzado do ombro esquerdo para o lado direito por debaixo do braço e a ponta do manto passa por cima do braço esquerdo caindo ao longo do corpo. A mão direita segura uma pequena cana de leme ou bastão: poderá representar o leme da vida. Na mão esquerda leva uma cornucópia; está repleta de frutos que parecem ser uvas e maçãs ou qualquer pomo. A maneira como a mão segura a cornucópia e a posição desta na vertical e encostada ao ombro é de uma elegância notável. A mão está estendida amparando a cornucópia pela base.

Todo o conjunto da estatueta é bem harmonioso e de elegância bastante notável demonstrando obra de bom artista. Representa, em todo o caso, uma matrona robusta de formas bastante opulentas, como aliás era uso na época.

### III — *Interpretação*

Logo à primeira vista a estatueta representa uma divindade que pela presença da cornucópia poderá significar quer *Pomona*, ou a *Abundância*, ou a forma mais corrente e também mais variada, a *Fortuna*.

A Pomona é costume ser representada como uma dama jovem e robusta sentada sobre um cesto cheio de flores e frutos tendo na mão esquerda algumas maçãs e na direita um ramo. Normalmente está vestida com uma túnica que desce até aos pés e que ela apanha fazendo regaço para depositar as maçãs colhidas e alguns ramos de macieira.

No Museu de Florença existe uma estátua antiga de Pomona, em mármore que nos mostra a divindade marchando com ligeireza, coroada de flores e frutos segurando com a mão um pouco do manto que se encontra repleto de uvas e outros frutos.

A *Abundância* costuma ser representada por uma matrona de amplas formas, vestida de verde (na estatueta tal não se vê) coroada de flores empunhando uma cornucópia ou corno de onde transbordam frutos e flores: pertenceu à cabra Amalteia, que amamentou Júpiter. A cornucópia ou corno da abundância é atributo, igualmente, de Cibele, Ceres e Fortuna.

A divindade Fortuna presidia ao bem e ao mal. A sua iconografia variava: os escultores antigos lavravam-na quer em mármore, quer em bronze, segundo os retratos bizarros e extraordinários que os poetas faziam desta divindade. No entanto, a representação que nos parece mais conforme é aquela que nos mostra uma dama jovem e opulenta de formas, ordinariamente vestida de uma longa túnica e de um manto, penteada com um diadema e trazendo uma cornucópia da abundância cuja significação não é difícil de adivinhar.

A Fortuna (Tyké, dos gregos) foi uma divindade alegórica do politeísmo greco-romano, símbolo da ocorrência e da ocasião, dispensadora caprichosa da felicidade e das desgraças humanas.

Seus principais templos foram construídos em Esmirna, Sycone e Ramonte na Atica e em Preneste, no Lácio. Em Roma chegaram a existir cerca de vinte templos, dos quais os mais antigos foram fundados por Sêrvio Túlio.

A Fortuna tomava vários nomes consoante o seu significado especial. Podemos citar, ao acaso, a Fortuna do Forum Boarium, Fors Fortuna na via Potuarium, Fortuna Pública no Capitólio, Fortuna Privata etc., etc.

Das três descrições acima citadas aquela que mais se aproxima do exemplar é, sem dúvida, a Fortuna. De resto na Lusitânia e, em especial na Lusitânia hoje portuguesa, a divindade Fortuna foi venerada, o que não nos surpreende em virtude do carácter desta deusa como senhora do destino humano. Trajano, Imperador de origem peninsular (de Itália), reuniu todas as Fortunas numa única universal, à qual fundou um templo onde se faziam sacrifícios no primeiro de Janeiro de cada ano.

Os testemunhos do seu culto são mesmo, apesar da raridade de monumentos, as duas estatuetas do Museu Etnológico de Belém <sup>(2)</sup> assim como a das Caldas de Monchique <sup>(3)</sup> que parece pertencer também a esta divindade, muito embora não se veja a cornucópia (Fig. 5). Uma das do Museu Etnológico (Fig. 3) é mesmo muito semelhante ao nosso exemplar, com a diferença de segurar uma cornucópia dupla; foi encontrada em Parceiros da Igreja (Torres Novas); a outra é alada e apareceu em Pombalinho (Santarém).

Também na epigrafia a Fortuna está representada no nosso País: dois monumentos epigráficos a ela se referem. O primeiro estava de início no plinto do púlpito da Igreja da Nossa Senhora da Luz, em

---

<sup>(2)</sup> J. Leite de Vasconcellos, «Religiões da Lusitânia», Vol. III, p. 305 e sg., fig. 141, Lisboa, 1913.

<sup>(3)</sup> J. Formosinho, Abel Viana e O. da Veiga Ferreira, «Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique», *Trab. de Antrop. e Etnol.* Vol. XIV, fasc. 1-4, Porto, 1953-54, p. 66-225.

Tavira, e hoje está no Museu de Faro. Hübner (4) atribuía-a aos fins do Séc. II, princípios do Séc. III A. D.

O segundo apareceu em Monte Real e, muito embora haja quem o interprete como dedicado a *Fons* ou *Fontana*, pode muito bem ter sido dedicado a Fortuna pois a lápide tem apenas um F (5).

Em lucernas é também notada a presença da divindade Fortuna (6) assim como nas moedas; citamos, por exemplo, a Fortuna Redux numa moeda de Quintilo, noutra de Aureliano, etc. (7).

#### IV — *Considerações finais*

O aparecimento da estatueta de Dois Portos ou de Sobral de Monte Agraço traz-nos um problema a resolver: a sua cronologia segura.

É claro que podemos, pelo estudo da mesma, situá-la cronològicamente; mas se tivesse aparecido com cerâmicas, moedas ou qualquer outro testemunho, seria mais prático.

É sabido que a divindade Fortuna vem do tempo dos gregos e foi adoptada depois pelos romanos, que fundaram templos, sendo conside-

---

(4) E. Hübner, «Notícias arqueológicas de Portugal», p. 32.

Idem, *Corpus I. L.* Vol. II, p. 13.

Idem *Revista Arqueológica e Histórica*, Vol. I, p. 34.

(5) E. Hübner, *Corpus I. L.* Vol. II, p. 37, n.º 387.

M. Heleno, «Antiguidades de Monte Real», *O Archeólogo Português* Vol. XXV, p. 9, Lisboa, 1921-1922.

(6) J. A. Ferreira de Almeida, «Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal», *O Archeólogo Português*, N. S. vol. II, Lisboa, 1952, p. 78.

(7) A. C. Teixeira de Aragão, «Descrição histórica das Moedas Romanas existentes no gabinete numismático de Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Luiz I», Lisboa, 1870, p. 445, 447.

rados os mais antigos os edificados na época de Sêrvio Túlio (monarquia de Roma). Sabe-se também que em Espanha, no ano 179 a. C., Flavius Flacus havia erigido um templo a Fortuna depois de ter ganho uma batalha com a cavalaria romana, dando-lhe o nome de Fortuna equestre. A lápide da Senhora da Luz, estudada por Hübner, é colocada no Séc. II ou III A. D.

Um bronze de Herculanium pode ser datado do Séc. I A. D. Do mesmo modo uma moeda do Imperador Comodo, pode ser classificada no Séc. I A. D. (\*) (Fig. 4).

A estatueta agora estudada, em nosso entender, pela indumentária, pelo penteado e pela concepção, deverá pertencer ao Séc. I A. D. Aliás, ela tem muitas semelhanças com o bronze de Herculanium que não deve ser posterior ao Séc. I A. D., pois Herculanium foi destruída no ano 79 da nossa era, no reinado de Tito, quando da grande erupção do Vesúvio.

Por outro lado, o culto de Fortuna no nosso País nunca poderá ser muito antigo se tivermos em conta que a pacificação da Península foi concluída no Séc I a. C.

---

(\*) Encyclopedie Méthodique, de Diderot et d'Alembert, Premiere Livre III partie, Figures antiques, p. 83. Pl. CCXXV n.º 2 e CCXXV n.º 3, Paris, 1791. (Consultado na Biblioteca da Ex.<sup>ma</sup> Casa Cadaval, em Muge, com autorização da Senhora Marquesa do Cadaval).



Fig. 1—Estatueta de Fortuna do Museu de Torres Vedras (em depósito) (X2)



Fig. 2 — Vista posterior da mesma estatueta  
(X2)



Fig. 3 — A estatueta do Museu Etnológico  
(Tamanho natural)



Fig. 4— Estatueta de Herculanium  
(seg. Diderot et d'Alembert)



Fig. 5, N.<sup>os</sup> 1 e 2 — Estatueta das Caldas de Monchique  
(X2)

ESTATUETA ROMANA DE NEPTUNO  
ENCONTRADA NAS CALDAS DA RAINHA

pelos

sócios efectivos

*D. Fernando de Almeida e Octávio da Veiga Ferreira*

e por

*Jorge de Almeida Monteiro*

Associação dos  
Arqueólogos  
Portugueses  
BIBLIOTECA

## ESTATUETA ROMANA DE NEPTUNO ENCONTRADA NAS CALDAS DA RAINHA

**D**URANTE uma das excursões feitas ao Bombarral por um dos signatários (V. F.), em busca de novos achados arqueológicos nesta rica região de antiguidades, foram apresentadas por outro dos autores desta modesta nota (J. A. M.) duas fotografias de uma estatueta em bronze, fortemente patinada, representando Neptuno (Figs. 1 e 2). A peça, de raro valor arqueológico foi, segundo informação, vendida para Espanha (1); conseguiu-se ainda saber que o local onde havia sido encontrada fora na região das Caldas da Rainha e que tivera estado muito tempo à venda em um antiquário desta cidade. Hoje, a única coisa que dela nos resta, são as duas fotografias aqui publicadas, bem como a dimensão da estatueta.

### *Descrição pelas fotografias*

A estatueta representa um homem forte, de compleição atlética, macissa, com farta cabeleira, barba muito desenvolvida e encaracolada. Apresenta-se nu, apenas com uma espécie de estola nos ombros, caída para as costas e para os lados, deixando todo o peito a descoberto: por estes pormenores a atribuimos a Neptuno.

---

(1) Quando acabarão de sair do nosso País as nossas antiguidades, em especial joias, estatuetas e moedas? Por que não se faz uma legislação mais dura para evitar tal estado de coisas?

Infelizmente está incompleta, por já não ter mãos, nem pés. O braço esquerdo, flectido em ângulo recto e levantado, apoiar-se-ia no tridente; o direito, também dobrado, dirige-se para diante. A face mantém-se intacta, o nariz direito e fino, os lábios bem desenhados e os olhos encovados, com aspecto observador. O sexo está bem marcado.

É difícil, dado o seu estado de oxidação, atribuir-lhe uma data precisa; no entanto e sob reserva, podemos datá-la do séc. I D. C.

A peça mede 11,5 centímetros de altura.

Não conhecemos, em Portugal, pelo menos na bibliografia por nós ccligida, assim como nas colecções estudadas e informações que nos deram, qualquer inscrição referente a Neptuno, assim como estatueta ou figuração. Leite de Vasconcellos indica<sup>(2)</sup>, na igreja matriz da Bobadela (Beira), uma inscrição (Fig. 3) onde se lê: NEPTUNALE. Certamente relacionava-se com o culto a Neptuno, muito embora as festas a esta divindade tenham sido conhecidas por LVDI NEPTVNALES ou NEPTVNALICI ou mais simplesmente, NEPTVNALIA, como esclarece o Mestre de todos nós. Acrescentemos, que da inscrição em causa, só resta a palavra acima transcrita; a lápide está nitidamente truncada; embora com os bordos rectos, não há qualquer indício de uma moldura; a letra, E, terminal está mesmo sobre a extremidade da pedra. Pode portanto aventar-se a hipótese de em uma linha superior ter estado a palavra «LVDI» e à frente do último «E» a letra «S».

O mesmo autor das «Religiões» faz referência a uma pátera encontrada em 1914 nas ruínas da Troia, de Setúbal. Tinha várias figuras e o tridente de Neptuno. Infelizmente esta peça desapareceu.

As moedas ibéricas ou turdetanas de Salácia (Alcácer do Sal) apresentam, algumas delas, a figura de Neptuno, com o tridente característico, por detrás da cabeça.

---

(<sup>2</sup>) Leite de Vasconcellos, *Religiões*, I, 1889, p. 750.

A que propósito nos aparece Neptuno na Bobadela e nas Caldas da Rainha?

Poseidon, Deus dos Mares e das Águas, era uma das doze grandes divindades do Olimpo. Os jogos ístmicos (no Istmo de Corinto) eram das festas maiores dos Gregos.

Neptuno era uma divindade itálica; a etimologia do nome não está esclarecida. Para uns, o deus teria sido originário de Tarento; para outros,



Fig. 3 — Inscrição de Bobadela (Beira)

teria sido nesta colónia grega que os Romanos, teriam conhecido Poseidon, identificado depois como Neptuno. Era também a divindade romana não só o deus do mar, mas também das águas correntes, dos regatos, das fontes; por estarem ligadas às águas, engueram-se-lhe também templos nas pontes. Eram seus devotos os que viviam das águas: pescadores, marinheiros, moleiros, vedores.

As festas em seu louvor tinham lugar no dia 23 de Julho; talvez, segundo Wissowa <sup>(3)</sup>, para implorar o auxílio da divindade do elemento húmido contra a desgraça das secas..

Os seus atributos são o tridente e o golfinho.

Sabe-se, por T. Lívio <sup>(4)</sup> ter a divindade sido propícia ao povo de Roma no ano 203 a. C.; em agradecimento levantou-lhe um templo para os lados do Circo «Flaminius». Na urbe chegou a haver quatro templos, maiores e menores, dedicados a Neptuno. O seu culto espalhava-se pelo Império, designadamente no N. de África, na Panonia, no N. de Itália (nos Lagos), etc. Pausanias fala de um Neptuno em bronze que ornamentava uma fonte na própria Grécia, em Corinto <sup>(5)</sup>.

Foi muito representada a sua figura pelos escultores. O Museu de Dresden tem estatuetas magníficas. O Museu do Louvre possui dois bronzes antigos, nos quais a pose é magestosa <sup>(6)</sup>.

Enfim, outros «Neptunos» nos mostram o Museu de Nápoles, a col. Farnésio, o Museu de Pio Clementino, etc.

Vê-se, por ex., em pintura, nos frescos de Pompeia.

O interesse que pode ter esta nossa nota reside no facto do seu aparecimento se verificar em Portugal. Tivesse ele sido venerado nas Caldas da Rainha como deus do mar, ou de algum regato ou fonte da região, ou ainda como protector de algum moleiro ou barqueiro, não o sabemos. Por outro lado, a inscrição da Bobadela, bem no centro do País, longe do Atlântico confirma que não era só o mar o domínio da divindade, mas também as águas correntes, o que fazia com que dele se aproximassem as Ninfas.

---

<sup>(3)</sup> Durrbach, in Daremberg & Saglio, IV, S. V. Neptunus, p. 71, 2.<sup>a</sup> col.

<sup>(4)</sup> Tito Lívio, XXVIII, 11, 4.

<sup>(5)</sup> Pausanias, Itinerário, Corinto.

<sup>(6)</sup> Na sala de antiguidades romanas e gregas (visita em Abril de 1964).



Fig. 1 — Estatueta romana de Neptuno



Fig. 2 — Estatueta romana de Neptuno  
Vista posterior

COMPLEXO AMURALHADO DO MONTE NHAMARA  
CIRCUNSCRIÇÃO DO BARUÊ

pele

sócio correspondente

*Octávio Roza de Oliveira*

# COMPLEXO AMURALHADO DO MONTE NHAMARA CIRCUNSCRIÇÃO DO BÂRUÊ

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

## I — CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

**D**E cerca de três centenas de trabalhos publicados sobre o estudo dos amuralhados da cultura proto-histórica africana zimbábue-monomotapa, admiramos os que foram relatados por arqueólogos de reconhecido mérito, que basearam o produto das suas investigações em escavações efectuadas em ruínas. Isto porque, neste complicado assunto, não acreditamos em teorias mas em métodos científicos dados pela própria natureza, nos auspiciosos locais, tendo em consideração a estratigrafia, o coeficiente máximo de espólio arqueológico recolhido por culturas de origem humana e a dendrocronologia ou análise das varvas, ciência esta que não pode ser desprezada quando os empedrados estão suportados em árvores, como os do fortim que descobrimos na encosta do monte Nharunhanga, entre os montes Nhamatiquite e Zembe, na serra com este nome, no planalto do Chimoio, distrito de Manica e Sofala, Província de Moçambique.

O etnólogo francês François Balsan e o antropologista sul-africano Dr. Karl Hechter-Schulz, tão conhecidos em Moçambique pelos valiosos trabalhos que publicaram, perguntaram-nos, certa vez, qual a nossa

teoria sobre os construtores dos amuralhados. Há muito que aprendemos com os professores de arqueologia da África do Sul e da Rodésia que não pode nem deve haver teorias neste complexo assunto, mas sim «suposições» baseadas em resultados obtidos das incógnitas apresentadas, por intermédio de teoremas arqueológicos conhecidos e, dizemos suposições, justamente porque é uso em ciência anteceder às afirmativas palavras tais como provàvelmente, presume-se, etc., tendo em atenção Vitor Gordon Childe quando menciona que, os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras abonações de textos escritos. Exactamente como qualquer outro historiador, o arqueólogo estuda e procura reconstituir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos e nós próprios, na medida em que somos criaturas do nosso tempo e do nosso ambiente social. Assim, os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da acção humana ou, melhor, são restos materiais da conduta humana e o seu conjunto constitui os chamados testemunhos arqueológicos, representativos de particularidades e de limitações cujas consequências se revelam no contraste bem visível entre a história arqueológica e a outra forma usual da história, baseada em documentos escritos.

De facto, quanto maior for o número de testemunhos arqueológicos, mais numerosas são as probabilidades de nos podermos aproximar de uma verdade, fugindo às narrativas vagas, que ficaram escritas, tendo em atenção que muitas vezes aqueles que detêm o poder, em qualquer país tendem, «*a priori*», para suprimir relatos considerados hostis à sua religião ou política, suprimindo testemunhos que não podem tornar as análises sérias. Pois não podemos esquecer que a biblioteca de Alexandria chegou a possuir setecentos mil volumes, divididos pelas cidades de Bruchion e Brurapeum e, no ano 47 A. C., quando Júlio César tomou Bruchion, a primeira foi incendiada e destruída e a segunda, no ano 390 da nossa era, levou o mesmo caminho, por ocasião duma luta entre

pagãos e cristãos, perdendo-se os livros de Hermes, de Menethon e de Toth. Por sua vez, Evegert II, antes das destruições citadas, havia começado a pedir livros emprestados a estas duas bibliotecas que mandava copiar a seu modo, entregando as cópias e rasgando os originais. Também, por ordem de Cromwell, a biblioteca céltica foi destruída, no país de Gales. Esta biblioteca era muito rica em manuscritos referentes à época bárdica. Na China, o ditador da dinastia Chu, 221 A. C., mandou destruir todos os livros pelo fogo, a fim de que a literatura na China começasse no seu reinado. Presentemente, o ditador Mao, está também a criar um mito maoísta, que mais tarde será condenado pela História. Também no ano 1490, foram destruídos por Torquemada seis mil volumes em Salamanca.

Por isto, nem sempre podemos ter confiança no que encontramos escrito, sobretudo quando se trata de narrativas vagas extraídas de originais. Mas cremos na natureza, com o conceito da estratigrafia — autêntico calendário geológico; com a dendrocronologia e os seus anéis, que constituem outros tantos círculos de crescimento das árvores — edifícios naturais que em cada ano se enriquecem com uma nova camada; bem como com a radioactividade, que utiliza o carbono-catorze na atribuição de datas aproximadas com os isótopos de carbono e as relações radiogénicas chumbo-tório, rubídio-estrôncio e potássio-argo, estas estudadas no campo da energia nuclear, como autêntica auxiliar da cronologia arqueológica.

## II — LOCALIZAÇÃO DAS RUÍNAS DE NHAMARA

Na serra Mulanda, pertencente à cordilheira Chôa, no monte Nhamara ou Nhamangara, a sueste de Vila Gouveia, sede da circunscrição do Báruè, distrito de Manica e Sofala, mesmo no topo, do lado este, localiza-se o complexo amuralhado da cultura proto-histórica africana zimbaúè-monomopata que o alemão Wieschhoff denominou Niamara, cons-

tituído por blocos naturais, de pedra vão, de micaxistos do afloramento geológico da cordilheira Chôa, que entra em Moçambique na direcção norte-sul, em continuação dos acidentes orogénicos do Inyanga, da vizinha Rodésia.

Ainda aparecem nativos báruès a chamarem a este monte Nhangara, devido a um rio com este nome passar no seu sopé, justamente no local onde existe a povoação do régulo Fibione e devido também a umas quedas de água existentes próximas à serra Mulanda.

A cordilheira onde se localiza a serra Mulanda é formada por xistos micáceos predevonianos que, de tão expostos à erosão, podem ser cortados à pá.

### III — DESCRIÇÃO DAS RUÍNAS

Creemos que quem primeiro estudou as ruínas de Nhamara, na circunscrição do Báruè, foi o alemão Karl Wiese, que viveu durante muitos anos no distrito de Tete, onde explorou uma mina de ouro no Chifumbázi e em 1908 era arrendatário dos prazos entre Luia e o Aruângua grande.

Creemos também que, os estudos efectuados por Karl Wiese, nos fins do século passado, foram enviados para Berlim, para o «*Volkerkunde Museum*», existindo somente uma planta das ruínas de Nhamara, com o título «*Grundriss der Niamara Ruine*», no Museu Dr. Álvaro de Castro em Lourenço Marques que, presumimos, possa ser atribuída a este investigador.

Os alemães Schlicter, Staudinger e posteriormente Seibold, também se ocuparam das ruínas de Nhamara (que denominaram Niamara), existindo até um valioso trabalho publicado por Seibold em 1911, «*Die Erste Inschrift Aus Ruinenstellen Suedafrica*», no jornal germânico «*Orientalische Literatur Zeitung*», edição de Pieser, de Koenigsberg, citado pelo professor Dr. Santos Júnior, em «*Pré-História de Moçambique*».

De facto, Lerenó Barradas, em correspondência trocada connosco, disse-nos que um antigo cipaio chamado Suite lhe falou num alemão «Wicho», que explorou as ruínas e que certamente o nome era uma deturpação de Wiesehoff que, como mencionou Mendes Carrêa, em «*As Ruínas de Zimbábue e Arqueologia de Moçambique*», foi o descobridor e explorador de Nhamara.

Ora, quando Wiesehoff fez as escavações nas ruínas de Nhamara e de Magure, em 1930, já Karl Wiese por lá tinha andado, pois que em todo o tempo que viveu em Tete, nas suas horas vagas, dedicou-se ao estudo da arqueologia moçambicana, sendo provavelmente da sua autoria a planta existente no Museu Álvaro de Castro, como mencionamos.

Acreditamos que assim seja, atendendo a que Wiesehoff escondeu sempre o seu estudo, acabando por publicá-lo nos Estados Unidos da América num caderno universitário. Disso se queixou o próprio professor Dr. Mendes Corrêa, quando citou que lhe constava que Wiesehoff havia feito um trabalho circunstanciado referente às escavações nas ruínas do Báruè, do qual as autoridades portuguesas não tinham conhecimento. Contudo, numa hora feliz, encontrámos num alfarrabista em Durban o referido trabalho, tendo logo dele dado conhecimento, por fotocópia, ao professor Dr. António de Almeida, da Academia das Ciências de Lisboa e ao Instituto de Investigação Científica de Moçambique, por intermédio do eng.º Lerenó Barradas que, até essa altura, também sabiam da existência deste estudo, mas não o possuíam.

A corroborar a nossa opinião de que a planta existente no Museu de Lourenço Marques deve ser atribuída a Karl Wiese, existe o facto desta ser muito diferente da apresentada por Wiesehoff, no seu valioso trabalho «*The Zimbabwe-Monomotapa Culture in Southern Africa*»; pois, consultando as duas não sabemos a que está certa.

A nossa governação, de boa fé, deixou estrangeiros investigarem no nosso território sem que fossem acompanhados por pessoa conhecedora destes assuntos. O resultado é que andamos agora a estudar aquilo

que já está violado, sem a menor consideração pelas nossas obras com interesse científico, levando para o estrangeiro espólio arqueológico que passou ao controle dos nossos meios especializados. Foi o caso do alemão Wieschhoff, tão citado na bibliografia sul-africana e rodesiana. São, pois, bem acertadas e oportunas as palavras do Prof. Dr. António de Almeida, quando menciona na comunicação apresentada à classe de Ciências da douta Academia, em sessão de 18 de Fevereiro de 1960: «...Posteriormente e até ao primeiro quartel do nosso século, parece que os Portugueses não registaram quaisquer dados de arqueologia africana, ao contrário de alguns estudiosos estrangeiros que, em territórios próprios e alheios, realizaram extensas pesquisas pré e proto-históricas e recolheram materiais de alto valor científico».

\*

O monte Nhamara serve de base às ruínas que são constituídas por amuralhados levantados directamente sobre esta formação geológica. Longos blocos de xistos micáceos do afloramento local, estão colocados uns em cima dos outros sem cimento ou argamassa a uni-los. Devido às características especiais destes xistos, as muralhas têm uma aparência muito diferente das restantes da Machonalândia e do Zimbábue grande de Forte Vitória, que foram construídas com blocos de granito; no entanto o modo de assentamento das pedras é idêntico.

Estas ruínas podem ser divididas em duas partes: a construída por pequenos recintos circulares e os restantes complexos exteriores.

O pequeno recinto situado no ponto mais elevado do complexo, prolonga-se até ao precipício do lado nordeste da montanha. Os amuralhados exteriores cobrem uma área do lado sudeste e são circundados por uma pequena muralha que, após ter sido escavada por Wieschhoff, provou variar na altura entre 60 cm a 1 metro.

As ruínas assentam sobre rocha decomposta ou de formação macia. O maior lance de muralha exterior é de cerca de 120 metros de comprimento.

Wieschhoff limitou-se a escavar até aos empedrados exteriores, por meio de trincheiras de 1 metro de largura, tanto do lado de dentro como de fora dos amuralhados. Estas trincheiras foram escavadas até atingir a formação rochosa, onde assentam as construções, variando entre 50 a 80 centímetros de profundidade, a partir da superfície original.

Adicionalmente foram escavados poços sistemático-experimentais, que revelaram numerosas fundações de «*daga*», certamente pertencentes a palhotas habitacionais, que assentaram directamente sobre o acidente rochoso.

As muralhas principais constituem um labirinto de paredes, passagens e retiros, que desafiam qualquer descrição. Como o monte está em nível disforme, a parte arquitectónica das ruínas segue o contorno topográfico, pelo que diversas habitações estão construídas em níveis diferentes. Em muitos casos, particularmente onde as rochas se elevam acima do nível do piso das plataformas artificiais, foram construídas pelo sistema de empilhamento de pedras até que o nivelamento fosse conseguido. Os níveis diferentes são frequentemente ligados por degraus.

Por estas ruínas estarem localizadas em elevada altitude — 1384 metros — o húmus foi em parte levado pelas águas das chuvas, em bastantes sítios e, em alguns locais, já não têm o piso feito de «*daga*». Nos intervalos onde a «*daga*» foi removida, verificou-se que foi espalhada artificialmente, para obtenção dum nível uniforme nos retiros.

A espessura da «*daga*» dependia da elevação natural das fundações, uma vez que o seu fim era o nivelamento da área. Estas camadas de «*daga*» são as únicas que formam artificialmente o piso dentro das ruínas, como foi verificado por Wieschhoff, em diversos poços abertos para o efeito, podendo apontar-se a experiência feita numa trincheira através da «*daga*», com um corte a uma profundidade de 1,30 metros.

A escavação mostrou que muitas rochas atingiram quase o nível do pavimento e que o espaço entre elas tinha sido cheio de pedras para que a plataforma pudesse ser construída.

A muralha do lado este foi construída apenas para amparar a plataforma e consiste numa colocação de pedras de formato perfeito, edificando as faces do amuralhado.

As pequenas bases interiores onde assentaram palhotas habitacionais têm três entradas e são circulares, com um diâmetro interior de 7,30 metros; têm larguras entre 1,20 a 1,24 metros. A parede circular é aproximadamente de 80 centímetros de espessura, sendo a altura entre 1,60 a 2,10 metros do lado interior. Como estas bases foram construídas sobre a rocha, a altura das paredes medidas do lado de fóra variam entre 3,50 a 5 metros e as entradas estão viradas para noroeste a primeira, para sudoeste a segunda e para noroeste a terceira.

Dependendo da formação geológica, toda a construção está 1,50 a 2 metros acima do nível das construções exteriores do lado sul. As rochas sobre as quais assentam muralhas, que se elevam no interior, não foram incorporadas nas estruturas de empedrado. Mas as paredes bem como os rochedos foram cobertos de «*daga*» e os traços existentes são suficientes para demonstrarem que as paredes, tanto do lado interior como do exterior, eram cobertas com esta substância mineral, granulada e áspera, resultante da decomposição da rocha e que depois é misturada com terra de morro de térmites e água. A estrutura da «*daga*», com o diâmetro interior de 3,70 metros existiu numa das bases das palhotas. As paredes estão apenas preservadas parcialmente; têm a espessura de 18 centímetros e o ponto mais alto é de 1,10 metros. Três paredes de barro ligam a «*daga*» ao amuralhado exterior, aproximadamente nos pontos intermediários das entradas. Estas paredes de ligação também estão preservadas. Têm aproximadamente 18 centímetros de espessura, com uma altura média de 1 metro.

Por sua vez, as paredes de «*daga*» subdividem a base circular em quatro compartimentos interiores, tendo estes utilização por uma entrada especial através do amuralhado exterior. A entrada para este último compartimento está tão destruída que Wieschhoff não conseguiu tirar medidas nem descrevê-la quanto a formato. A sua largura aproximada é de 1 metro. A parede de ligação tem uma porta com cerca de 1 metro de largura, com um degrau de «*daga*» de 4 centímetros, aproximadamente. Assim, a base de «*daga*» só pode ser atingida por duas entradas. Todos os compartimentos, chamemo-lhes assim, têm o chão de «*daga*» com cerca de 25 centímetros de espessura, estando muito estragados devido ao crescimento da vegetação e à actividade animal. As paredes de «*daga*» estão construídas uniformemente com a mesma substância mineral já citada. Nenhum outro material foi utilizado nestas paredes, pelo menos Wieschhoff não encontrou qualquer pormenor da sua utilização, salvo a madeira, arqueològicamente perecível.

Originalmente estas sólidas paredes teriam sido mais altas, atendendo a que todas as secções foram anteriormente cobertas de «*daga*».

No interior do complexo não foram encontrados vestígios de construção de «*daga*», nos locais onde não existiram edificações. O único achado digno de menção foi uma cavidade peculiar, no centro do complexo, com a largura de 6 centímetros e a profundidade de 17 centímetros. O seu significado não foi fácil de explicar, embora com o que se conhece das pesquisas efectuadas no Zimbábue grande, de Forte Vitória, possa ser ligada a um culto religioso ou talvez mesmo tivesse sido usada para sacrifícios, referentes ao culto da fertilidade ou da força produtiva.

Por enquanto não será fácil encontrar justificativo para interpretar esta cavidade, onde nos demorámos bastante tempo; contudo, Wieschhoff, sugeriu que nela existiu um pau que provavelmente segurava o tecto. Devemos lembrar-nos que a «*daga*» se torna muito macia quando húmida, facto este verificado nas escavações que foram efectuadas, parte durante a época das chuvas. Assim, é completamente possível que o pau caindo

para o lado deixasse tal impressão. Embora Wieschhoff fale deste pau, não o encontramos no local.

O empedrado situado no lado norte tem quatro entradas, ligando uma, a uma passagem paralela e as outras a plataformas. Mede cerca de 10 metros de comprimento. Para examinar a estrutura deste empedrado, Wieschhoff fez uma escavação até atingir o solo natural. Como este empedrado está situado na parte mais elevada do complexo, a superfície é fina e em alguns pontos a «*daga*» é ainda visível, antes de se iniciar a escavação. Por esta razão a «*daga*» esteve menos protegida das intempéries, pelo que se encontrava mais danificada, do que nos sítios juntos ao complexo principal atrás descrito. No entanto, verificámos que o piso foi totalmente coberto com esta substância. Algumas secções do lado noroeste, cujo nível é inferior ao restante complexo, não revelaram existência de «*daga*». Cuidadosamente estudados os solos, foi revelado que a «*daga*» tinha pertencido a palhotas mais recentes e é esta também a opinião de Wieschhoff.

No canto do lado sudeste, directamente oposto à parede do lado este foram escavadas as fundações de habitações, que se elevavam acima do solo uns poucos de centímetros. Estas habitações são também de forma circular. O seu diâmetro é de cerca de 5 metros e subdividem-se em três partes, formando três círculos concêntricos, separados por paus de 9 a 11 centímetros de espessura. Não restam dúvidas de que se trata de restos de palhotas, idênticas às presentemente usadas pelos nativos báruès desta região. Estas palhotas consistiam de um quarto circular, formado por paredes de paus. À sua volta existiam estruturas em forma de anel cujos suportes eram também de madeira. As últimas partes eram também em forma anelar e aparentavam terem sido espécies de varandas, com o piso em «*daga*», em nível inferior do lado este e superior no lado oeste. A diferença estava marcada por dois degraus de 6 centímetros cada. No interior destas habitações existiu uma área pequena que se elevava a 5 centímetros acima do nível do chão, embora as demarcações

não fossem totalmente reconhecidas por Wieschhoff, atendendo a que a vegetação destruiu parcialmente esta última elevação.

Torna-se necessário apontar que a parede do lado nascente, da habitação atrás referida é de protecção, pois tem somente 20 centímetros de altura e nunca devia ter sido mais alta, devido à quantidade de pedras juntas ao muro. A finalidade desta parede era suportar a plataforma artificial, sobre a qual foi construída a palhota habitacional. Como os amuralhados não ofereciam abrigo contra o vento e a chuva quem, como Wieschhoff passou parte da época chuvosa nas ruínas, pode compreender a necessidade da construção de paredes duplas.

Wieschhoff escavou, também, uma trincheira, que separa a pequena construção. A altura desta parede é de 1,15 metros, variando a sua espessura entre 65 e 75 centímetros; embora a trincheira não tivesse indicado nada de especial quanto a recolha de utensílios, tal como as restantes escavações levadas a efeito dentro dos amuralhados principais, tornou-se importante por revelar que a parte da parede assentava directamente sobre uma camada de «*daga*» de 30 a 35 centímetros de espessura que, por sua vez, estava directamente ligada ao acidente rochoso. Uma extensão desta trincheira, com 7,80 metros de comprimento, ao longo do amuralhado, revelou que parte do muro fazia parte integral da camada de «*daga*», sobre a qual assentava com um formato circular, indicativo característico que aparentava ter sido a fundação de palhota habitacional. Assim, crê-se que a parede foi construída sobre uma fundação de habitação de época anterior à edificação do empedrado. Este pormenor, que Wieschhoff cita muito superficialmente, corrobora a nossa opinião de que os edificadores destas ruínas foram povos negróides bantos.

O resultado obtido da escavação não deixou dúvidas de que tanto as construções em «*daga*» como as paredes de pedra, têm íntima ligação, particularmente, por o empedrado ter o formato e qualidade idênticas às restantes construções. Este pormenor é também muito importante e

significativo para as conclusões que no final fazemos; pois foi provado que as construções de «*daga*» estão directamente ligadas aos amuralhados das ruínas e são contemporâneas destes.

Com respeito às construções de «*daga*», a sua utilidade é deveras limitada, devido à duração deste material. Comparando-as com as palhotas dos nossos dias, existentes na circunscrição do Báruè, que não duram mais de sete anos, pode presumir-se que estas construções foram substituídas de dez em dez anos aproximadamente. Como as ruínas de Nhamara não são habitadas há longo tempo, é óbvio que a parte de «*daga*» também foi reconstruída, de tempos a tempos. Mas, desde que nada se encontrou de épocas anteriores, podemos admitir que a maior parte das construções de «*daga*» foram totalmente destruídas antes de se iniciarem as construções de outras palhotas mais recentes.

Dentro de um amuralhado interior, parcialmente examinado por Wieschhoff, foi levada a efeito uma escavação devido à seguinte informação obtida por este investigador: ainda na Rodésia e antes de ter penetrado no território português de Moçambique, Wieschhoff contactou com o nativo português Shungano, da tribo Babudja, descendente da família Macombe (chefes do Báruè), que ali vivia exilado, após as campanhas do Báruè. Assim que Shungano soube que Wieschhoff pretendia visitar as ruínas de Nhamara, ofereceu-se logo para o acompanhar. Após longa jornada, conforme cita Wieschhoff, chegaram a pé aos arredores do monte Nhamara, de tarde, pelo que seria possível subir ao monte ao anoitecer. Mas, embora Wieschhoff estivesse ansioso por ver o local, Shungano insistiu que se esperasse pelo romper do sol. «*Ruínas, disse Shungano, não podem ser visitadas antes do romper do sol*». Assim, duas horas antes do romper do sol, Shungano, Nhatumbo e o intérprete, que acompanharam a expedição conjuntamente com Wieschhoff, subiram o monte, pois que os carregadores que restavam foram proibidos por Shungano de os seguir. Shungano, sem dar tempo a qualquer inspecção, levou Wieschhoff ao amuralhado atrás referido, pedindo-lhe que se sentasse

e tirasse o chapéu. Abriu um saco de origem vegetal, que trazia às costas, donde tirou um prato de madeira e uma cabaça cheia de feijão cafre. Colocando estes objectos à sua frente, começou a bater as palmas com um ritmo especial, espécie de «*mussessa*» igual aquele a que assistimos na serra Zembe, no monte Chimbanda, na primeira campanha de 1960, invocando os espíritos (Muzimo), em tom de veneração, inicialmente alto e perdendo a intensidade no final.

*«Changamira! Changamira!* (uma invocação ao espírito do grande rei negro, referindo-se certamente ao chefe Changamira dos fins do século XVII).

*«Já voltei outra vez a esta terra!*

*«Regressei a esta terra!*

*«Este estranho veio comigo, Changamira!*

E, após repetir três vezes o nome do chefe, levantou-se, apanhou o prato de madeira, aproximou-se de uma fenda entre as rochas do retiro, onde se colocou de joelhos. Conta mais Wieschhoff, que na fenda existia um grande cesto, como os usados pelos nativos Machona, para a limpeza de farinha, assente sobre uns paus colocados sobre a rocha. Shungano dobrou-se para a frente e bateu novamente as palmas, com o ritmo anterior. Tomou então o cesto, retirou o prato velho que lá se encontrava e colocou o prato que levava com o feijão cafre e novamente bateu as palmas, dizendo alto:

*«Changamira! Changamira!*

*«Regressei a esta terra e ele veio comigo!*

*«Este estrangeiro quer trabalhar aqui!*

*«Não interrompas o trabalho deste estrangeiro, Changamira!*

Então, levantou-se e mandou retirar os presentes. Quando mais tarde Wieschhoff voltou ao local e examinou a fenda da rocha, verificou que tanto o prato como a cabaça tinham desaparecido. Naturalmente isso alimentou-lhe esperanças de encontrar algo de interesse na fenda, talvez sepúlcro. Durante bastante tempo hesitou em trabalhar neste local porque, embora Shungano estivesse ausente, não queria cometer qualquer acto ofensivo, como violação de sepultura. Contudo, mais para o fim da campanha examinou a fenda e o resultado foi uma grande desilusão, porque nada foi encontrado, nem esqueletos nem indícios de «*daga*».

Wieschhoff escavou também poços na entrada do lado sul, que lhe mostraram a existência de uma outra fundação de «*daga*», construída, sobre uma plataforma que se elevava um metro acima das restantes construções.

Um exame pormenorizado mostrou-lhe que esta habitação de «*daga*» era igual à encontrada nas outras construções. Também verificou a existência de um quarto interior circular e a cercadura concêntrica de um outro exterior, ou varanda. O diâmetro do quarto interior tinha 3,4 metros e o diâmetro total, incluindo o quarto exterior era de 5,60 metros. A varanda estava abaixo do nível geral entre 15 a 25 centímetros. A entrada desta palhota estava marcada pela existência de um degrau de «*daga*» de 7 centímetros de altura, voltado a sudeste. As paredes laterais do quarto interior pareceram-lhe ser construídas em «*daga*», tal como as das habitações anteriores; mas, ali, a «*daga*» não estava tão bem conservada, restando apenas pequenos fragmentos de escassos centímetros de espessura. Wieschhoff não conseguiu saber qual a altura do tecto desta habitação. O quarto exterior ou varanda demonstrou uma divisão de três secções, similar à construção de «*daga*» da habitação atrás referida. As paredes divisórias já não estão limitadas mas, no entanto, o seu delineamento é claramente visível. Além destas paredes de «*daga*» existiu um degrau na varanda, igual ao das outras

palhotas, que aparentemente foi utilizado para nivelar a irregularidade do piso original. A seguir a este degrau Wieschhoff localizou um buraco com 10 centímetros de diâmetro que após limpo, mostrou vestígios de carvão; mas, como nenhum outro buraco foi encontrado, o seu significado em relação à habitação não é claro. Não restam dúvidas de que esta palhota foi coberta com um telhado de capim, que se apoiava nas paredes exteriores, tal como nas construções modernas dos Machona. Um pau podia ter suportado o telhado em frente da porta, elevando assim este facilitando a entrada. Tal método de elevação de telhados é característico nas actuais palhotas dos Chonas.

Muitas destas palhotas de «*daga*», na parte sul das construções atrás citadas foram examinadas por Wieschhoff e por nós. Na sua totalidade não se encontravam em bom estado de conservação; apenas vestígios foram encontrados. Todas as palhotas eram redondas mas sem que tivessem sido encontrados vestígios divisórios, devido à má conservação das fundações de «*daga*». As palhotas não foram erguidas sobre plataformas, mas sim directamente sobre o chão residual. Alguns buracos que estão concêntricamente situados de volta da fundação de «*daga*», continham madeira apodrecida, possivelmente restos de paus que suportaram o telhado.

Alguns dos empedrados, talvez tivessem sido levantados durante um único período de ocupação. Os restos acumulados junto à parede do lado este, são formados pelas enxurradas vindas das ruínas. Durante a época das chuvas, Wieschhoff observou que as camadas inferiores de «*daga*» não são necessariamente as mais antigas, pois que teremos de trabalhar com as construções de empedrado e as de «*daga*» que fazem parte do mesmo conjunto. Em muitas escavações prévias, pouca atenção se tem dado à «*daga*», que é removida descuidadamente, parecendo só interessar a arquitectura de pedra. Tal método é errado e disso temos provas concludentes, uma vez que a «*daga*» e as pedras representam uma única unidade construtiva.

Presumimos que as ruínas de Nhamara constituíram uma povoação em pleno século xvii, conforme a seguir explicamos, habitada por um grupo populacional de cultura semelhante aos actuais Machona. Wieschhoff opinou que provàvelmente foi uma vila de aproximadamente trinta palhotas das quais nove ou mesmo dez estavam situadas dentro do amuralhado principal e as restantes no lado sul do complexo.

Dado que na secção oriental não existiam fundações, podemos presumir que este complexo amuralhado não foi usado como posto defensivo. A natureza destas ruínas ajustava-se às necessidades dos habitantes da pequena montanha. Os rios forneciam a água necessária e os declives do monte ofereciam esforço mais que suficiente para a agricultura, tão necessária a uma comunidade tão pequena.

#### IV — ESPÓLIO RECOLHIDO EM CAMADAS ESTRATIGRÁFICAS

*03 — Camada — 160 a 230 cms. de profundidade:*

*Objectos recolhidos:*

- 1 — Anel de bronze, com 22 mm de diâmetro;
- 16 — Enxadas e machados de ferro;
- 10 — Pontas de lança em ferro;
- 4 — Catanas em ferro (lâminas);  
— Vários fragmentos de objectos em barro;
- 3 — Braceletes de bronze;
- 1 — Bracelete de cobre;
- 1 — Conta de cobre;  
— Vária cerâmica decorada, com cores e fragmentos da mesma.

COEFICIENTE = 100 % de origem negróide.

02 — *Camada — 090 a 160 cms. de profundidade:*

*Objectos recolhidos:*

- 1 — Anel de cobre, com 1,9 mm de diâmetro;
- 2 — Enxadas e machados de ferro;
- 12 — Pontas de azagaias em ferro;
- 4 — Pontas de lanças em ferro;
- 2 — Facas em ferro, do tipo europeu;
- 6 — Fragmentos de objectos em ferro;
- 2 — Braceletes em ferro;
- 2 — Braceletes em bronze;
- 2 — Contas de bronze, com 5 e 10 mm de diâmetro;
- 1 — Balança de ferro, tipo romana, incompleta;  
— Fragmentos de ornamentos de cobre e de bronze;
- 1 — Suporte em barro, para panela cafreal;  
— Vária cerâmica decorada e lisa e fragmentos da mesma.

COEFICIENTE = 99 % de origem negróide.

01 — *Camada — 000 a 090 cms. de profundidade:*

*Objectos recolhidos:*

- 16 — Pontas de azagaias em ferro;
- 12 — Lâminas de catanas em ferro;
- 4 — Fragmentos de catanas em ferro;
- 6 — Enxadas e machados cafreais em ferro;
- 3 — Pontas de lança em ferro;
- 1 — Conta de cobre, com 10 mm de diâmetro;
- 2 — Pulseiras de fio de cobre enrolado em cabelo de elefante;

- 1 — Conta de bronze;
- 14 — Missangas amarelas;
- 27 — Missangas azuis;
- 31 — Missangas azul-esverdeadas;
- 32 — Missangas verdes;
- 18 — Missangas acastanhadas;
- 1 — Fragmento de porcelana chinesa, em tons azuis sobre branco;
- 45 — Pedços de cerâmica lisa e decorada.

COEFICIENTE = 79 % de origem negróide.

Pelos coeficientes máximos de espólio recolhido, obtivemos:

- a) — Camada mais antiga = 100 % de origem negróide;
- b) — Camada moderna = 99 % de origem negróide;
- c) — Camada mais moderna = 79 % de origem negróide.

Daqui pode inferir-se que, provàvelmente, os construtores das ruínas do monte Nhamara foram povos negróides. Com o tempo de permanência no local contactaram com povos mais evoluídos a partir de metade do período de ocupação, não só pelos utensílios de origem europeia como pelas missangas de origem árabe e indiana, que deviam ter sido introduzidas na comunidade talvez pelos portugueses ou árabes.

Também, tendo em consideração a estratigrafia-base cientificamente aceite para o monte Ziwa (Nyahokwe) da vizinha Rodésia (Inyanga) temos:

- 04 — Camada — *Primeira metade do século I até ao século XI, com períodos do século VII e século IX;*
- 03 — Camada — *Do século XI ao século XVI;*
- 02 — Camada — *Período de transição Civilização Báruè;*
- 01 — Camada — *Civilização Wanyama até fins do século XVIII.*

Logo, como se torna difícil por outro processo saber o período em que teve início a civilização Báruè, cremos não ser disparatado colocá-la entre os séculos xvi e xviii, isto é, século xvii, mais ou menos a altura em que as ruínas deviam estar a funcionar como centro populacional negróide com uma cultura provàvelmente Machona, vinda do Inyanga, da vizinha Rodésia.

De facto, pelo espólio recolhido por Wieschhoff, em escavações até à profundidade máxima de 230 centímetros, verificou-se que deviam ter sido negróides os edificadores e habitantes destas ruínas; posto que, certamente, se outro povo com características diferentes tivesse habitado nas ruínas teria deixado testemunhos arqueológicos da sua permanência e o coeficiente máximo do espólio arqueológico recolhido deu-nos a média de 92,6 % de origem negróide.

Pelo exposto e como se verificou que os objectos de ferro, bronze e cobre foram encontrados misturados nas três camadas arqueológicas, não nos repugna admitir a possibilidade de que as ruínas sejam recentes e possam ser colocadas na proto-história africana, num período tipicamente monomotápico, correspondente à cultura-zimbáuè-monomotapa.

O facto de em pleno século xvii a povoação ter estado em completa actividade não quer dizer, também, que as construções não tivessem começado a ser edificadas nos fins do século xvi, razão por que teremos de mencionar — mais ou menos século xvii o principal período de ocupação.

#### V — CERÂMICA RECOLHIDA

À superfície e nas três camadas arqueológicas descritas, foram colhidos os característicos e inconfundíveis recipientes de barro e fragmentos dos mesmos, de origem negróide, pertencentes a utensílios esferóides lisos e com motivos incisos, alguns decorados a cores.

### A — *Cerâmica lisa*

Este tipo, em menor quantidade, tem tons entre escuro e cor de tijolo. Os pedaços escuros mostram que os recipientes a que pertenceram foram cozidos a baixas temperaturas, devido às matérias orgânicas que entraram na contextura do barro se terem queimado ou, então, terem sido cozidos com muito fumo, o que originou que a fuligem se depositasse nos poros do barro. Pode, também, ter acontecido que tivessem sido sujeitos à acção de queimadas, posteriormente ao seu uso doméstico. Deviam ter pertencido aos característicos utensílios bantos para conduta, água, caril e cerveja cafreal. Esta cerâmica devia ter sido feita manualmente e não com roda de oleiro.

### B) — *Cerâmica decorada*

Este tipo, em maior quantidade, mostra-nos várias espécies de decorações, todas diferentes ou parecidas, com os motivos mais fantásticos, em incisões e com coloridos a preto, vermelho e azul, aliados a cores de contextura do barro iguais aos utensílios antecedentes, onde a cor de tijolo devia ter sido proveniente do barro ter compostos ferruginosos. Os desenhos foram feitos à mão, com utensílios mais duros do que o barro, enquanto este estava molhado. Nuns utensílios aparecem triângulos, traços duplos e triplos, ziguezagues demonstrativos das águas primordiais egípcias e outros desenhos diversos.

\*

Presumimos que a cerâmica recolhida foi fabricada manualmente, isto é, sem roda de oleiro ou moldagem, com arcos enrolados, amassamento do barro em rolos compridos, depois expostos em espiral para a

feitura dos utensílios. Foi cozida ao ar livre, a temperaturas baixas, que motivaram as cores mencionadas anteriormente, consoante as quantidades de compostos ferruginosos contidos na contextura do barro ou oxigénio que teve acesso aos utensílios quando da sua cozedura. Chegámos a esta conclusão, pelo estudo da cerâmica que colhemos e que se encontra exposta no Museu Municipal da Beira, posto que, tudo o que foi colhido por Wieschhoff e por Wiese, além de pequena quantidade existente no Museu Dr. Álvaro de Castro, em Lourenço Marques foi, segundo cremos, levado para a Alemanha por estes investigadores.

## VI — UTENSÍLIOS DE FERRO RECOLHIDOS

Conforme se verificou, pelo que ficou escrito, foram recolhidos nas ruínas do monte Nhamara utensílios de ferro, compostos de pontas de azagaias e de lanças, machados e enxadas cafreais que, por comparação com os estudos de Leo Frobenius e de Baumann, são idênticos aos usados pelos Chonas na Machonalândia e nos territórios adjacentes por inúmeros povos negróides, com arcos e lanças de madeira onde as pontas são fixas por meio de fio de metal. O facto de nas ruínas terem sido só recolhidos restos de ferro foi motivado porque a madeira, como matéria orgânica, é material arqueologicamente perecível, embora o ferro também apresente corrosão, sobretudo nas partes menos espessas, devido à acidez do solo, como pode ser verificado pelos desenhos e fotografias juntas a este estudo.

Todos estes utensílios representam artesanato negróide, o que não nos admira, atendendo a que estes povos bantos mineraram o ferro desde longa data.

Ao inverso do que se passou na Europa e no Egipto, na África negra o ferro foi o primeiro metal a ser utilizado pelos artesãos nativos, desde o Sara ao Cabo da Boa Esperança, o que nos leva a admitir que

foram negróides os inspiradores dos egípcios, que fundiram este metal muito mais tarde, denominando-o «*bia-en-tabol*», porque provavelmente provinha dos países fronteiriços.

Não nos admiramos com esta denominação dada ao ferro pelos egípcios porque o conhecimento do ferro nos povos afro-negróides, segundo supomos, deve ser muito antigo, devido aos resultados obtidos com a recolha de restos de artefactos deste metal, em camadas estratigráficas que permitiram aos arqueólogos determinar cronologias.

Assim, numa escavação sistemática efectuada na Nigéria do Norte, na Província de Banchi, foi levado a efeito um corte com uma profundidade de cinco metros abaixo do fundo do rio Delimi, onde apareceram utensílios líticos que permitiram colocar no Neolítico a indústria do ferro nesta região.

Os professores Raymond Dart e Nino del Grande descobriram no rio Kafué, restos idênticos numa jazida existente na caverna de Mumbwa, que mostraram seis metros de profundidade nas diferentes camadas arqueológicas, cada uma com um metro de espessura, contendo também restos líticos manufacturados, da cultura post-paleolítica, seguidos dum banco de argila estéril. Na primeira camada arqueológica foram colhidos restos de um antigo forno de fundição de ferro, construído com pedras calcárias e, junto deste, restos de cinza, alguns petrificados, conjuntamente com pontas de lanças e azagaias de ferro. A sequência das camadas estratigráficas que preenchem a caverna de Mumbwa indicou que houve inicialmente um período seco, em que os instrumentos paleolíticos foram ali abandonados. Em seguida, passou-se para um período pluvial que originou a deposição da argila, tendo depois lugar a ocupação do tipo Moustieriano e a construção do forno seguida da utilização dos utensílios paleolíticos e neolíticos. Finalmente, a região foi varrida por fortes ventos que tudo cobriram com areias, em face dos quais os povos bosquímanos e negróides perderam seus haveres.

Relacionando estes períodos com outros desta região, foi possível avaliar a idade do nível Moustieriano num mínimo de 4000 A. C. e o forno de fundição de ferro em 2000 A. C. A idade da descoberta, atribuída ao nível pré-histórico referido, foi alvo de várias controvérsias; contudo, os arqueólogos por unanimidade chegaram à conclusão de que se estava na presença de uma das mais antigas indústrias de ferro afro-negróide, não só pela sua posição estratigráfica, como e principalmente pelas características dos metais encontrados junto do forno da fundição.

Enquanto os fundentes empregados no forno da caverna de Mumbwa foram ossos de animais e quartzo, os ferreiros negróides da actualidade usam como fundente escória de anteriores fundições, misturada com carvão vegetal que, depois de submetido a altas temperaturas, purificam batendo-o com um martelo ou uma pedra, até separarem o metal da escória ferruginosa.

Não é fácil, contudo, pela análise do ferro saber-se a antiguidade dos artefactos feitos deste metal, sem que os mesmos tenham sido recolhidos em camadas arqueológicas, atendendo a que os fundentes neutralizam as impurezas do metal e tornam a escória mais fluída. O fósforo dos ossos, por sua vez, torna mais pastosa a massa obtida e, consequentemente, a fusão mais fácil. Por outro lado, o fósforo torna o aço quebradiço, não maleável, o que levou a conjecturar-se que o ferro fundido na caverna de Mumbwa não foi utilizado em utensílios cortantes, mas simplesmente para fins ornamentais. Esta sugestão, contudo, foi mais tarde rebatida pelos etnólogos, tendo em consideração de que presentemente o ferro é batido e aquecido pelos nativos até se tornar maleável.

Segundo as narrativas árabes, Melinde e Sofala exportavam artesanato de ferro para a Índia; pois, somente os bosquímanos, os pigmeus das florestas equatoriais e os habitantes negróides da ilha de Fernando Pó desconheciam a fundição do ferro, estes últimos provavelmente por naquela ilha não existir o precioso metal.

A) — *Pontas de azagaias recolhidas*

Nas escavações levadas a efeito nas ruínas do monte Nhamara, foram encontradas pontas de azagaias de quatro espécies principais, tipos estes de utensílios em uso presentemente pelos povos negróides.

B) — *Pontas de lanças recolhidas*

De todas as pontas de lanças recolhidas nas ruínas do monte Nhamara, podemos apontar só um tipo principal, embora aparecessem em pequena quantidade pontas com farpas invertidas idênticas às usadas actualmente pelos povos negróides Matakan, do monte Mandara, no Camarão Setentrional. Nas ruínas do Grande Zimbáuè, de Forte Vitória, Roger Summers recolheu também tipos de pontas de lanças com farpas. Wieschhoff, A. Martius, Lindblom e Cathon Thompson em vários trabalhos falam também destas espécies de pontas de lanças. É nossa opinião de que estas pontas farpadas são de proveniência negróide.

C) — *Machados de ferro recolhidos*

Foram recolhidos três tipos diferentes de machados, nas ruínas do monte Nhamara, todas eles presentemente ainda em uso não só com os povos Machona como com os restantes da África Austral.

D) — *Lâminas de enxadas de ferro*

Das escavações efectuadas nas ruínas do monte Nhamara foram recolhidas inúmeras lâminas de enxadas de ferro, a maioria corroídas pela acidez do solo, conforme pode ser verificado nas fotografias e nos desenhos juntos a este estudo. Todos estes utensílios são também típicos na actualidade em todos os povos negróides.

## VII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quem pense que «*cultura dos zimbábues*» vem do grande Zimbábue, de Forte Vitória, quando a palavra «*Zimbábue*», na maioria dos dialectos falados pelos povos ditos Bantos quer dizer casa de pedra, onde «*Zimba*» (plural «*imba*») é traduzido por casa e «*buè*» por pedra. Esta palavra composta é inteiramente banta, posto que se fosse introduzida por outro povo estranho teria o nome corrupto nos dialectos bantos, como o termo holandês «*winkel*» usado pelos Zulos como «*invenkele*» e o termo inglês «*store*» adaptado pelos Machona como «*chitoro*» e pelos Sindebeles como «*isitolo*».

Os Machona, designam estas construções por «*dzimba dza mabge*» e muitos outros povos Bantos também lhes chamam «*Lusingo*» ou «*Matemba*», lugar de pedras, ou «*umtanada*» que significa paredes de empedrado.

Entretanto, enquanto os investigadores sul-africanos e rodesianos classificam estas construções por «*zimbabwe*»; os nossos cronistas classificaram-nas por «*zimbaboe*» (zimbae) ou «*simbaboe*» (simbae) bem como às palhotas onde habitavam os chefes monomotápicos. O geólogo alemão Karl Mauch, um dos primeiros a visitar estas ruínas, denominou-as por «*zimbabye*» (zimbye), termo este usado mais tarde por «*Sir* Willoughby.

Contudo, com a diferença de pronúncia, de povo para povo, de região para região, aparecem termos como «*zim-bad-gi*» e «*zimbabwi*», que também dão: = casa = «*zimba*» e pedra = «*mabgi*». Povos existem também, para quem estas construções significam espíritos incarnados nas rochas («*m'zimo*» = espírito, «*ibgwe*» = rocha ou pedra grande).

Em várias regiões da Rodésia, quando se referem à casa do chefe tribal (Mambo) dizem ainda «*dzimba-woye*», termo também usado quando se trata de lugar onde existe sepúlcro de chefe tribal, em que a palavra «*woye*», neste caso, é usada com veneração e dignificação do

«M'zimo» do falecido (alma do morto, espírito). Assim, «dzimbaboye» pode ser traduzido por «casa venerável», razão pela qual Schebesta corroborou o cronista Frei João dos Santos, que adoptou o termo «symbaoe».

Enquanto Theodore Bent e R. N. Hall admitiram que as ruínas dos zimbábues podiam ser aliadas à antiguidade oriental, Randal Mac Iver chegou a provar que representavam restos de uma civilização negróide.

Por sua vez, a Dr.<sup>a</sup> Cathon Thompson, baseada em material recolhido nas ruínas do Zimbábue grande, de Forte Vitória, provou, também, que foram povos negróides os edificadores destas construções.

Leo Frobenius colocou as ruínas num ciclo de civilização sulertreense, aliada à mineração metalúrgica do Monomotapa, levada a efeito pelos Machona, Macaranga e Rodsis, em que os Machona estavam divididos em clãs exogâmicos de base matriarcal.

Baumann e Westermann, admitiram que uma civilização negróide com penetração por Sofala e pelos rios Búzi e Pungoé estabeleceu o imprério do Monomotapa, reunindo os povos citados bem como os Tonga-Changanas

Os Machona, principais progenitores da cultura dos zimbábues, assim admitimos, ainda têm acentuados traços de hibridação leuco-melanodérmica, traços esses observados por antropologistas consagrados nos genótipos e fenótipos de centenas de humanos estudados, que deram a característica mistifória de europeióide com etíope e mesmo xantodermo. Mas, muito antes dos Machona terem emigrado e trazido a sua cultura, segundo se presume, já estavam instalados entre os rios Zambeze e Limpopo os Soto-Tchuanas que, conjuntamente com os Bosquímanos, ocupavam o interior. Os Bosquímanos, sob a direcção dos Machona mineraram metais, tendo sido repelidos mais tarde para ermos pobres e áridos.

Existem provas concretas e quase irrefutáveis, dadas pela Arqueologia, de que os restos destas construções de pedra pertencem a uma civilização negróide. Assim o confirmam, também, James Walton, Schofield e Roger Summers. Na verdade, visite-se a Basutolândia e vejá-se

as construções feitas presentemente pelos Sotos. A técnica é a mesma que foi usada pelos antigos construtores dos zimbáuès, só com a diferença de que actualmente, na maioria das edificações, usa-se argamassa a unir os blocos de pedra, o que é natural devido aos ensinamentos obtidos pela comunhão de habitação com povos mais evoluídos. Existem também construções com a configuração idêntica ao templo elíptico do Zimbáuè grande, de Forte Vitória, como a que habita o chefe banto Lyangamba, na Baròtselândia

Vários autores admitiram, também, que os zimbáuès haviam sido edificados por povos egípcios, caldeus, assírios, persas, fenícios e mesmo árabes-sabeanos, com o que não podemos concordar, baseados nas características especiais em como é qualificada a arquitectura destes povos. Os egípcios têm nas suas construções muros profusamente decorados, bem como túmulos, templos e pirâmides. São elementos típicos das suas edificações a tendência para a forma piramidal ou truncada, com tectos planos, formados por traves. Além disso, a sua arquitectura aparece-nos sempre plana, pesada, com exagero de decorações, desenhos, pinturas e muitos hieróglifos à mistura. A arquitectura caldaico-assíria é caracterizada pela forma monótona e pesada, mas riquíssima em ornamentos. Aparece-nos sempre feita exclusivamente de tijolos e com ricas pinturas murais e azulejos. A arquitectura persa é arquivada, notabilizando-se pela graciosidade das suas colunas. pelos capitéis maravilhosamente ornamentados com animais e volutas, bem como pela regularidade e perfeição do plano das suas edificações. A arquitectura fenícia, cheia de decoração, é uma mistura assírio-persa. A arquitectura árabe, como se sabe, tem um estilo muito especial e gracioso, em nada, absolutamente nada, semelhante ao tipo de amuralhados situados entre os rios Zambeze e Limpopo, numa área correspondente ao grupo de civilização banta à base do matriarcado, atravessando a Rodésia, Bechuanalândia e Sul de Angola, ao norte do rio Cunene.

Muito antes do arqueólogo Randal MacIver ter feito, em 1905, escavações no Zimbábue grande, de Forte Vitória, na Rodésia, era crença de que as ruínas estavam ligadas à rainha do Sabá, ao ouro de Ofir e aos fenícios; mas, tanto MacIver como posteriormente Schofield, Cathon Thompson, Wieschhoff, Roger Summers, James Walton e outros chegaram à conclusão de que as ruínas foram edificadas por povos negróides bantos.

Na maioria dos trabalhos de investigação levados a efeito, em escavações, apareceu sempre a cultura negróide em profusão, nalguns casos nas camadas arqueológicas mais fundas, de mistura com a cultura de Wilton, antes do começo das construções. Este pormenor, que passou despercebido aos investigadores é muito significativo. Presumimos que a influência principal de todas estas construções estava localizada na Rodésia, espalhando-se depois na direcção dos litorais de Moçambique e Angola, não até ao mar, mas até aos rios com saída para os oceanos, permanecendo sempre em locais de certa altitude, no planalto e nos topos de montanhas.

Os tipos de amuralhados mais distanciados dos complexos centrais e principais (os da Rodésia) são mais pequenos, com excepção do de Nhamara, de construção mais grosseira, não variando em nada no sistema de colocação das pedras, que estão sempre sobrepostas umas em cima das outras sem argamassa ou cimento a uni-las de molde a aproveitarem-se melhor possível os respectivos formatos. Em Lindeley e Vinburg existem amuralhados cujas pedras têm o mesmo formato e estão dispostas de maneira idêntica às do recinto de Óci, no Sul de Angola, estudado em conjunto pelos Drs. António de Almeida e Camarate França.

Pelos formatos das pedras dos amuralhados é fácil saber-se como a natureza as talhou, tendo em consideração os princípios de geodinâmica externa que demonstram a insistência da Natureza em construir e destruir com tendência para alisar a superfície terrestre. Por exemplo sabe-se que nos blocos de granito com formas paralelepípedicas,

que entraram nas construções dos zimbáuês de Forte Vitória e Zembe, a rede de juntas e diáclases produziu o que autores despreocupados chamam «*blocos na forma de tijolos feitos por humanos*», mas que devem representar a disjunção em bancos dos geólogos. Por sua vez, os blocos achatados das ruínas do monte Nhamara, compostos por xistos micáceos predevonianos, representam a disjunção que sempre ocorre nas estruturas rochosas folheadas. Contudo, não desprezamos a ideia de alguns antigos construtores destas ruínas terem ajudado o fenómeno geológico das fissuras, aproveitando a fustigação erosiva que desprendeu das rochas as placas horizontais. Então, depois, sujeitaram estas a pancadas ou à acção do fogo, obtendo prematuramente os blocos de pedra que a Natureza mais tarde lhes daria e que sòmente tinham de ser amontoados, uns em cima dos outros, sem argamassa ou cimento a uni-los.

A diferença na forma das pedras, das várias ruínas conhecidas, é motivada por os construtores não terem encontrado sempre pedras iguais no formato e com espessura também idêntica, pois tiveram de se condicionar ao afloramento geológico das várias regiões.

Assim, aparecem construções com blocos pequenos e certos, como as do Grande Zimbáuè, de Forte Vitória; os blocos xistosos menos espessos e mais compridos das ruínas do Báruè, incluindo as do monte Nhamara; as pedras calcárias e mais certas do zimbáuè de Muabsa, perto de Vilanculos, estudado por Lereno Barradas; as pedras graníticas dos amuralhados da serra Zembe, por nós estudados e idênticas às do fortim de Mavita e recinto do monte Bunga, perto de Changara; e as do recinto de Óci, em Angola, mais redondas e idênticas às das construções de Lindley e Vinburg, na África do Sul.

Em certas construções são aproveitados, também, calhaus disformes e arredondados, conforme as condições geológicas, como referimos, mas obedecendo todos os amuralhados ao mesmo sistema e técnica de construção.

Enfim, cremos poder considerar estas construções como muralhas ciclópicas (algumas) ou pelásgicas, trabalhadas por pequenos blocos de pedra talhada pela Natureza, formando sempre círculos na maioria dos casos, bem como «*talayots*» ou «*murhagàs*», em forma de cone, truncados ou semielipsóides e «*máples*» que mais se assemelham a montes de pedras que nada parecem demonstrar mas muito indicam.

Estes montes de pedras soltas, que nem sempre são sepúlcros, também são usados como indicadores de caminhos de longas jornadas, denominados pelos povos Machona como «*Chihambkwe*», espécie de pequenas torres cónicas, edificadas pedra por pedra por cada nativo que passa por determinado local. Pelo número de pedras que cada torre contém pode saber-se quantos viajantes já por ali passaram e deram aviso aos que vêm a seguir para os ultrapassarem ou acompanharem, atendendo a que vários caminhos assinalados com estas torres são perigosos, devendo seguir por eles sempre mais de um viajante, a fim de que se ajudem uns aos outros nas várias dificuldades que lhes possam advir.

Como é sabido, durante muito tempo todas as atenções incidiram exclusivamente sobre o Grande-Zimbábue. Desta grandiosa construção tiveram conhecimento os portugueses do século vxi, falando dela João de Barros, na 1.<sup>a</sup> Década (1552), em termos que Mendes Corrêa resumiu desta maneira:

*«...Ora, ali, no meio do campo, está uma fortaleza quadrada toda de cantaria de dentro e de fora mui bem lavrada; de pedras de maravilhosa grandeza, sem aparecer cal nas juntas dela».*

Barros, acrescenta mais: *«sobre a porta do qual edificio está um letreiro que alguns mouros mercadores que ali foram ler, homens doutos, não souberam ler nem dizer que letra era; e quase em torno deste edificio, em alguns outeiros, estão outros à maneira dele no lavramento de pedraria e sem cal, em que há uma torre mais alta de doze braças. A todos estes edificios os da terra chamam Sybaóé que acerca deles quer dizer corte porque a toda o lugar onde está Benomotapa chamam*

assim». «Quando ou por quem estes edificios foram feitos — continua o autor das Décadas — como gente da terra não tem letras não há entre eles memória disso, sòmente dizem que é obra do diabo».

Freire de Andrade, no seu relatório de 1900 também fala destas construções:

*«Outras espécies de construções, provàvelmente duma data bem mais antiga, foram encontradas em muitos pontos e sobretudo no Inhamucarara. Perto da fronteira, vimos recintos afectando uma forma sobretudo elíptica, dum comprimento de algumas vezes de trinta metros, construídos de pedras com uma argamassa muito argilosa. Uma ou duas portas dão-lhe acesso, defendidas por uma espécie de tambor redondo, construído também de pedra; os recintos continham muitas outras construções, quase sempre elíptica, sendo as portas defendidas também por tambores. Estas ruínas são muito numerosas, numa superfície de seis quilómetros quadrados e entre elas encontram-se montes de escória e alcaravizes de fornos de fusão».*

Damião de Góis, na «*Chronica D'El-Rei D. Manuel*», no capítulo x, «em que se trata de Çofala e dos costumes dos que nella vivem, e no grande regno de Benomotapa», diz:

*«...No meo desta campina esta huma fortaleza, toda lavrada de cantaria muito grossa, e grande, pela banda de fora, e de dentro, de obra muito prima, e bem assentada, tanto que segundo dizem, senão enxerga cal nas junturas della; sobella porta desta fortaleza esta hum litreiro talhado em pedra, que por muito antigo se não entende o que quer dizer. E em alguns comaros que aquella campina faz, estão outras fortalezas feitas do mesmo modo, nas quaes todas tem el Rei capitães e que se pode dellas julgar, que foram feitas para guarda daquellas minas douro, e receber o Príncipe que as mandou fazer alli o direito, que lhe delle pagavão, per officiais que para isso nellas teria, porque assim o fazem ao presente os Reis daquelle regno de Benomotapa, do qual habitantes sam todos pretos de cabelo frizado, a que os vizinhos commumente chamam cafres».*

Além de Damião de Góis, também nos falam do reino do Monomotapa e das ruínas nele existentes João de Barros (1552), Frei João dos Santos (1609), António Fernandes, descobridor do Monomotapa (1514-15) e muitos outros.

Outra valiosa contribuição é a relação da segunda viagem de Vasco da Gama, impressa em 1504 (?) em Antuérpia, conhecida por «*Calcoen*», citada por Oliveira Martins, em «*Portugal nos Mares*» e por Alexandre Lobato, em «*A Expansão Portuguesa em Moçambique*», e que diz:

«... DEN XIIIJ, DACH IN JUNIO QUAREN WI AEN EEN STAT GENHOEMT SCAFAL ENDE DAER BEGHEERDEN XIJ TE COPEN ENDE VERCOPEN MER SI EN WILDENT ONS NIET GHEDOGHEN WONT SI GROTE SORGHE HEBBEN VOER PAEPIANS WATER DAER COMT EEN RIUIER WT PAEPIANS LANT LEIT BINNEN DAT LANT BESLOTEN VAN DIE MUEREN ENDE EN HEEFT FT WTGANC VAN DIE ZEE DAN DYE RIUIER VAN SCAFAL DAEROM WAREN SI VERUAERT ANXT HEBBENDE DAT WI DIEN WECH VINDEN MOCHTEN WANT DIE CONING VAN SCAFAL HEFT ALTIJT OERLOGHE TEGHEN PAEPIAN.

«... WANT WI SPRACKEN MIT VOLCK WT PAEPIANS LANT DIE DAER GHEUANGHEN WAREN ENDE WAREN HAER LUYDEN WANT PAEPIANS LANT OUERULEYT INSILUER GOUT ENDE RIJCDOMME ENDE DESE STAT LEYT. CCCC. MILEN VAN DIE CAEP DE BOEN SPERANCI.

«...VAN DAEN SIJN WI GKEUAREN (SIC) AEN EYLANT GHENOEMT ENDE LEIT C. C. MILEN VAN SCAFAL ENDE LTANT IS GENOMENT MAERABITE ENDE DAER EN KENTMEN GEEN GELT MER SI MANGELEN GOUT OM ANDER»... Etc., etc.

O que, segundo Oliveira Martins, quer dizer:

«...A 14 de Junho achámo-nos diante de uma cidade chamada Scafal (Sofala) e tratámos de negociar, o que não nos foi permitido, porque os naturais tinham grandes receios do lado dos rios Paepianos. Há aí

um rio (os rios da costa de Sofala são: ao sul, o Save cuja foz está a 23° e ao norte o Pungué e o Búzi que desembocam a 19° 30', estando presentemente o rio Búzi sem ligação para o Grande Zimbábue) *que vem da terra dos Paepianos situada no interior cercada de muralhas, e que não tem outra saída para o mar do que o rio Scafal. E os naturais temem que os Paepianos venham a descobrir essa estrada; porque o rei Scafal andava então em guerra com os Paepianos (abexins).*

*«...Tratámos com os naturais da terra dos Paepianos que aí estavam cativos, e eram tratados como escravos. Esta terra dos Paepianos é abundante de prata, pedras preciosas e outras riquezas, e este reino está a 400 milhas do Cabo da Boa Esperança.*

*«...Daí velejámos para uma ilha chamada Miskebyc (Moçambique), onde se reuniu novamente toda a frota) está a 200 milhas de Sofala, e a terra chama-se Maerabita; não se usa aí moeda, troca-se o ouro e a prata com outras mercadorias», etc., etc.*

De facto, sendo os Paepianos conhecidos como abexins, por bastantes historiadores e antropologistas, certamente que não podem restar dúvidas de que povos negróides habitavam dentro de muralhas no ano de 1504 (pelo menos no Grande Zimbábue, de Forte Vitória), ou seja um ano antes de Pedro de Anaiá ter começado a tranqueira da fortaleza de São Caetano de Sofala. Quando os nossos ancestrais chegaram à costa de Moçambique já estas construções, pelo menos a citada, estava feita, embora as ruínas em território português de Moçambique sejam muito mais modernas, como foi verificado com as ruínas do monte Nhamara descritas neste estudo.

Também, na carta de Gaspar Veloso escrita ao Rei de Portugal, dando notícia da expedição de António Fernandes ao reino do Monomotapa, aparece:

*«Dali a Embiri, que é uma fortaleza do Rei do Monomotapa que a está agora construindo de pedra em sossa (pedra solta, sem argamassa) à qual se chama Camanhaia e onde ele sempre está, há cinco dias de jornada, etc. ...»*

Só esta parte da carta de Veloso, levou o historiador Caetano Montez, espírito de investigador, a chamar a atenção no prefácio à edição portuguesa do livro «*António Fernandes, descobridor do Monomotapa*», que traduziu para português e acrescentou com valiosas notas, a escrever o seguinte:

*«Especialmente chamaremos as atenções para o passo da carta de Veloso onde se acha a informação que quanto a nós, dá relevante importância a este documento, aquela em que Fernandes diz que o Monomotapa estava, construindo em Mbiri uma fortaleza de pedra sem cal. Esta informação parece autorizar a teoria de que os zimbábues representam obra original da cultura indígena e não uma intervenção estrangeira. Este apaixonante enigma que tem resistido à erudição dos investigadores é excitado agora por esta informação de Fernandes».*

Embora a Arqueologia tenha já confirmado a citação de António Fernandes, dos princípios do século vxi, não podemos deixar de atribuir o mérito a Caetano Montez de ter sido o primeiro investigador português que, estribado em documentação, chegou a esta conclusão, pois não acreditamos que a afirmação de Gaspar Veloso seja fantasiosa. Este pormenor, de grande importância, tem passado a inúmeros investigadores sentimentalistas que não querem admitir que foram povos Bantos os edificadores dos amuralhados da cultura Zimbábue-Monomotapa.

Entretanto, Diogo de Alcáçovas, na carta que escreveu de Cochim, em 1506, dava mais a informação seguinte:

*«...E poderá, Senhor, um homem ir a uma cidade que se chama Zimbábue de Sofala, que é grande, em que sempre o Rei está, em dez ou onze dias de andar ordenadamente como em Portugal, mas porque eles não andam senão desde pela manhã até ao meio dia...»*

Esta citação de Alcáçovas, também tão pouco citada, não nos repugna também confirmar que se deve tratar do Grande Zimbábue, de Forte Vitória, o primeiro que devia ter sido edificado.

E, para terminar as narrativas escritas, temos em «*Respostas ao Questionário Etnológico*», de Gustavo Bívar Pinto Lopes — edição da Imprensa da Companhia de Moçambique que, a páginas terceira cita:

«... Em Chimoio, Moribané e Neves Ferreira conserva-se a tradição dum povo invasor, vindo de Urodzi, que há muitos anos, em época muito anterior à vinda dos Vátuas de Manicusse, veio estabelecer-se na região. Segundo uns informadores, esse povo era muito superior em inteligência aos aborígenes que eram já Mateve e que viviam como brutos, não possuindo nenhuma noção de governo; não conheciam a agricultura, vestiam cascas de árvores, comiam frutos do mato e caçavam. Foram os Urodzis que lhes ensinaram a agricultura e lhes trouxeram sementes, tendo-os avassalado sem violência, por os Mateve lhes não terem resistido.»

«... Segundo outros informadores, os Mateve, à data da invasão dos Rodzis, eram já agricultores, trabalhavam o ferro que eles próprios extraíam, tinham os seus régulos, e eram enfim muito superiores à raça <sup>(1)</sup> invasora. Se estes se impuseram aos Mateve foi por serem mais numerosos e talvez também mais aguerridos.»

«Seja como for, é tradição que os primeiros Urodzis tentaram transportar os montes de Chimoio para a sua terra, afirmando-se que ainda se vêem hoje grandes covas no Nharonharo e outros montes de Chimoio. Parece que desistiram, tendo depois resolvido levantar uma torre de pedras sobre a Zembe, para tirarem a lua do Céu e levarem-na ao seu régulo Changamira. A torre, quando já ia muito alta, caiu, tendo morrido muitos dos seus construtores. Em certo sítio daquela serra vê-se grande quantidade de pedras soltas, que os indígenas dizem ser restos

---

(<sup>1</sup>) O autor, provavelmente por engano, usou a expressão «raça», quando devia empregar a palavra «povo». Pois, conforme é sabido, sòmente existe uma única raça negróide ou melanodérmica.

da tal torre, havendo em Moribane outro montão de pedras a que os indígenas dali atribuem origem semelhante».

«... Os que escaparam da derrocada voltaram ao Urodzi, onde deram conhecimento ao seu régulo, não só do desastre, como da riqueza e excelência das terras que tinham visitado. Changamira mandou então o seu neto Mécio, filho de Chibangobango, com muita gente, para tomar posse das terras, tendo-se esse Mécio estabelecido em Moribande num sítio chamado Máruè ou Chau (actual Caia?). Tomou ali o nome de Sachiteve, ou seja chefe dos Ateves e mandou vários parentes para governarem outros tantos dos seus domínios».

Foi admitido que a cultura dos zimbábues tinha sido extinta antes dos nossos ancestrais terem chegado às costas de Moçambique; contudo, assim certamente não sucedeu, pelas transcrições atrás referidas dos nossos cronistas e outras e pelas provas concludentes a que se chegou não só com os Machona, que ainda constroem com pedras, como com os Matakam, no Camarão Setentrional, povo descoberto recentemente pelo etnólogo suíço René Gardi e que no presente vive em amuralhados por eles edificados com técnica idêntica à cultura dos zimbábues. cremos que só depois da integração da cultura Machona, resultante de diversas invasões, como a dos barótses, changanas, Suawzi, Matabele e, finalmente, os Europeus, e depois das velhas instituições dos reinos terem sido destruídas e, naturalmente, substituídas por outras é que as construções começaram a extinguir-se, devido às mudanças constantes, provenientes das fugas perante o inimigo.

Mais de uma vez se tem tentado ligar as ruínas aos Barótses, mas talvez estes tivessem aprendido a construir em pedra com os Machona, por terem sido absorvidos por estes.

Entretanto, é certo poder afirmar-se que a arte de construir em pedra foi mais prolongada na Rodésia, particularmente na região dos Makonis, entre os Waungwe, onde muitos dos traços da cultura típica das instituições do Monomotapa sobreviveram. A razão desta sobrevi-

vência foi devida ao facto dos Waungwe estarem menos expostos às guerras devastadoras do que outros povos da Rodésia, onde a chegada dos europeus deu o golpe misericordioso na cultura monomotápica. Podemos, também, apontar o facto de que entre os Bavendas do Transvaal do Norte (uma tribo cuja cultura é essencialmente Machona) a arte de construir em pedra sobreviveu até aos nossos dias. É opinião aceite de que a cultura Zimbáuè-Monomotapa desapareceu só depois da cultura Machona ter perdido a sua integridade política.

## AGRADECIMENTO

Ao terminarmos este trabalho divulgativo, queremos deixar bem patente o nosso reconhecido agradecimento às **entidades e pessoas** que nos ajudaram nestas investigações, quer material quer moralmente:

- Sua Excelência o Senhor Coronel Macedo Pinto, então Governador do Distrito de Manica e Sofala;
- Dr. José Nascimento Duarte, Reitor do Liceu Pero de Anaia, na Beira;
- Tenente Lomelino de Freitas, então Delegado Regional da Mocidade Portuguesa (de Manica e Sofala);
- Instituto de Investigação Científica de Moçambique, por intermédio do seu Centro de Documentação;
- Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique;
- Comando e subordinados de determinado destacamento militar de Vila Gouveia;
- E, muito especialmente, aos então alunos finalistas do Liceu Pero de Anaia, na Beira, Sr. Carlos Tolda, Edgar Nasi Pereira e Alvaro de Vasconcelos, que prèviamente preparámos para colaborarem nestas investigações, sendo deles a maioria das fotografias que ilustram este trabalho. A todos, os nossos sinceros e reconhecidos agradecimentos.

Beira, 21 de Setembro de 1967.

OCTAVIO ROZA DE OLIVEIRA

## BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

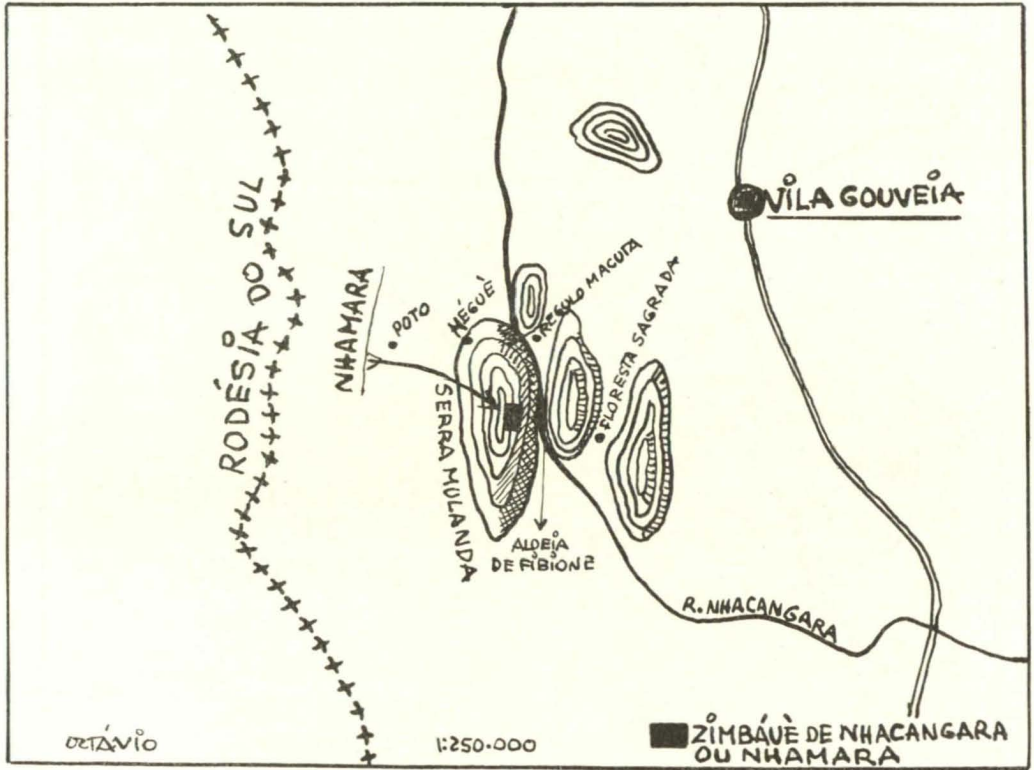
- BARRADAS, LERENO ANTUNES — *Zimbáuês do Bárue* — Memórias do I. I. C. de Moçambique. Lourenço Marques — 1963.
- BAUMANN, H. — *Die Afrikanischen Kulturkreise* — 1931.
- BULLOCK, C. — *The MASHONA* — 1928.
- CATHON THOMPSON — *The Zimbabwe Culture* — 1931.
- CHILDE, VITOR GORDON — *A Short Introduction to Archaeology*.
- DAMIÃO DE GÓIS — *Crónica d,El Rey Dom Manuel* — 1566.
- DART, RAYMOND A. — *Africa's Place in the Emergence of Civilisation* — SABC.
- GARDI, RENÉ — *Mandara* — coleção Labor.
- GOODWIN, A. J. H. — *Method in Prehistory — an Introduction to the Discipline of Prehistoric Archaeology with special reference to South African Conditions* — S. A. A. S. — 1953 (Cape).
- FROBENIUS, LEO — *Monumenta Africana* — 1956.
- JOÃO DE BARROS — *Década da Ásia* — 1628.
- JOÃO DOS SANTOS — *Ethiopia Oriental*.
- KENYON, KATHLEEN M. — *Beginning in Archaeology* — Phoenix House Ltd. London. 1952.
- MAC IVER, RANDALL — *Medieval Rhodesia* — 1905.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. — *A Pré-História de Moçambique*.
- OLIVEIRA, OCTÁVIO R. DE — *Amuralhados da Cultura Zimbáuê Monomotapa de Manica e Sofala* — Edição de Artes Gráficas — Lourenço Marques — 1963.
- *A Fundação de Ferro Nativo na África Austral* — (algumas jazidas em Manica e Sofala) Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique n.º 138 — 1964.

- SCHUULZ, KARL HECHTER — *Modern Decorative Patterns of the Southern Bantu: an Introductory Note* — The Journal of Royal Anthropological Institute — 1965. Vol. 95.
- SCHOFIELD, J. F. — *Zimbabwe* — 1962.
- SUMMERS, ROGER — *Inyanga* — 1959 — Cambridge — University Press — *Zimbabwe — A Rhodesian Mystery* — Nelson — 1963.
- WALTON, JAMES — *African Village* — 1956 — J. L. Van Schaik, Ltd. Pretória.
- WIESCHHOFF — *The Zimbabwe-Monomotapa Culture in Southeast Africa* — caderno à «Gestetner» — 1941 (USA).
- WILMOT — *Monomotapa, its Monuments and History* — 1896.

NOTA — Além da bibliografia citada servimo-nos de vários apontamentos privativos, ainda não publicados, referentes a várias investigações que temos efectuado em zimbábues de Manica e Sofala.



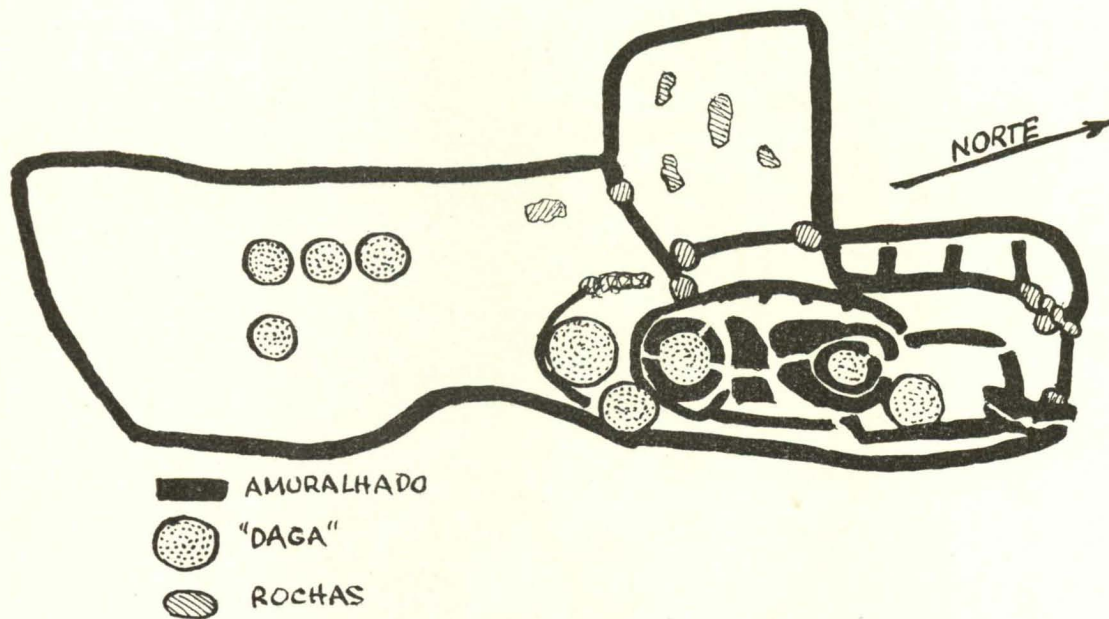
Principais amuralhados existentes em Moçambique. O Zimbáuè de Nhamara está indicado com o nome de Nyacangara, como também é conhecido.



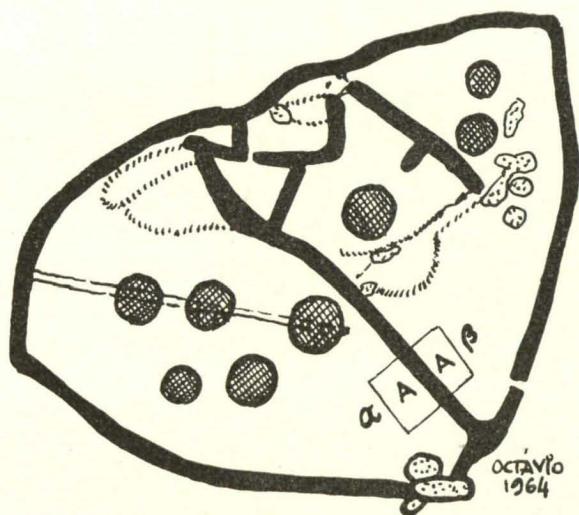
Pormenor da localização das ruínas do Monte Nhamara.



O Doutor Karl Hechter-Schulz, (XX) antropologista sul-africano, que tem acompanhado o autor (X) em várias visitas de estudo em Moçambique.



Ruínas de Nhamara, segundo Wieschoff. Esta planta é muito diferente da existente no Museu «Dr. Álvaro de Castro», em Lourenço Marques.

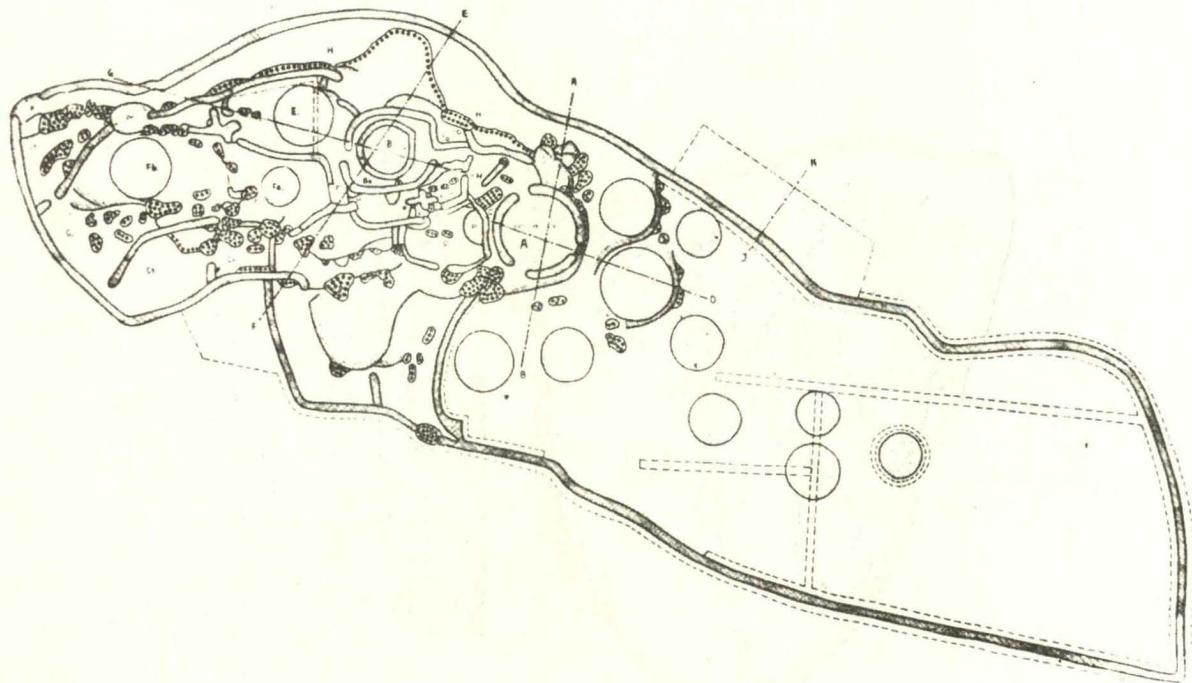


— EMPEDRADO

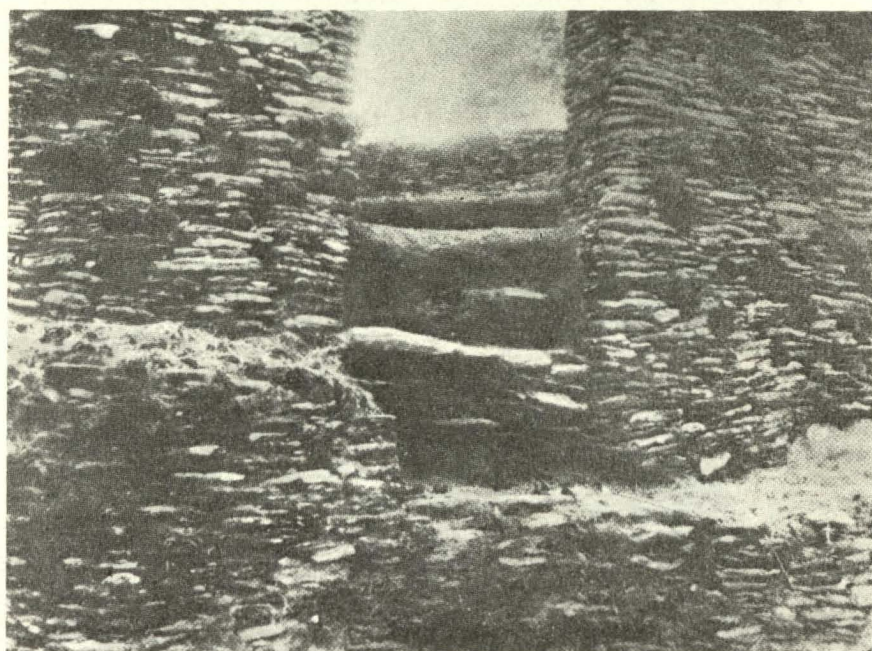
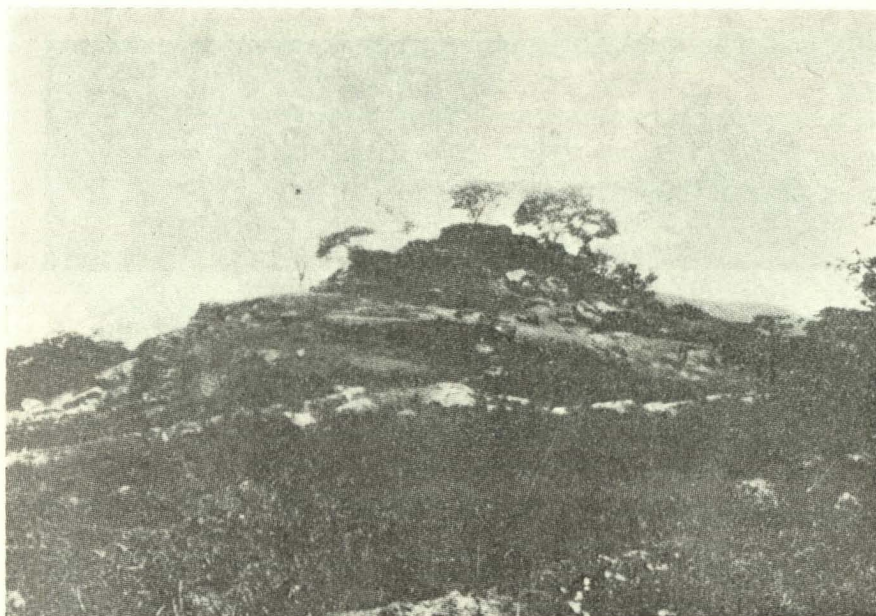
— BASES DE "DAGA", ONDE ASSENTARAM  
OUTRORA PALHOTAS DO TIPO CHONA

— ROCHA: - XISTOS MICÁCEOS

Ruínas de Magure, segundo Wieschhoff. Estas ruínas, citadas neste estudo, serão descritas nou-  
tro trabalho a publicar oportunamente.



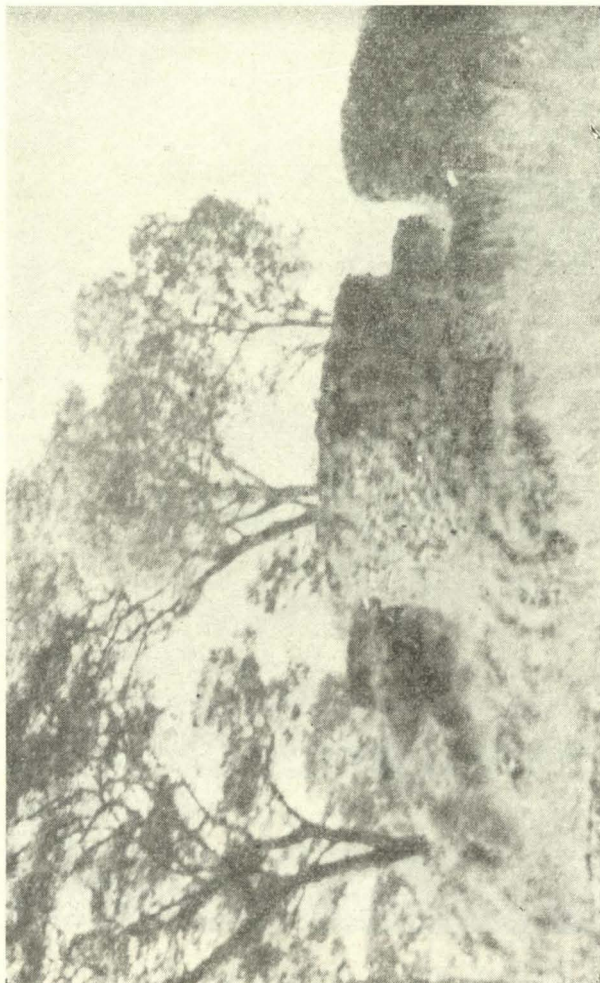
Ruínas de Nhamara, planta existente no Museu «Dr. Álvaro de Castro», em Lourenço Marques. (Fotografia gentilmente cedida pelo Centro de Documentação Científica de Moçambique). É muito provável que fosse Karl Wiese quem fez esta planta.



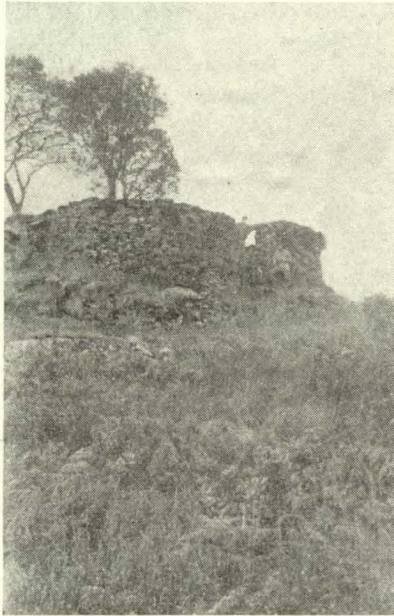
Ruínas de Nhamara. Fotografias gentilmente cedidas pelo Centro de Documentação Científica do Instituto de Investigação Científica de Moçambique.



Complexo amuralhado do Monte Nhamara, na primeira visita de estudo feita às ruínas em 1963.



Complexo do Monte Nhamara.



Complexo do Monte Nhamara.



Pormenor das ruínas de Nhamara. Visita de estudo em 1964.



Pormenor das ruínas de Nhamara. Visita de estudo em 1964.



Pormenor das ruínas de Nhamara.  
Empedrado interior.



Recinto amuralhado. No meio existiu uma palhota edificada sobre «daga» (1964).



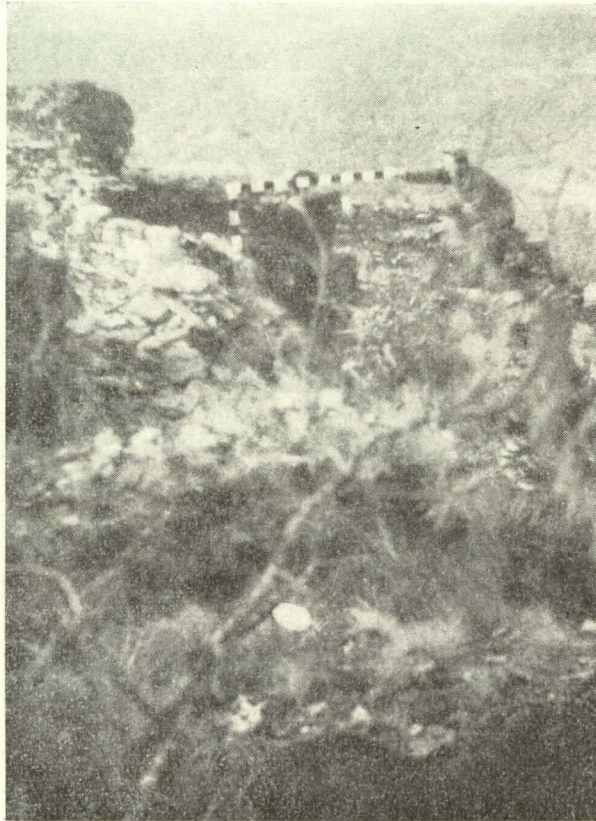
Recinto amuralhado. No meio existiu uma palhota edificada sobre «daga».



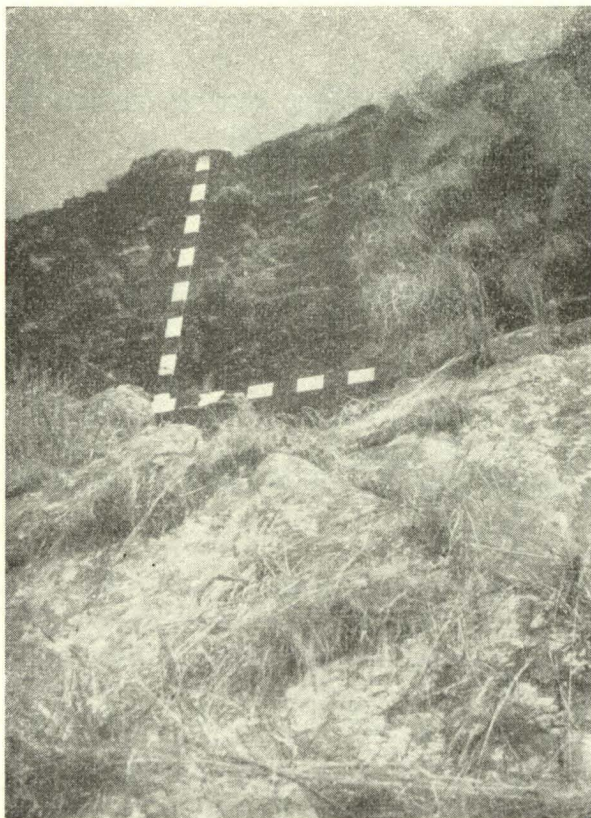
Sepulturas, na Floresta Sagrada, no caminho para o Monte Nhamara.



Pormenor da disposição dos xistos micáceos, no  
Zimbáuè de Nhamara.



Medições, seguindo o trabalho de Wieschhoff, no empedrado interior



Medições, seguindo o trabalho de Wieschhoff, no empedrado exterior.



Pormenor da muralha exterior.



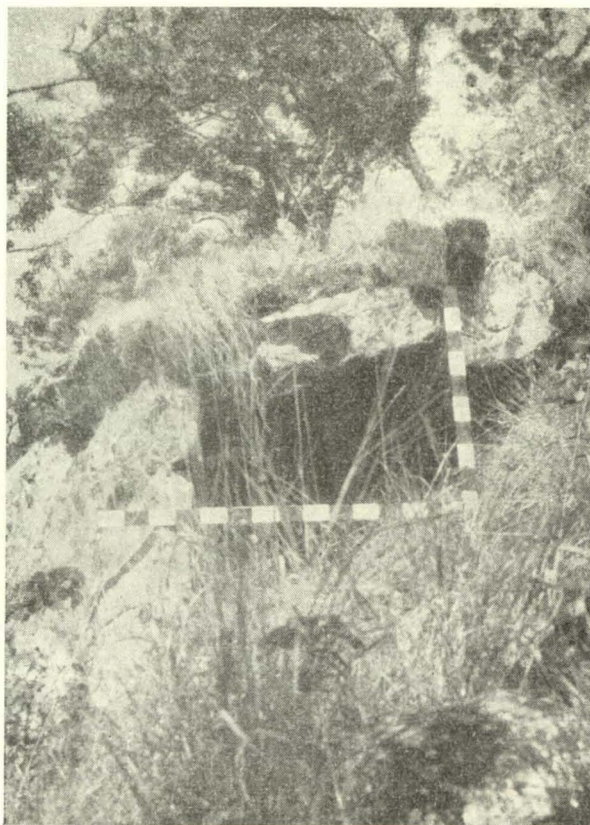
Pormenor da muralha interior.



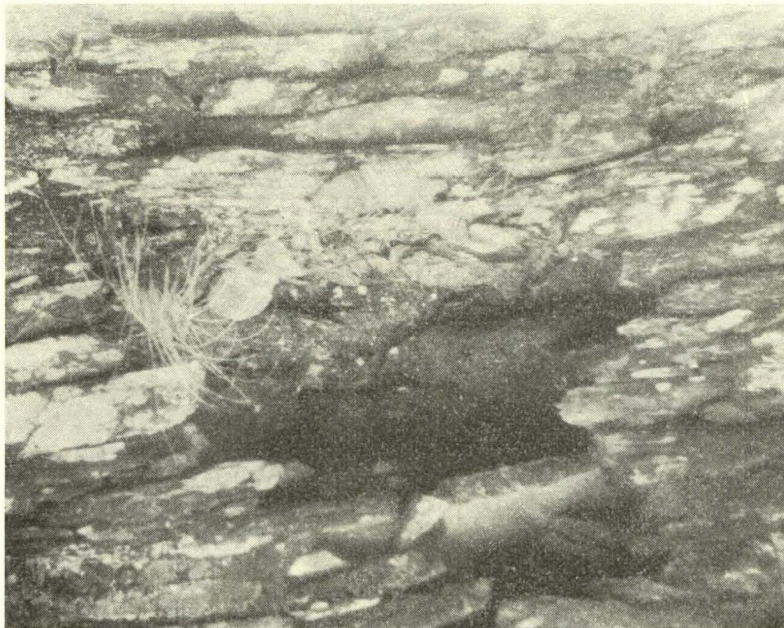
Vista panorâmica do cimo da muralha principal do Zimbábue do Monte Nhamara. Em frente, o território da Rodésia.



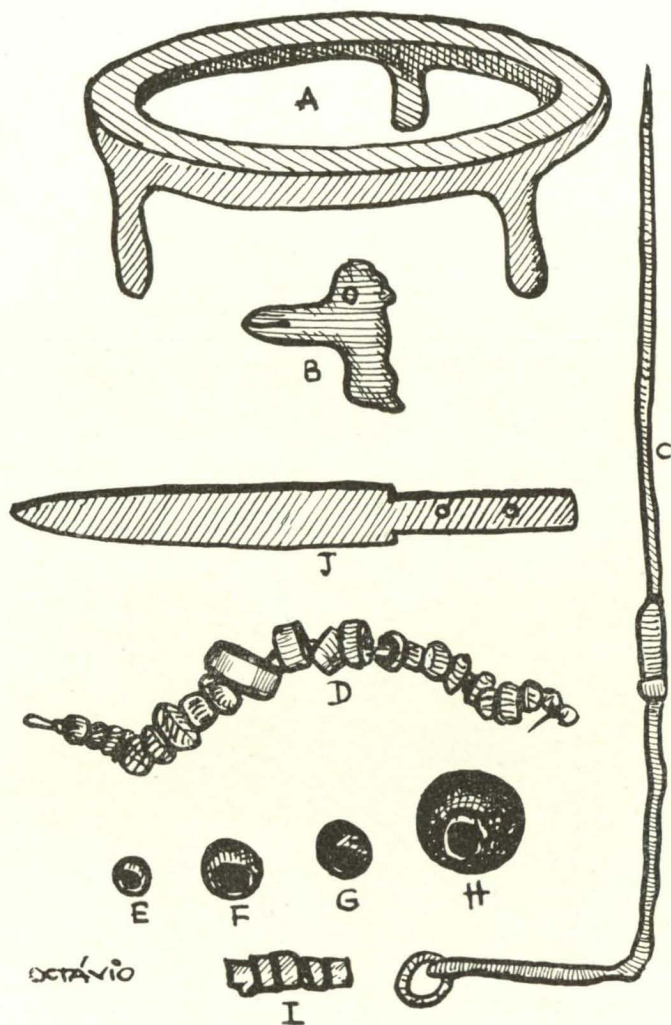
Muralha desmoronada, no complexo do Monte Nhamara.



Local onde o nativo Shungano fez as rezas ao rei Changamira, na presença de Wieschhoff.



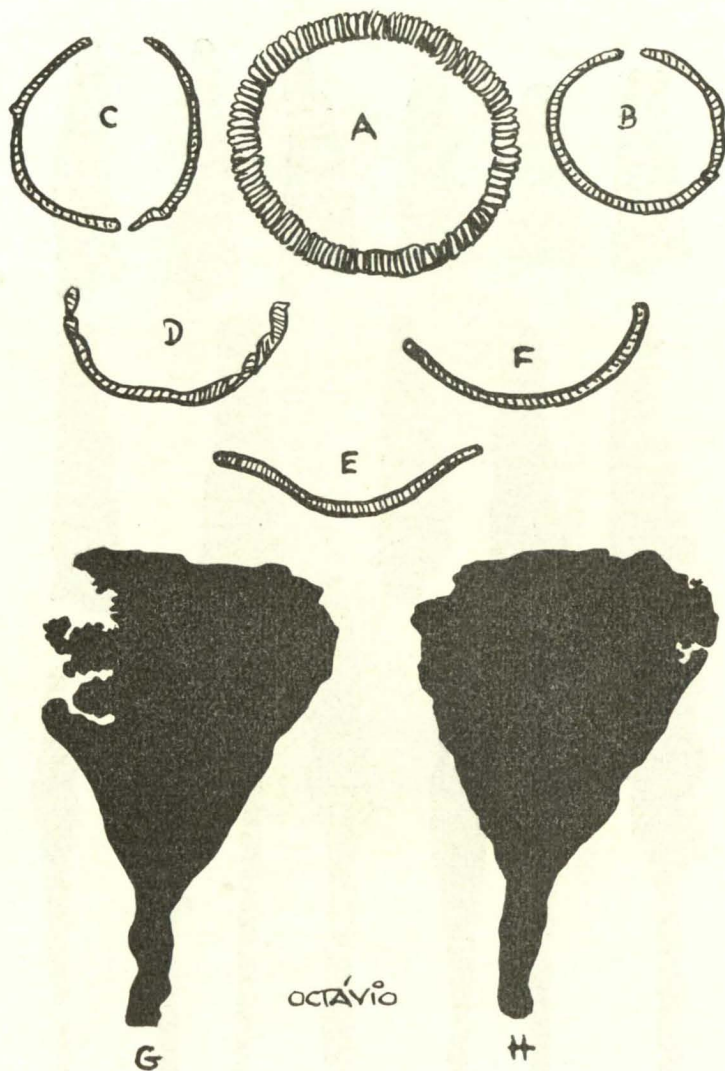
Colocação dos xistos-micáceos, uns em cima dos outros, sem argamassa de cimento a uni-los. Ruínas de Nhamara.



Utensílios e ornamentos recolhidos nas ruínas de Nhamara:

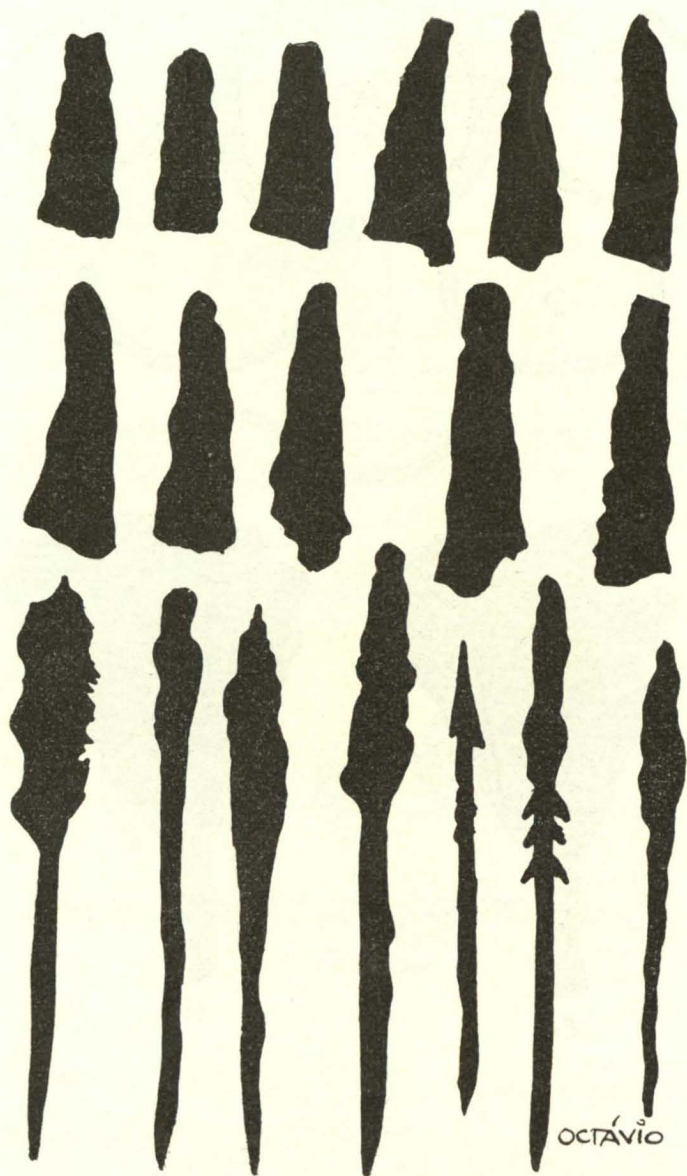
- a) — Suporte de barro para panela;
- b) — Cabeça de pássaro, em barro;
- c) — Balança de bronze (romana);
- d) — Amuleto, com contas e ossículos;
- e) — Conta de bronze;
- f) — Conta de bronze;
- g) — Conta de bronze;
- h) — Conta de bronze;
- i) — Lusingo;
- j) — Faca, de tipo europeu.

(Nota: este espólio devia ter ido todo para a Alemanha).

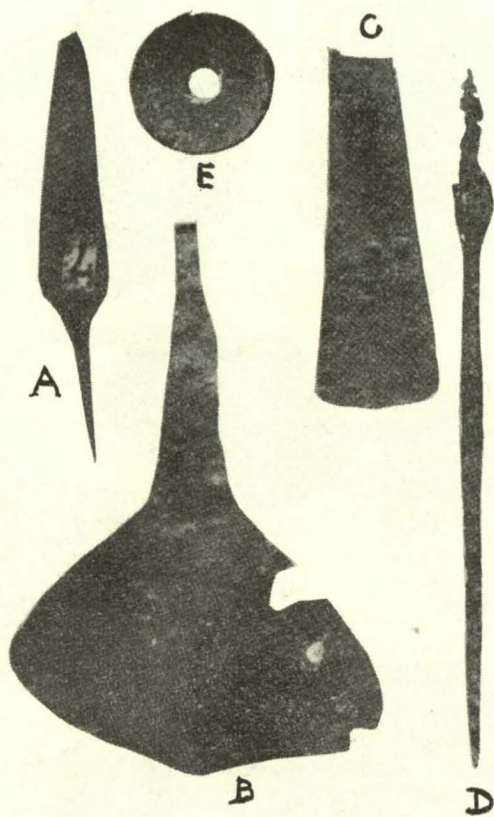


Ornamentos e utensílios colhidos nas ruínas de Nhamara:

- a) — Bracelete de fio de cobre, entrelaçado com pelo de elefante;
- b) — Bracelete em bronze;
- c) — Bracelete em bronze, partindo em duas partes;
- d) — Parte de bracelete em bronze;
- e) — Parte de bracelete em bronze;
- f) — Parte de bracelete em bronze;
- g) — Lâmina de enxada de ferro;
- h) — Lâmina de enxada de ferro.



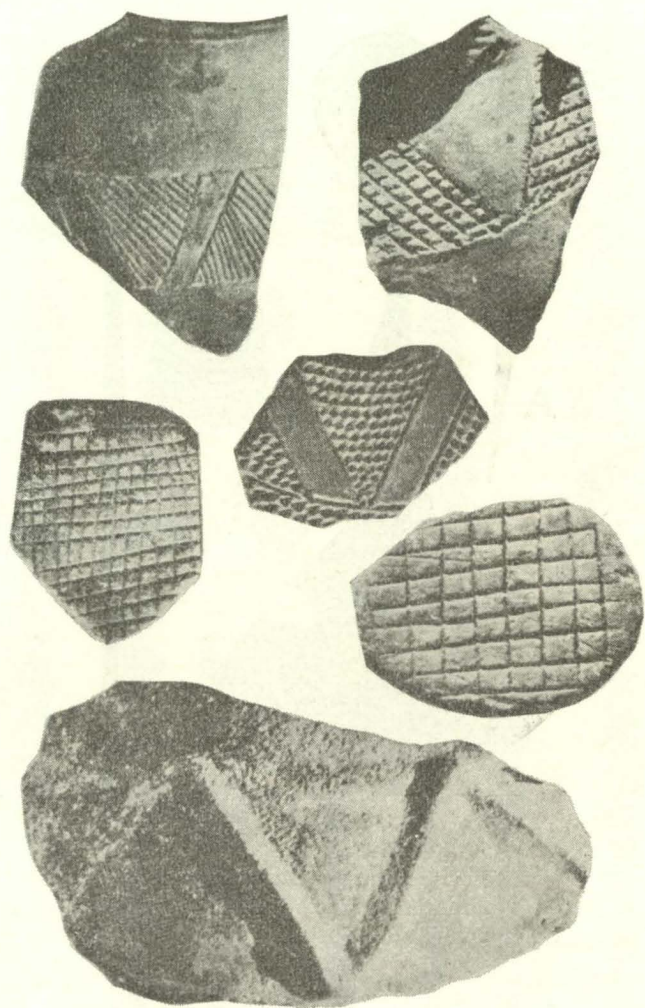
Lâminas de machados e pontas de lança colhidas nas ruínas de Nhamara (ferro). Os cabos, tanto dos machados como das lanças, eram de madeira, matéria orgânica arqueologicamente perecível e que não foi encontrada nas investigações efectuadas, tanto por Wieschhoff como por nós. A maioria está corroída, devido à acidez do solo.



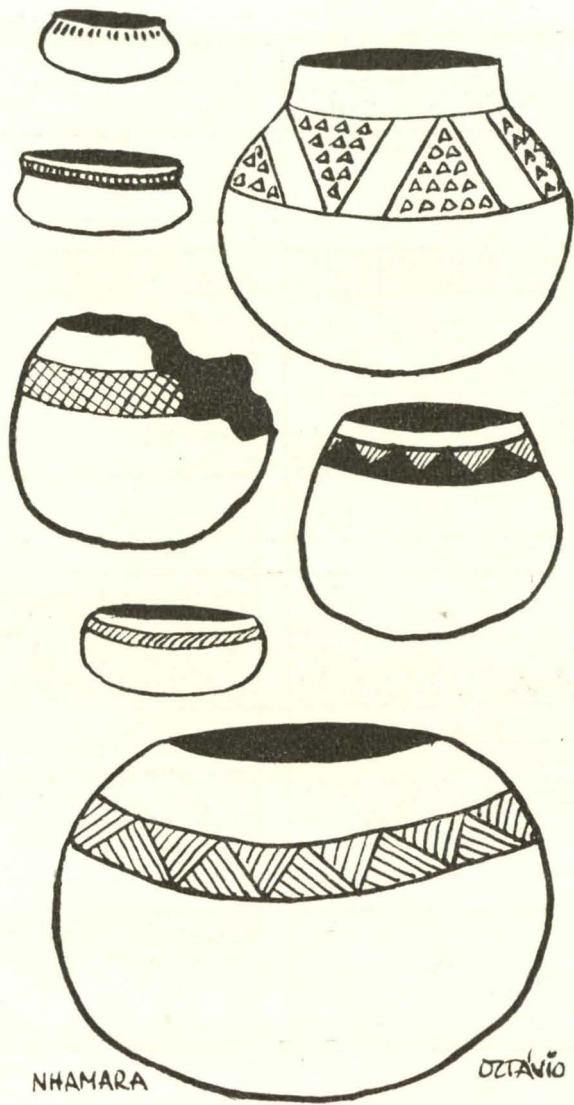
Utensílios de ferro colhidos nas ruínas de Nhamara, em exposição no Museu «Dr. Álvaro de Castro», em Lourenço Marques:

- a) — Ponta de azagaia;
- b) — Enxada;
- c) — Machado;
- d) — Ponta de lança;
- e) — Roda furada (de cerâmica ou de ferro).

(Fotografias gentilmente cedidas pelo Centro de Documentação Científica, do Instituto de Investigação Científica de Moçambique).

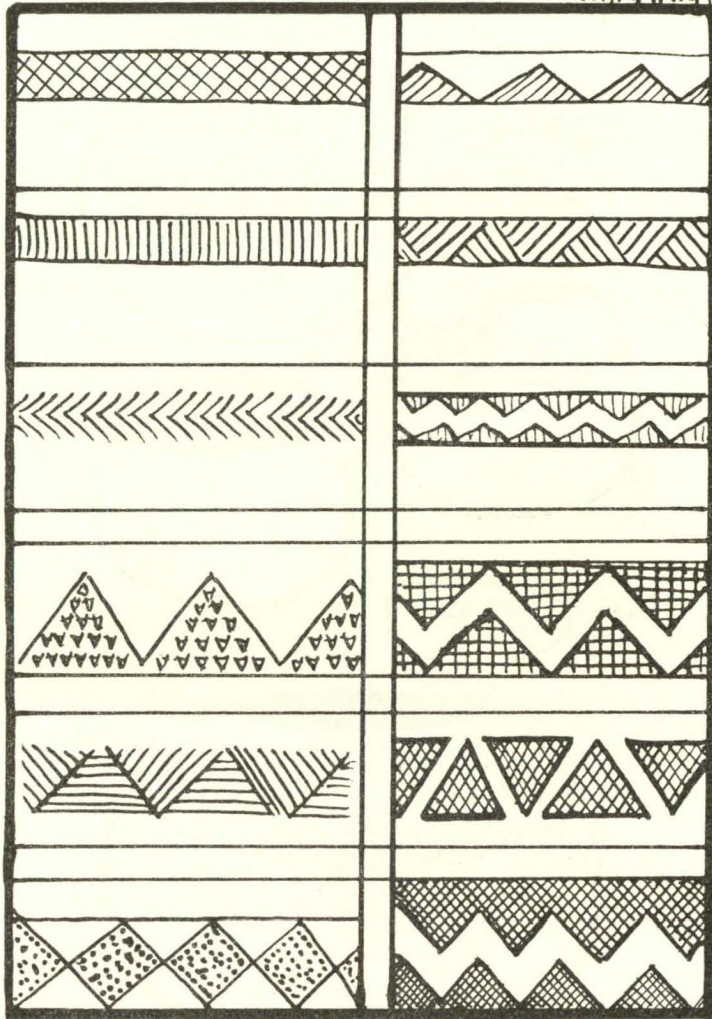


Cerâmica com incisões e colorida, colhida nas ruínas de Nhamara, em exposição no Museu «Dr. Álvaro de Castro», em Lourenço Marques. (Fotografias gentilmente cedidas pelo Centro de Documentação Científica, do Instituto de Investigação Científica de Moçambique).



Tipos de cerâmica colhida no complexo do Monte Nhamara.

NHAMARA



1967

Tipos de incisões nos bordos da cerâmica colhida no complexo do Monte Nhamara

II PARTE

HISTÓRIA

SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO FIDALGO, ATRAVÉS  
DAS ORDENAÇÕES E LEIS DO REINO

pelo

sócio efectivo

*Francisco de Simas Alves de Azevedo*

Comunicação feita na Secção de História,  
em 11 de Março de 1964

## SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO FIDALGO, ATRAVÉS DAS ORDENAÇÕES E LEIS DO REINO

QUE informações, explícitas ou implícitas, nos podem fornecer as *Ordenações e Leis do Reino* sobre a função social do fidalgo português, quer por alusões a cargos que lhe fossem exclusivamente atribuídos, quer por outro meio qualquer, é o tema que me proponho tratar nesta comunicação.

A escolha do tema impôs-se-me, pois procurei abordar assunto muito falado, geralmente pouco conhecido, quando não deturpado, por vezes malevolamente ou com lamentável estreiteza de vistas.

Umás palavras, prévias e lacónicas, mas, creio, indispensáveis, sobre a palavra *fidalgo*.

Este vocábulo, que só se encontra na linguagem juridico-nobiliárquica de Portugal e dos países da Coroa de Castela, portanto que só generalizando abusivamente se pode considerar para outras civilizações exprime um conceito que de modo nenhum se deve confundir com o expresso pela palavra *nobre*.

Que as idéias são profundamente diferentes, que o «peso» nobiliárquico do fidalgo, permita-se-me a expressão, é superior ao do nobre, sentiu-o e declarou-o inequívocamente o grande Braamcamp Freire, confessando no entanto a sua incompetência em ir mais além. Imitarei o Mestre...

Fidalgo é filho de algo, filho de alguém, alguém que se recorda, que é recordado naturalmente porque deve ser imitado, porque se impõe como exemplo a seguir, *como programa de vida a ter sempre presente*. Por outro lado, esse alguém entra na composição do vocábulo como termo de ligação temporal e familiar: é o pai desse indivíduo que é designado fundamentalmente como filho de alguém.

Que conclusões se podem tirar? Que se não admite um fidalgo que seja, por si só, alguém, mas sim o continuador desse alguém.

E o que é que quer dizer tudo isto? Que um fidalgo não se improvisa, não se faz. Nasce, e nasce para continuar, para seguir, para ultrapassar um programa que lhe é dado, que é a sua razão de ser.

Conceito declaradamente normativo e programático este de fidalgo, *em que a valorização individual toma o aspecto de definição do indivíduo*.

O fidalgo é, pois, um indivíduo que existe para se valorizar, que nunca se pode esquecer que é filho de alguém, que tem de ser alguém.

\*

As *Ordenações e Leis do Reino*, na sua edição do mosteiro de São Vicente de Fora, publicada em 1747, apresentam-se em 5 livros, divididos em grande número de títulos, e agrupados em 4 volumes de grande formato e centenas de páginas. Seguiu-se-lhes, em data, a impressão dum Repertório, índice assaz difuso mas precioso, em 2 grossos volumes de idêntico formato, cujo último viu já a luz da publicidade no reinado de D. José I.

Apresentam-se estas *Ordenações* como termo duma evolução de recopilações e reimpressões das «*Ordenações Filipinas*», iniciada por ordem expressa de D. João IV, as quais muito retomam da matéria legal anterior.

Julgo, portanto, ser perfeitamente lícito admitir-lhes o depoimento para o investigar da consciência jurídica portuguesa no campo nobiliárquico, que é o que ora me ocupa, em épocas bem anteriores a meados do século XVIII.

Escolhido o tema deste trabalho e consultada a obra, logo verifiquei a possibilidade de três caminhos diferentes, na procura do depoimento do texto sobre o meu tema.

Assim:

1) A procura de quais os privilégios dados, que uma vez apontados e meditados me poderiam conduzir a inferir quais as qualidades morais e intelectuais que se pretendiam desenvolver, qualidades naturalmente a exigir a quem deve desempenhar determinado tipo de função.

2) A procura de quais os cargos expressamente reservados aos fidalgos, por concreta disposição legal, os quais pelas suas atribuições mostrariam a função do fidalgo na Sociedade.

3) A procura de alusões expressas do próprio texto, ao que, em linguagem moderna, chamaríamos a função social.

Nem 1) nem 2) dão, talvez ao contrário do que se esperaria, muitos elementos. Assim, como se verá pelo decorrer desta exposição, não são muitos os cargos reservados aos fidalgos; não são muitos os privilégios que se lhes concede. Sobretudo tudo se encontra disperso, ao acaso dos assuntos e títulos.

Creio lícito, porém, supôr que numerosos cargos não mencionados seriam implicitamente, na consciência político-administrativa nacional da época, considerados como desdobramento de outros mais antigos ou mais importantes, pedindo-se-lhes e dando-se-lhes o mesmo que aos anteriores, esses expressamente reservados aos fidalgos.

Por outro lado, prendendo-se quase sempre a Lei (as *Ordenações*) mais com os cargos da atribuições jurídicas, não admira que não aluda, se não de passagem, a vários outros, em todo o caso o suficiente para que se possa fazer uma equiparação, como mostrarei.

O resumido número de privilégios do fidalgo não deve diminuir a sua importância, sobretudo a insofismável intencionalidade de formação moral, que vai muito para além do simples privilégio.

O 3.º caminho que indiquei acima leva à obtenção de algumas informações a valorizar, embora de carácter demasiado genérico.

Os resultados da recolha de elementos nas *Ordenações e Leis do Reino* segundo os vários caminhos que indiquei, serão expostos consecutivamente.

### 1) PRIVILÉGIOS

O núcleo mais numeroso de privilégios dos fidalgos é de natureza penal.

Assim, dum modo geral, exceptuados, note-se bem, muitos casos, em crimes pelos quais o plebeu seria açoitado ou, até, condenado à morte, o fidalgo é apenas degredado; o fidalgo não é preso por dívidas ou casos leves; o fidalgo não é metido a tormentos. As excepções a que aludi são muito de considerar: culpado de lesa-magestade, aleivosia, falsidade, moeda falsa, falso testemunho, feitiçaria, sodomia, alcovitaria, furto, o fidalgo é castigado com a *mesma* severidade que espera o plebeu. Em compensação, corruptor de mulher virgem, o fidalgo é apenas degredado, o plebeu degredado e açoitado; o raptor fidalgo é degredado, o plebeu com a mesma culpa pode ser executado.

Castigos idênticos esperam o homem (fidalgo ou não) que dormir com freira ou raptar do convento.

Em casos de rapto, se a rapariga é tirada de casa dos pais «com afagos», o fidalgo até pode deixar de o ser (assim se pune a hipocrisia, em quem deve ser exemplo de honra).

O fidalgo que puxa de arma dentro do paço real é degredado, e o plebeu com a mesma culpa também, mas a este previamente corta-se-lhe a mão com que puxou a arma.

Outro aspecto: o fidalgo só é executado com conhecimento do rei, e admite-se-lhe quando preso (mas nem sempre) a homenagem, isto é a prisão sob palavra.

Em conclusão, se verifica dos privilégios penais, e mesmo pelos motivos dos casos da sua suspensão, que havia a intenção de poupar o fidalgo a situação humilhante, mas, por outro lado, quando o próprio fidalgo em situação humilhante se colocava por livre vontade, então a punição acentuava-se pela supressão do privilégio, castigando assim duplamente o mau fidalgo.

Que o ser fidalgo não é escapatória de castigos, pelo contrário. Exemplo: o fidalgo que injuria, mesmo que o queixoso desista, é castigado; outro exemplo: a pessoa de qualidade que deixar o navio em que vai, sem licença do capitão-mor, perde os seus privilégios, paga o quádruplo do que recebeu e é por 4 anos degredado.

Outro tipo de privilégios leva à salvaguarda da dignidade pessoal do fidalgo.

Assim quando penhorado, a penhora é exigida de fora da porta de sua casa; à mulher fidalga não podem ser penhoradas as roupas do seu corpo e cama, mesmo que outros bens não tenha.

As escrituras do fidalgo são aceites como públicas; se nos testamentos declaram haver pagos a seus criados são acreditados.

Se um plebeu desafiar um fidalgo para um duelo, o plebeu é açoitado; análogamente, se um marido plebeu surpreender sua mulher em flagrante delito de adultério com um fidalgo, não o poderá matar, mas se o matar não morrerá por isso.

Certos privilégios, claramente se verifica visarem facilitar ao fidalgo certo tipo de vida e actividades, que adiante se verá quais são. É o caso da proibição do confisco de armas ao fidalgo, da autorização ao fidalgo proprietário nos Reguengos de morar fora deles.

O privilégio fiscal, dispensa de determinado imposto — as fintas — pode e deve ser lembrado aqui.

O privilégio do fidalgo talvez mais vulgarmente conhecido, o uso de brasão de armas, visa, conjuntamente com outras medidas, a distinguir e a defender o grupo social Fidalguia contra possíveis usurpações.

«Nobreza se prova pelos brasões de armas» se diz no Livro 5, título 92 das *Ordenações*, e acumulam-se as penalidades para aqueles que usem brasão que lhes não pertença (mesmo se tivessem direito a outro, direito que poderão como parte da punição), que modifiquem as armas, que usurpem o título de Dom (o qual é, apresso-me a lembrar, mercê completamente independente do brasão de armas, e superior), que usem apelido fidalgo, a que não tenham direito.

Estas penalidades podem atingir o confisco total dos bens, na usurpação de brasão e a perda da fidalguia, se a houver, no caso de usurpação do título de Dom. Tanto é evidente que os privilégios dos fidalgos eram bem defendidos, mesmo dentro do seu grupo social, hierarquizado em categorias.

Medida severa e curiosa que acompanha estas penalidades, é a perda automática de demandas em que esteja empenhado o usurpador de títulos de fidalguia.

(Entre parentesis me atrevo, lembrando-me que sou heráldista, a fazer notar que o uso de brasão, como prova palpável de nobreza, tal como o apresenta o Livro 5, título 92, das *Ordenações* e o monopólio da sua concessão transformado em verdadeiro «direito real», são fenómenos relativamente tardios — séculos XV e XVI — na história da Heráldica portuguesa).

Em conclusão, fazendo o balanço dos resultados atingidos pelo meu 1.º caminho, temos privilégios que levam a poupar o fidalgo a situações humilhantes, mas penalidades severas, se em tais situações cair por livre vontade; o degredo, como pena mais frequente; a salvaguarda da dignidade pessoal; a inviolabilidade da propriedade das armas; a contribuição para o desafio económico (dispensa das fintas); e a possibilidade de fácil movimentação de residência (não obrigado a residir nos

Reguengos); uso do brasão como convite ao respeito alheio e próprio, defesa e identificação do grupo social.

De tudo isto há a concluir que se pretende desenvolver no Fidalgo qualidades de honra, de independência, de dignidade, disponibilidades, não lhe impedir o exercício das armas, colocá-lo no Ultramar, torná-lo respeitado porque respeitável, torná-lo bem conhecido, qualidades estas a exigir naturalmente a quem deve ocupar funções de chefia, de governo, administrativas ou jurídicas, civis ou militares, estas últimas especialmente «urgentes» no Ultramar.

O fidalgo será, portanto, um chefe ou defensor da sociedade, um guia, um exemplo, um sustentáculo.

Eis o que me parece darem as entrelinhas das *Ordenações do Reino*, para o que seja a função social do fidalgo, segundo o meu 1.º caminho.

## 2) CARGOS

Os cargos para os ocupantes dos quais as *Ordenações* exigem concretamente a qualidade de fidalgo, são: o de Regedor da Casa da Suplicação, o de Chanceler-mor, de Meirinho-mor, o de Governador da Casa do Cível do Porto, e os de Alcaide-mor.

Diz o texto legal: «O Regedor da Casa da Suplicação deve ser fidalgo de limpo sangue, sã consciência, prudente, de autoridade, letrado se possível», e diz-se que a Suplicação é o «maior tribunal dos nossos reinos». As atribuições do Regedor são de presidência e fiscalização dos respectivos desembargadores, no tribunal e fora dele, de fiscalização de advogados, juizes, notários, prisões, dos abusos na jurisdição dos senhores de terras.

«O Chanceler-mor é de grande confiança, e de quem muita parte da justiça depende, deve ser pessoa de boa linhagem, bom entendimento, virtuoso e letrado». As suas vastas atribuições incluem a fiscalização da documentação oficial, selando-a se legal, o julgamento dos altos magis-

trados, publicação das leis, fiscalização das taxas, dar fé dos compromissos de bem servir assumidos por altíssimos funcionários, desde o condestável (que a partir do século XV foi sempre um parente próximo da Casa Real) aos membros do conselho real.

«O Meirinho-mor deve ser de nobre sangue, que possa fazer cousas de muita importância, que por El Rei lhe forem mandadas ou requeridas pelas justiças». Nas suas atribuições entra o «prender grandes fidalgos e levantar forças que por as tais pessoas sejam feitas, quando por nós mandado». Ainda nomear o meirinho da corte.

«O governador da Casa do Porto é de grande confiança em nossos reinos portanto deve ser de limpeza de sangue, fidalguia, inteireza de costumes, letrado se ser pudere». As suas atribuições são idênticas às do Regedor da Casa da Suplicação.

«O Alcaide-mor deve ser de boa linhagem, porque se espera assim que não faça cousa porque ele e os que dele descenderem se afrontarem». As suas atribuições são várias e não só militares: a guarda do castelo (coisa importante e perigosa, diz o texto), a sua reparação e conservação, intervenção no que hoje se chama porte de arma, atribuições de polícia de rua, infracções ao sino de recolher, fiscalização de multas, jogos e tabernas. O substituto do alcaide-mor deve ser igualmente fidalgo, pelos motivos apresentados para o titular do cargo.

Apresento ora os cargos que, embora se não diga expressamente no texto legal em que me baseio serem privativos de fidalgos, pelos motivos que indico julgo que tal se daria.

Assim, o Regedor da Casa da Suplicação e o Meirinho-mor tinham o privilégio designado por «trazer seus contendores à corte», o que equivale ao direito de ser julgado pelos grandes tribunais da côrte. Ora o mencionado privilégio é igualmente atribuído ao Presidente do Desembargo do Paço, ao Mordomo-mor, ao Camareiro-mor, ao Alferes-mor, ao Guarda-mor, ao Aposentador-mor, ao Coudel-mor, ao Porteiro-mor, ao Almotacé-mor. Seriam, portanto, todos estes igualmente fidalgos?

Dos presidentes do Desembargo do Paço dá o Repertório das *Ordenações*, em nota, uma lista desde o primeiro (reinado de D. Sebastião) até ao que exercia à data da impressão da obra (D. José) e são todos fidalgos, quase sempre grandes do reino (pelo menos condes).

Dos restantes, grandes cargos da orgânica da côrte, muito intervinho no prestígio pessoal da pessoa e vida quotidiana do Rei (como o Mordomo-mor, ou o Camareiro-mor, ou o Reposteiro-mor) ou de direcção de importantes ramos da força armada (como o Coudel-mor) ou da administração e regulamentação económica (como o Almotacé-mor), é fácil saber terem sido ocupados igualmente por fidalgos, sendo vários hereditários de facto, em casas condaes ou marquesais, durante longos períodos.

No texto das *Ordenações*, sobre o alcaide-mor aparece a palavra «fortaleza» como sinónimo de «castelo». Ora sendo o castelo confiado ao alcaide-mor, porque não considerar o capitão a quem a fortaleza ultramarina é confiada como equiparável ao alcaide-mor, pelo menos no ponto que me ocupa?

Não teriam de ser fidalgos os capitães das fortalezas?

Parece-me legítima a suposição. Que tinham importantes atribuições, de tipo equiparável ao que já se viu ser reservado expressamente a fidalgos, não há dúvida.

Dizem algures as *Ordenações*: «a alçada dos capitães de África nos casos crimes é naquilo em que não couber morte ou talhamento de membro, e nos casos de traição e sodomia é até á morte».

Análogo raciocínio ao que fiz para os capitães das fortalezas se pode fazer para os capitães-mores das armadas. Digo *capitães-mores* e não capitães das naus porque pelo menos um caso conheço, e verificado em armada bem histórica, a da descoberta de Vasco da Gama, em que um dos capitães não era fidalgo, tendo sido nobilitado alguns anos depois do regresso. Penso em Nicolau Coelho, que recebe carta de brasão em 1503.

Se os capitães das fortalezas são fidalgos, como não hão de o ser os Vice-Reis ou os Governadores, superiores hierárquicos de tantos capitães de fortaleza?

Nada vi a tal respeito nas *Ordenações*, mas pelo menos na Índia é certo que as muitas dezenas de governadores e os 50 Vice-Reis foram todos fidalgos, os Vice-Reis geralmente grandes do Reino ou de famílias de grandes.

De tudo o que fica dito a respeito de cargos se pode concluir que o fidalgo desempenhava grande número de elevadas funções políticas e administrativas, a direcção dos grandes tribunais (o julgar, o ditar normas à magistratura), posições-chave na defesa militar do País e na manutenção da ordem, pela generalização a que procedi, funções fundamentais no manter do prestígio real, bom funcionamento da função real; no Ultramar, funções de defesa e governo; nas comunicações entre o Ultramar e a Metrópole, funções de grande comando naval.

Também chefe, exemplo, defensor, são as conclusões últimas a que chego pelo meu 2.º caminho.

### 3) ALUSÕES TEXTUAIS

Há que utilizar:

A) O que já transcrevi a respeito dos 5 grandes cargos, exigindo fidalguia, especialmente o Meirinho-mor, o Chanceler-mor e o Alcaide-mor, respectivamente, «*que possa fazer coisas de importância*», «*de grande confiança de quem muita parte da justiça depende*», «*de boa linhagem que não faça coisa porque ele e os seus descendentes se afrontem*», e, ainda a respeito do alcaide-mor, «*os nobres se presumem obrar bem e com fidelidade*».

B) Frases que se podem ler no Livro 4, título 100, § 5, a propósito dos morgadios: «*Grandes e fidalgos e pessoas nobres instituem mor-*

gados de seus bens, para andarem em seus filhos, para conservação e memória do seu nome, para que em todo o tempo se saiba a antiga linhagem donde procedem e *os bons serviços que fizeram*, aos reis nossos predecessores... para que nestes Reinos haja muitas casas e morgados *para melhor conservação e defesa dos ditos reinos* e nos poderem os possuidores deles (morgados) com *mais facilidade servir e aos reis que pelo tempo* em diante nos sucederem na coroa destes reinos.

C) O título 92 do Livro 5, já citado a respeito do brasão, apresenta-nos certas frases onde se entrevê algo sobre a função social do fidalgo.

Assim: *«brasões e apelidos se dão àqueles que por honrosos feitos os ganharam* para que sejam certos sinais e provas de sua nobreza e honra. E assim como eles *por serviços feitos a seus reis e repúblicas* se assinalaram...».

Há ainda uma observação negativa sobre a função do fidalgo: «advogar é defeso a fidalgo».

Em conclusão deste 3.º caminho: o fidalgo é o homem que (fale o texto legal a que me reporto) «faz coisas de importância», «de quem muita parte da justiça depende», «que não deve fazer coisa que o afronte ou aos seus descendentes», «que fez bons serviços» que contribui «para a melhor defesa destes reinos», «que serve» aos reis passados, presentes e futuros, que ganha a fidalguia por «honrosos feitos» mas a quem é «defeso advogar».

Temos aqui apresentada, mas não particularizada, a função de chefia, de superintendência na justiça, mas não a parte polêmica do seu funcionamento, de exemplo moral, de defesa do território e, ainda, ponto posto com mais evidência do que nas conclusões anteriores, o sentido da continuidade da sua função: servir aos reis «que pelo tempo adiante nos sucederem».

\*

Será talvez repetição escusada apresentar conclusões gerais, extraídas das conclusões dos resultados de cada um dos caminhos.

Metodològicamente julgo-o, porém, obrigtório. Serei brevíssimo. Chefia, exemplo, honra, defesa, continuidade, serviço; mestre, apenas sendo o que é, guia, porque para tal preparado, ainda antes de nascer. Tal a função social do fidalgo.

AMIZADE DO REI D. FERNANDO AS PRAÇAS  
FRONTEIRIÇAS

pelo

sócio efectivo

*José Timóteo Montalvão Machado*

Comunicação feita na Secção de História  
em 24 de Março de 1966

## AMIZADE DO REI D. FERNANDO AS PRAÇAS FRONTEIRIÇAS

CHAVES era ainda, naquele final da Dinastia Afonsina, um reuengo ou terra da Coroa. Não quer isto dizer que Chaves fosse pertença da pessoa do Rei, mas sim que pertencia à Coroa da Nação, porque ainda não fora doada a nenhuma personalidade ou pessoa colectiva (1). Tal doação só foi feita no princípio da Dinastia Joanina, a favor do Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Nestas condições e segundo o foral concedido por D. Dinis e confirmado por D. Afonso IV, todos os moradores em Chaves, que tivessem bens de valor superior a vinte morabitinos, eram obrigados a pagar em cada ano à Coroa um imposto de um morabitino, imposto a que se chamava *martinega*, porque era cobrado em dia de S. Martinho. Os mesmos moradores de Chaves e seu termo eram também obrigados a pagar outro morabitino, sempre que comprassem, herdassem ou recebessem por doação quaisquer bens que valessem mais de vinte morabitinos (2).

Os moradores da vila, quase sempre lavradores, todos os dias saíam pela porta da Rua Direita, a fim de irem cavar, espoldrar ou redrar as

---

(1) Santa Rosa de Viterbo, *Elucidario*, Lisboa, 1798, Tomo Segundo, pág. 277.

(2) Na Torre do Tombo, *Fozaes Novos de Trallos Montes*, fls. R IIIj v. e segs.

suas vinhas, que circundavam o pequeno *Arrabalde dos Açougues*, hoje conhecido apenas por *Arrabalde*; ou então atravessavam a Ponte Romana e iam tratar das hortas e searas que rodeavam o *Arrabalde da Madalena*, hoje apenas conhecido por *Madalena*.

Aqueles impostos ou *Martinegas* foram sempre pagos até ao tempo do Rei D. Fernando. Mas depois, ou porque a agricultura já fosse a mais pobre de todas as indústrias, ou porque os contribuintes se quizessem fazer esquecidos, certo é que as martinegas flavienses começaram a faltar nos cofres da Coroa.

Então, os almoxarifes e contadores começaram a fazer penhoras, a torto e direito, porque muitos moradores já estavam sem pagar havia vários anos. Segue-se um grande alarido, com grande descontentamento público, e alguns moradores mandaram uma representação a El-Rei D. Fernando, que ao tempo, Dezembro de 1377, se encontrava em Tentúgal, perto de Coimbra.

É de notar que, ao contrário de seu pai, D. Pedro I, sempre pouco simpatizante das terras transmontanas, o Rei D. Fernando, pelo contrário, era amigo da nossa terra, como vamos ver. Como correspondeu ele ao apelo das gentes flavienses?

Mandou lavrar uma longa carta em que assim falava aos seus cobradores: «...sabede que o concelho e homens boos de chaves me envyaram dizer que vos os mandades penhorar e tinhades penhorados os moradores dessa billa .....  
...mandamosvos que os nom constragades que paguẽ as ditas martinegas..... E daqui endiante mandamos que os nossos almoxarifes e scpvaães que os constrangam e façam constranger que paguẽ a nos esses dritos das ditas martinegas e posições..... (3).

---

(3) Na Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 2, fl. XX v.

Quer isto dizer que D. Fernando foi amigo, porque perdoou o pagamento de todas as martinegas em atraso, embora dissesse que não podia o tesouro da Coroa dispensar o pagamento das martinegas futuras.

Verifica-se ainda que em 10 de Julho do ano seguinte, 1378, estando El-Rei em Santarém, deu de foro a Gil Martins «*uus pardieiros que elle (El-Rei) hano Ravalde de chaves sobre a ponte..... e hua leyra derdade que chamam a longaras..... por Xj libras e meia cada hum ano de foro, em santarẽ X ds de junho de myl IIIj X bj anos*» (4). Passava-se isto, como se vê, no ano de 1378 da Era de Cristo.

O que porém mais nos surpreende é que, ainda dentro de aquele mesmo ano de 1378, a 30 de Agosto, estando o Rei na vila de Óbidos, manda lavrar nova carta, na qual, sempre *inconstante*, e ao contrário do que dispusera no ano antecedente, desobrigava o povo flaviense de pagar as *martinegas*, enquanto ele, D. Fernando, fosse vivo, porque queria fazer graça e mercê ao concelho e homens bons de Chaves (5).

Porque mostraria o Rei tanta consideração e estima pela vila de Chaves?

Vê-lo-emos de aqui a pouco, ou, pelo menos, aventaremos uma hipótese. Por agora, queremos patentear mais algumas provas da amizade do Rei D. Fernando pela nossa terra.

Em 4 de Setembro de 1380, estando El-Rei em Torres Novas, fez lavrar uma carta, pela qual proibia aos meirinhos, corregedores e outras pessoas que pousassem nas casas dos homens bons da vila de Chaves, e que não ousassem tomar-lhes as suas roupas nem «*a palha que tiverem em palhada pa suas bestas nem nhũas das outras suas cousas*» (6). Isto

---

(4) Idem, idem, idem, fl. XXXj.

(5) Idem, idem, idem, fl. XXXIIj.

(6) Idem, idem, idem, fl. L XX v.

era para obviar aos inconvenientes e danos, com que os funcionários costumavam assinalar a sua passagem por qualquer lugar, revelando impertinência, arrogância e pouca educação.

Ainda naquele mesmo dia, 4 de Setembro de 1380, D. Fernando fez lavrar outra carta, para atender as reclamações dos homens bons de Chaves. Era costume *talharem-se* as despesas das obras de interesse público, entre os diversos moradores da localidade, segundo os haveres de cada um. Porém, os homens bons de Chaves mandaram dizer a El-Rei que os fidalgos não queriam pagar as suas *talhas*. Então D. Fernando ordenou que todos eram obrigados ao pagamento das talhas, mesmo que se tratasse de fidalgos, que estivessem desfrutando os seus reguengos (<sup>7</sup>).

Voltamos a formular a pergunta: porque mostraria D. Fernando tanta dedicação pela vila de Chaves?

É preciso, em primeiro lugar, lembrar que este Monarca foi sempre dominado pela idéia de guerrear o vizinho reino de Leão e Castela, a ponto de lhe mover três guerras, durante um reinado de dezasseis anos.

Em Castela, o Rei D. Pedro I fora assassinado ao cabo duma prolongada luta de ódios figadais, entre o mesmo rei e seu meio-irmão D. Henrique, sucedendo-lhe este com o nome de Henrique II.

Ou porque D. Fernando quisesse vingar a morte de D. Pedro I, seu primo co-irmão, ou porque ele acedesse à chamada de fidalgos galegos e leoneses, antigos partidários do rei assassinado, certo é que D. Fernando tendo já o apoio da cidade de Zamora, entra depois na Galiza e, por si ou seus partidários, ocupa Tui, Corunha, Santiago, Orense, Monterrei e outras povoações (<sup>8</sup>). Passava-se isto em 1369, mas desta guerra nada re-

---

(<sup>7</sup>) Idem, idem, idem, fl. L XX v.

(<sup>8</sup>) Fernão Lopes, *Chronica d'el-Rei D. Fernando*, Caps. XXVII a XXXI.

sultou de prático, como também não resultou da segunda, aberta em 1373, a não ser a perda de vidas, tempo e dinheiro.

Todavia, naqueles anos de tantos favores dispensados a Chaves, 1377 a 1380, a idéia duma terceira guerra com Castela povoava ainda a mente de D. Fernando, porque de facto ela veio a estalar no ano de 1381.

D. Fernando devia lembrar-se de aquelas horas de glória em que dominara toda a vasta Galiza, em 1369. Podia ser que outra idêntica invasão viesse a dar-se, com resultados mais frutíferos. Sabe-se lá! Havia no reino vizinho muita gente que preferia o nosso rei D. Fernando ao seu próprio rei Henrique II e acrescia a circunstância de o rei português ser bisneto do rei castelhano Sancho IV.

Por isso, era da maior conveniência trazer contentes as gentes das praças fronteiriças, como era Chaves, para ajudarem o rei nas suas incursões em terras estranhas, ou para sustentarem as defesas dos seus castelos, contra a ofensiva dos adversários.

A este respeito, não deixa de ser muito sintomático que, por aquela mesma época, entre 1375 e 1378, a vizinha vila de Bragança, outra praça fronteiriça, recebeu também do mesmo Monarca numerosas cartas de doações, privilégios, quitações e mercês, tudo atinente sempre ao mesmo fim: trazer contentes e satisfeitas as populações raianas.

Afinal, a terceira guerra com Castela veio a dar-se, mas apenas em esboço, na fronteira do Alentejo. Todavia, a razão que invocámos é que devia ter induzido o Rei D. Fernando a tomar tantas medidas de protecção à vila e concelho de Chaves. Falta dizer, em reforço da nossa hipótese, que, naquele mesmo dia 4 de Setembro de 1380, D. Fernando tomou medidas contra os moradores que de Chaves estavam saindo para terras da Galiza (°).

---

(°) *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 2, fl. L XX.

Não queremos terminar sem dizer que esta estima, entre o Rei D. Fernando e a vila de Chaves, talvez tenha concorrido para que a mesma vila, alguns anos mais tarde, tomasse o partido de D. Brites, filha de D. Fernando e Rainha de Castela. Já se disse que a hostilidade, mostrada em Chaves, contra D. João I, pertenceu apenas ao alcaide do castelo, Martim Gonçalves de Ataíde, por quanto a população da vila era favorável ao rei de Portugal. Isto porém não corresponde à verdade, que se deve pôr nos assuntos históricos, quer essa verdade nos seja agradável ou desagradável.

O que Fernão Lopes nos diz é que a vila de Chaves se bateu quanto pôde, em edfesa do João I, Rei de Castela, queimando uma *bastida*, ou máquina de guerra, com que se pretendia atacar a praça, havendo de parte a parte bastantes mortos, a ponto de o nosso Rei D. João I se ver obrigado a pedir reforços, que apareceram, comandados por D. Nuno Álvares Pereira (10).

E só depois é que o governador Martim Gonçalves de Ataíde *«preitejou emtão com ell Rey que lhe dese espaço de coremta dias, que fizese saber a ell Rey de Castella...»*. O Rei de Castela pediu auxílio ao Rei de França, este respondeu-lhe *que se conformasse* e não deu qualquer auxílio. Então o Rei de Castela mandou dizer a Martim Gonçalves de Ataíde que entregasse o castelo de Chaves a D. João I de Portugal. E assim se fez.

Ataíde, ao fim de quatro meses de cerco, retirou com a mulher e os filhos para o castelo de Monterrei; D. João I e Nuno Álvares seguiram para Bragança, a fim de subjugar esta e outras vilas, como Outeiro e Miranda, que também tinham dado voz por Castela.

---

(10) Fernão Lopes, *Chronica de D. João I*, Vol. II, Caps. X L II a XLVIII.

# CAMILO E MINI-CULTURA

pele

sócio efectivo

*José de Campos e Souza*

Comunicação feita na Assembleia Geral  
de 28 de Julho de 1967

## CAMILO E MINI-CULTURA

*«Dizei em tudo as verdades  
a quem em tudo as deveis.»*

FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA

**C**ONHEÇO David Nasser há mais de dez anos, mas o escritor laureado certamente não se lembra de mim.

Regressava eu da Áustria, onde passara vinte dias durante a revolta heróica do povo húngaro contra a feroz tirania russa. Era Tenente, Comandante do 1.º Grupo de Ambulâncias das Formações Sanitárias da Cruz Vermelha Portuguesa e levava-me à pátria dos Habsburgos uma missão de solidariedade humana. A de representar ali a nossa Cruz Vermelha, como seu Delegado Oficial junto das congéneres austríaca e húngara, do «Comité» Internacional da Cruz Vermelha e da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, num movimento benemérito de auxílio à Hungria martirizada.

Tendo descolado de Viena (Schwechat), num bimotor da «Swissair», às 11.30 de 27 de Novembro de 1956, aterrei em Lisboa às 21.05 daquele dia, a bordo de outro avião da mesma empresa, após um transbordo em Zurique e breves paragens em Genebra e Madrid. Comandava o aparelho da primeira etapa o Capitão Martin e o da segunda o Capitão Clifton. Anoto estes pormenores para definir com precisão as minhas recordações.

Pois foi nesse voo da Áustria até Portugal que travei conhecimento com um jornalista comunicativo, simpático, de renome incipiente, cujo apelido exótico e fácil de fixar provocava compreensível sensação ao ser chamado pelos altifalantes dos aeroportos onde aterrávamos.

Então, como agora, o mundo assistia ansioso ao desenrolar do conflito pelo domínio do Canal de Suez. O jornalista era brasileiro, mas as empregadas das aerogares chamavam-lhe, afrancesadamente, «Monsieur Nassèrre». Ele, barafustava, asseverando a quem o queria ouvir que o seu nome era David Násser (com a primeira sílaba do apelido realçada por um acento tónico) e que por coisa alguma admitia confusões com o homónimo egípcio, turbulento e famoso.

Decorreram cerca de onze anos, durante os quais não voltei a encontrar-me com o jornalista célebre. Segui-lhe, porém, a ascensão profissional brilhante, de longe, através do noticiário da imprensa. E foi assim que no prezado «Diário Popular» de 21 de Junho findo deparei com a extensa (mas por mais de um título discutível) entrevista intitulada «Nasser, o repórter», concedida pelo homem de letras brasileiro ao distinto redactor daquele jornal Sr. Abel Pereira.

Na entrevista em causa há um trecho respeitante a Camilo, repleto de erros que me sinto no dever mental de refutar e a que limitarei as minhas considerações. A outras passagens, pouco amáveis (é o menos que se lhes pode chamar) para com a língua portuguesa e o falecido Marechal Castelo Branco, não me considero especialmente indicado para responder. Que as refutem — se acaso entenderem dever fazê-lo — os organismos oficiais a quem incumbe a defesa do idioma pátrio e os admiradores do malgrado antigo Presidente da República do Brasil, já que ele próprio não o fez em vida.

Bem processadas as contas, temos pois que nas cinquenta e sete linhas incompletas do trecho, dedicadas ao nosso maior romancista, o entrevistado apresenta nada menos de uma dezena de erros, alguns gra-

ves, reeditando inexactidões já rebatidas, ou revelando desconhecimento da bibliografia especializada.

Num homem de letras da craveira intelectual e do nível profissional de David Nasser, havemos de concordar que tamanho deslize é merecedor de censura. Uma censura construtiva, sem propósito de polémica nem intuito de melindrar. Apenas a bem da verdade.

\*

A minha exposição tornar-se-á mais elucidativa se enunciar pela sua ordem as dez afirmações erróneas de Nasser, repondo imediatamente a seguir a cada uma a verdade irrefutável dos factos.

1.<sup>a</sup>) — «Essa falsa premissa, de que o genial polígrafo pertencia à seiva dos Castello Branco, nasceu aleijada do livro de Luiz Novaes.»

Está mal. Nos dois assentos de baptismo de Camilo, o invalidado e o válido, se diz que ele era filho de Manuel Joaquim Botelho *Castelo Branco*. O polígrafo genial usou, portanto, e muito bem, o apelido *Castelo Branco* transmitido por seu pai, que o herdara dos ascendentes maternos, como adiante se verá com mais pormenor. Que descendia de *Castelos Brancos* não é lícito duvidar.

2.<sup>a</sup>) — «Na realidade, Camilo era Ferreira Botelho.»

Por varonia, não era tal. O patronímico da linha da sua varonia, até onde ela é conhecida (meados do século XVI), é Rodrigues.

3.<sup>a</sup>) — O sétimo avô de Camilo, Martim Rodrigues, foi «maridado com uma taverneira Maria Pinto ou coisa assim.»

Imprecisão. Maria Pinto não foi taverneira mas tendeira de mercearia.

4.<sup>a</sup>) — «Sexto avô foi Martinho Machado Pinto.»

É falso. O sexto avô de Camilo, na varonia, foi Domingos Rodrigues Pinto, por alcunha «o marrão velho», grande antepassado do romanista, senhor, pelo casamento, da casa dos Machados de Silveira e rico

mercador trasmontano. Este Domingos foi, ainda, Irmão Nobre e Provedor da Misericórdia de Vila Real, juiz pela Ordenação na Restauração do Reino e na Aclamação, Vereador do Senado da Câmara de Vila Real, Capitão valoroso nas lutas da Restauração e (segundo alguns) Familiar do S.<sup>to</sup> Offício.

5.<sup>a</sup>) — «Martinho Machado Pinto, ou Marrão.»

Estudei exaustivamente uma vasta documentação relativa à varonia de Camilo, sem nunca ter encontrado a alcunha «marrão» servindo de apelido a Martim (e não Martinho) Machado Pinto, quinto avô do romancista, por varonia. Muito apreciaria que David Nasser citasse o documento onde a topou.

6.<sup>a</sup>) — Martinho (aliás Martim) Machado Pinto foi «pequeno comerciante.»

É falso. Foi Cavaleiro da Ordem de S. Tiago (por serviços assinalados), Mestre de Campo de Auxiliares do Terço de Vila Real e Procurador às Cortes.

7.<sup>a</sup>) — Martinho (aliás Martim) foi «casado com a judia Isabel.»

É falso. Martim contraiu um bom casamento com D. Maria Botelho da Fonseca, senhora da primeira fidalguia de Vila Real. De uma ligação com a judia Isabel Mendes, houve Lázaro da Costa Botelho, ou Lázaro da Costa, bastardo, quarto avô de Camilo, na varonia.

8.<sup>a</sup>) — Da judia Isabel veio a Martinho (aliás Martim) «por debaixo da colcha, o apelido marrano.»

É falso, como acabamos de ver. A alcunha «marrão», que não apelido «Marrano», é um epíteto talvez alusivo a semelhança física com o instrumento de ferro a modo de maço, ou com o porco pequeno, assim designados, talvez alusivo à qualidade mental de teimosia.

Embora Domingos Rodrigues Pinto fosse um homem combativo e gordo, como consta do processo de habilitação de seu neto o Padre Domingos Rodrigues Pinto à familiatura do S.<sup>to</sup> Offício, (que encontrei no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) parece-me mais verosímil a hipó-

tese da alusão à teimosia. Segundo informações de Aquilino Ribeiro e Carlos Lobo de Oliveira ainda há poucos anos se dizia, na Beira, em Trás-os-Montes e no Minho, de um indivíduo excessivamente teimoso: «É um marrão!».

Seja como for, a alcunha em Domingos, não designa, por metáfora, o judeu. A leitura do processo acima referido não deixa subsistir dúvidas a este respeito. Lá se prova, «una voce» que o «marrão velho», avô paterno do habilitando (pretendente ao cargo de Notário do S.<sup>to</sup> Ofício na então Vila de Chaves), era cristão velho inteiro e sem fama e (segundo alguns) Familiar do S.<sup>to</sup> Ofício. Acresce que Domingos Rodrigues Pinto fez algumas prisões em nome do S.<sup>to</sup> Ofício e deteve os presos em sua casa, até serem remetidos aos cárceres da Inquisição de Coimbra. Nenhum Comissário do S.<sup>to</sup> Ofício confiaria empresas tão importantes a pessoa infamada de judaísmo, por pequena que fosse a fama. Também em casa do pai do Padre Domingos (que igualmente se chamava Domingos Rodrigues Pinto e tinha a mesma alcunha de «marrão») se depositavam os cristãos novos que iam presos para Coimbra.

Pedro de Azevedo, mestre consagrado da investigação camiliana, desconhecendo este processo e deixando-se, quiçá, influenciar pela morfologia hebraica de Camilo (acentuada nos últimos anos do romancista), tornou-se eco da origem «talvez israelita» dos Correias Botelhos (aliás Rodrigues) camilianos.

E na esteira de Pedro de Azevedo, António Baião, António Sardiha e Paulo Osório — por ele induzidos em erro — apregoaram a procedência judaica desta família, geralmente conhecida pelo epíteto «Brocas».

Das investigações a que venho procedendo, sistematicamente, desde o ano de 1944, com o fito de esclarecer o problema palpitante da cristã-novice de Camilo e adoptando o método de contagem outrora usado pelo Tribunal do S.<sup>to</sup> Ofício, verifiquei que entre os trinta e dois quartos avós do romancista há trinta cristãos velhos inteiros, um 5/8 cristão novo, e apenas um cristão novo inteiro.

Embora morfològicamente judeu, Camilo era de varonia cristã velha e só 13/256 cristão novo, ou seja, 5,078 % cristão novo, pouco mais de 1/20, portanto.

Não haverá muita gente em Portugal que se possa gabar legítimamente de uma percentagem menor.

Tudo isto já foi dito, em 1946, no «Processo Genealógico de Camillo Castello Branco» e redito, em Março último, na palestra «Camilo e a Princesa do Corgo». Foi dito e redito, mas as circunstâncias demonstram que é forçoso continuar a repetir até que a verdade permaneça à tona de água, de uma vez para sempre.

9.<sup>a</sup>) — «Rita Teresa Margarida Castello Branco — não descendente do conde de Pombeiro, pois o discutível apelido foi arranjado pela precavida e orgulhosa matrona.»

Entendamo-nos. É possível ser dos chamados «bons» Castelos Brancos sem descender do Capitão da Guarda Real D. Pedro de Castelo Branco da Cunha, 1.<sup>o</sup> Visconde de Castelo Branco e 1.<sup>o</sup> Conde de Pombeiro, que floresceu em pleno século XVII. Quantos milhares de portugueses que usam, ou não, o apelido Castelo Branco, descenderão de Vasco Anes, primeiro sucessor do grande morgado instituído, nos fins do século XIII, ou princípios do século XIV, por Martim Esteves, riquíssimo burguês de Castelo Branco, *sem por isso descenderem* do 1.<sup>o</sup> Conde de Pombeiro?

Nos ascendentes de Camilo o apelido não foi tal arranjado por D. Rita Teresa Margarida, avó paterna do romancista. Esta senhora era filha de D. Teresa Inácia Joaquina Castello Branco, neta materna de Diogo Luís de Mesquita Castello Branco e bisneta (na mesma linha) de José Ferrão de Castelo Branco. Tudo por via legítima.

D. Teresa Inácia Joaquina Castello Branco era irmã inteira de Francisco Pereira de Mesquita Castello Branco, Cavaleiro da Ordem de Cristo (sem dispensa) e Vereador em Cascais.

Diogo Luís de Mesquita Castello Branco foi criado grave, ou escudeiro, da 4.<sup>a</sup> Condessa de Aveiras, D. Maria Inácia de Távora. Era

irmão inteiro de João de Mesquita Castelo Branco, Escudeiro Fidalgo acrescentado a Cavaleiro Fidalgo.

José Ferrão de Castelo Branco, já falecido no ano de 1702, é o mais antigo Castelo Branco de que há notícia na ascendência de Camilo. Viveu na segunda metade do século XVII. A profissão modesta de seu filho Diogo não nos autoriza a pôr de parte a hipótese de que pertencesse aos «bons» Castelos Brancos.

10.<sup>a</sup>) — «Essa Rita era da família plebeia Pereira da Silva, sem ilustração alguma».

Há exagêro manifesto. O pai de D. Rita Teresa Margarida, de seu nome José Pereira da Silva, foi Capitão de Ordenanças em Cascais. Era filho legítimo de Domingos Pereira da Silva, Capitão de navio mercante, nascido no ano de 1671.

Os Pereiras da Silva talvez fossem de origem plebeia; mas eram gente com alguma ilustração social. O clássico Luís da Silva Pereira Oliveira, nos «Privilegios da Nobreza, e Fidalguia de Portugal» (1806), Capítulo XVI, «Dos officios mecanicos incompativeis com a Nobreza, e destructivos de seus brilhantes Privilegios», não deixa dúvidas no espirito de quem o ler. Não eram tidos e havidos por mecânicos — e portanto eram compatíveis com a classe da nobreza — os officios de Donos, Capitães, Pilotos, e Mestres das naus, fragatas e navios.

\*

Vivemos neste conturbado fim de século sob o signo prepotente do complexo mini, espécie de maravilha fatal da nossa idade.

As grandes potências e quase todas as médias e pequenas estadeiam a mini-vergonha. O sexo frágil ostenta mini-saias e mini-calças, fumando mini-cigarros. O sexo forte, à imagem de Sansão, cultiva coerentemente guedelhas e barbaças... mini-higiénicas. Nas casas de chá comem-se mini-bolos. Os automobilistas janotas conduzem mini-carros,

com mini-luvas calçadas. As relações entre indivíduos caracterizam-se por mini-senso e mini-respeito pelas liberdades do próximo. Na vida mundana campeia o mini-pudor. As músicas «pop» e «yé-yé» arripiam-nos com a sua mini-melodia. E podemos afirmar que a maior ambição humana é gozar a vida à lei do mini-esforço!

Oxalá os expoentes da intelligenzia internacional não venham a ser contaminados pela epidemia do mini, perigosa e aliciante.

Faço votos de que não enveredem pela senda fácil, mas resvaladiça, daquilo a que chamarei mini-cultura. Mas se, lamentavelmente, vierem a pisar esse trilho inglório, praza a Deus que resguardem da contaminação o sector dos estudos camilianos, onde refulgem os nomes prestigiosos de Alberto Pimentel (Pai), Almeida Braga, António Baião, António Cabral, António Sardinha, Castelo Branco Chaves, Fernando Campos, Ferreira de Serpa, Henrique Marques, Joaquim Rumina, Dias da Costa, Ludovico de Meneses, Mário de Meneses, Maximiano de Lemos, Paulo Osório, Pedro de Azevedo, Silva Pinto e Sousa Costa, além de outros que não me ocorrem de momento.

Camilo e mini-cultura? Se a pergunta, um dia, vier a ser feita, só terei a responder, pela parte que me toca e como devoto que sou do torturado de Seide: «cruzes canhoto!»



O sinete de Camilo  
*Desenho do Conde de Paraty*

PERGAMINHOS DA COLEGIADA DE SANTA  
MARIA DE ALCAÇOVA DE ELVAS

pelo

sócio correspondente

*Eurico Gama*

## PERGAMINHOS DA COLEGIADA DE SANTA MARIA DE ALÇAÇOVA DE ELVAS

### I

#### ANTIGUIDADE DA IGREJA DE SANTA MARIA DE ALÇAÇOVA

**A** tomada de Elvas aos árabes em 1226, por D. Sancho II, à testa da fina flor do exército, autêntica cruzada contra os infiéis prègada por todo o Norte pelo Arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, ele próprio integrado na hoste real, veio, por certo, avivar os sentimentos cristãos de um vasto sector da população, que os visigodos haviam acarinhado, senão despertado. Os pormenores dessa importante expedição ficariam quase totalmente na obscuridade se o Abade de Sever não houvesse arrancado ao pó dos arquivos um documento do Cartório de Arouca comemorando a dedicação e a bravura do fidalgo Afonso Mendes Sarracines, ao salvar a vida do jovem e valeroso Rei no mais ardoroso da refrega. A autenticidade do documento, a revelar-nos o épico successo e a dureza de que a luta se revestiu, vem a constituir um título de glória para o breve e infeliz reinado do bisneto de D. Afonso Henriques.

Aires Varela, no seu «*Theatro das Antiquidades d'Elvas*», impresso em Elvas, 1915, sim, que com fértil imaginação e estribado em fontes duvidosas, tece uma fantástica história acerca da triunfante campanha em que intervieram além do Arcebispo de Braga, outras ilustres figuras da Igreja, como D. Pedro, Mestre dos Templários, D. Rodrigo, Prior do Hospital e o Bispo de Évora, D. Soeiro.

Não se contentando com prolongar o assédio por coisa de dois anos, dividiu, por sua conta e risco, já que nenhum documento o abona onde pudesse ter colhido as informações, as tropas portuguesas em quatro grandes troços (e nisto talvez não andasse longe da verdade, pois a povoação devia ter sido atacada de vários lados) pondo à frente de cada um os mais categorizados elementos do Clero presentes na memorável jornada, para assim justificar a criação das quatro paróquias intra-muros!

Ora tudo isto é demasiado pueril, nem vemos necessidade de semelhanças devaneios, porque é naturalíssimo, que após a entrada dos cristãos, se hajam celebrado cerimónias religiosas em louvor de Deus Nosso Senhor e em acção de graças pelas vitórias obtidas sobre o Islão. Do que temos por indiscutível é que na povoação muçulmana só um lugar havia para a oração e esse era a *mesquita*, na *Al-Kassba*, o ponto mais alto do burgo, bem protegido pelo Castelo romano-árabe e onde só se conseguiria penetrar vencidas as sete grossas e estreitas portas dos dois recintos amuralhados com as suas vinte e oito torres, que lhe davam acesso.

Não se vislumbram em todo o resto da antiga urbe os mais pequenos indícios de outro templo, donde não será escândalo nenhum considerar-se a actual igreja de *Santa Maria de Alcáçova*, cujos alicerces são, justamente, os dessa mesquita, como a primeira de Elvas, em ordem de antiguidade e lástima foi, que no século XVI a tivessem modificado em vez de a conservarem como monumento da civilização árabe, e construir outra exclusivamente consagrada ao culto cristão e católico.

A Igreja ficou pertencendo à Coroa e em 1303 D. Dinís doou-a à Ordem de Avis <sup>(1)</sup>.

Sobre este ponto importa trasladar para aqui, de um artigo do erudito elvense, Dr. Francisco de Paula Santa Clara, in «*O Elvense*», n.º 160, de 10 de Agosto de 1882, os seguintes parágrafos: «Muitos annos depois da conquista d'Elvas ainda havia dúvidas e surgiam grandes questões com respeito á jurisdicção ecclesiastica, a que deviam obedecer algumas das suas parochias. Nem isto deve causar admiração, sendo certo que sómente por sentença, dada em Torregena, termo da villa de Seda em 24 de março de 1260, se julgou, que Elvas pertencia á diocese d'Evora.

«Mas pelo que toca á igreja parochial de Santa Maria da Alcáçova decidiu-se que o seu padroado pertencia a el-rei, e não ao bispo d'Evora.

«Fez-se em Lisboa a 4 de Dezembro de 1271 o compromisso e transacção entre o senhor rei D. Affonso e D. Durando, bispo d'Evora por seus procuradores, que se comprometteram em juizes arbitros, fr. Giraldo de S. Domingos, doutor da ordem dos prégadores em Lisboa, Affonso Soeiro, reitor da Igreja de S. Leonardo d'Atouguia, e Vicente João, cónego d'Evora.

«Seria longo transcrever aqui toda a transacção, e, para respeitar os limites da brevidade, transcrever-se-ha sómente a conclusão.

«*Nos supradicti arbitri seu arbitratores volentes utriusque partis damnis ac periculis obstare parcendo non modicum laboribus et expensis, visis et intellectis rationibus et juribus utriusque partis circumstantiisque praedictorum locorum, et conditionibus eorumdem, et ha-*

---

<sup>(1)</sup> Gabriel Pereira, *Documentos historicos da cidade de Evora*, Terceira parte, Évora 1891, a p. 44 menciona o seguinte documento do século XIII: «Livro primeiro das composições. Cartulário eborense. 28 a 38. Com a ordem de Aviz. Sobre as egrejas de Benavente, Seda, Estremoz, S. MARIA D'ALCAÇOVA EM ELVAS, Veiros, Fronteira, Cabeço de Vide, etc.».

*bilo super eis consilio peritorum, attenta etiam diligenter utilitate, quae nunc est, et esse poterit in futuro, etc. adjudicamus et laudamus, mandando, arbitrando, definiendo, jus patronatus Ecclesiae Sanctae Mariae de Elbis praedicto domino Regi super eo dicto Episcopo, et Ecclesiae Eborensi perpetuum silentium imponentes. Acta sunt haec apud Ulixbonna, quarta die Decembris, aera millesima trecentesima nona.»*

Conquistada a povoação, de seu topónimo árabe *Ielch* ou *Belch*, sujeitas as colónias muçulmanas, que se estabeleceram no bairro de Almocovar por concessão de D. Afonso III [«concedo aos meus mouros forros de Elvas aquelle meu campo que jaz entre a carreira que sai pela Porta-nova e vae para os banhos, e a outra carreira que vae para Badajoz» — carta de 31 de Janeiro de 1270] começaram a edificar-se templos cristãos, o que está confirmado por um documento do Cartório de Leça, onde se diz que o bispo de Évora D. Martinho (1247-1266) mandou ao Deão D. Gonçalo «que assinasse freguezes às *egregias d'Elvas*».

É muito provável até, que as primeiras hajam sido erguidas simultaneamente e assim temos, além de Santa Maria de Alcáçova; 2) *Santa Maria dos Açougues*, desta forma designada para a diferenciar daquela e por se situar junto da rua *dos Açougues*, nessa época, a *dos Mercadores* (hoje *dos Sapateiros*) as mais concorridas da vila. Mesmo a notícia mais antiga desta paróquia é uma carta de doação de Janeiro de 1241; 3) *São Pedro*, já citada num contrato de troca de uma herdade em Caiola, com data de 16 de Agosto de 1267; 4) *Salvador*, que era no largo do mesmo nome e constituiu um Priorado da Casa de Bragança e aparece mencionada pela primeira vez, em documento de 12 de Janeiro de 1273, respeitante ao aforamento de uma propriedade da Coroa.

Voltando ao artigo do Dr. Santa Clara: «O bispo d'Elvas, D. fr. Valerio de S. Raymundo, em 8 d'outubro de 1684, dando conta ao summo pontifice do estado da sua diocese, diz d'esta igreja (Alcáçova): «*Altera Sanctae Mariae parochia spectat ad militiam Divi Benedicti d'Avis, sicut etiam illius, commendatarius, qui rectorem unum et duos curatus*

*regulares sustentare tenetur. Sex itidem beneficia simplicia ac saeculares in eadem parochia erecta fuerunt, quae quadraginta regalium milia quotannis reddunt. Fabrica redditus eadem quantitate aestimantur; illius administrationem ad Episcopos ab antiqua consuetudine ipsi continent.*»

«Ignácio de Carvalho e Sousa, socio da academia real de historia portugueza, disse na conferencia de 21 de julho de 1729, que tendo sido encarregado d'escrever as memorias ecclesiasticas d'Elvas, visitando esta cidade notara ocularmente *«a igreja da Alcáçova, de tão antiga, como exquisita architectura»*.

«Mas, posteriormente, como a igreja ameaçasse ruina, restauraram-na pelo modo, que hoje se vê, tirando-lhe todos os seus primores.

«N'esta igreja estava a celebre irmandade de Nossa Senhora das Brotas, que, com os seus recursos e esmola dos romeiros, mandou construir na villa d'Aguias o bello chafariz, que alli se vê.

«Foi prior d'esta igreja o licenciado fr. Aires Varella, que falleceu em 28 de novembro de 1601, e foi sepultado á entrada da porta principal com a campa, que para isso elle proprio tinha mandado lavrar. Era tio do historiador elvense Aires Varella, cónego magistral da sé d'Elvas».

O catálogo dos seus priores é o seguinte, conforme apurou o Dr. Santa Clara e completou o autor destas linhas:

- 1425-1429 — Fr. Fernando
- 1445 — Fr. Rodrigo
- 1470 — Fr. Antão
- 1484 — Fr. Pedro
- 1523-1534 — Fr. Tristão
- 1564 — Fr. João Barradas
- 1567-1576 — Fr. António Fernandes de Ataíde
- 1583 — Fr. Aires Varela
- 1602 — Fr. Fernando de Castelo Branco

- 1603 — Fr. Manuel do Avelar
- 1615 — Fr. Luís Franco Pereira
- 1618 — Fr. António de Barros
- 1621-1642 — Fr. João de Oliveira Almeida, licenciado
- 1644 — Fr. Belchior Álvares
- 1652-1655 — Fr. João Álvares
- 1670-1710 — Fr. Diogo Mascarenhas de Almeida
- 1708-1729 — Fr. Manuel Rodrigues Pinheiro
- 1732-1758 — Fr. Francisco Rodrigues Soeiro
- 1759 — Fr. Estevão José Soeiro, licenciado
- 1760 — Fr. Francisco Moreira de Carvalho e Sousa
- 1760-1763 — Fr. Francisco Baptista Pimenta
- 1763-1778 — Fr. João da Costa Aragão
- 1781-1786 — Fr. Martiniano Processo Restolho
- 1787-1801 — Fr. João Mendes Pais
- 1816-1851 — Fr. Francisco António Brotas
- 1852 — Padre José Alexandre César
- 1866 — Padre António José Rosado
- 1876-1903 — Padre Domingos António do Carmo
- 1904-1906 — Padre Manuel do Patrocínio Safara
- 1906-1932 — Padre José Marques Serrão
- 1932-1933 — Padre Joaquim da Cruz Vaz
- 1934-1937 — Padre Américo Joaquim Martins
- 1937-1939 — Padre Domingos do Espírito Santo Peniche
- 1939-1940 — Padre João António Nabais
- 1940-1943 — Padre Mateus da Conceição Rocha das Neves
- 1943-1944 — Padre António Pinto Marques
- 1944-1947 — Padre José Joaquim Balsa
- 1947-1953 — Padre Ismael Monteiro
- 1953 — Padre Dr. Joaquim José Carneiro de Melo (ainda é neste ano de 1968).

Radicalmente alterada a arquitectura da velha igreja no século XVI, como dissémos, mesmo assim sofreu outras modificações nos séculos imediatos, comprovadas por documentos apresentados por Vitorino de Almada no seu «*Dicionário*».

As obras de 1741 eliminaram uma das naves, pois antes eram quatro, como revela Aires Varela: «Fazendosse os Mouros senhores desta Povoação, fundarão no alto della hua mesquita grande, porq. o era tão bem o Povo, de architectura quadrada, de *quatro* naves sobre columnas de pedra de nove palmos, algumas mal colocadas, porq. tem as bazes por capiteis...» (²).

De acordo com Almada, é provável que desde então a igreja ficasse com a arquitectura actual, como a descreve Luís Keil no «*Inventário Artístico de Portugal — Distrito de Portalegre*»: «A fachada é simples, sem frontão. Três portas de verga lisa e três janelões semelhantes decoram a frontaria. Sôbre a cimalha está um nicho de alvenaria, entre dois pilares com coruchéus e, nele, uma imagem de pedra de Nossa Senhora, ainda do século XV (Gravura 1).

«Na fachada direita, numa saliência sobre o telhado, ainda se conservam restos de quatro ameias chanfradas do século XVI...» (Gravura 2).

O interior é, pois, de 3 naves, «todas abobadadas com quatro tramos de arcos de volta redonda, assentes sobre colunas octogonais de cantaria aparelhada. A capela-mor, muito simples, com cadeiras de madeira, provém das modificações do século XVIII».

Os altares são quatro, dois colaterais e dois no corpo da igreja, mas, como judiciosamente opina Almada, com bastante capacidade para oito capelas laterais.

---

(²) Ob. cit., cap. VII, p. 25.

Do lado do Evangelho está a capela do Santíssimo Sacramento, de construção moderna de alvenaria; contígua encontra-se a capela da Conceição, parece que do padroado dos Mesquitas, obra da 2.<sup>a</sup> metade do século XVII. Tem ao pé uma pequena sacristia, «chamada do 5, por ter pertencido à confraria formada pelos oficiais e praças do antigo regimento deste número» (informação de Vitorino de Almada).

Do lado da Epístola, a antiga capela da Senhora das Brotas, hoje denominada de Santo António e junto a ela a capela da Piedade, do padroado do coronel Pedro de Bastos, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, coronel do regimento de artilharia, sepultado com sua esposa D. Margarida Alberta de Sousa e seus filhos, na campa brasonada em frente da capela-mor.

A capela-mor tem a invocação de Nossa Senhora da Graça, cuja imagem se vê no nicho sobre a entrada principal (Gravura 3).

Há ainda a sacristia maior, com seu arcaz e uma pintura a fresco representando o patriarca São Bento no acto de entregar o estatuto aos freires da sua Ordem, todos envergando capas brancas.

A igreja teve o seu prior e dois curas do Hábito de Avis e todos os três com porção nos fundos da respectiva Comenda, que tinha também seis Beneficiados, estes frequentemente mencionados nos *Pergaminhos*, que são a matéria do presente estudo.

## II

### O TOMBO DOS BENS DA IGREJA

Na Biblioteca Municipal de Elvas encontra-se registado com a cota V/174, um volume manuscrito de 177 fólios, formato 410 × 280 mms. e encadernação de carneira, que é o *Tombo dos bens da Igreja de Alcáçova*. Os dizeres do frontispício são, na íntegra, os que seguem: «*THOMBO dos bẽs, propriedades, e rēdas, da Ygreja, d(e) nossa Sñora*»

*dalçaçeu da Ordem he Commenda de Auis, çita nesta çidade Deluas de que he Comẽdador frei Luis de miranda Anriquez feito pello doctor Joã de almeyda provedor desta comarca, por prouisão d(e) sua Magestade, de que foy escriuaz Rui frausto escriuão da prouedoria da dita comarca Anno do naçimento d(e) nosso snor Jesus Christo de mil quinhentos nouenta e sete anos».*

O volume abre com a Provisão real, de Lisboa, aos 7 de Novembro de 1596, apresentada em 12 de Abril de 1597 ao Doutor João de Almeida, Provedor com alçada na cidade e comarca de Elvas, pelo licenciado João Roiz Brandão, procurador de Frei Luís de Miranda Henriques, subestabelecido por D. António de Matos de Noronha, bispo de Elvas e Inquisidor Geral.

A Provisão determinava que se fizesse «thombo medição & demarcação de todos os bẽs pertencentes a comenda de nossa Sñora dalçaçeu desta çidade, da Ordem de Auis de q: o dito frei Luis de Miranda he cõmendador».

Frei Luis de Miranda Henriques passou a procuração em Évora, a 27 de Março de 1597 e D. António de Matos de Noronha confirmou-a por disposição de 11 de Abril.

Segue-se o «Termo do Juramento aos medidores», que eram João Carvalho, porteiro da provedoria, e Luis Fernandes, os quais procederam à medição e demarcação das propriedades foreiras à Comenda de Santa Maria de Alcáçova, cuja relação segue:

### **Herdades**

- 1) Herdade da Amoreira, com pomar
- 2) Herdade da Figueira, com «hua fonte muito boa perenal de que se rega a dita herdade».
- 3) Courela que traz Diogo Gomes Peixoto
- 4) Herdade da Comendinha à Torre da Ovelheira

- 5) Herdade da Comenda, em termo de Juromenha, junto à Ponte de Olivença, que se chama do Freire
- 6) Courela de terra em Caiola, que está na herdade dos Paços Velhos, de Fernão de Sousa
- 7) Herdade da Terrugem

### Vinhas

- 1) Diversas vinhas em «Varge» (Varche)
- 2) Vinha de João Soares
- 3) Vinha, que traz Luís Fernandes Magro
- 4) Duas vinhas de Domingos Alves
- 5) Vinha, que traz Melchior Corvacho
- 6) Vinha, que traz a mulher de João Roiz Penha
- 7) Vinha, que traz a mulher de Álvaro Gomes Carrião
- 8) Vinha, que traz Simão Vaz, *cortador*
- 9) Vinha, que traz Domingos Lourenço, *ferrador*
- 10) Idem, id. Simão Dias, *livreiro*
- 11) Ib. Maria da Silva
- 12) Ib. os herdeiros de Melchior Corvacho
- 13) Courelas, que trazem a mulher e os filhos do mesmo Melchior Corvacho
- 14) Vinha, que traz João Ribeiro, *clérigo*
- 15) Id., Isabel Roiz, mulher que foi de Luís Lopes
- 16) Ib. João Lourenço, *lavrador*
- 17) Ib. João Alves de Lemos
- 18) Ib. Pedro Lopes Fangueiro
- 19) Ib. o padre Bartolomeu Lopes
- 20) Ib. João Alves, *mercador*
- 21) Ib. António Lopes, *feitor* de Ambrósio Peçanha

- 22) Ib. Luís Fernandes
- 23) Ib. Pedro Nunes Reimão
- 24) Ib. Bastião Lopes
- 25) Mortório, que traz Mor Alves, mulher de Gabriel Moreno, em *Varege* (sic!)
- 26) Vinha, que traz Manuel Serrano
- 27) Id. id. Rodrigo Alves Serrano
- 28) Vinha de Francisco Pegado, que foi de Manuel Nunes Reimão
- 29) Idem, que traz João Fernandes, *mercador*
- 30) Idem, id. o *Licenciado* Manuel Fernandes
- 31) Mortório, que traz Brás João
- 32) Id., que disseram ser de André Lopes Garro
- 33) Vinhas da Quinta Velha, que traz Simão Freire
- 34) Vinha de André Lopes Garro
- 35) Terras, que traz metidas em pão Gonçalo Pires, da «Porta Chousa», que foram vinhas
- 36) Vinhas, que trazem a mulher e filhas de António Subtil
- 37) Vinha, que traz João Pegado Carvalho, *Juiz da Alfândega*
- 38) Canavial, que traz Fernão da Mesquita, que o tem dado a Fernão Pegado «*do adro do mosteiro*»
- 39) Terras e courelas, que foram vinhas e traz Gonçalo Pires, *po-mareiro*
- 40) Terras, que traz metidas em pão o dito Gonçalo Pires
- 41) Vinha, que traz João Pires, que foi de Isabel de Faria
- 42) Id. id. a mulher de Domingos Martins
- 43) Ib. João de Sande, *escrivão dos órfãos*
- 44) Vinha, que trazem os herdeiros de Domingos Martins, que foi de Fernão Pegado
- 45) Id. id. os herdeiros de Pero Fernandes, *lavrador* no Carrascal, «que he donde se chama a quinta velha»
- 46) Mortório, que traz Luís Mendes Soares

- 47) Idem, que trazem os herdeiros de Melchior Corvacho, que foi de Afonso de Brito
- 48) Vinha, que trazem os herdeiros de António Gonçalves, *pomareiro*, que foi de João Domingues Lagio
- 49) Outra vinha dos herdeiros do mesmo Gonçalves
- 50) Vinha, que traz a mulher de Afonso Fraústo
- 51) Mortório, que traz Tomé Sardinha
- 52) Idem, id., Tomé Vaz
- 53) Ib. Gonçalo Roiz
- 54) Ib. que trazem os herdeiros de Luís Mendes Lobo
- 55) Vinha, que traz Cristóvão Roiz
- 56) Id. id., Pedro de Góis, *sileiro*
- 57) Vinha de João Domingues
- 58) Mortório, que traz Manuel Guterres
- 59) Vinha, que traz Gonçalo Roiz do Vale
- 60) Id. id., Garcia Serrano, filho de Francisco Fernandes Serrano

#### Olivais

- 1) Chão, que traz João Alves, *trapeiro*, ao Formigueiro
- 2) Olival, que traz André Fernandes, *oleiro*
- 3) Id. id. Bastião Alves
- 4) Olival e chão, que traz Álvaro Gomes, *tabelião*
- 5) Olival, que trazem os filhos de Álvaro Fernandes «*o longo*»
- 6) Id. id. os herdeiros de Melchior Corvacho
- 7) Id. id. a mulher e filhos de Francisco de Faria
- 8) Olival, que traz Francisco Botelho, «que esta onde se chama gill naualha que he junto a orta de João Ribeiro»
- 9) Olival e chão, que traz Bastião de Abreu Pereira, a *Gil Navalha*
- 10) Olival, que traz António Sardinha, filho de Fernão Gil, que mora na rua da Figueira

- 11) Olival e vinha, que traz Manuel da Ponte Tinoco
- 12) Olival, que traz Mem Cáceres, «que esta ao poço das pias»
- 13) Idem, id. Catarina Vieira, filha de Lopo Baião e neta de João Alves, *mercador*, que foi do Licenciado Alexandre da Silva
- 14) Olival, que traz a mesma

### Casas

- 1) Casas junto à igreja, num pardieiro
- 2) Idem, que estão na Rua de Alcamim, em que vive Catarina Lourenço
- 3) Id. na Rua das Beatas, que partem do Nascente com quintal da Igreja de Alcáçova e têm a rua para o Norte

### Hortas

- 1) Horta de João Nunes Soares
- 2) Idem de Manuel Alves
- 3) Id. de Francisco da Silva

### Azenhas

- 1) Azenha, que trazem os herdeiros de Francisco Roiz Guarita
- 2) Azenha e terra, que traz Vicente da Ponte
- 3) Azenha, que traz Manuel Martins, *barbeiro*

Como se verifica eram importantes os rendimentos e o património da Comenda de Santa Maria de Alcáçova, mas tudo se foi na voragem do tempo, e hoje a Igreja é pobríssima.

A quase todas estas propriedades e a estes foros dizem respeito os *Pergaminhos*, que vamos estudar e deles dar um resumo aos leitores.

### III

#### DESCRIÇÃO DOS PERGAMINHOS

Estes Pergaminhos constituem um valioso núcleo de 53, referidos por Domingos Lavadinho no primeiro opúsculo do seu meritório trabalho «*Manuscritos e outros documentos da Biblioteca Municipal de Elvas*», 1945, mas já vistos e anotados nos fins do século passado, por Vitorino de Almada e António Tomás Pires, sobretudo pelo primeiro, cuja letra nos aparece em todos.

Em poucas palavras devemos agora dizer, que o seu estado de conservação é no geral bom, por vezes mesmo óptimo, apesar de remontarem alguns ao século XIV e a maior parte ao imediato.

E é altura de os analisarmos um por um.

#### N.º 1

##### 14... — Foro de um chão à «Pipa».

Este Pergaminho, uma estreita tira de papel, encontra-se muitíssimo sumido na metade superior, precisamente aquela onde estaria a data, que por isso se ignora. Será, porém, pela letra, do século XV.

Uma nota escrita, posteriormente, no reverso, aliás muito sucinta, revela-nos o seu teor: «Foro de huũ chã q esta ha pipa».

No texto legível vemos, de facto, que um Álvaro Gil por si e sua mulher emprazava um chão com vinha no dito lugar (à Pipa).

Formato = 470 × 140 mms.

## N.º 2

### **13... — Testamento de Sebastião Joannes, outorgado por sua mulher Joana Domingues. Deixam em capela três herdades em Caiola.**

O testador deixa as herdades à Capela, que tem na Igreja de Santa Maria de Alcáçova, e cinco libras por ano ao Capelão Gil Esteves, enquanto viver, para cantar Missas na referida Igreja.

As herdades são: a) aquela em que estão as casas de morada, que parte com herdade da *Ordem de Cristo*, com herdade da *Ordem de Alcobaça*, com João Domingues e caminho de Badajoz; b) outra, que fica entre as ribeiras de Caia e Caiola, e parte com herdade que foi de Gomes Anes, cavaleiro, e herdade da igreja de Santa Maria de Alcáçova; c) outra que jaz entre as citadas ribeiras e linda com herdade da *Ordem de Cristo* e herdade da Igreja de Alcáçova.

A letra está algo apagada, se bem que o documento se encontre em bom estado de conservação, apenas com um buraco na parte inferior.  
Formato = 720 × 185 mms.

## N.º 3

### **1371/1333 — 21 de Março — Aforamento de uma herdade às Barreiras, a par do mosteiro de São Domingos.**

A herdade parte com caminho que vai para as Barreiras, caminho de Olivença, caminho do Poço dos Mártires e herdeiros de J. Gonçalves. O aforamento fizeram-no «pera sempre» o prior, beneficiados e raçoeiros de Alcáçova, a Domigos Namorado e a sua mulher Margarida Domingues e era pago por Santa Maria de Agôsto.

Datas referidas no texto (Era de César): 21 de Março de 1371 e 20 de Março de 1372. Outro nome mencionado: João de Olivença.

O *Poço dos Mártires* é a fonte hoje chamada *das Cacheiras*. «E o sitio em que está este nascente é denominado *Val dos Martyres*, em documento de 1545, no «Tombo 1.º da Provedoria d'Elvas», e *Val Christão* num pergaminho da Igreja de S. Pedro d'Elvas de 10 de Dezembro de 1494. Parece que neste valle foram sepultados os cadaveres dos portu- guezes que perderam a vida na conquista d'Elvas contra os mouros, e de aqui o titulo» (António Tomás Pires, «*Estudos e notas elvenses*» — XIII — *Excerptos de um estudo sobre a toponymia elvense*», Elvas 1931, p. 29).

Formato = 730 × 170 mms.

#### N.º 4

**1387/1349 — 23 de Agosto — Doação de metade de um olival no cami-  
nho de Caiola, feita por Domingos Martins.**

A outra metade fora legada por sua mulher, Constança Domingues. Termo feito no Adro de *Santa Maria do Açougue*.

Outros nomes que se encontram no documento: Martim Pegado, *Juiz*; Mem Afonso, *Advogado*; Domingos Martins, Vicente Martins e Lourenço Afonso, *clérigos*; Vasco Domingues, *tabelião*.

Formato = 120 × 210 mms.

#### N.º 5

**1388/1350 — 4 de Abril — Aforamento de um olival em Papulos.**

O aforamento era a Lourenço Anes, por 12 soldos. Os raçoeiros João Salvador, Rui Garcia, Vicente Domingues, Amador Fernandes e Vasco Gil aforam a Lourenço Anes e a sua mulher Aldonça Pires um

clival com sua vinha, em *Papulos*, o qual parte com Ali *mouro*, Rui Gonçalves, *cavaleiro* e Bastião Giraldes, *clérigo*.

O foro era de 12 soldos. Testemunhas: Gil Esteves e Lourenço Afonso, *clérigos*.

O sítio de *Papulos* já mencionado em 1245 (apud Vitorino de Almada, *Dicionário*) e em 1335 num Pergaminho da Igreja do Salvador de Elvas (Tomás Pires, *ob. cit.*, p. 80), fica na freguesia de S. Pedro. Neste lugar foram descobertos em 1897 pelo sr. António José Torres de Carvalho, diversos objectos romanos, que estavam dentro de duas sepulturas, os quais deram entrada no Museu Arqueológico por oferta do mesmo benemérito elvensê. Tomás Pires pergunta: «*Papulos* será corrupção popular do vocabulo latino *Populus*, que significa alamo ou choupo? (Ob. cit., p. cit.).

Formato = 113 × 240 mms.

#### N.º 6

**1399/1361 — 24 de Setembro — Foro de 30 rs, em chão junto à quinta de João Alves Godinho, por testamento de André Anes, cónego da Sé de Évora e Abade da Igreja de S. Martinho de Açoure, no bispado de Lamego.**

O testamento foi feito nas casas do cónego André Anes, em Évora, que, por ser já velho, doava os bens que tinha em Elvas, que herdara de seus Pais e queria aplicar a bem da alma dos ditos e de seu sobrinho, mestre Vicente das Leis, «já passados», a quem Deus perdõe, os quais jazem enterrados nas igrejas de *Santiago* e de *Santa Maria do Açougue*.

A doação era a favor dos raçoeiros de Alcáçova, onde ele doador fora raçoeiro, por 8 aniversários, a saber: 2 por alma de mestre Vicente, na igreja de Santa Maria do Açougue, na *capela de Santa Susana*, onde

jaz, no 1.º de Janeiro e no 1.º de Fevereiro; 6 na igreja de Santiago, 2 pelo pai, 2 pela mãe, que estão ali enterrados, e um por si mesmo, «que ali o espera ser também», nos 1.ºs de Março a Julho, e uma missa oficiada em cada ano.

«E em cada Domingo saiam os beneficiados sobre a sepultura de todos três e lhes digam um responso».

O documento foi firmado por João Anes, tabelião de el-rei.

Citados ainda: Amador Fernandes e Gil Esteves, clérigos raçoeiros residentes da igreja de Santa Maria de Alcáçova.

Pergaminho regularmente conservado.

Formato = 570 × 370 mms.

#### N.º 7

#### **1416/1378 — 5 de Setembro — Aforamento de uma vinha em Roças, termo desta cidade.**

O aforamento era a Maria Afonso, «manceba que foi de João Esteves», raçoeiro em Santa Maria dos Açougues.

Numa nota, de letra posterior, escrita no verso, lê-se: «não se sabe o que isto he». Documento manchado e com muitas dificuldades de leitura.

Um antigo pergaminho da Igreja do Salvador, de 27 de Junho de 1317, refere-se também a um aforamento de uma vinha com seu olival, «em sítio que chamavam as Rocas» e que confrontava com o caminho público que ia para a Torre da Ovelheira.

A escritura é assinada, entre outros, por Amador Fernandes, clérigo raçoeiro de Santa Maria dos Açougues e nome que encontramos por mais de uma vez nestes Pergaminhos.

Formato = 260 × 200 mms.

N.º 8

**1424/1386 — 8 de Janeiro — Aforamento de um olival no caminho de Arronches, a Vasco Martins Margalho e sua mulher Catarina Esteves.**

Termo feito na igreja de *Santiago*. O aforamento era por 20 soldos para a igreja de Alcáçova. A letra está muito sumida, principalmente na parte final.

Formato = 690 × 160 mms.

N.º 9

**1429/1391 — 18 de Fevereiro — Traslado de uma carta de D. João 1.º, para que os vigários e clerezia não demandem os mouros por falta de pagamento dos dízimos, porque estes pertencem somente a el-rei.**

Embora a letra esteja um tanto apagada, extractamos alguns períodos, dado o interesse deste documento, e, como escreve Vitorino de Almada, «não só por sua muita antiguidade, mas por ser uma prova concludente de que os vencedores da *yelch* mussulmana encontraram em D. Sancho 2.º mais protecção que severidade»<sup>(3)</sup>.

«Dom Joham, polla graça de ds Rey de portugall, e dalgarve, a vos vigayros e crelezia da nosso leall vjlla dEluas e a outras quaesqueer que esto haiam de veer a que(m) esta cta for mostrada, saude § Sabede que o comũ dos nossos mouros forros dessa villa nos disserom que o primeyro Rey que esta terra os mouros guanhom que prouve a sua mçêe que os mouros que forão achados em na ditta villa que vivessem

---

(3) «*Dicionário*», cit. Tomo I, p. 109.

em ella, e que os dtos. mouros fizeram e firmarom com elle ssua coposiçom per ssey e por os outros mouros que delles descendenssem que lhes pagassem em cada huu anno ctos dereytos per a guisa que o elles faziam ao rrey mouro e que espeçialmête lhe dessem ante as outras cousas que lhe haviam de dar os dtos dizimos de ssuas novidades que ouvessem assi a el como aos outros Rejs que depois delle viessem polla qual razom dizem que lhes foy dado, outorgado foro que nêhuu christãao nem Judeu no ouvesse poder de lhes empecer segũdo dizem que no dto sseu foro e privilegio que dello tem mais cõpridamête he contheudo § E por esta razom dizem que des o dto tpo aaca assy como os outros Reys de que nos descendemos, estevemos sempre de posse paçifica e estamos daver, levar delles em cada huu ano os dtos drtos e dizimos ssem embargo e costragidamente nehoo por que assi som a nos devudos de drto como dto he § E que outrossy acoteçe aas vezes que por morte dalgum delles nos ficamos erdeiro em seus bês ou em pte delles, por a qual razom dizem que por nos e por outros Rejs dante nos sempre forom defesos e emparados en drto e em justiça en tal guisa que propuzerom senpre de ffazerem sempre de fazer vjvenda de lavradores aproveitando e adubando sseus bês; herdades, fazem mojto pera as acrescentar de que se a nos sseguir e ssegue sviço por os dtos dizimos e outros drtos que nos delles avemos § E ora dizem que os nom esguardando, em como elles som mouros e doutra lej e que nom hão nem recebem da Igreja nehũus sacramêtos nê outra cousa que a dta Igreja pretêça ffa-zendo esto majs en atrevêto das nossas grãdes e por longas demãdas, e sabedorias que a esto compre aos logos qto. aos creligos ham dauer preitos que por serem os dtos dizimos de derejto da Igreja alguus creligos... poendo contra elles petiçom, demandandolhes as dtas dizimas das ssuas novjdades que assi forom e ssom nossas de senpre e nos pagom em cada huu anno..... E nos vendo o que nos assy pediam, visto em como as dtas dizimas de ssenpre forom e ssom nossas teemos por bem e mãdamos que nõ conheçudo de taaes fftos nê demãdas que por

a dta dizima ffaçam aos dtos mouros nẽ vaades por elles mais endeante nẽ procedades cõtra os dtos mouros por a dta. rrazom..... «Dada na çidade devora dezojto dias de feuerejro. El Rey o mãdou pedralvarez a fez Era de myl e qtroçêtos, e vimte e nove anos».

Formato = 660 × 185 mms.

#### N.º 10

##### 1397/1359 — Março — Aforamento de uma vinha com seu olival.

Registo a favor de um Domingos... da *Porta do Tempre*, e sua mulher Aldonça Anes.

E é tudo o que pode saber-se deste pequeno pergaminho de letra muito gasta.

Formato = 215 × 190 mms.

#### N.º 11

##### 1436/1398 — 14 de Fevereiro — Aforamento de uma vinha com oliveiras a «Vasco Vicente» (4).

O emprazamento era em três pessoas e foi a favor de Gonçalo Lourenço, *bêsteiro*, e de sua mulher Estevainha Gonçalves, por 3 libras da moeda antiga.

---

(4) Na parte manuscrita do *Dicionário* de Almada, encontra-se um verbete com referências a este sítio de *Vasco Vicente*, na freguesia de São Pedro, que Tomás Pires reproduziu na sua *Toponímia*, já cit.

Uma é do Pergaminho n.º 19 da igreja de Santa Maria dos Açougues, de 7 de Maio de 1401 (A. C. 1363) e onde figura, como testemunha, um *Vasco Vicente*, tabelião; a outra é uma escritura de doação de 3 de Agosto da era de 1402 (A. C. 1364), lavrada pelo mesmo tabelião Vasco Vicente, e registada a fls. 20 do

Presentes os clérigos Lopo Esteves da Gama, comendador, Estevão Madeira e Afonso Anes de Sequeira, raçoeiros de Santa Maria de Alcáçova.

Como os anteriores também este Pergaminho está com a tinta bastante apagada.

Formato = 225 × 275 mms.

---

Tombo 1.º da igreja do extinto convento dos frades dominicos de Elvas. E escreve, amargamente, Tomás Pires: «Não pude compulsar o pergaminho da igreja de Santa Maria dos Açougues, porque, depois da extinção do bispado d'Elvas (em 1882), não se sabe onde foram parar os importantes pergaminhos que existiam no cartório de ex-sé-cathedral.

«Tanto de Evora (para onde foram os livros e papéis respeitantes à Mitra d'Elvas) como de Portalegre (para onde foram os pertencentes ao Cabido) respondem que taes pergaminhos não receberam; e no archivo da referida igreja da extincta-sé não são encontrados.

«Pois este pergaminho n.º 19 (de 7 de maio de 1363) era extremamente importante, por se referir a Aldonça Annes, mãe de Vasco de Lobeira, o auctor da novella *Amadis de Gaula*.

«E não menor importância tinha o pergaminho n.º 10 (9 de abril de 1374), que, segundo o testemunho de V. d'Almada, tratava do proprio Vasco de Lobeira e de seu pai João de Lobeira.

«O decreto de 2 de outubro de 1862 determinou que no Archivo Geral, ou Torre do Tombo, fossem recolhidos os antigos documentos de todas as igrejas e corporações religiosas, procurando-se assim salvaguardar os preciosos pergaminhos e manuscritos que felizmente escaparam ao desacato e ao vandalismo de tantos séculos; mas esse decreto ficou *letra morta...* e assim se tem perdido tantos e tão uteis materiaes para a historia do paiz!» (pág. 118).

Alguns destes valiosos livros, a que o ilustre investigador se refere, bem como o *Tombo 1.º da Provedoria da comarca de Elvas*, onde estão trasladados na íntegra os testamentos respeitantes aos Lobeiras, foram parar a Portalegre, mas para nós o mais surpreendente é que os tivessem deixado sair de Elvas. Ainda se fossem para a Torre do Tombo sempre era por força da lei! Enfim, triste sinal de certos tempos.

N.º 12

**1446/1408 — 12 de Janeiro — Aforamento de metade de dois olivais em Zável (5).**

Aforam a Afonso Dias, *almocreve*, e a sua mulher Constança Anes, as duas metades de dois olivais em Zável, caminho de Monte Longo; partem com Margarida Domingues, mãe de Fernão Gil, e com Gonçalo Rodrigues de Abreu, *o Velho*.

O aforamento é pelo quarto de azeite e conhecimento da azeitona, «segundo se costuma na dita villa». Escrito em Elvas, na casa de morada de João Garcia, *algageme*, pelo tabelião Afonso Anes.

Formato = 440 × 160 mm.

N.º 13

**1425 — 20 de Março, 3.ª feira — Aforamento ratificado, de 4 courelas de vinha e olival, em Cocena, a Ascenso Pires, por 3 libras da moeda antiga.**

Aforamento em prazos, que fizeram o Prior e Beneficiados de Santa Maria de Alcáçova, a Ascenso Pires e Gomes Martins, de 4 courelas de vinhas e olivais em Cocena, com obrigação de 3 libras da moeda antiga e o dízimo para a dita Igreja.

Estava presente fr. Lopo Esteves da Gama, procurador de fr. Fernando, prior de Santa Maria de Alcáçova.

---

(5) Zável, sítio, ribeiro e horta na freguesia de São Pedro, concelho de Elvas.

As courelas, junto ao *Curral das Vacas*, trazia-as o mesmo Ascenso Pires, e partiam com João Afonso *Vinagreiro*, com azinhaga pública e com lugar que foi de Fernão Pires *Ovelheiro*.

Testemunhas, o tabelião Martim Vasques da Ponte, Lourenç Afonso de Selas, Gil Martins da Romeria, Vasco Lourenço Beato e Lopo Fernandes de Chacim.

Escritura feita pelo tabelião Lourenço Vasques. Documento bem conservado.

Formato = 324 × 220 mm.

#### N.º 14

**1429 — 1 de Abril — Aforamento de uns pardieiros à Alcáçova, ao prior fr. Fernando, por 20 soldos.**

Fr. Lopo Esteves da Gama, comendador da Alcáçova de Elvas, e os raçoeiros da dita igreja aforam uns pardieiros no sítio da Alcáçova, que partem com casas da Ordem de Avis, que traz de foro Fernão de Anes, casas de Afonso Anes, adro da dita igreja e rua pública — a fr. Fernando, prior da citada igreja, por 20 soldos da moeda antiga.

Testemunharam Afonso de Sequeira e Estevão Lourenço Marrano, entre outros. Foi tabelião, Lourenço Vasques.

O pergaminho, de boa leitura, tem contudo alguns pequenos buracos.

Formato = 197 × 224 mm.

#### N.º 15

**1433 — 25 de Março — Troca de umas casas por 30 cabeças de porcos.**

Afonso Anes Colaço e Clara Lourenço, sua mulher, têm umas casas na rua da Alagoa, foreiras à capela de Martim Domingues Pombo em 5

soldos da moeda antiga e trocam-nas a Diogo Anes e Catarina Lourenço, por 30 cabeças de porcos entre machos e fêmeas, «boas e recebondas» (6).

A capela era administrada pelos beneficiados de Santa Maria de Alcáçova.

Formato = 235 × 226 mm.

## N.º 16

### 1433 — 21 de Dezembro — Arrendamento do pão do Reguengo a Álvaro Afonso.

Na rua de Alcamim, em Elvas, perante Vasco Gonçalves, criado d'el-rei e arrendador-mor dos seus direitos no Almojarifado de Estremoz, foi mostrado um instrumento de arrendamento feito a Álvaro Afonso, na igreja de Santiago, do pão do Reguengo que el-rei tem no termo da dita vila, com o linho e gramaços, por 18 moios de pão (12 de trigo e 6 de cevada).

O arrendamento foi adjudicado em leilão efectuado a 6 de Junho do mesmo ano, estando presente João Esteves, tabelião.

Numa nota escrita no verso do pergaminho, que está algo esburacado, lê-se, com letra posterior: «mostrasse por esta carta que pertencê os dizimos dos reguengos à Egreja d'Alcaçova».

Formato = 335 × 218 mm.

---

(6) Vitorino de Almada, *Dic. cit.*, t. 1.º, p. 157, col. 2, que viu o Pergaminho, errou no apelido paterno de Martim Domingues *Pombo*, lendo-o por *Polo*, lapso em que também incorreu Domingos Lavadinho (*«Manuscritos e outros documentos da Biblioteca Municipal de Elvas»* — I — 1945, p. 8).

N.º 17

**1434 — 9 de Abril — Aforamento de umas casas a Gonçalo Anes, clérigo, por 20 soldos da moeda antiga.**

O pergaminho encontra-se em magnífico estado de conservação e reveste-se de muito interesse por se referir aos *Gamas* de Elvas (Gravura 4).

Frei Lopo Esteves da Gama, cavaleiro comendador da Ordem de Avis, Rui da Gama, Estevão Madeira e Afonso de Sequeira, clérigos raçoeiros residentes na igreja de Santa Maria de Alcáçova, emprazam em 3 vidas uma casa que têm na vila de Elvas, junto à dita igreja, por 20 soldos da moeda antiga.

A casa partia com duas ruas públicas (uma delas por certo a «das Beatas») e com a cisterna da igreja (que ainda pode ver-se no pátio) e o aforamento era a Gonçalo Anes, clérigo raçoeiro na mesma igreja.

Tabelião: Lourenço Vasques.

Formato = 750 × 180 mm.

N.º 18

**1440 — 8 de Fevereiro — Carta passada pelo Vigário Geral Afonso Anes sobre a herança de um olival na Serra de S. Domingos foreiro à Alcáçova.**

Acha-se muito apagada a letra deste pergaminho, mas pode ler-se, que o Vigário perpétuo de Santa Maria dos Açougues e Vigário Geral na vila de Elvas, presidiu a um termo de audiência, no adro de Alcáçova, referente a um foro de 40 soldos da moeda antiga devido aos beneficiados

num olival na serra de S. Domingos herdado por Afonso do Rio, e que com a igreja andava em demanda. Aliás já não era a primeira vez, que este se encontrava implicado em questões do género, pois em 1432 fôra multado por ter 4 bois nas vinhas, como consta da receita cobrada no dito ano pelo procurador do concelho (7).

Citados também: Afonso de Sequeira, clérigo beneficiado de Alcáçova e Martim Cacela, escrivão pelo bispo (de Évora) em Elvas.

Formato = 500 × 180 mm.

#### N.º 19

**1445 — 5 de Dezembro — Aforamento a Fernão Afonso, moleiro, de uma casa ao pé da igreja de S. João, por 30 rs, brancos.**

Auto a que estiveram presentes fr. Rodrigo, prior de Alcáçova, Pero Anes Muro, Gonçalo Anes, Estevão Madeira, Gil do Cano e Rui da Gama, clérigos na mesma, os quais declararam que tinham ao pé da igreja de S. João uma casa, que partia com curral do comendador do Hospital, com João Martins e ruas do concelho, a qual aforavam em 3 pessoas a Fernão Afonso, moleiro, por 30 rs. brancos.

Testemunhas: Afonso Mendes, escudeiro, João Fernandes, «vogado», Nuno Álvares, filho de Álvaro Gil e outros.

Formato = 290 × 225 mm.

---

(7) V. de Almada, *Dicionário* cit., t. I, p. 117).

N.º 20

**1446 — 6 de Fevereiro — Testamento de Gonçalo Domingues, seleiro, casado com Leonor Giraldes.**

Gonçalo Domingues, vassallo del-rei, queria ser enterrado no Mosteiro (de São Domingos) e deixava duas missas oficiadas, uma na Igreja de Santa Maria de Alcáçova, outra «honde o meu cõpo pousar», e fazia oferta de pão, vinho e pescado.

Num verbete de Vitorino de Almada deparo com esta nota: «Outro perg. da Alcaçova, é o traslado d'este test.º por auto lavrado em camara a 23 ag. 1502 servindo de juiz Diogo Fernandes Monterroio na ausencia do bacharel João Fernandes». Não vi este outro pergaminho a que se refere o distinto investigador da história elvense.

Formato = 550 × 195 mm.

N.º 21

**1451 — 31 de Março — Doação feita por Gomes Lourenço Cotrim e sua mulher Aldonça Vasques, de uma courela de terra que tem em Vila Boim.**

Gomes Lourenço Cotrim e sua mulher Aldonça Vasques tem em termo de Vila Boim uma courela de terra, que parte com Lourenço Vasques e com vinha do paço, caminho da Amoreira. E por serem fregueses de Santa Maria de Alcáçova e dela hão os Sacramentos, querem que seus corpos sejam enterrados na dita igreja, onde jaz D. Brites de Barbudo, dispondo que os raçoeiros e o regente da igreja lhes dêem e desembarquem a dita cova ao tempo de suas mortes, e para as despesas lhes dão a referida courela, a vender pelo maior preço.

Foi testemunha um João de Olivença.

Formato = 175 × 230 mm.

**N.º 22**

**1451 — 26 de Agosto — Carta de encapaçom.**

Foi tabelião Lourenço Vasques e lê-se também o nome de Catarina Martins. O mais está ininteligível.

Formato = 180 × 240 mm.

**N.º 23**

**1467 — 15 de Dezembro — Aforamento de um olival em Monte Longo, feito por Inês Afonso a Pero Esteves, criado que foi de Lizuarte Pereira.**

Pero Esteves estava casado com Leonor Esteves. O olival partia com Fernam Pires Longo e o foro era de 2 alqueires e meio de azeite.

Este olival em Monte Longo encontrâmo-lo citado num documento de São Pedro, de 31 de Março de 1515, como pertencente às igrejas de Alcáçova e São Pedro.

Formato = 340 × 162 mm.

**N.º 24**

**1468 — 8 de Julho — Pública-forma de uma carta de aforamento feito pelos raçoeiros da Alcáçova a João Rodrigues Ciruga, de uma casa na rua de Santarém.**

Na data acima compareceu nas casas de morada de Gomes Rodrigues Ciruga, escudeiro, Gonçalo Rombo, escudeiro do senhor conde de Odemira e juiz na vila de Elvas, que apresentou «hua carta daforamento

escripta em purgaminho» e assinada por Diogo Pires, tabelião «que foy em a dita villa». Nessa carta se declara, que Lourenço e Amador Fernandes e João Domingues, raçoeiros residentes da igreja de Alcáçova haviam dado de foro a João Rodrigues Ciruga, mercador e a Maria Lourenço, sua mulher, uma casa que a igreja tinha na rua de Santarém «a par da porta de Santiago»<sup>(8)</sup>, que partia com casas de Lopo Pires, em que então morava seu filho Afonso Lopes, com casas de João Fernandes, de Vila Viçosa, com outras de Gomes Anes Galego e com rua pública, para sempre «em cada huu anno sete liuras de dinheiros portugueses» por dia de Páscoa.

O aforamento fora feito a 17 de Março da Era de 1428 (A. C. 1390), debaixo do alpendre da igreja de Santiago, tendo como testemunhas Aires Esteves, prioste, Gil Fernandes, Gil Lourenço, Fernão Gomes, escudeiro e outros.

Apresentada a carta, Álvaro da Ponte, Vasco Martins e Brás Anes, clérigos beneficiados da igreja de Alcáçova requereram ao dito Juiz, que «mandasse dar huu estormento em pubrica forma» — e é esse que temos perante nós e estamos analisando, e do qual foram testemunhas João Lourenço, tabelião, João Gomes, Lourenço Anes e Rui Pegado, e escrivão João Pais.

Este pergaminho, òptimamente conservado, tem para nós um valor à parte, pois nele nos aparece entre outros nomes de relevo, o do famoso Gil Fernandes, que, como se vê, ainda era vivo em 17 de Março de 1390, ano em que se supõe ter falecido.

No público sinal do tabelião João Pais lê-se, no meio: «Ave Maria».

Formato = 333 × 270 mm.

---

(8) A actual «Rua da Cadeia», aliás já citada com o nome de «rua de Santarém» em documento de 9 de Outubro de 1361, segundo Tomás Pires, em *As ruas d'Elvas*, 1924, p. 121.

N.º 25

**1472 — 27 de Julho — Diogo de Brito afora um olival no caminho de Badajoz a João Álvares, por 20 rs. brancos.**

Nas cassa de Diogo de Brito e sua mulher, em Elvas, os quais possuíam um chão abaixo do caminho de Badajoz, que partia com vinhas aforadas a Gonçalo Vaz de Caiola, e que aforavam a João Álvares, para vinha, por 20 rs. brancos, pagos em dia de Natal, se efectuou a escritura. Foi tabelião João Gomes.

Formato = 315 × 220 mm.

N.º 26

**1472 — 27 de Julho — Aforamento de um chão a Alpedrede.**

Documento muito sumido, o que dificulta bastante a sua leitura. Vê-se, porém, que se trata do aforamento de um chão em Alpedrede, feito por Diogo de Brito a João Garcia, por 25 rs.

O sítio de Alpedrede, na freguesia de São Pedro, aparece-nos pela primeira vez num documento de 11 de Junho de 1273, cujo original está na Torre do Tombo, caixa 85 da colecção especial (V. de Almada, *Dic.*, t. I, p. 340). Nele foram encontradas algumas construções romanas, sendo os objectos achados transferidos para o Museu Municipal.

Formato = 330 × 202 mm.

N.º 27

**1474 — 28 de Dezembro — Aforamento de um chão em Alpedrede, feito pelo mesmo Diogo de Brito.**

O mesmo Diogo de Brito do pergaminho anterior era senhor de várias terras no sítio de Alpedrede e aforava-as para nelas se plantarem vinhas.

Desta vez era a Álvaro Pires, e o terreno entestava no ribeiro de Longo. Daria de foro 25 rs. brancos «ora correntes que cada huu vall trinta e cimquo lbs.» pagos em cada ano por dia de S. Miguel

Testemunhas: Moriel Rodrigues, Álvaro de Abreu, «o moço» e Martim Vaz Busaranho. Tabelaio: João Gomes.

Formato = 375 × 215.

## N.º 28

### 1476 — 26 de Novembro — Sentença dada pelo Vigário Geral no pleito havido entre a igreja de Alcáçova e João Machado, sobre o pagamento de 1.050 rs, por aniversários sonogados.

É um extenso e bem conservado documento, que começa por estes termos: «Martim fernandez: clérigo de missa vigário em esta villa deluas, pollo muito rreverendo in xpo padre snor dom Garçia de meneses por merçee de ds e da santa egreja de rroma bpo deuora...».

A igreja de Alcáçova, representada pelo seu beneficiado, procurador e senhor, Brás Anes, demanda o escudeiro João Machado, casado com Leonor Varela. Este possuía uma herdade em Rio Torto, com pomar e assento de casas, a qual era obrigada a um aniversário por alma de Maria Domingues, em dia de S. Nicolau. Ora tal aniversário «esteve sonogado auera bem trinta e cinco anos ata ora ou tpo mais ou menos», tendo o dito João Machado mandado cantar uma única missa em todos estes anos, o que fazia com que estivesse devedor à igreja em 1.050 rs.

Desculpa-se ele de que metade da herdade é de Beatriz Calaça e da mulher que foi de Rui Calaça, que devem pagar a sua parte. Álvaro Calaça, irmão das Calaças, em seu nome e no delas propõe-se então pagar a parte que lhes compete.

Depois de Maria Domingues a herdade pertenceu a Rui Vaz da Lágea e sua mulher, «os quaaes eram meeiros na metade», e na outra metade a João de Estremoz e a Leonor Lopes, mãe de João Machado e irmã de Maria Lopes. Como a Fazenda penhorasse esta «em prgam na pça da dita vjlla», não achando móveis vendeu a herdade, que ele João Machado comprara havia 6 anos.

Sabe-se mais, que a herdade pertenceu a Constança Roiz, que a deu em dote de casamento a seu filho João Lopes, quando este casou com Isabel Manuel, mãe de Rui Pegado. À falta de descendência e testamento de João Lopes, herdou-a sua mãe, a qual repartira os seus bens com a nora, ficando a esta a herdade.

Gonçalo Anes, escrivão do senhor Bispo, a fez em a dita vila (de Elvas).

Formato = 670 × 460.

#### N.º 29

#### 1477 — 4 de Julho — Aforamento de umas casas, que estão no adro da igreja de Alcáçova.

Brás Anes, Afonso de Sequeira e Vasco Martins, clérigos de Alcáçova, aforam a Gil Lourenço uma casas no adro da igreja, por 14 rs. brancos, em cada ano por dia de Natal. As casas partem com outras de Afonso Pires da Roda e azinhaga pública (Gravura 5).

Feito por João Lourenço, escudeiro vassalo del-rei e «pubrico no-tayro em a dta vjla».

Formato = 298 × 247.

N.º 30

**1478 — 24 de Fevereiro — Aforamento de um chão em Alpedrede, feito por Diogo de Brito a Bartolomeu Martins e sua mulher Margarida Vasques, por 25 rs. brancos.**

Diogo de Brito e Isabel Mendes, sua mulher, aforam um chão no sítio de Alpedrede, que parte com outro que faz foro a Álvaro Cerveira. Como em anteriores aforamentos era para nele plantarem vinhas.

Testemunhas: Afonso Façanha, escudeiro fidalgo, João Prior e André Caro.

Formato = 333 × 220.

N.º 31

**1479 — 12 de Março — Compra que fez Lourenço Vicente da Alagoa, mamosteiro da arca dos cativos, de umas casas á Alagoa (º).**

As casas e os pardieiros pertenciam a Catarina Pires, que os vendia a Lourenço Vicente da Alagoa e sua mulher, e eram foreiros em 40 rs. brancos à igreja de Santa Maria de Alcáçova.

Estavam na rua da Alagoa e partiam com casas de Pero Fernandes de Lousa, com outras de Diogo Gonçalves, criado de João Gomes do Bombarral, com a Alagoa e rua que vai ter ao muro.

A venda era por 1.200 rs. brancos.

Tabelião: Pero Lourenço.

Formato = 435 × 182.

---

(º) No citado Catálogo de *Manuscritos*, de Domingos Lavadinho e no *Dic. de Almada*, o nome do comprador vem erradamente referido por Lourenço Vicente da *Lágea*.

1481 — 9 de Abril — Carta de emcação e aforamento de um olival à Torre da Ovelheira <sup>(10)</sup>.

Carta feita na Igreja de Santa Maria dos Açougues estando presentes «os honrrados beneficiados na egreja de sta. M.<sup>a</sup> da alcaceua», Brás Anes e Álvaro Martins, bem como Cristóvão Dias e Vasco Godinho, escudeiro e sua mulhr Ceatarina Gonçalves.

Os dois últimos disseram, que traziam aforado em 60 rs. brancos pagos por dia de Natal, um olival da dita igreja, o qual estava no caminho da Torre da Ovelheira, «onde se aparta o caminho da torre do caminho q̄ vay pera a terra branca» <sup>(11)</sup> «e q̄ por as guerras q̄ ora passarã ho nõ poderã bem apueytar, q̄ porem pediã aos dtos aluaro martins e

---

<sup>(10)</sup> «Esta torre, ou atalaia, de forma circular, ainda existe, e é atribuída aos mouros. *Torre de Soeiro Esteves* se lhe chama em documento de 1282. *Ovelheiro* é apelido que aparece nos documentos antigos: um João Pires *Ovelheiro* figura em documento do século XIII, citado por V. d'Almada em o n.º 242 do periódico *O Elvense*; um Domingos Martins *Ovelheiro* é citado, em documento do século XIV, a p. 20 do tomo I do *Dicionário* do mesmo escritor» (Tomás Pires, *Excerptos de toponímia*, cit., p. 78). EMCAMPAÇOM — Renúncia do prazo, feita pelo enfiteuta nas mãos do senhorio. — *Elucidário*, de Viterbo.

Um Fernão Pires *Ovelheiro* nos aparece, como vimos, no Pergaminho n.º 13, de 20 de Março de 1425.

<sup>(11)</sup> Assim se denominou primitivamente o sítio, que depois passou a chamar-se do *Quartel da Corte*, e da *Cruz do Salvador*.

«Dá-se como origem do penúltimo título o facto de ali ter sido construído o *quartel* em que se alojou D. Luiz de Haro, por ocasião do cerco de Elvas em 1658.

Já segundo o dr. Aires Varela, naquele mesmo local tinha acampado el-rei D. Sancho II, por ocasião da conquista de Elvas aos mouros» (Tomás Pires, *ob. cit.*,

bras anes q̄ lhe tomassem dele encãpaçã e ho dessem a quẽ ho apueytar podesse».

Confrontava de uma parte com olival de Nuno Fernandes, filho de Fernão Sanches Mexia e da outra com outras propriedades.

Os beneficiados de Alcáçova responderam, que aforavam então o olival ao dito Cristóvão Dias «pera ssempre infatota» pelos mesmos 60 rs.

Testemunhas: Nuno Álvares, clérigo de missa e Diogo Roiz, tesoureiro de Santa Maria dos Açougues. Tabelião: Pero Lourenço.

Formato = 390 × 275.

### N.º 33

#### 1484 — 2 de Janeiro — Carta de venda de uma parte e quinhão no lagar de Nuno Fernandes de Caiola.

Afonso Álvares, *ferrador*, e sua mulher Catarina Mendes vendem a Gil Anes de Selas e a Catarina Vaz, sua mulher, «toda sua djreita parte e quinhã» no lagar de Nuno Fernandes de Caiola, *escudeiro*, «com sseu curral e aruores». O lagar é de vinho e azeite e o curral tem laranjeiras e romeiras e tudo junto faz de foro 100 rs. brancos aos clérigos de Santa Maria de Alcáçova. Parte com muro da dita vila, onde está o *cano*, por

---

p. 88). Em documento de 23 de Abril de 1534, de S. Pedro, fl. 44 v., visto por nós, ainda é denominado o sítio por *Terra branca*.

O título de *Cruz do Salvador* refere-se a uma antiga cruz de pedra, que ali ainda viu o Dr. José Avelino da Silva e Matta, conforme no-lo afirma nos seus *Annaes d'Elvas*, ms. da Biblioteca Municipal de Elvas, parte 1.ª, § 136.

onde vai água que vem da Alagoa, e com a rua, «q̄ sse chama da dita alagoa e he armado ssobre o dito muro e com outras comffrontações» (12).

A venda era por 1.500 rs. brancos. Testemunhas: Lourenço Vaz dos Bogios e Fernão Martins, seu criado. Tabelião: Rui Pires.

Formato = 950 × 330.

#### N.º 34

**1484 — 31 de Janeiro — Aforamento de umas casas perto da igreja, ao beneficiado João Gonçalves, por 20 rs.**

A igreja tem uns pardieiros, que partem com casas da comenda que estão cerca da mesma, com muro del-rei, casas de Rui Delgado e Rodrigo Aires, que afora ao beneficiado João Gonçalves por 20 rs. brancos.

Fez o aforamento o Prior fr. Pedro. Testemunhas: Afonso Roiz e Gil Lourenço, clérigos. Tabelião: Fernão Nunes Gante.

Formato = 576 × 315.

#### N.º 35

**1489 — 6 de Maio — Testamento de Inês Afonso, que deixa à Igreja de Alcáçova umas casas e dois alqueires de azeite, por dois aniversários.**

Inês Afonso era viúva de Rui da Gama e fazia o seu testamento «apartada de toda enfyrmidade e em todo seu siso», dispondo que quando morresse enterrassem o seu corpo no adro da igreja junto ao de seu ma-

---

(12) «...as aguas pluviaes, descendo pelas vertentes dos outeiros em que estão as igrejas do Collegio e de S. Domingos, não encontrando saída, formavam *alagôa* onde hoje está a poterna que enfia a rua dos Fagundes». Daí o nome de *rua da Alagoa*. Vitorino de Almada, *ob. cit.*, t. I, p. 157.

rido e fossem à sua sepultura «todalas cruces e creligos da dta vjla, os frades e cruz do mosteiro e que lhe digã no dia do enterramêto cada huu huua missa oficyada com sua vegilia».

A Catarina Fonseca, viúva de Martim Afonso deixava «huua sua faldrilha a mylhor q̄ ela tiuer e huu m̄ato q̄ ela tem e mais qujnhêtos rrs.»; a sua comadre Beatriz mil rs., a Brás Fernandes, seu sobrinho, 500 rs., a Catarina, sua criada, que «lhe dem huu almadraq̄ e dous chumaços dos q̄ traz na cama e mais dous lençoes e huua m̄ata velha»; a João Pereira, 200 rs.; a Leonor Lopes «a beata, 200 rs., outro tanto a Isabel Vaz, mullher de João Gil, e instituía seu testamenteiro Afonso Mendes, «cryado do priol». E disse mais, que seu marido Rui da Gama deixara metade das suas casas de morada à igreja de Alcáçova, a que ela juntava a outra metade e um foro de dois alqueires de azeite, que trazia a viúva de Pero Esteves.

Testemunhas: André Lourenço, clérigo, Lopo Delgado, João Gonçalves e outros. Tabelaio: João Lourenço, escudeiro.

Formato = 450 × 230.

### N.º 36

**1492 — 25 de Outubro — Aforamento de um olival no caminho de Badajoz, a Pero Borges, por 100 rs. brancos.**

Álvaro da Mesquita, escudeiro do bispo de Évora, compareceu na igreja de Alcáçova e na presença de Diogo Velho, fidalgo da Casa Real e comendador de Santa Maria de Alcáçova e dos beneficiados Brás Anes, Gonçalo Anes e Álvaro Fernandes, declarou que estava ali por procuração de Pero Borges, secretário do senhor bispo de Évora, a quem os beneficiados de Alcáçova aforavam um olival no caminho de Badajoz, que partia com outro de Inês da Ponte, por 100 rs. brancos.

Atestam a procuração João Serrão e João de Coimbra, escudeiros do dito bispo.

Testemunhas: Álvaro Gonçalves, Manuel Zagalo e João Roiz, clérigos de missa.

Tabelião: João Lourenço.

Formato = 680 × 212.

### N.º 37

**1494 — 6 de Agosto — Álvaro Martins Margalho e João Martins trocam entre si umas casas na Rua dos Mártires.**

Na data indicada Álvaro Martins Margalho e sua mulher Beatriz Lopes trocam umas casas que têm na rua dos Mártires, por outras na mesma rua pertencentes a João Martins e Maria Afonso, sua mulher.

As primeiras partiam com Vasco Martins e com João Álvares e eram foreiras em 4 rs. à Alcáçova; as segundas partiam com Gonçalo Anes Beirão e faziam um foro de 14 rs., uma galinha e um pichel de vinho à dita igreja.

Testemunhas: João Fernandes, *barbeiro*, e Diogo Pires.

Tabelião: Martim Nunes.

Formato = 405 × 205.

### N.º 38

**1495 — 6 de Outubro — Aforamento de um chão na rua do Gurivão.**

Os clérigos beneficiados de Alcáçova aforam a André Pires Leitão e sua mulher Catarina Luis, um chão de 20 côvados de longo, por 8 de

largo, na rua do Gurivão <sup>(13)</sup>, por 30 rs. brancos, «desta moeda ora corrente», para nele fazerem casas.

Partia com a rua em que vivia João Preto, com chão de Martim Gonçalves, clérigo, com outro de... Reboleiro e com casas de Lourenço Madeira.

Testemunhas: Diogo Velho, comendador de Alcáçova, Afonso e Sancho da Costa, clérigos. Tabelião: João Lourenço.

Formato = 302 × 240.

### N.º 39

#### 1496 — 14 de Outubro — Carta de venda de umas casas na rua de Santarém, onde fazem a feira.

Martim Gentil e sua mulher Beatriz da Costa vendem a Francisco Fernandes e sua mulher Joana Fernandes, umas casas que tinham na *rua de Santarem onde fazem a feira* <sup>(14)</sup>, foreiras em 3 alqueires de azeite aos beneficiados de Santa Maria de Alcáçova.

---

<sup>(13)</sup> No pergaminho lê-se *Rua dagoyro bõo*, (agouro bom), mas no verso uma nota esclarece, que se trata da *rua do Gurivão*.

Diz Tomás Pires, nas «Ruas d'Elvas», *cit.* p. 65, a propósito de *agouro bom*: «Será este o primitivo nome? Os antigos livros do archivo municipal, e os antigos livros de «Enterramentos» da Misericórdia d'Elvas (mas posteriores a 1495), dão à rua as seguintes denominações: do *Algourivam*, do *Guruvão*, do *Gurovão*, do *Goruvam*, do *Gerivão*, do *Gurivão*, do *Gurivannes*, do *Gorivão*, do *Gorybam*, do *Algravão* e do *Grivão*.

Ou tomaria a rua o nome da ave chamada algorouvão?».

Em óbito da Alcáçova de 1570 encontramos «*do Gurverã*» e num assento de baptizado de 1816: «*Guirvão*». Actualmente é «*rua do Grivão*».

<sup>(14)</sup> Vide nota n.º 8, do pergaminho n.º 24.

Testemunha: Manuel de Barbudo. Formato = 420 × 350.

Pergaminho praticamente ilegível, tendo-nos servido um apontamento de Vitorino de Almada no rodapé do documento.

#### N.º 40

##### **1498 — 9 de Maio — Carta de aforamento de umas casas na Praça.**

Bastião Anes, Álvaro Fernandes e Manuel Zagalo, beneficiados de Alcáçova, estando presente Gonçalo Anes, vigário de Santa Maria dos Açougues, aforam a Afonso Gomes e por 140 rs. umas casas que têm na Praça, que foram de *Bemtema* (?).

Testemunhas: Álvaro Fernandes, clérigo de missa, Pero Afonso e outros. Tabelaio: Pero Anes.

Formato = 384 × 240.

#### N.º 41

**1500 — 11 de Janeiro — Aforamento de um chão em Alpedrede, feito por Diogo de Brito e João Álvares, por 12 rs. e meio.**

**— 23 de Janeiro — Aforamento de um pedaço de chão em Alpedrede, feito por Diogo de Brito a um tal Aires, por um vintém, devendo fazê-lo em vinha.**

Este pergaminho, cuja letra se encontra bastante apagada, contém duas cartas de aforamento, conforme acima se diz, feitas em casa do referido Diogo de Brito, fidalgo da casa del-rei, casado com Isabel Mendes.

Em ambos aforam uma porção de terra em Alpedrede, no termo de Elvas, que partia com vinha de Pero Vaz Ourègãos <sup>(15)</sup>.

Formato = 770 × 240.

N.º 42

**1502 — 23 de Abril — Testamento de Gonçalo Sanhudo.**

**1493 — 9 de Junho — Dito de Constança Lourenço.**

**1502 — 30 de Agosto — Verba do testamento de Beatriz Martins.**

O presente pergaminho é um caderno de 3 folhas dobradas, ou 12 páginas, e nele se encontram reunidos os 3 documentos acima referidos, um dos quais, o *Testamento de Gonçalo Sanhudo*, já foi publicado na íntegra no monografia da Santa Casa da Misericórdia de Elvas, da nossa autoria, Coimbra MCMLIV, págs. 251/253, em transcrição diplomática feita pelo nosso Amigo e conterrâneo, Dr. Adelino de Almeida Calado, distinto Bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, testamento que é o mais antigo referente àquela benemérita instituição elvense.

Dispõe o testador, que quiere ser enterrado na ireja de Alcáçova, na cova onde jaz seu pai e para o enterro e missas deixa um olival, que tem em Zável e 2 alqueires e meio de azeite, 1 a *Santa Maria dos Casados* e o restante a Santa Maria de Alcáçova.

Diz que, quando aqui passou o bispo de Jaen lhe ficaram dois retagos de pano em sua casa, pelo que deixa à *Misericórdia* 5 mil rs. por sua alma, porque nunca mandou por eles (não os mandou buscar).

---

<sup>(15)</sup> Ver Pergaminhos n.ºs 25-26-27 e 30.

Segue-se, com data de 9 de Junho de 1493, o *testamento de Constança Lourenço*, mulher que foi de Pero do Porto, que estava enterrado em Santa Maria de Alcáçova, e junto do qual ela queria que a sepultassem também.

Nomeia seu testamenteiro Gonçalo Sanhudo, seu primo.

Tabelião: João Lourenço.

É nomeado um foro que lhe pagava «O castanheiro», por uma vinha que estava na Amoreira, foro que era de real e meio de prata e havia 15 anos pouco mais ou menos que não lhe era pago.

Por último trata-se de uma verba do *testamento de Beatriz Martins*, viúva de Rui Calaça.

Brás Anes, clérigo de missa, prior de Ouguela e beneficiado nas igrejas de Alcáçova e São Pedro, de Elvas, disse a João Roiz, Juiz em Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguela, que do testamento de Beatriz Martins constava uma verba que pertencia à igreja de Alcáçova e por isso pedia lhe mandasse dar uma pública-fórma da mesma.

Beatriz Martins deixa o resto da sua terça a seu filho Antão Calaça, da qual aparta a herdade de *Degola Padrastos da Casa Branca* <sup>(16)</sup>.

---

(16) Escreve Tomás Pires, *Toponymia*, cit., p. 47: «Não achei documento que me informasse sôbre a origem dêste extranho título, apesar de me haver applicado durante bastantes annos ao estudo da toponymia elvensê, desempoeirando centenaes de velhos livros e documentos. No *Diccionario de la Academia Española* encontra-se o substantivo masculino — *Descuerna padrastos* — com a significação de *machete*, ou terçado. A similaridade dos vocabulos surprehende, e presta-se a phantasias que não se compadecem com êste estudo».

N.º 43

**1502 — 17 de Maio — Emprazamento de um olival em Cocena, no val de Fernão Pote.**

Os beneficiados de Santa Maria de Alcáçova emprazam a Rui Gomes e sua mulher Margarida Vaz, um olival em Cocena, no val de Fernão Pote, por 6 púcaros de azeite.

«O sítio de *Cocena* já figura em documento de 1266, na doação da herdade de Esteves Martins aos frades de S. Domingos de Elvas para fundarem novo convento» («*História de S. Domingos*», por fr. Luis de Sousa, citada na «*Toponymia*», de Tomás Pires, p. 74). Hoje é mais comumente designado por *Morgadinho (Quinta do)*, que foi o Visconde de Mariares, Cristóvão de Vasconcelos Vieira de Andrade.

Tomás Pires não faz referência ao *val de Fernão Pote*, que encontramos ainda mencionado em 1791, na «Carta de sentença da redução de ónus de missas», de S. Pedro, sobre a Capela que instituiu o Mestre Doutor Pedro Margalho.

Ao sítio de Cocena chama-se também *Horta da Mina*, denominação que subsiste.

Formato = 348 × 261.

N.º 44

**1502 — 19 de Maio — Aforamento de outro olival em Cocena, a Nuno Rodrigues, também por 6 púcaros de azeite.**

Manuel Zagalo, Brás Anes e outros beneficiados de Alcáçova aforam um olival em Cocena, no sítio de Fernão Pote, que parte com cerrado que foi de João Fraústo e com olival de Rui Gomes, fidalgo, a Nuno

Rodrigues, em vida de 3 pessoas, por 6 púcaros de azeite, pagos em dia de Natal.

Tabelião: Pedro Anes.

Formato = 400 × 212.

**N.º 45**

**1502 — 8 de Junho — Recibo de um laudémio de quarentena, por compra de umas casas à Alcáçova.**

Pagou-o João Rodrigues, por umas casas à Alagoa, que comprou a outro João Rodrigues e Catarina Lourenço, sua mulher e partiam com lagar de Diogo de Brito, os quais faziam foro de 4 rs. à Alcáçova.

Presentes o beneficiado Gil Pinto, Brás Anes e Álvaro Fernandes, clérigo.

Formato = 302 × 175.

**N.º 46**

**1502 — 23 de Agosto — Testamento de Gonçalo Domingues, seleiro, em que deixa duas missas oficiadas cada um ano por sua alma.**

Na Câmara da vereação onde se encontrava o bacharel João Rodrigues, Juiz em Elvas e ouvidor nas vilas de Olivença, Campo Maior e Ouguela, compareceu Brás Anes, clérigo de missa, prior de Ouguela e beneficiado das igrejas de Santa Maria de Alcáçova e São Pedro de Elvas, que requereu lhe fosse dada pública-forma do testamento de Gonçalo Domingues, em deixa duas missas oficiadas, uma na freguesia e a outra na igreja onde fosse enterrado.

O testamento foi feito em 6 de Fevereiro de 1447, sendo testemunhas o tabelião Lourenço Vasques, Garcia Lopes, João Vasques, *alfageme*, Alvaro Garcia, mercador, João Lourenço e João Gomes.

Tabelião: Pero Anes.

Formato = 450 × 302.

#### N.º 47

**1504 — 15 de Janeiro — Testamento de Catarina Alvares, mulher de Afonso Anes Cabicalvo.**

**Deixa umas casas, que tem na Alcáçova, a uma sobrinha, para que lhe mande rezar 3 missas anualmente.**

As missas seriam rezadas por dia de Todos os Santos e ofertadas com pão e vinho, para o que deixava uma suas casas, que tinha na Alcáçova, junto às casas de Maria do Quintal, e de outras de Gil Martins.

Testemunhas: João Fernandes Côte-Real e Fernão de Alvares, de Estremoz. Tabelião: Lourenço Anes.

Formato = 645 × 204.

#### N.º 48

**1514 — 14 de Outubro — Fernão Margalho, clérigo, vende a João Silvestre, seu cunhado, a parte que tinha numas casas da rua da Alagoa, foreiras em 6 rs. à igreja de Alcáçova.**

João Silvestre estava casado com Isabel Sardinha, irmã do clérigo Fernão Margalho. As casas partiam com outras de Francisco Roiz e de Joana Gonçalves.

Foi tabelião Gaspar da Ponte.

Formato = 430 × 195.

N.º 49

**1517 — 27 de Novembro — Aforamento de uma courela de olival, feito por João Fraústo a João Cordeiro, por 1 alqueire de azeite.**

A courela estava a *Colherinhas* <sup>(17)</sup> e aforavam-na João Fraústo e sua mulher Leonor Rodrigues, a João Cordeiro, «o moço», e a sua mulher Leonor Rodrigues, com obrigação de um alqueire de azeite em cada ano.

O acto foi celebrado nas casas do Fraústo, genro de João Afonso das Cabras. A courela partia com caminho de Caiola. Testemunhas: João Afonso, Pero Afonso, *barbeiro* e João Fernandes, *lagareiro*.

Formato = 290 × 255. O pergaminho está um pouco rasgado, mas pode ler-se.

N.º 50

**1519 — 24 de Maio — Venda que faz Tomás Tavares, de uma herança «em fatiota com corenta rs. de foro em hu mortorio e olival», à Fonte Branca.**

Tomás Tavares, fidalgo da Casa Real, e sua mulher Constança de Brito, vendem a Lopo Gonçalves Garro, cavaleiro, e a Beatriz Fernandes, sua mulher, uma herança à Fonte Branca, de um olival, vinha e terra,

---

(17) Sítio da freguesia de S. Pedro. Diz Tomás Pires, *ob. cit.*, pág. 40, que em documentos dos séculos XV e XVI é referido por *Colharinha*, *Collarinhas* e *Coalherinhas*, passando depois a denominar-se *Colherinhas*. E pergunta o mesmo distinto escritor: «Não seria primitivamente *Coelheirinha*, deminutivo de *coelheira*? Ha na freguesia de Caia a herdade das *Coalheiras* chamada da *Coalheira*

que parte com terra de Luzia de Abreu e tem 2 vinténs de foro em cada ano no mortório, que João Gonçalves Talaveira traz.

Os 40 rs. de foro pagavam-se na herdade de *Nicolau Pinto*, à Fonte Branca.

Testemunhas: Manuel Fernandes e João Margalho. Tabelião: Aires Gomes.

Formato = 370 × 247.

### N.º 51

**1521 — 16 de Março — O bispo de Évora, D. Afonso, ratifica o aforamento de dois olivais, que estão no caminho de Campo Maior, a Fernão Anes, por 400 rs. brancos, de 6 ceitis, em vez do quarto, que pagava anteriormente.**

Carta feita nos paços episcopais de Évora. Os olivais partiam com outros de Lopo Vaz, Gonçalo de Baião e Gil Roiz.

Testemunhas: António Gonçalves e Lopo Roiz.

Formato = 690 × 280.

---

em documento de 1535 e a herdade das *Coalheirinhas*. No concelho d'Evora ha uma herdade chamada da *Coelheira*.»

No *Tombo de São Pedro*, fls. 67, encontrámos, com data de 16 de Abril de 1540: «hum olival em *colherinhas*» e a fls. 65 v., em doação do mestre Margalho, «doctor», de 14 de Junho do mesmo ano: «olival no termo desta Cid.º com *colherinhas*».

N.º 52

**1534 — 16 de Março — O prior e clérigos de Alcáçova doam a capela de S. Sebastião ao escudeiro Pero de Pousadas, que promete legar fazenda suficiente para se lhe dizer nela missa quotidiana.**

Presentes fr. Tristão, prior, António da Mesquita e Nuno Fernandes do Cano, beneficiados de Alcáçova, que fazem doação a Pero Vaz de Pousadas, escudeiro, *da capela «que ora se fez de Sam Sebastiam na dita Igreja defronte da porta trauesa».*

Pero Vaz sujeita-se, por isso, a fazer o seu testamento deixando fazenda bastante para se lhe dizer missa quotidiana.

Testemunhas: Álvaro da Mesquita, João Roiz e Bastião Álvares, clérigo. Tabelião: Álvaro Eanes.

Formato = 515 × 230.

N.º 53

**1534 — 13 de Agosto — Aforamento de umas casas, que fizeram os beneficiados da Alcáçova, a João, solteiro, por 16 rs. cada ano.**

António da Mesquita e Nune Fernandes do Cano, beneficiados da Alcáçova, aforam a João, solteiro, filho de Beatriz Eanes, umas casas no *adro da Alcáçova*, foreiras em 14 rs., e que partiam com casas da dita igreja, que foram de Rui Vaz e com curral de Rodrigo Afonso Cambarqueiro (?).

O aforamento era a três pessoas e por 16 rs.

Tabelião: Álvaro Eanes.

Formato = 820 × 290 <sup>(18)</sup>.

---

<sup>(18)</sup> Pergaminho um pouco esburacado do meio para baixo.



Fig. 1 — Fachada principal da Igreja de Santa Maria de Alcáçova. No nicho, uma imagem de pedra de Nossa Senhora, do século XV.

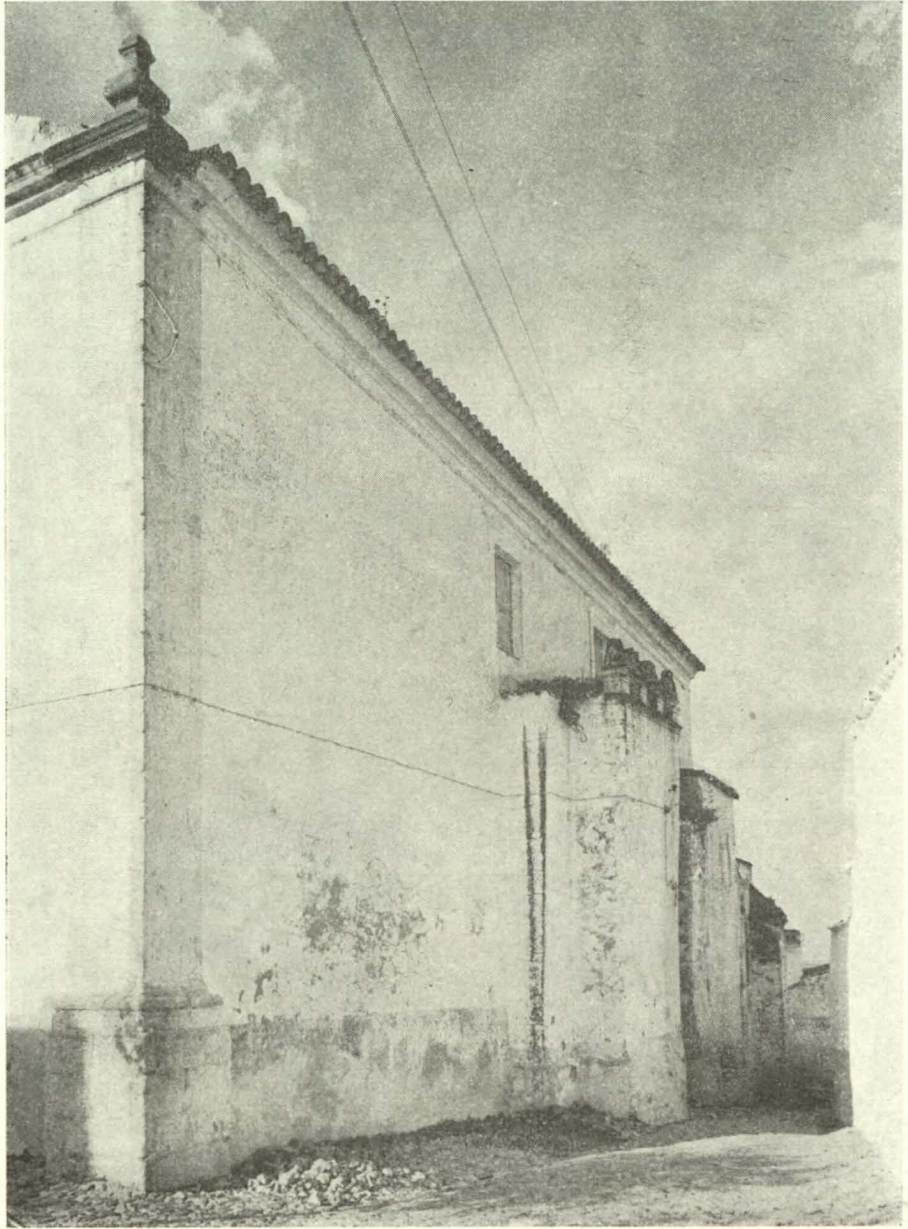


Fig. 2 — Igreja de Santa Maria de Alcáçova. Fachada lateral direita, vendo-se ainda os restos de quatro ameias chanfradas, do século XVI.



Fig. 3 — Igreja de Santa Maria de Alcáçova. Interior.



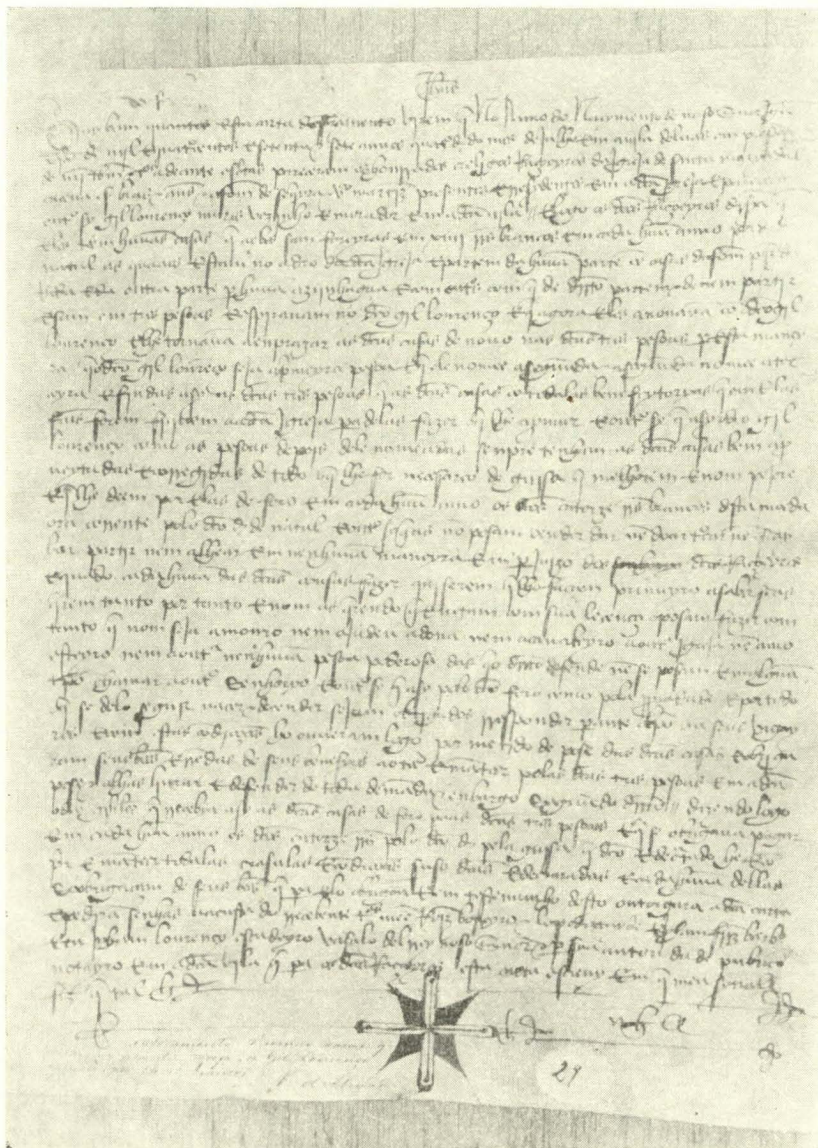


Fig. 5 — Fac-símile do Pergaminho n.º 29.

DA NECESSIDADE DA REVISÃO HISTÓRICA

pele  
sócio efectivo

*José Timóteo Montalvão Machado*

Oração inaugural do ano associativo,  
proferida em 19 de Outubro de 1967

## DA NECESSIDADE DA REVISÃO HISTÓRICA

**H**Á poucos dias, encontrando-nos a gozar os últimos dias de férias, no remanso da nossa casa do Penedo do Lobo, entre vinhas e pinhais, nos subúrbios de Vidago, fomos surpreendidos por um convite telefónico. Eramos convidados a vir aqui, no dia de hoje, a fim de pronunciar algumas palavras, no início de novo ano académico, nesta secular e douta Associação.

Desejaríamos esquivar-nos, dada a escassez dos recursos e o tempo, deveras limitado, para poder compor um trabalho de algum jeito, mas preevaleceu o espírito de soldado disciplinado, para o qual os convites dos superiores hierárquicos equivalem a ordens, que cumpre executar sem delongas.

Para balizar este início de ano académico seria de desejar que neste lugar se encontrasse alguém, que, pela sua erudição e pela eloquência da sua palavra, desse continuidade à obra de tantos varões ilustres, que passaram por esta casa, e à Nação prestaram os mais relevantes serviços, na cultura da Arqueologia, da História e de outras ciências afins, tais como: Joaquim Possidónio Narciso da Silva, distinto architecto e archeólogo, fundador da *Associação dos architectos civis e archeologos portugueses*, depois transformada nesta *Associação dos Archeólogos Portuguezes*; José da Costa Sequeira, outro notável architecto, que deixou o seu nome ligado a grandes obras da capital; o Visconde de Juromenha, João António de Lemos Pereira de Lacerda, notável escritor, que nos deixou

obras valiosas, como a *Cintra pinturesca*; Inácio de Vilhena Barbosa, o erudito e prolífero jornalista e escritor, que nos deixou algumas obras de alto valor, como os *Estudos históricos e archeológicos*, *As cidades e vilas da monarchia portugueza que têm brazões de armas* e *Exemplos de virtudes cívicas e demesticas colhidos na história de Portugal*; Inácio Pizarro de Moraes Sarmento, outro poeta e escritor insigne, cujas peças literárias, como *O Romanceiro Português*, tão apreciadas na época, eram baseadas em episódios da história nacional.

Todas estas figuras de primeira grandeza honraram esta Associação na sua fase inicial, isto para não falar em tantos outros nomes gloriosos, que depois honraram esta velha Associação: Bernardino António Gomes, Sena Freitas, Francisco Martins Sarmento, Sanches de Baena, Alexandre Herculano, Alfredo Keil, D. Carolina Michaelis, Camilo Castelo Branco, Júlio de Vilhena, para mais não citar.

Iniciamos hoje, dissemos acima, um novo ano académico, mas esta asserção pressupõe que a nossa Associação seja efectivamente uma Academia.

Poderemos considerar como tal a Associação dos Arqueólogos Portugueses? Se ligarmos à palavra *Academia* o significado duma instituição, vivendo sobre estatutos próprios, juridicamente reconhecidos, e tendo como finalidade a cultura de qualquer ramo do saber, baseada no estudo, observação e discussão, nenhuma dúvida temos em considerar a Associação dos Arqueólogos Portugueses como uma instituição de tipo académico.

Acode-nos agora ao pensamento o tema tantas vezes debatido: continuam as Academias nos tempos modernos a fornecer aquele largo contributo ao desenvolvimento das letras e das ciências, que nos habituámos a reconhecer-lhes no decurso dos Séculos XVIII e XIX? Quem se não lembra da vasta obra levada a cabo por D. Manuel e D. António Caetano de Sousa, Diogo Barbosa Machado, Jerónimo Contador de Argote e outros, no tempo de D. João V, à sombra da Academia Real da História Portu-

gueza! Quem se não lembra de tantas outras tarefas valiosas desenvolvidas no século seguinte, no seio da Academia das Ciências de Lisboa, da Sociedade de Ciências Médicas e nesta mesma Associação onde agora nos encontramos!

Poderá objectar-se que os tempos são outros e que, possuindo nós quatro universidades metropolitanas e duas universidades ultramarinas, é sobretudo a esses estabelecimentos do Estado que compete estudar e meditar, procurar e investigar, aprender e ensinar, porque é ali que prepondera o escol de valores e é ali que convergem os melhores instrumentos de trabalhos.

Assim, poderíamos ser levados a julgar que modernamente afrouxara o grande impulso, que outrora as Academias concederam ao progresso das letras e cincias. Até se disse já que, nos tempos modernos, as Academias têm uma função meramente representativa, concedendo aos seus associados uma espécie de título nobiliárquico.

Contra esta maneira de ver insurgem-se todos aqueles que, dia a dia, verificam o trabalho, digno de todo o louvor, que continua a sair das nossas sociedades de letras e ciências, como aho a ano vimos registando nesta mesma casa. Reportando-nos apenas aos trabalhos, aqui relatados nestes últimos meses e levados a efeito em diversos pontos do País e do Ultramar, queremos apenas lembrar, sem menosprezo para ninguém: *a carta arqueológica do concelho de Loulé*, tarefa realizada por Afonso do Paço e José Farrajota; *Numão pré-histórico*, por Pinto Ferreira; *Descoberta e estudo arqueológico dum templo cristão-visigótico na região da Nazaré*, por D. Fernando de Almeida e Eduino Borges Garcia; *A arte rupestre na província portuguesa de Moçambique*, por Octávio Rosa de Oliveira, etc., para mais não citar, o que tudo prova e confirma o amor, o carinho e a dedicação, que tantos dos nossos associados votam às escavações e aos estudos de natureza arqueológica.

Há ainda outras razões para estimarmos as academias e desejarmos que elas prosperem, a fim de darem ao público conta do seu labor. É que

tais instituições representam por vezes os templos a que se acolhem muitos estudiosos, desprovidos de diplomas universitários adequados, mas que, mercê dos seus méritos, qualidades e perseverança, tantas vezes vêm a notabilizar-se na literatura, na filologia, na história, nas línguas, na história natural e em tantos outros ramos do saber.

É compenetrando-nos da utilidade do nosso trabalho que devemos encarar um novo ano académico, para que nos comprometamos ao estudo meticoloso das descrições já feitas, às devassas minuciosas por bibliotecas e arquivos, à observação objectiva dos monumentos que se nos depararam, à interpretação fria e desapaixonada dos textos que vierem ao nosso encontro, à discussão serena de acontecimentos e atitudes.

Nota-se na hora que passa uma crescente curiosidade pela descoberta e pelo estudo dos achados arqueológicos. Já não são apenas os arqueólogos consumados, advertidos da maneira de escavar e orientados por programas de trabalhos, que procuram arrancar do subsolo os segredos, que ali se encontram há milhares ou milhões de anos e nos elucidam sobre os usos e costumes de tão remotas gerações. São também argutos homens do campo que, no duro mister de lavrar a terra, se dão à curiosidade de ir juntando alguns materiais que o acaso lhes deparou: aivecas de arados, machados de pedra, argolas de bronze, colares, vasos, ossos, etc. É o caso, referido nos jornais há poucos dias, do camponês Augusto Joaquim Machado, nascido e criado em Valverde, concelho de Évora, o qual, com respeito religioso, guarda os objectos que conseguiu encontrar. Como é digno da nossa admiração este arqueólogo espontâneo!

No campo da História, a cujo estudo nós hoje dedicamos a melhor atenção, é bastante diferente o panorama que se nos depara. Quando olhamos de frente qualquer época da História Nacional e atentamos nos principais acontecimentos, que na mesma época se produziram, nos homens que aí se evidenciaram e nas obras que nos deixaram, somos levados a crer que, no edifício da nossa História, não há mais paredes a erigir, nem traves mestras a deslocar. Isto pelo que diz respeito, repe-

timos, aos acontecimentos mais notáveis e aos homens de maior notoriedade, que concorreram para o engrandecimento ou decadência da Nação Portuguesa.

Outro tanto não diremos com respeito aos pormenores dos mesmos acontecimentos, à caracterização de muitas figuras e à apreciação de muitas atitudes, pormenorização que julgamos indispensável para a compreensão da lógica sucessão de acontecimentos.

Se descemos aos pormenores dos acontecimentos e à apreciação das figuras, a nossa História encontra-se pejada dum acervo de disparates e de erros os mais grosseiros, que os autores foram transcrevendo século a século, e que as gerações sucessivas foram digerindo e assimilando, como se foram alimentos com as mais ricas vitaminas.

Vamos apresentar alguns exemplos.

Quando há anos começámos a dedicar a nossa atenção ao fundador da Casa de Bragança, começámos por ler e reler aquilo que cronistas e historiadores nos diziam acerca do nascimento ilegítimo de D. Afonso. Diziam que esta personagem fôra o resultado dos amores precoces e clandestinos de D. João, Mestre de Avis, e uma rapariga de Veiros, chamada Inês Pires, tendo um e outro 14 anos de idade; acrescentavam que a mesma Inês era filha de Pedro Esteves, o qual, desgostoso por ver a sua filha desonrada, não mais fez a barba, pelo que lhe chamavam o *Barbadão*; e referiam ainda que a sepultura do mesmo Barbadão se encontrava na Igreja do Mileu, da mesma vila de Veiros. Tudo isto corria como verdades incontrovertidas.

Por várias vezes nos deslocámos a Veiros, a fim de tomar contacto com a terra onde o 1.º Duque de Bragança nasceu e passou a infância. Penetrámos na Igreja do Mileu e ali nos apontaram a campa do Barbadão, avô do Duque D. Afonso.

Com grande mágoa, verificámos que aquela sepultura não podia ser a do Barbadão, porque a sua inscrição dizia assim: *Aqui jaz D. Afoço Barbacho e sua mulher Mofalda Ines faleceo na era de 1475 anos.*

Na verdade, a alcunha que a tradição atribuiu ao pai de Inês seria *Barbadão* e não *Barbacho*; seria um pobre sapateiro e não tinha *Dom*; chamava-se seguramente Pedro Esteves, como se vê em vários documentos, e não era Afonso; sua mulher chamava-se Maria Anes e não Mafalda Ines; mas sobretudo o que invalida e destrói a hipótese de aquela campá pertencer ao suposto Barbadão é a data da morte: 1475. Efectivamente, se D. Afonso, filho de Inês Pires, a Comendadeira de Santos, faleceu em Chaves em 1461, com 90 anos de idade, fàcilmente se conclui que seu avô, para falecer em 1475, teria atingido pelo menos a idade de 132 anos, o que é bem pouco admissível.

Estávamos pois em face duma *falsa verdade*, referida pela generalidade dos historiadores, que não tiveram a curiosidade de ir a Veiros examinar a dita pedra tumular. E, no entanto, no mesmo ludíbrio caiu o Rei D. João III, porque, segundo nos diz a História, passou um dia pela Igreja do Mileu e, com o mais profundo respeito, ouviu estas palavras pronunciadas por D. Jaime, 4.º Duque de Bragança: *Aqui está enterrado o mais honrado homem da nossa geração!*

Abordemos outro exemplo de ludíbrio, transmitido secularmente de geração em geração. Historiadores e romancistas, poetas e dramaturgos disseram mil vezes que os Conselheiros de D. Afonso IV assassinaram D. Inês de Castro, atravessando-lhe o peito com as espadas, que ensanguentaram até aos copos! Nada menos verdadeiro.

Quem se der ao trabalho de ir a Alcobaça e examinar o túmulo de D. Pedro I, construído segundo os seus próprios ditames e instruções, verá ali uma formosa rosácea, na qual se perpetuaram os lances mais notórios da vida amorosa de D. Pedro e D. Inês. Comparando aquela rosácea ao mostrador dum relógio, vê-se na pétala ou edícula de 4 horas, da coroa exterior, um homem de saio, o algoz, que já decapitou D. Inês, cujo corpo vai tombando, vendo-se a cabeça caída por terra.

Podemos e devemos ir mais longe, depois de contemplar demoradamente a formosíssima rosácea: D. Inês não foi assassinada pelos Con-

selheiros de D. Afonso IV; foi justificada por um algoz, para dar cumprimento a uma sentença do Tribunal da Corte.

Nos seus pormenores, a nossa História está cheia dos erros mais grosseiros, voltamos a repetir. Ainda a propósito da execução de D. Inês de Castro, vem-nos à mente um disparate, que se patenteou centenas de vezes em letra de forma: D. Gonçalo Pereira, Arcebispo de Braga, concertou as pazes entre D. Afonso IV e seu filho D. Pedro, quando este se rebelou, após a execução de D. Inês. Aqui havia inobservância do que continha o instrumento de concórdia, mas havia também desprezo pela Cronologia. Todavia, foi preciso aparecer D. Carolina Michaëlis para pôr em realce a incongruência dos autores que afirmavam ter o Arcebispo falecido em 1348 e servir de medianeiro em 1355!...

Tudo se aclarou depois. D. Gonçalo Pereira, Arcebispo de Braga e antigo herói do Salado, faleceu efectivamente em 1348. Foi seu filho, D. Álvaro Pereira, Prior do Crato, quem, 7 anos depois, tomou a iniciativa de concertar as pazes entre D. Afonso IV e seu filho; e foi o Arcebispo de Braga, D. Guilherme, quem recebeu nas suas mãos o juramento, feito por D. Pedro, de perdoar aos Conselheiros de seu pai a sentença condenatória de D. Inês.

A par de certos erros, que é preciso ir corrigindo, surgem também uns certos mistérios, que conviria igualmente ir desvendando.

Quando perdemos a nossa independência em 1580, apressou-se Filipe II de Espanha a reunir Cortes em Tomar, em Abril de 1581, para se fazer aclamar rei de Portugal, com o nome de Filipe I. Apareceu então, na portaria do Convento de Cristo, o famoso *Édito* de Filipe, a quem nós teimamos em chamar *segundo*, contendo um perdão geral para todas as pessoas comprometidas naquilo que falsamente se chamava a *rebelião do Prior do Crato*. Em todo o caso, como a Filipe chamaram o *Prudente*, desde logo tratou ele de elaborar uma relação, que se encontra no Arquivo de Simancas, Secção de Estado, Maço 423, fls. 304, assim intitu-

lada: *Relacion de las personas que se han de exceptuar de mi perdon en la villa de Chaves y ciudad de Bragança.*

Tratava-se duma lista, contendo os nomes de 51 pessoas, cujos nomes estão bem discriminados, as quais receberam a suprema e imorre-doira honra de não serem perdoados pelo dito rei católico, sendo 24 de Bragança, 19 de Chaves e 9 de outras localidades.

Acrescentam os relatos históricos que os agentes de Filipe II foram mal recebidos em Bragança, mas é de crer que em todo o País seriam recebidos com desagrado os agentes espanhóis. Aquela explicação não é suficiente para compreendermos a posição de antipatia e ódio, tomada pelo rei de Espanha, perante aquelas duas povoações de Trás-os-Montes. Houve por ali tumultos ou revoltas que incomodassem o rei intruso? Temer-se-ia que o Nordeste Trasmontano constituísse uma região azada para fazer deflagrar uma revolução contra os usurpadores?

Isto não está esclarecido. Quando lemos a descrição deste episódio, referente a Trás-os-Montes, surge-nos em determinado momento uma nuvem, que esconde o natural encadeamento de causas e efeitos e nos remete para o campo vago do mistério, que é preciso desvendar, com devassas nos arquivos portugueses e espanhóis.

Outro assunto. Todos os historiadores são unânimes em elogiar o espírito varonil de D. Luisa de Gusmão, na altura dos preparativos para a revolução de 1.º de Dezembro de 1640. Efectivamente, todos os louvores são poucos, se nos lembrarmos que ela era de origem espanhola, descendente dos poderosos Medina Sidonia e Medina Coeli. E, embora os mesmos historiadores nos digam que D. Luisa exerceu a regência do reino durante a menoridade de seu filho, D. Afonso VI, verdade é que não fazem salientar a sua acção política, por quanto o brilho da sua inteligência e a força da sua vontade apenas se teriam revelado perante o seu marido, até ao momento da revolução.

Também não é verdade, porque se conhecem hoje vários documentos, pelos quais se verifica que D. Luisa viveu intensamente a fase mais

crítica da Guerra da Restauração, quando o Marquês de Marialva ganhou a batalha das Linhas de Elvas. É preciso lembrarmos-nos das suas cartas, dirigidas para diversas localidades, instando pelo recrutamento de tropas, de que existem alguns originais no Arquivo Municipal de Coimbra; é preciso recordar que ela suportou o momento amargo da paz dos Perinés, que nos deixou completamente desamparados perante a Espanha; é preciso levar em linha de conta a confiança diplomática que ela soube depositar no Conde de Soure, a despeito de toda a rede de intrigas, para formarmos o juízo de que D. Luisa de Gusmão foi uma das Rainhas que mais honrarem o trono de Portugal, pelo seu espírito varonil, pela sua inteligência, pelo amor que ela consagrou à sua Pátria adoptiva.

Não queremos molestar a paciência dos ouvintes e por isso só mais um exemplo queremos apresentar, para demonstrar que é preciso rever a História Nacional.

Rodrigo Pinto Pizarro foi um oficial ilustre, que muito se prestigiou na Guerra Peninsular e depois na Guerra do Rio da Prata. Chegada a altura das discussões e lutas entre absolutistas e liberais, tomou decididamente o partido dos segundos, mas, por incompatibilidades, cujo fundamento desconhecemos, foi sempre declarado inimigo de D. Pedro IV. Desembarcando em Lisboa após a Convenção de Évora Monte, foi preso, continuando todavia a dizer que D. Pedro era um príncipe brasileiro, que se arrogara arbitrariamente a regência do reino e a quem ele nunca reconhecera nem prestara juramento.

Agraciado depois, no tempo de D. Maria II, com o título de Barão da Ribeira de Sabrosa, foi também deputado, Ministro da Guerra e Presidente do Ministério, ficando notável a energia com que se opôs às exigências da Inglaterra, na questão da Índia.

Como e porquê nasceriam as disputas entre D. Pedro IV e um homem que tão denodadamente se sacrificara pela causa da Liberdade? Tratando-se dum homem de alto valor, como militar, político e escritor, porque razão ficaram os seus méritos abafados debaixo da sua pedra

tumular? Eis aqui umas perguntas, a que conviria dar respostas, para completar o perfil moral de alguns homens, que se agitaram numa das fases mais combativas da nossa vida política.

É curioso notar que, sendo a História a narração de coisas antigas, nada envelhece tão depressa como a própria História. Porquê? Por efeito dos mais variados métodos e processos, que têm sido adoptados na exposição dos assuntos históricos.

Já lá vai o tempo das lendas e dos mitos, quando se adoptava como ponto de partida a existência real dum facto ou duma figura, para depois se excitar e satisfazer a curiosidade e a paixão do leitor ingénuo. Nós não precisamos de inventar e explorar o milagre das rosas, attribuído à Rainha D. Isabel; bastar-nos-á falar dos seus actos, bem conhecidos e demonstrados, para aquilatarmos das suas altas qualidades cívicas, da sua bondade, da sua piedade, da sua ternura.

Devemos também entregar ao pretérito a História didáctica ou pragmática, em que os autores aproveitavam as suas narrativas para fazer a propaganda de determinados princípios, políticos ou religiosos. Quando nós falamos da invasão do nosso País, enfraquecido e desguarnecido de tropas, pelos exércitos do General Junot, não precisamos de dizer que D. João VI fugiu como um desertor, abandonando o seu povo e evitando a luta, porque esta maneira de ver dirige-se à qualidade absolutista do rei e não assenta sobre a realidade das circunstâncias. Devemos antes dizer que o Monarca, dada a impossibilidade de resistir ao inimigo, resolve, de acordo com o Conselho de Estado, transferir-se para o Brasil, parcela do território pátrio, onde, livre nos seus movimentos, continua a representar Portugal indepedente.

O que nós devemos cultivar hoje é uma História genética, evolutiva, que ligue desapaixadamente causas e efeitos, não esquecendo que o homem é um ser sociável, de actos livres, embora sujeito à influência do meio: do meio geográfico, que determina as condições da actividade humana; do meio social, em que preponderam os velhos costumes adqui-

ridos e as correntes filosóficas estabelecidas; do meio antropográfico, porque cada raça possui certos gérmenes e hábitos que lhe são característicos.

A História, que hoje nos deve preocupar, há-de ser uma História completa, que nos dê uma visão de todo o panorama do passado, não uma visão unilateral do aspecto guerreiro ou militar, ou duma descrição das instituições políticas, mas sim também um relato das condições económicas, da cultura, da arte, dos usos e costumes.

Não podemos negar que uma História assim concebida funda-se nos princípios positivistas de Augusto Comte, que aliás influíram também no estabelecimento e progresso das outras ciências: ciências naturais, ciências físicas, ciências aplicadas. Porque, acerca de Deus e das coisas ultraterrenas, dizia Comte, nada podemos saber de positivo, devemos limitar-nos a estudar os fenómenos reais e tentar descobrir as leis que os regulam.

Colocando-nos neste plano, sempre que queiramos estudar uma determinada fase histórica, devemos começar por ler e conhecer tudo o que se acha publicado e corre mundo, em ligação directa ou indirecta com o assunto ou personagens, que mais prendem a nossa atenção. Nesta primeira fase, nós averiguamos o que *existe*, aquilo que está mais ou menos convencionado e adoptado, embora nos reservemos o direito de rejeitar algumas convenções, quando para isso surgirem razões bastantes.

Numa segunda tarefa, devemos procurar as fontes primárias e mais profundas, as inscrições tumulares, os retratos, os diplomas oficiais, a correspondência epistolar, os objectos de uso pessoal, os livros e papéis contemporâneos, auscultando ainda a tradição oral e local, para criarmos uma atmosfera idêntica àquela que pretendemos retratar.

Segue-se depois um trabalho de crítica, sobre o valor de cada uma das peças observadas ou consultadas, crítica em que discutiremos com nós próprios, acerca da justeza ou desarmonia de todos os elementos informativos. Só assim poderemos empreender um trabalho de síntese,

onde a Cronologia comande um encadeamento de acções e reacções, de causas e efeitos.

Resta finalmente a redacção do assunto ou assuntos, não em estilo empolado, que caiu em desuso e não agrada, mas sim em linguagem clara e transparente, sujeita à técnica da descrição histórica e às elementares exigências da língua.

Esta é a nossa *Filosofia da História*, expressão antiga, duma larga divulgação nos tempos modernos. Mas que devemos entender por *Filosofia da História*?

Para nós, em nossa modesta opinião, a *Filosofia da História* consiste na aplicação, aos estudos históricos, dos métodos de observação, de análise e de crítica, que se usam na Botânica, na Química ou na Anatomia.

Sem pormos de lado os princípios providencialistas da nossa educação cristã, havemos de reconhecer que toda a construção, para ser sólida e durável, tem de ser informada pela concepção materialista, que vem já dos Séculos XVII e XVIII e constitui o alicerce indispensável a todo e qualquer ramo da Ciência. E porque há inteira compatibilidade, ante aqueles princípios providencialistas e as bases materialistas das ciências, é que nós vemos, desde há muito, os homens da Igreja tão ardentemente votados ao estudo dos mais diversos ramos do saber humano.

Não tem o campo da História uma baliza bem definida, porque a Geografia e a Cronologia constituem os seus *olhos*, como tantas vezes se tem dito; porque a Arqueologia, a Paleografia e a Diplomática são os seus alicerces; e porque a Genealogia lhe pode também prestar valiosos contributos.

E uma vez que falámos em *Genealogia*, por aqui nos queremos deter durante alguns momentos, atenta a circunstância de estarem os estudos genealógicos na ordem do dia.

Como é sabido, os estudos genealógicos vêm dos mais antigos tempos, tendo ficado célebre entre nós, como linhagista, o Conde D. Pedro,

filho de El-Rei D. Dinis. Todavia, durante o Século XIX, a Genealogia não mereceu o interesse geral da população, porque os novos ideais de democracia e liberdade, impostos pela Revolução Francesa e disseminados depois por todos os países cultos, fizeram extinguir os privilégios, outrora atribuídos às altas entidades do clero e da nobreza.

Em épocas anteriores, para se fazer a atribuição de tais privilégios, era preciso proceder a um estudo genealógico ascendente das pessoas interessadas, através dumas tantas gerações, cujo número variava com a natureza da pretensão apresentada. E seria preciso para obter deferimento, que, através de aquelas gerações, não se encontrassem restos nem vestígios de sangue negro, judeu ou muçulmano, nem tão pouco quaisquer sinais duma profissão menos honrosa, ou resquícios duma fé menos cristã, ou duma conduta menos patriótica. Era o regime das *provanças*, que foi abandonado no advento da Monarquia Constitucional, para a formação duma nova nobreza. É evidente que, submetidos os homens a tais exigências, a Genealogia, guindada a julgador implacável, assumia as mais altas funções. Assim foi durante séculos.

Todavia, com os Decretos de 1821, inspirados na Constituição Francesa de 1791 e na Constituição Espanhola, de Cádiz, de 1812, foram abolidos os privilégios da nobreza e assim desaparecia uma das razões, que impeliam aos estudos genealógicos. Desta forma, caiu a Genealogia numa fase de desinteresse, para não dizermos de descrédito, visto que, entre as massas ignaras, não faltou quem procurasse achincalhar os linhagistas, acusando-os de cultores de coisas inúteis, narcizados em glórias dos seus antepassados.

No entanto, o panorama modificou-se bastante nas últimas décadas e pode dizer-se que, ano a ano, em Portugal e no Estrangeiro, se nota uma revivescência dos estudos genealógicos. Se é certo que a Genealogia sofreu um pesado desfalque, pelas razões que aludimos, certo é também que ela soube refazer-se desse prejuízo, angariando a breve prazo, novos fundamentos e novas razões, para dilatar o seu campo de actividade,

colaborar com outros ramos do saber e impôr-se no largo tablado das ciências.

Em primeiro lugar, deve dizer-se que cultivar Genealogia é cultivar História, e que ambas melhoraram e lucraram com as exigências, a que há pouco aludimos, no que respeita ao aproveitamento de seguras fontes de informação.

Já não bastam os nobiliários e outras documentações familiares, assentes tantas vezes em meros caprichos e vaidades. Tais peças podem e devem se aproveitar como ponto de partida, mas não chegam para estabelecer verdades incontroversas, enquanto não forem corroboradas pelos assentos dos registos paroquiais, pelas páginas da História, por documentos oficiais, ou, pelo menos, por nobiliários de créditos bem reconhecidos.

Por outro lado, num trabalho de Genealogia, não devemos limitar-nos a uma disseminação de nomes, muitos nomes, através duma longínqua árvore de costados, ou duma pulverizada árvore de gerações descendentes. Semelhantes obras de Genealogia são áridas e secas, têm apenas um interesse familiar, mas são desprovidas de utilidade prática.

Acerca de cada pessoa, incluída numa árvore genealógica, devemos, tanto quanto possível, mencionar o seu nome, as datas de nascimento, casamento e óbito, o lugar ou lugares de residência, o nome do seu cônjuge, a educação que recebeu, a profissão que exerceu, os actos mais salientes da sua vida, os seus caracteres físicos e psíquicos, as suas boas e más qualidades, os seus dons, tudo numa palavra que possa servir para aquilatar do valor e carácter de cada pessoa descrita.

É assim que nós entendemos a Genealogia, por tal forma que possamos mentalmente traçar o perfil de cada uma das pessoas abrangidas, ou, pelo menos, de aquelas que mais profundamente vincaram a sua personalidade. É preciso supô-las vivas, a moverem-se no seu meio e na sua época, contactar com elas, para melhor compreendermos e interpre-

tarmos as suas acções e atitudes, sem o que corremos o risco de cairmos nos mais falsos juízos.

Não pode por isso um estudo genealógico alhear-se dos lugares e das épocas em que aquelas pessoas viveram, e por isso a Geografia e a Cronologia são pontos de apoio indispensáveis para toda a descrição genealógica.

Se não prestarmos atenção à Geografia, nos nossos estudos genealógicos, não compreenderemos a razão de certos enlaces matrimoniais, das deslocações dos indivíduos, dos cargos ocupados e das missões cumpridas aqui e além, assim como das fixações das famílias em novas cidades e novas regiões, conforme se vai verificando com o rodar das décadas e dos séculos. Por outro lado, se não guardarmos o maior respeito à Cronologia, dispondo os factos, acontecimentos e atitudes pela ordem em que eles se produziram, podemos deixar-nos conduzir a erros de palmatória, que nos exporão ao escárneo do leitor.

Ao falarmos de Genealogia, como ciência auxiliar da História, não podemos deixar de falar da Heráldica, ou ciência dos brasões, de tão relevante importância, desde que se saiba que tais brasões são os símbolos ou marcas vivas, que mais rapidamente impressionam o sentido da vista e mais profundamente caracterizaram a história das nações e das localidades, os feitos épicos de aquele regimento ou as acções arrojadas ou meritórias, que se verificaram nesta ou naquela família.

Chamamos à Heráldica *irmã* da Genealogia, porque ambas caminham lado a lado, como dedicadas fontes informativas da História. A maneira de organizar um brasão ou a inclusão duma determinada característica podem informar-nos acerca da época em que tal brasão foi organizado ou em que tal facto histórico teve lugar; a junção de brasões de títulos diferentes informa-nos de enlaces matrimoniais e de ligações de famílias, que nos ajudam a interpretar certos episódios; a antiga heráldica dos nossos concelhos tantas vezes nos elucida acerca das suas produções agrícolas, piscatórias ou pecuárias.

Achincalhar os brasões, como ferros-velhos sem utilidade, é descortezia ignara, porque, onde quer que apareçam, numa jóia ou peça de baixela, num reposteiro ou tecto duma sala, na frontaria dum edifício ou na página dum livro, podem representar valiosas fontes de informação.

Mas, regressando ao tema da Genealogia, diremos que é preciso ir ainda mais longe.

Frequentemente não poderemos interpretar e avaliar atitudes e obras de certas personalidades, se não entrarmos em linha de conta com o seu fundo mórbido, com possíveis formas larvadas de psicoses encober-tas, ou com arrastadas enfermidades orgânicas, que abatem a vontade e geram o desânimo. Acrescente-se ainda que o genealogista, ao abordar as qualidades de pensamento e reflexão, de amor e ódio, de vontade e de acção, não o poderá fazer enquanto não vir pessoas e acontecimentos através duma prudente observação e aqui surge o recurso da Psicologia.

A uma Genealogia assim concebida, alheia a vaidades de ostentação e a impertinências de pergaminhos, segura nos seus métodos, objectiva na sua finalidade, séria e desapaixonada, tem-se dado, desde André Duchesne, a designação de *Genealogia Científica*, porque de facto ela colabora com outros ramos do saber.

Todavia, se são várias as ciências que proveitosamente trocam serviços com a Genealogia, lugar bem destacado merece a História, porque ambas estão tão intimamente ligadas, que seria inútil tentar separá-las.

Se nos fosse permitido, nós diríamos que a História é o *todo*, em que se resume a actividade dos povos, e a Genealogia é a *parte*, em que se especifica a contribuição de cada indivíduo e cada família.

A Genealogia prestará à História os mais úteis esclarecimentos para a compreensão dos grandes vultos. As informações respeitantes a nascimentos e ascendências, à educação recebida, ao casamento contraído, à profissão exercida, aos parentescos existentes, não são apenas meras referências à vida particular, são também notícias valiosas para compreendermos e avaliarmos o desenrolar de certos acontecimentos.

Por sua vez, a História constituirá como que o pano de fundo, em que se desenvolve a acção das pessoas biografadas, contribuindo assim para uma melhor compreensão das condutas individuais.

Esta é a nossa modestíssima opinião acerca duma ciência que renasceu das próprias cinzas. Esta é a nossa saudação aos milhares de estudiosos que em Portugal e em todos os Países cultos, cada vez com mais afinco, se dedicam aos sedutores estudos da Genealogia.

Senhor Presidente: Não quero alongar-me mais, porque bastante abusei já da paciência com que me escutastes.

Não quero porém ultimar as minhas palavras sem lembrar aos nossos consócios o exemplo de S. Bento, quando fundou a sua ordem no Monte Cassino, de Itália, no Século de Quinhentos da nossa era. Desviando-se bastante das tendências místicas da sua época, S. Bento não exigia aos seus companheiros rigorosos jejuns, nem grandes penitências, mas impunha-lhes que amassem a Deus, que observassem as regras da higiene e que se entregassem a trabalhos úteis, porque, dizia ele, a ociosidade é o principal inimigo da alma. E foi assim que os frades bentos e os frades de ramos monásticos que de eles advieram, os beneditinos, os cistercenses, os cartuchos, os monges brancos de Alcobaça, povoaram os conventos de sábios e fizeram das suas celas, com paciência *beneditina*, verdadeiras oficinas de ciências históricas.

Há perto de 2 000 anos, Cristo ensinou aos seus discípulos a oração do *padre-nosso*, para implorarem a protecção de Deus. Porque é nosso costume chamar *oração inaugural* a esta palestra de ano associativo nós desejaríamos que esta nossa arenga fosse também um *padre-nosso*, para implorar a Deus que faça brotar, no novo ano académico desta douta e secular instituição, os mais opíparos frutos.

SUBSÍDIOS PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA  
EM PORTUGAL

ALGUNS SUMÁRIOS DAS NOTAS DE VÁRIOS TABELIÃES  
DA VILA DE TORRES VEDRAS  
NOS SÉCULOS XVI A XVIII

pelo

sócio efectivo

*Rogério de Figueiroa Rego*

SUBSÍDIOS PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA  
EM PORTUGAL

ALGUNS SUMÁRIOS DAS NOTAS DE VÁRIOS TABELIÃES  
DA VILA DE TORRES VEDRAS  
NOS SÉCULOS XVI A XVIII

**H**Á quase quatro décadas que levados pelo natural pendor do nosso espírito e por pertinaz investigação genealógica, vimos careando materiais colhidos nos arquivos e bibliotecas, nas horas feriasdas das nossas ocupações oficiais e profissionais.

Oriundos de velha e boa cepa torriana, ou torreense — como soe dizer-se — não podiam escapar, evidentemente, à nossa contumácia os arquivos da vetusta e histórica vila de Torres Vedras. Assim, os cartórios da Câmara Municipal, da Santa Casa da Misericórdia e dos Notários daquela importante e progressiva vila estremenha, foram objecto de frequentes e demoradas visitas.

Tivemos, por conseguinte, ensejo de apreciar a riqueza e volume das suas espécies, não obstante as devastações causadas pelo tempo — *tempus edax rerum* — e pela maldade e insensatez dos homens.

Sobretudo demoramos a nossa atenção e busca nos livros dos antigos tabeliães, férteis em notícias de toda a ordem, pois é sabido que, ontem como hoje, todos os compromissos ou convenções ligados à activi-

dade do homem e a que este desejava ficar vinculado na plenitude do seu juízo se processavam em acto público lavrado por aqueles oficiais, cuja existência no nosso País remonta aos primórdios da nacionalidade.

Tendo Torres Vedras sido elevada à categoria de vila, pelo foral outorgado por D. Afonso III, em Évora, aos 15 de Agosto de 1250, é possível que logo lhe fosse adstrito o tabelionato, ainda que o ofício naquele período não existisse em todos os concelhos.

Desde 1293, quando menos, havia já em Torres Vedras, um tabelião de notas. Assim se colhe da escritura de venda que fez Vicente Martins e sua mulher, de uma casa que tinham na freguesia de Santa Maria daquela vila, aos 14 de Abril da Era de 1331, à rainha D. Beatriz, viuva do Bolonhês.

No ano de 1299, o mesmo tabelião — Gil Martins — «publico tabelião da dicta villa», intervem noutra escritura de venda que fez Tareja Peres «molher que ffuy de Meẽ Gonçalvez» àquela soberana de umas casas contíguas às anteriormente citadas (*Fontes medievais da história torriana* — J. M. Cordeiro de Sousa — Torres Vedras, 1957).

Não era de todo impossível que chegassem até nós os primeiros livros de notas dos tabeliães de Torres Vedras, mas a incúria dos homens numa terra de marcada característica mercantilista, onde são raros os que se ocupam das coisas do espírito, tanto não permitiu desgraçadamente.

Quando no verão de 1930, visitámos em reconhecimento, digamos assim, os cartórios notariais, ainda não reunidos na Secretaria Notarial, manuseamos vários livros do princípio do século XVI, designadamente dos tabeliães Gomes da Rocha e Simão Vaz, que declaravam exercer os cargos por mercê da «rainha nossa senhora» (devia ser D. Maria de Castela, 2.<sup>a</sup> mulher do rei Venturoso, que foi donatária da vila) e António da Ponte que havia sido nomeado por mercê da «infanta D. Maria nossa senhora», de certo a célebre filha daquele monarca, discípula das notáveis damas Joana Vaz, Luisa Sigêa e Paula Vicente — livros esses

que estavam, é certo, em péssimo estado de conservação, mas assim mesmo susceptíveis de leitura.

Anos depois — verão de 1938 — voltamos ao cartório em referência com a intenção de procurar elementos relativos a Gil Vicente e sua família, a conselho do senhor doutor António Baião, ao tempo ilustre director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas fomos logrados porque um desatinado *auto-de-fé* pusera termo à existência daqueles venerandos códices!

Receosos de que os restantes livros daquela época desaparecessem, tentamos promover a sua transferência para Lisboa, com o acordo do esclarecido e probo notário local, senhor doutor Augusto Maria Lopes da Cunha, nosso estimado e querido amigo, a quem expressamos o nosso público reconhecimento .

Neste sentido dirigimos ao senhor doutor Júlio Dantas, eminente escritor e académico, que desempenhava as altas funções de Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, a seguinte carta:

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos

LISBOA

Ex.<sup>mo</sup> Senhor,

Tendo em atenção os altos interesses da investigação histórica, permito-me trazer ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que, na vila de Torres-Vedras, no cartório do notário dr. Lopes da Cunha, existem, presentemente, cerca de 50 livros de notas do século XVI que, devido à sua péssima arrumação e ao seu estado, correm sério risco de perda total.

Devo mesmo, como mero esclarecimento, informar V. Ex.<sup>a</sup> de que na citada colecção de livros do século XVI, faltam já alguns volumes, consumidos num «auto de fé»! Apresso-me, no entanto, a declarar que neste acto, que me abstenho de classificar e que só há pouco foi do meu conhecimento, responsabilidade alguma teve o actual possuidor do cartório, ou seja o dr. Lopes da Cunha mas, sim, um dos seus antecessores.

Do valor e do estado desta importante colecção de livros de notas, pode o senhor Coronel Costa Veiga, illustre Director da Biblioteca Nacional, dar uma ideia exacta a V. Ex.<sup>a</sup>, pois, há anos em minha companhia visitou o cartório onde então se encontravam os mesmos.

Conhecendo o carinho e superior critério que V. Ex.<sup>a</sup> põe no desempenho das funções do seu elevado cargo, estou absolutamente convencido, depois dos factos que acabo de expor «currente calamo», que providências serão tomadas no sentido de fazer recolher os livros de notas citados ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cumprindo-se assim, aliás, por parte do notário em causa, as determinações da Lei.

Aceite V. Ex.<sup>a</sup>, senhor Inspector Superior, com os respeitos da minha alta consideração os protestos da minha muita admiração pela sua eminente personalidade.

*Rogério Augusto de Figueiroa Rego*

Santo Amaro de Oeiras, Chalet Elyseu, aos 12 de Novembro de 1938.

Pressurosa e gentilmente, como era próprio do seu alto espírito, Sua Ex.<sup>a</sup> respondeu-nos nos seguintes termos:

«... Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, extremamente penhorado, as informações que teve a bondade de enviar-me acerca dos livros notariais antigos ainda existentes no cartório do notário sr. dr. Lopes da Cunha, de Torres Vedras.

Vou já promover as providências necessárias para que essas espécies, que a lei abrange, recolham ao Arquivo da Torre do Tombo. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que aceite, com os meus agradecimentos, a expressão da minha elevada consideração. De V. Ex.<sup>a</sup> muito atento, venerador e grato, **Júlio Dantas**. 13/Nov.º 1938».

Todavia, decorrido que fora um ano, o assunto estava no mesmo pé, o que nos levou a formular ao senhor Ministro da Educação Nacional o requerimento seguinte:

«Excelência. Dispõem as Leis, designadamente o Código do Notariado, que os livros de notas com mais de cem anos, devem recolher ao arquivo distrital respectivo. Ora, Senhor Ministro, na Secretaria Notarial

de Torres Vedras, existe grande cópia de livros de notas que há muito deviam ter dado entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, dando-se assim cumprimento à Lei. Acresce a circunstância de entre essas espécies se encontrarem cerca de 50 códices do século XVI, que devido à sua péssima arrumação e ao seu estado, correm sério risco de perda total, o que só no arquivo próprio se evitará, pois, aí receberão o tratamento adequado. O signatário há cerca de um ano que deu conhecimento do exposto ao senhor Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, que prometeu providenciar tendo, de facto, oficiado ao director da referida Secretaria Notarial, lembrando o cumprimento da Lei. Este, porém, com fundamento na falta de verba ainda não procedeu à transferência dos citados códices para o Arquivo Nacional dizendo, no entanto, que estava pronto a entregá-los mediante a necessária requisição de quem de direito. O signatário, tendo apenas em atenção os altos interesses da investigação histórica, ofereceu-se para sem dispêndio para a Fazenda Nacional proceder, como já tem feito em casos similares, à transferência das espécies em questão para o Arquivo Nacional, acompanhadas, como é evidente, do inventário e auto de entrega respectivos. Para tanto, pede e requiere a V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, lhe seja passada a indispensável credencial. E pede deferimento. Lisboa, 12 de Outubro de 1939».

Esta petição, era então titular daquela pasta o falecido professor Carneiro Pacheco, não obteve praticamente qualquer despacho; nem sequer se registou a sua recepção, como seria curial.

Não desanimamos, porém.

No limiar do ano de 1946, fomos nomeados presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras e, como é óbvio, exploramos até quase à saciedade os arquivos locais, aproveitando todos os momentos livres das nossas ocupações e preocupações.

Voltamos a insistir junto da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos e, finalmente, na primavera do ano de 1950, depois da visita do senhor José Gaspar de Almeida, diligente e competente primeiro conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, neste deram entrada ao cabo de uma dezena de anos de aturados esforços, perto de três cen-

tenas de livros notariais, abrangendo os séculos XVI a XVII e parte do XVIII.

Foi para nós deveras consolador, ter recebido o amável officio que transcrevemos, assinado pelo senhor doutor António Ferrão, ao tempo encarregado da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos:

«Tendo tomado conhecimento que ingressaram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, duzentos sessenta e oito livros notariais providos da Secretaria Notarial dessa progressiva Vila, e sido informado da acção benemérita que V. Ex.<sup>a</sup> desenvolveu para que a transferência das referidas espécies se fizesse com toda a segurança e a expensas desse Município, tenho a honra de cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup> e de exaltar a meritória colaboração que V. Ex.<sup>a</sup> prestou na referida incorporação. Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> a manifestação do meu muito apreço. A bem da Nação. Secretaria da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, em 25 de Abril de 1950. Pel'O Inspector Superior, *António Ferrão*, Inspector».

\*  
\*      \*

Os livros incorporados no Arquivo Nacional, em 22 de Abril de 1950, são dos tabeliães e dos anos a seguir mencionados:

*Agostinho Nunes*

29-10-1643 a 12-8-1650

*António Ferreira da Cunha*

23-9-1675 a 5-9-1679

*António Pereira Trigueiros*

12-2-1603 a 3-8-1610

*António da Ponte*

14-1-1573 a 10-3-1579

*António dos Rios*

17-7-1614 a 10-1-1645

*Bernardo da Silva e Azevedo*

16-12-1638 a 29-11-1658

*Francisco de Almeida*

1-12-1658 a 19-1-1670

*Francisco de Torres Pereira*

23-12-1650 a 19-10-1659

*Guilherme Álvares de Almeida*

9-9-1679 a 5-1-1707

*João Ferreira da Cunha*

28- 2-1664 a 18-11-1682

12-10-1690 a 16- 1-1692

*João Leitão Trigueiros*

10-5-1602 a 25- 8-1615

23-5-1619 a 11-10-1620

*João da Mota*

24-1-1674 a 18-9-1676

*João Pinto Valadares*

24-11-1694 a 12-9-1700

30- 3-1711 a 1-7-1713

*Luís Pestana de Vasconcelos*

9-11-1682 a 21- 9-1684

16- 1-1692 a 2-12-1694

*Manuel de Almeida*

29-1-1670 a 4-11-1671

*Manuel Jorge Rodo*

21-10-1659 a 12-2-1664

*Manuel da Ponte*

14- 3-1579 a 10- 5-1602

14- 8-1610 a 23-11-1610

11-12-1611 a 8- 3-1612

*Pero Ribeiro Pinto*

7- 2-1613 a 14-10-1613

11- 1-1620 a 11-10-1620

21-11-1631 a 18- 8-1637

*Sebastião Gomes da Silva*

24-9-1684 a 18-10-1690

*Tomé dos Rios Trigueiros*

26-7-1641 a 24-9-1643

\*  
\*       \*  
\*

Ocioso se torna encarecer o valor dos livros notariais, como achega preciosa para o estudo da história económica e social do País, sabido como é que neles se lavravam as escrituras de compra e venda de imóveis, de arrendamentos, de hipotecas e quitações, de testamentos e doações, de legitimações, de renúncia de serviços e ofícios, de instituições de morgados e capelas, de procurações forenses e ditas dos municípios aos seus representantes nas Cortes Gerais da Nação, etc., etc.

Não admira, portanto, que paralelamente à investigação específica a que vinhamos procedendo, fossemos anotando o que se nos afigurava ter real interesse neste assunto.

Advirta-se, porém, que essas notas foram, inicialmente, tomadas ao correr da pena, sem quaisquer intuits de sistematização e publicidade, tendo sempre presente as limitações de tempo; considere-se a descontinuidade da sua recolha e a dificuldade da leitura de tão variadas caligrafias e, ainda, a soma de livros que consultamos e ver-se-á que não foi empresa fácil.

Não obstante as lacunas e imperfeições deste trabalho, que absorveu alguns anos da nossa vida, para que se não perca, pois, certamente, será dalguma utilidade para os estudiosos, resolvemos publicá-lo, agora, nas páginas acolhedoras de «Arqueologia e História», qualificado órgão da benemérita Associação dos Arqueólogos Portugueses, que tão altos serviços tem prestado à cultura histórica.

\*

A apresentação destes «Sumários» faz-se em ordem à alfabetação por nomes próprios dos tabeliães consultados; preferimos esta, por razões óbvias, à ordem cronológica.

\*

Algumas das escrituras que por sua extensão tornavam difíceis os «sumários» ou estes algo confusos, ou ainda pelo especial interesse do assunto e proeminência dos outorgantes, vão reproduzidas na íntegra.

\*

Muitos dos «sumários» são extraídos dos livros de notas ainda existentes na Secretaria Notarial de Torres Vedras, circunstância que vai assinalada no lugar próprio.

\*

O público vicentino encontrará aqui pábulo para a sua curiosidade, pois são bastas as referências à família do imortal criador do Teatro Português.

\*

Também os estudiosos da nossa assombrosa expansão ultramarina, têm nestas notas elementos assás interessantes.

\*

Da utilidade ou inanidade do presente trabalho dirão os leitores, a quem pedimos natural benevolência.

*Rogério de Figueiroa Rego*

NOTAS DO TABELIÃO

**AGOSTINHO NUNES**

«Contratto e obriguação» que fazem Maria Serrão Borges «dona ueuua de Bartholomeu Pacheco de Sande», moradora em Torres Vedras e os reverendos padres do Convento de Santo Agostinho da mesma vila, frei Francisco da Luz, prior, frei Manuel Leitão, subprior, frei Martinho da Graça, frei Francisco das Chagas, deputado e frei Pedro de Azevedo, procurador, «iuntos em conselho com campa tangida segundo seu louua-uel costume», pelo qual «elles ditos padres prior e mais religiosos lhe dariaõ grasiosamente o casco da capella do dito conuento em que estaua saõ niculao tolentino que he a primeira que esta abaixo da capella de Maria Cabreira».

Maria Serrão Borges, declara que ela e seu marido haviam feito testamento, no qual entre outras cláusulas disponham que aquele que sobrevivesse instituisse de raiz uma «ermida com titollo de nossa senhora do amparo a qual dotaraõ todos os seus bens auidos e por auer».

Falecido, porém, seu marido, ela «por justos respeittos que a isso a moueraõ não quis estar pelo dito testamento e ò rreuogou no que toquaua a sua partte como podia fazer conforme o dereito», pelo que foram feitas partilhas, ficando ela com o que lhe cabia. Sendo insufficiente a parte que ficou de seu marido para a construção da ermida em referêcia, ela obtivera das entidades competentes, tantos civis como eclesiásticas, que lhe «comutasse a dita Ermida em huma capella no conuento de Santo Agostinho».

Esta nova capela será da invocação de Nossa Senhora do Amparo e nela se dirá missa cotidiana por alma de seu marido Bartolomeu Pacheco de Sande, com responso sobre a sua sepultura, a partir da data deste contrato «e pera todo o sempre per esmolla de uinte mil res de juro que lhes dará cada anno conuem a saber: des mil res que o mesmo conuento lhe he obriguado a pagar por duzentos mil res que lhe auia dado arrezão de juro conforme a escritura que se fes nas notas de Antonio

dos Rios tabaliaõ nesta ditta uilla no anno de seiscentos e trinta e oito em uinte e dois de outubro e os outros des mil res que faltaõ pera se prefaserem os uinte mil res lhe da na mão de Pero Aluares laurador e morador no loguar da lourisseira termo desta uilla per duzentos mil res que lhe tras a rezaõ de juro a sinquo per sento», conforme escrituras uma de 100\$000 réis, feita nas notas de António dos Rios, aos 9 de Abril de 1643 e outra de igual importância feita nas notas de Bernardo da Silva de Azevedo, aos 13 de Outubro de 1643.

Mais serão obrigados os ditos padres a dizerem em cada anno um officio de 9 lições, no dia 27 de Fevereiro, «dia em que o dito defunto seu marido faleço pera o qual officio da de esmolla loguo mil e dusentos res de foro que tem na uinha que chamaõ das arenas limite desta uilla».

Outrossim serão obrigados os referidos padres «a cantar missa e faser sermaõ nas quatro festas de nossa senhora em cada hum anno alem da que se lhe fara em dia de seu nassimento que he aos oito dias do mes de setembro de cada anno que sera a festa principal desta senhora que por todas uem a ser sinquo festas em cada hum ano e as quatro seraõ na forma seguinte a primeira dia da purificassã da senhora a segunda no dia de sua assumpsã a terceira no dia de sua porissima conseisã e a quarte e ultima no dia da expectassã pera as quais festas da desmolla em cada hum anno sinquo mil res a mil res desmolla per cada missa e sermaõ».

«E perquanto pera o culto e paramento da dita capella e segundo o custtume que se guarda e obserua neste reino he necessario ter rendimento pera a fabrica della», Maria Serrão Borges entregou aos referidos padres, no acto desta escritura, a quantia de 100\$000 réis «em dinheiro de contado moeda corrente neste reino», ficando estes mais obrigados a paramentar e reparar a citada capela e a ter nela lâmpada accessa todos os Domingos e dias Santos.

Finalmente, ela Maria Serrão Borges, obriga-se «a faser na dita capella hum retabollo e mandallo dourar per sua conta... e outrossim faser

na dita capella sepultura pera o dito seu marido e pera ella a qual ornara de alampada de prata calix dourado gualhetas e castisais todas estas perras de pratta e do presso que a ella lhe pareser e quando melhor puder».

Maria Serrão Borges, nomeia 1.º administrador desta capela por sua morte, a seu sobrinho Francisco Vaz da Ruiva, morador na Lourinhã, «na qual se enterraria elle e sua mãe e sua irmã Jassinta Leittaõ», mas nas sepulturas colaterais, porque na de seu marido se sepultará ella sòmente.

Francisco Vaz da Ruiva, por sua morte, nomeará herdeiro para a referida capela «e o erdeiro que nomear poderá nomear erdeiro e asim sosesiualmente ira o ultimo erdeiro nomeando o que ouer de sobseder per quanto ella outorgante quer que esta capella tenha sempre erdeiro...» sob condição que nenhum sucederá nesta capela que «seja de nassaõ e mecanico porquanto se se nomear algum desta qualidade o deserda loguo e o ha por incapas de tal erança».

Testemunhas: o licenciado Jacinto da Fonseca Moniz, advogado, Manuel Velho, carpinteiro e Sebastião Lourenço, criado do referido Convento, todos moradores em Torres Vedras.

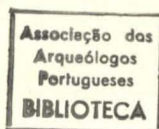
Escritura de 20 de Maio de 1644.

Livro de 29 de Outubro de 1643 a 21 de Maio de 1644, fls. 168.

2

Distrate e quitação que dá Margarida de Magalhães, «dona ueuua» moradora na Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, a Manuel Pestana, morador na Ribeira de Pedrulhos, do dito termo, representada por seu procurador António dos Rios, «caualeiro fidalgo da casa de sua magestade», morador na Ponte do Rol, da importancia de 150\$000 reis

— 281 —



Macedonius  
recurvasão que foi Maria de  
Abraão e caruata, ao capitulo  
penitencia de bueiro

Substantivos este Livro que iram em o de  
canto curvasão e poder uir que no ar no do no  
i mudo de orso e choro e mudo de mil clay curvasão  
renta e ingo ar no do de a hore de do nos de ar no do  
do anno nesta uilla de curvas ues nos no mudo de orso  
sando a hore e orso marca de orso e uer no mudo de orso  
e hore de orso de orso de orso de orso de orso de orso  
da pi de orso e mudo de orso de orso de orso de orso de orso  
no mudo de orso que orso de orso de orso de orso de orso de orso  
acido de orso de orso de orso de orso de orso de orso de orso  
e orso de orso de orso de orso de orso de orso de orso de orso  
orso de orso de orso de orso de orso de orso de orso de orso  
da hore de orso de orso de orso de orso de orso de orso de orso

que lhe havia emprestado à razão de juro, sobre hipoteca de certas propriedades, que ora ficam livres e isentas.

Testemunhas: Luis de Almada Henriques, capitão de infantaria, morador em Óbidos e Manuel do Rego de Magalhães, morador na sua quinta de Vale de Mendares, termo de Torres Vedras.

Escritura de 6 de Dezembro de 1644.

Livro de 5 de Fevereiro de 1644 a 10 de Janeiro de 1645, fls. 115.

### 3

Procuração que dá Maria de Abreu, viúva de Miguel Álvares, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, moradora na vila de Torres Vedras, ao capitão D. Alonso de Buitrago, seu sobrinho, morador em Lisboa para que este em seu nome possa pedir a El-Rei licença e autorização para vender os ofícios de corretor e tanadar da cidade de Diu, partes da Índia, que o dito seu marido comprara, mas que não chegara a exercer por ter falecido e em seu testamento nomeara nela o direito à propriedade dos ditos cargos.

Escritura de 19 de Janeiro de 1645.

Livro de 11 de Janeiro de 1645 a 27 de Março de 1645, fls. 27.

### 4

Testamento de Francisco Barroso de Fontoura, natural de Chaves e estante no Convento do Barro, termo da vila de Torres Vedras, que nele vai professar e ser religioso da Ordem de S. Francisco, Província da Arrábida, pelo qual institui sua universal herdeira a sua irmã Ursula

Padrão, casada com João Teixeira de Sampaio, morador em Chaves, e sendo caso que não possa nomear seu sobrinho Nicolau, filho dos sobreditos na capela dos *Padrões*, de que foi administrador, por suceder a seu pai Francisco Barroso de Fontoura, então a nomeia no dito seu sobrinho. E se pela instituição da dita capela se verificar que nem sua irmã nem seu sobrinho nela podem suceder, então nomeia-a em seu irmão Roque Barroso de Fontoura, morador em Chaves.

Escritura de 21 de Janeiro de 1645.

Mesmo livro, fls. 30.

## 5

Dote de património que fazem Simeão de Matos e sua mulher Francisca Antunes, moradores no Turcifal, termo de Torres Vedras, a seu filho André de Matos, que se quer ordenar de sacerdote e para cujo efeito já obteve breve de Sua Santidade. São mencionados também nesta escritura o capitão Francisco de Matos da Fonseca e sua mulher Isabel Camelo e Pero de Matos, filhos do dito Simeão de Matos.

Escritura de 25 de Janeiro de 1645.

Mesmo livro, fls. 43 verso.

## 6

Doação que fazem Maria de Abreu, viúva de Miguel Álvares, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, que morreu nas partes da Índia, em serviço de El-Rei e Mariana de Abreu, sua filha, ambas moradoras em Torres Vedras, do direito à propriedade dos «ofícios de corretor piqueno e tenadoria da cidade de Dio», que o dito Miguel Álvares comprara, mas que não exercera por ter falecido antes de lhe caber entrar na serventia dos

ditos cargos, a sua filha e irmã mais nova Jerónima de Abreu, para que esta melhor possa casar.

Escritura de 8 de Fevereiro de 1645.

Mesmo livro, fls. 65.

## 7

Doação que faz Manoel do Rego de Magalhães, viúvo, morador na sua quinta de Vale de Mendares, termo de Torres Vedras, a seu filho Bartolomeu de Aguiar de Magalhães, «morador em Negapatão, partes da Índia» de todos os serviços obras tenças e toda a mais herança de seus filhos António de Sequeira e Antão do Rego, «que auera quinze annos pouquo mais ou menos embarcarão para a India em seruiço de sua Magestade» e ora são já falecidos.

Testemunhas: João de Figueiroa Rego, capitão de infantaria, morador na referida quinta e outrossim filho do outorgante e Domingos Simões, morador no lugar da Murteira, do dito termo.

Escritura de 23 de Março de 1645.

Mesmo livro, fls. 136 verso.

## 8

«Dotte remuneratorio», que faz Maria Pestana, «dona ueuua de Gaspar Gualete», moradora «na quintta a que chamaõ da ribeira de pedrulhos termo da uilla de torres uedras», a seu filho António Gallete, que com ela vive debaixo do pátrio poder, «per quanto lhe tinha grandes obrigasoins per boas obras e seruissos que delle tem resebido e pera que melhor possa casar segundo sua qualidade», das propriedades seguintes: um assentamento de casas com sua capela na referida quinta, com sua

adega, vinhas, olival, poço, pomar e horta, tudo murado, que confronta do norte com fazenda de Santa Marinha e do nascente com estrada, do sul e poente com rio, o que tudo é foreiro a Santa Marinha da cidade de Lisboa, em 2.000 réis, anualmente; — mais 5 vinhas que estão dentro dos muros da referida quinta, juntas umas às outras; — mais um casal que está místico com a dita quinta e se compõe de casas, terras e um bocado de horta; — mais 3 terras, uma aonde chamam as Barras, limite de Bolo-res, outra junto a esta, confrontando com fazenda de Santa Marinha e outra — várzea — aonde chamam Porto de Benfica; — e mais um pomar junto à vila da Lourinhã, aonde chamam Val de Barracas; tudo no valor de 6.000 cruzados.

Esta doação é feita com reserva do usufruto e obrigação «que por sua morte dará em seu testamento uinte e sinquo mil res pera guastar nos leguados pios que em seu testamento disposer e se lhe diraõ pera sempre emquanto o mundo durar sem missas rezadas per sua alma e do dito Gaspar Gualete seu marido ditas no conuento de São Francisco do lugar de uaratojo», cada ano com a esmola de 5.000 réis.

Testemunhas: Baltasar de Andrade, meirinho de Torres Vedras, Nicolau Francisco e Domingos Gonçalves, também moradores nesta vila.

Escritura de 16 de Maio de 1645.

Livro de 24 de Agosto de 1645 a 18 de Setembro de 1645, fls. 61 verso.

## 9

Dote de casamento que faz Mécia Cardoso de Gois, viúva de Francisco Denis da Mesquita, moradora na vila de Torres Vedras, a sua filha Antónia de Valadares da Mesquita, para efeito desta casar com Bento Coelho Gorjão, morador no lugar do Turcifal.

Tendo este casamento seu real feito, ela outorgante lhe dota o cargo de meirinho da dita vila, cujo servira seu marido e El-Rei dele lhe fizera mercê para a pessoa que casasse com uma de suas filhas.

O noivo aceitou este dote e por sua vez dotou a noiva com 100\$000 réis em bens de raiz e sendo caso que faleça ela primeiro do que ele ficaria ele obrigado a sustentar sua cunhada Margarida da Mesquita, filha da dita Mécia Cardoso de Gois.

No caso do noivo não querer a dita sua cunhada na sua companhia ou ela não queira viver com ele, dar-lhe-á 10\$000 réis em cada ano.

Escritura de 4 de Fevereiro de 1646.

Livro de 18 de Setembro de 1645 a 6 de Fevereiro de 1646, fls. 139 verso.

## 10

Testamento do capitão Luis da Ponte Encerrabodes, solteiro, morador na vila de Arruda dos Vinhos, filho legítimo de Jorge da Ponte Encerrabodes, já falecido, e de Joana do Quintal, moradores que foram na referida vila.

Manda-se depositar provisòriamente no convento da Graça de Torres Vedras e daí o levarão à vila de Arruda, onde será sepultado na igreja de Nossa Senhora da Salvação, na sepultura de seu pai e amortalhado no hábito de S. Francisco.

Declara que tem um filho natural chamado Jorge da Ponte e uma filha também natural de nome Mariana de Sotomaior; àquele deixa por seu herdeiro universal de todos seus foros, nomeações, prazos e mais fazenda e a esta deixa a sua terça, para efeito de ser religiosa e não o querendo deixa a dita terça ao referido seu filho, para que ele a sustente enquanto viver.

Luis da Ponte recomenda encarecidamente a sua mãe que ajude e favoreça a estes seus filhos e nomeia por testamenteiro ao padre Pedro Álvares do Quintal, vigário da vara da vila de Arruda, seu irmão.

O testador era capitão de infantaria e encontrava-se preso na cadeia da vila de Torres Vedras, aonde o tabelião se deslocou para aprovação do testamento; estava doente de cama e incapaz de assinar, pelo que foi o padre frei Manuel de Macedo, religioso de Santo Agostinho do referido convento da Graça, que redigiu e assinou o testamento a rogo do dito Luis da Ponte Encerrabodes.

O tabelião que aprovou o citado documento foi Agostinho Nunes, aos 4 de Fevereiro de 1646, na presença do Capitão Francisco Botelho Machado, Mateus Ferreira de Manselos, alcaide da vida de Torres Vedras, padre João Afonso de Carvalho, cura na igreja de S. Pedro da mesma vila e o capitão João Botado de Almeida, que assinou a rogo do testador.

O testamento foi aberto pelo dr. Inácio da Cunha Varela, juiz de fora de Torres Vedras, aos 5 de Fevereiro de 1646 e lançado nas notas de Agostinho Nunes, no mesmo dia a requerimento de António da Silva, dizimeiro da igreja de Santa Maria do Castelo da referida vila.

Mesmo livro, fls. 141.

## 11

Nomeação de um prazo, foreiro ao mosteiro de Alcobça, sito na Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, composto de casas, vinhas, terras e matos, que faz Catarina da Rocha, «dona veuua de Antonio dos Rios morador que foi nesta dita uilla», a seu filho o capitão Tomé dos Rios Trigueiros, «que uiue em sua companhia e pera que melhor possa tomar seu estado de casado».

Escritura de 14 de Julho de 1646.

Livro de 7 de Fevereiro de 1646 a 6 de Janeiro de 1647, fls. 74 verso.

Saibam quantos este Publico instrumento de quitação e obrigação deste dia Pera todo o sempre uirem que no anno do nascimento de nosso snor Jesu xpo de mil e seis centos e quarenta e seis annos aos trinta dias do mes de outubro do dito anno nesta uilla de Torres uedras nas pousadas de Izabel de Oliueira aonde eu tabalião aodiante nomeado fui sendo ahi presente Dona Francisca da Anobrega dona viuua moradora na cidade de Lisboa de huma Partte e da outra o capitão Dom Alonço de Buitraguo caualeiro profeço do abito de Auiz e seu filho morador na mesma cidade de Lisboa e loguo pella dita Dona Francisca da Anobrega foi ditto a mim tabalião perante as testemunhas aodiante nomeadas que André Pais da Veiga morador digo seu gemrro casado que fora com Dona Anna da Anobrega sua filha falecera na cidade de Guoa e a santa casa de Misericordia della cobrara e rescebera todo o dinheiro que por seu falecimento se achara que ao todo segundo a certidão que da dita santa casa se cobrou parecia importar o dito resibo dois mil tresentos e setenta xarafins e imviando ella outorgante deste Reino as procurasonis e mais papeis que necessarios pera a dita cobrança per já no dito tempo auer falecido a dita sua filha Dona Ana da Anobrega molher do dito André Pais da Veigua João dos Reis morador na dita cidade de Guoa a quem os ditos papeis e procurasão do dito Dom Alonso de Buitraguo seu filho os auia remitido cobrou os ditos dois mil e tresentos e setenta xarafins pera nas cousas mais convenientes os remeter a este Reino e paguo de sua comissão e mais gastos que auia feito na cobrança e arrecadação do dito dinheiro segundo melhor consta da instrução de suas contas vierão liquidos ao dito diguo a este Reino seis centos e setenta e hum mil e cem reis que tanttos cobrou o dito seu filho Dom Alonço por uertude de letra remetida pelo dito João dos Reis como procurador que he della outorgante e dos menores filhos dos ditos seus gemrro e filho e por ser fiador della outorgante dos bens dos ditos menores e perquanto ella dita Dona

Francisca da Anobrega na doença enterramento e mais legados que se fiserão na morte da dita sua filha dona Anna da Anobrega gastou todo o dinheiro que foi nessessario e lhe ficaraõ em seu poder duas filhas e hum filho dos ditos defuntos sustentandoos e admenistrandoos como sua Teitora que he por prouisão de sua magestade fes petissão ao juis dos orgãos que o hera das partilhas que dos bens que dos ditos se fiserão aleguando auer feito os ditos gastos e sustentado aos ditos menores pedindolhe alvidrasse o que paresese conveniente ao sobredito e o dito juis vendo as resois referidas lhe aluidrou cento e oitenta mil reis de cuja aluidração tirou sua carta de partilhas que loguo entregou ao dito seu filho e juntos aos ditos cento e oitenta mil reis vinte e sete mil e oitenta que se fiserão de gastos soma tudo dusentos e sete mil e oitenta res e delles tambem abate o ditto João dos Reis a comissão e gastos que fes emportarão na parte della outorgante que forão onse mil seis centos e desaseis res e loguo o dito capitão Dom Alonço de Buitraguo entregou e pagou a dita sua mai cento e nouenta e sinco mil tresentos e oitenta e quatro res que tanto importa a dita sua parte os quais lhe deu e pagou por huma soma de moedas de prata das correntes neste Reino que ella de sua mão contou e resebeo e depois de em sim todo ter cobrado e resebido disse daua como de feito loguo deu plenissima e final quitação asim ao dito seu filho como ao dito João dos Reis e os ouue per quites e livres da dita entrega e prometeo e se obrigou de nunca em tempo algum repetir nem pedir o dito pagamento antes em todo comprira esta quitação a cujo comprimento disse obrigaua todos seus bens moues e de rais auidos e por auer e geralmente obrigou e que vindo ella ou outrem em seu nome ou algum de seus erdeiros com alguma materia de duuida ou outro algum requerimento pedindo segunda ues a satisfação e pagamento do que de presente resebe não sera com coussa alguma ouuida em juiso nem fora delle sem primeiro depositar na mão da pesoa a quem a tal quantia se pessa tudo o que asim pedir que reseberem os hão per abonados e athe faserem o tal deposito lhe sera denegada toda a audiencia ausão remedio

de dereito e não auerão prouisão de sua mauestade per que se escusem de faser o tal deposito e auendoa a renuncia pera della não usar posto que deste instrumento e clausullas delle façã expreça e declarada menssão e esta clausulla depositaria me requererão elles partes de conformidade aqui escreuesse a qual eu escreui como dito he na forma da lei e prouisão sobre ella pasada em fe e testemunho de uerda asim a outorgou ella dita outorgante e pedio se fisesse este publico instrumento de quitação nesta nota e della se desem os treslados necessarios que pedirão e aseitaraõ e eu tabalião como pesoa publica estepulante e aseitante pedi e aseitei em nome dos ausentes a que tocar pode testemunhas que forão presentes o padre Antonio dabreu beneficiado na igreja de S. Pedro desta villa que assignou arrougo da outorgante por não saber escreuer forão mais testemunhas Manoel Dias tintureiro e Domingos Gomes ferrador nesta villa que aqui assignarão de seus sinais costumados e eu tabalião dou fe ser ella outorgante a propria aqui conteuda. Agostinho Nunes tabalião o escreui.

Mesmo livro, fls. 117 verso.

### 13

Procuração que dá Isabel de Araújo, mulher de D. Alonso de Buitrago, «caualeiro fidalguo e professo do abito de auis», moradores na vila de Torres Vedras, ao dito seu marido, para que este em nome de ambos, possa ser fiador de D. Francisco, seu cunhado, a quem foram entregues «as pessoas e bens dos filhos menores que ficaraõ por falesimento do Licenceado Antono Moreira de Altero e de sua molher Dona Joana da Fonseca».

Testemunhas: Francisco Rois, carpinteiro e Domingos Francisco, seu aprendiz.

Escritura de 4 de Setembro de 1649.

Livro de 26 de Agosto de 1649 a 12 de Agosto de 1650, fls. 12.

14

Procuração que dá Maria Bernardes, moradora na quinta do Paul, termo da vila de Torres Vedras, a seu marido o alferes Luis Rois Quintela, para que este em seu nome e no de ambos possa procurar e requerer todo seu direito e justiça em quaisquer causas e especialmente no pleito que ora traz contra Francisco do Rego e sua mulher, moradores no lugar do Turcifal, do citado termo.

Escritura de 11 de Novembro de 1649.

Mesmo livro, fls. 85 verso.

15

Procuração que dá Violante Lopes Pinto, moradora na vila de Torres Vedras e seu marido Lourenço de Freitas Evangelho, cavaleiro-fidalgo da Casa Real e escrivão das sisas na dita vila, a Filipe Antunes e a seu filho Sebastião Gomes da Silva, ambos moradores na vila de Montemor, para que estes em nome de ambos, possam vender 3.000 réis de foro que têm em umas casas sitas na referida vila, na rua Direita, que houveram por herança de uma tia dela Violante Lopes Pinto.

Escritura de 14 de Novembro de 1649.

Mesmo livro, fls. 86.

16

Venda a retro aberto de 9 alqueires de trigo, que faz Noutel da Silva de Vilalobos e sua mulher Margarida Camelo, moradores no lugar de Dois-Portos, termo da vila de Torres Vedras, a Domingos Fernandes Monteiro, do lugar da Macheia, do dito termo.

Escritura de 14 de Março de 1650.

Mesmo livro, fls. 113 verso.

NOTAS DO TABELIÃO

**ANTÓNIO DA COSTA TEIXEIRA**

*Na Secretaria Notarial de Torres Vedras*

## 17

Dote de património para efeito de ser sacerdote, que faz Mónica Francisca dos Reis, viúva do capitão Mateus Barreto da Silva Gorjão, moradora no Turcifal, a seu neto Luis Afonso da Silva e Sousa, filho do capitão Francisco Barreto da Silva Gorjão e de sua mulher Mariana da Fonseca Fogaça de Lami, seu filho e nora dela Mónica.

Escritura de 11 de Janeiro de 1726.

Livro de 28 de Setembro de 1725 a 14 de Maio de 1726, fls. 66.

## 18

«Desistencia e sesaõ de heranssa» que fazem o «Capitaõ Manoel de Figueiroa Rego pessoa da gouernança desta mesma uilla» e sua mulher Antónia Maria Felícia, moradores em Torres Vedras, das legítimas que lhes tocam por falecimento de seus sogros e pais Pedro Simões e Helena Simões, moradores que foram no lugar de Pera, freguesia de S. Domingos da Castanheira, termo da vila de Pedrógão Grande, a favor de seu «cunhado e irmão João Simões e de seus sobrinhos que ficassem e existão uiuos filhos de suas irmans e cunhadas pera cada hum levar equal parte das ditas legítimas e seus Rendimentos».

Testemunhas: Francisco Pinto da Silva e Luis Tavares, boticário, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 10 de Março de 1727.

Livro de 15 de Fevereiro de 1727 a 30 de Outubro de 1727, fls. 16 verso.

## 19

Em nome da Santissima trindade padre filho e espirito Santo tres pessoas destintas e hum so deos uerdadeiro em que creyo eu Uisente Alvares da Silva natural e morador neste lugar do trucifal igno-

rando o dia e a hora em que deos sera seruido leuar-me da uida presente dezejando saluar-me e descarregar a minha consciência estando com saude e com aquelle entendimento que o senhor foy seruido dar-me ordeno meu testamento na forma seguinte: Primeiramente encomendo minha alma a deos que ma criou do nada e Remio com o seu presiozo sangue na arvore da Cruz e a uirgem nossa senhora da nazare e a meo padre saõ francisco de quem sou indigno filho e ao santo do meu nome ao Anjo da minha guarda e a todos os santos da Corte do seo enterse-daõ por mim a deos pera que seya seruido naõ atendendo ao distrahi-mento com que sempre uzei e escandalo que sempre dey perdoarme minhas culpas uzando soo do Atributo de sua mizericordia e leuar-me ao ceo pera que me criou. Mando que meo Corpo seya enterrado na fre-guezia em que falecer e falesendo em esta sera sepultado em huma se-pultura que tenho na Capella mayor e amortalhado em o habito de meo padre sam Francisco acompanharmeã as Cruzes e se daraõ de esmola a do santissimo quatro mil reis, a de nossa Senhora do Rozario tres mil reis e as outras a dous mil reis cada huma aos clerigos senaõ pagara taquenhamente e me faraõ hum officio de corpo presente e se daraõ de oferta quatro mil reis.

Declaro que fuy cazado com Dona Mariana Luiza de Araujo de que tiue noue filhos huma por nome Guiomar morreo pupilla outro por nome Uerissimo faleseo frade Antoninho e tenho sete uiuos ao presente: o Dou-tor Domingos Nogueira de Araujo cazado com Dona Brites Josepha de Carualho, frey Joaõ de Noronha, grasiano, Frey queatano de Araujo thomarista, soror sebastiana thareza de Jezus, soror Archangela Mecaella da emcarnassom, freiras professas em o Caluario, Bento e Antonio; quando cazou meo filho o Doutor Domingos Nogueira de Araujo lhe dotey a minha terssa por minha morte com Reserua de seis sentos mil reis pera testar de que logo despuny e que por meos seruissos havia de pedir alguma tenssa digo hauia pedir alguma tenssa pera as minhas filhas e que naõ o fazendo emporia na dita terssa hũas tenssas Racionaes e

porque the agora não tenho feito petição a sua Magestade, nomeyo ao ditto meo filho os meos servissos pera que por elles pessa a sua Magestade alguma merce pera sy ou pera seos filhos e declarando a tenssa que pella escriptura de dote possa impor na dita tersa declaro que o dito meo filho Domingos Nugueira dara as ditas suas irmans e minhas filhas emquanto uiuerem setenta mil reis cada anno em duas pagas pelo natal e são Joaõ e sobreuiendo digo Joaõ e falecendo huma dara a que sobreuiuer quarenta mil reis cada anno na forma referida e falesendo o que não espero hey por nomeada nas ditas freiras a minha terssa. Instetuo por meos herdeiros a meos filhos em suas legitimas e na forma declarada em este testamento. Dos seis sentos mil reis que rezeruei para dispor o fasso na forma seguinte: mando se me digaõ duzentos mil reis de missas aonde com mais breuidade se puderem dizer e deixo os quatro sentos mil reis a meo filho Bento; e farei por compor em minha uida algum encargo de consciencia que me .....; aos creados se pagara se acaso se lhe deuer algum e esta despeza com a que se fizer the o Corpo ser sepultado se tirara do monte; quando meo filho frey uerissimo se metheo frade fez doaçaõ ou testamento ou o que melhor fosse uiculando a sua legitima me permitio a nomeace em hũa uida e que por morte deste nomeado se unisse ao morgado e lograsse hũa e outra couza o senhor do morgado e por esta permissão nomeyo a dita legitima do dito meo filho frey uerissimo em meo filho Antonio da Silua que a lograra emquanto uiuer e por sua morte se uiculara ao morgado na forma da escretura que se fes na enxara dos caualeiros de que tirey treslado que se achara entre os mais papeis; meo filho frey queatano quando professou de lisenssa dos seos prelados me deo a sua legitima que lhe tocava por morte de sua may pera que eu fizesse della o que me parecese e asim a nomeyo em morgado pera se unir ao que ha nesta caza e impus uinte mil reis de esmola das missas de natal que mando ao dito meo filho me diga por minha tenssaõ porque se lhe daraõ os ditos uinte mil reis tudo na forma disposta em huma escriptura que neste anno de setesentos e

sete fez Guilherme Alvares de Almeida em torres uedras. Meo filho frey Joaõ tambem fes doação de sua legitima a seo irmaõ Domingos Nugueira por escriptura de que tenho treslado e a fes em Lisboa Joseph queatano de vale ha outo annos. Se meo filho Domingos Nugueira encontrar em algũa couza este meo testamento lhe hey por tirado tudo o que aqui lhe dou ou consertey se lhê desse e ey por nomeado naquelle filho a quem quizer prejudicar. Em a escriptura de dote que fis a meo filho Domingos Nugueira dele havia uincludo a terssa que antaõ lhe dotey e asim instetuo a minha terssa que tomo e nomeyo em esta quinta em que uiuo em morgado com ssocessaõ regular por morte de meo filho hira ao seu filho mais velho e não tendo filho uaraõ ira a femea seguindo em tudo a forma de que instetuiaraõ meus pais e não tendo o dito meu filho herdeiros legitimos uira aos meus parentes e nunca aos de sua mulher e em falta de parentes hira a ordem terseira e com obrigassãõ de huma missa cada semana pella minha alma e de minha mulher e pais emquanto o mundo durar e não hira este morgado a pessoa de infecta nasaõ nem que incorra em crime de lesa magestade deuina ou humana porque tres dias antes a hey por desherdada e passara a quem de direito deua passar e falesendo o pesuidor deste morgado sera obrigado a uincluir e unir a este a terssa de sua tensa e a hermida que tenho andara sempre muito bem tratada e aparamentada e pera ella tem quatro mil reis de fabrica no Casal da urmeira termo de santo amamede (S. Mamede?) que ha nesta quinta se conseruara sempre e senaõ cortara arvore alguma e secando huma se pora logo outra em forma que esteja sempre perfeita. Nomeyo pera parte do patrimonio de meo filho Bento da Silua as cazas que fis pera a parte da hermida e hũa mais a saber: a casa em que se janta à da parte de tras a que chamaõ o seleiro de sima à da trebuna à das mossas e à da fruta contadas as lojias e também o quintal e toda a terra que comprey a Paullo Franco. Nomeyo a meo filho Antonio da Silva pera ajuda de seu património o lagar de fazer uinho da banda de fes e metade da adega e o mais sera morgado. Nomeyo por

tuor de meos filhos ao padre Luis Franco da Silua hoje cura na Freiria e espero que no tratamento dos meos filhos e de sua fazenda mostre senaõ esquesa do amor com que sempre o tratey. A estes meos filhos Bento e Antonio se dara em legitima a fazenda de Rais pera os partimorios que senaõ puder estabelecer m moveis. Suposto que no principio deste testamento nomiei esta quinta absolutamente pera a tersa contudo della separo as deixas ou nomeasoins dos meus filhos Bento e Antonio certo em que por morte deixaraõ tudo a seus sobrinhos filhos do meo filho Domingos Nogueira e sempre ficara junto e fis esta declaraçãõ por evitar toda a demanda e querer que estes meos filhos tenhaõ em que se recolher e donde poderaõ tirar fruto sem o pedirem a seu irmaõ e espero uiuaõ como bons irmaõs confiados de que dezejei sabellos criar e por esta maneira hey este meo testamento por acabado e quero que ualha e se dê a execussaõ como em elle se contem inda que naõ seja aprovado como manda a ordenasaõ porque conforme os melhores doutores basta que aonde como quer que seja da uontade do testador que despoem entre filhos como o fasso. Trucifal quinze de março de mil e sette sentos e des. Reuogo a deixa de mil cruzados a meo filho Bento. Visente Aluares da Silua. Em o numero seis digo que se daraõ setenta mil reis de tenssa as freiras minhas filhas e falesendo huma sincoenta a que sobreuiuer. Reuogando a quantia mando que se lhe dem sincoenta a ambas e falesendo huma se daraõ so trinta mil reis a que ficar e em tudo o mais aprovo e confirmo este testamento dia ut supra. Visente Alures da Silua. Estando impedida a sepultura mencionada me enterraraõ em huma das duas que tenho ao pé do altar que foy de santo Antonio; os mil cruzados de minha tersa que a principio deste testamento deixaua a meo filho Bento e no fim lhe tirey deixo a meo filho Antonio e por esta maneira hey o meu testamento por acabado dia ut supra. Visente Alures da Silva.

\*

\*        \*

Este testamento foi aprovado aos 4-3-1723, pelo tabelião Francisco Pinto da Siva, na presença do Capitão José Botelho de Lemos, do Sargento-mor Antonio de Moraes Rêgo, de José Cardoso Pereira, do dr. Manuel Pereira Cardoso, medico, do Padre Filipe Ferreira Franco e do tesoureiro da igreja do Turcifal Antonio Nunes Ferreira, todos moradores naquele lugar e de Diogo de Almeida inquiridor do Juizo Geral de Torres Vedras e seu termo, que assinaram como testemunhas.

Aos 16-5-1727 foi o dito testamento aberto no Turcifal na presença dos reverendos padres João Carualho Franco, pelo vigario da vara João Correia Pinto e lançado nas notas do tabaliaõ Antonio da Costa Teixeira a requerimento de José Antonio de Gouveia, da vila de Torres Vedras.

Mesmo livro, fls. 77.

20

Testamento do Capitão Manuel de Figueiroa Rego, morador na vila de Torres Vedras, no qual dispõe entre outras coisas: que seja amortalhado no hábito de S. Francisco e sepultado na igreja de S. Pedro, sua freguesia e que o acompanhem os clérigos da dita igreja, aos quais se dará a esmola costumada e as Irmandades de que é Irmão; e mais dispõe que se faça um officio de 9 lições e outro no oitavo dia e «200 missas por huma só ues de que se dara a esmola costumada». Declara que é casado «com D. Antonia Maria Felicia de cujo matrimonio tenho seis filhos uiuos os quais a todos instetuo por herdeiros em suas legitimas e da tersa de meus bens instetuo por minha herdeira a dita minha molher» e na sua terça toma e desde logo nomeia a propriedade chamada a quinta do Salgueiral, com todas as suas pertenças a ela anexas.

Mais declara que é administrador de um Morgado e que nele é sucessor seu filho primogénito João de Figueiroa Rego. Declara, ainda, que é possuidor de um prazo em vidas no sítio da Conquinha, «que consta de terras e uinhas foreiro em uidas a Caza da Santa Mizericordia desta uilla que lhe foi dado em dote e contrato de Cazamento o qual quanto em direito posso o nomeyo em a dita minha molher Dona Antonia Maria Felicia».

Este testamento foi escrito por Francisco Pinto da Silva, escrivão do judicial em Torres Vedras, a pedido do testador, em 5 de Junho de 1724, que se limitou a assiná-lo por não estar em estado de mais fazer. Nesse mesmo dia foi aprovado o referido documento pelo tabelião António da Costa Teixeira, na presença das testemunhas dr. António Ferreira de Mendonça, Francisco Pinto da Silva, Francisco Pereira cirurgião, Miguel Gomes da Fonseca, António Lourenço e Francisco da Veiga, todos moradores na dita vila.

Aos 7 de Junho de 1727, foi o citado testamento aberto pelo dr. João Ribeiro Francês, juiz de fora de Torres Vedras que nele não encontrou «borrão linha ou enterlinha nem couza que duuida fassa» e o mesmo foi trasladado nas notas do tabelião Costa Teixeira, aos 16 de Junho de 1727.

Mesmo livro, fls. 102.

## 21

Dote e contrato de casamento que entre si fazem Paula Joana da Silva, irmã do padre Bento Henriques da Silva, cura da igreja de S. Lourenço dos Francos e moradores no lugar da Suaria, termo da Lourinhã, e o capitão António de Almeida de Carvalho, morador na quinta de N. Senhora do Vale, termo da vila de Torres Vedras, filho de Domingos

Vieira de Azevedo e de sua mulher Maria de Almeida, na mesma quinta moradores.

Escritura de 12 de Outubro de 1728.

Livro de 9 de Julho de 1728 a 10 de Dezembro de 1729, fls. 46 verso.

22

Compromisso e amigável composição entre João Rebelo de Vasconcelos e sua mulher Maria Teresa de Brito e Mendonça, moradores no Turcifal, termo de Torres Vedras, representados por seu filho João de Brito Pereira, de uma parte, e da outra João de Figueiroa Rego, em seu nome e como procurador de sua mulher Teresa Felícia da Apresentação Rodrigues de Matos e de sua mãe Antónia Maria Felícia e de suas irmãs Teresa Caetana de Figueiroa, Luisa Joana Inácia de Figueiroa e Rosa Margarida de Magalhães e seus irmãos Francisco Lino de Figueiroa e José Teodoro de Figueiroa e, ainda, o dr. Diogo de Faro e Vasconcelos, «aduogado nesta mesma villa curador nomeado ao menor Manuel de Figueiroa Rego filho e immediato sucessor do dito João de Figueiroa Rego» e o dr. António Ferreira de Mendonça, curador dos menores irmãos de João de Figueiroa Rego, filhos que ficaram do capitão Manuel de Figueiroa Rego, assistentes todos na dita vila, sobre o valor dos prazos de Vale de Mendares, Burdinheira e Mosqueiro, «pera o dito uallor se unir e uincular ao Morgado instetuido pelo capitão Joaõ de Figueiroa Rego de que hera pesuidor e admenistrador o dito Manuel de Figueiroa Rego», conforme sentença que este alcançara contra o referido João Rebelo de Vasconcelos, «confirmada na mayor alsada».

«E porque dezejando todos comporçe amiguauelmente sobre esta materia entenderaõ que naõ seria possiuel concordaremçe per sy mesmos e rezoluerãõ pera por fim a todos os pleitos a pedir aos doutores

Manoel de Almeyda de Carvalho Manoel Gomes de Carualho e Phelipe Maciel, desembargadores da Caza da Suplicassão quizessem intervir neste negocio como arbitrades e amigaveis compositores delles partes pera que naõ em forma de juizes arbitros de direito as duuidas referidas...».

Testemunhas: o dr. Luis da Mota Ribeiro, morador na quinta do Calvel, António da Silva de Araújo, deputado do Santo Ofício e Vicente Álvares da Silva, ambos moradores na vila.

Escritura de 11 de Agosto de 1729.

Livro de 4 de Maio de 1729 a 12 de Março de 1730, fls. 80 verso a 92 verso.

NOTAS DO TABELIÃO

**ANTÓNIO FERREIRA DA CUNHA**

Arrendamento da quinta e prazo de Val Verde, pelo tempo de três anos e três colheitas, a Manuel Antunes, morador no lugar do Barreiro, termo da vila de Torres Vedras, que faz Fernão Gomes de Quadros, fidalgo da casa de Sua Alteza, ora estante na quinta de Vale de Mendares, termo da dita vila, que é do capitão João de Figueiroa Rego.

O referido prazo, foreiro ao Mosteiro de Alcobaça e constituído por vários casais em Rendide do dito termo e uma quinta na Ponte do Rol, foi arrendado pelo «preço e quanttia pellos ditos Tres annos de dois mil cruzados pagos dantemam».

A escritura foi outorgada aos 2 de Novembro de 1675, na referida quinta de Vale de Mendares, sendo testemunhas o capitão João de Figueiroa Rego e Manuel Pereira, criado do dito Fernão Gomes de Quadros e morador na cidade de Lisboa e António Gomes, criado e feitor de João de Figueiroa Rego.

Livro de 23 de Setembro de 1675 a 18 de Setembro de 1676, fls. 30 verso.

Testamento de Francisco da Fonseca Pereira, cavaleiro do hábito de Cristo, morador no lugar de Matacães, termo de Torres Vedras.

Manda-se sepultar no seu carneiro na igreja de N. Senhora da Oliveira, do dito lugar, devendo ser acompanhado pelas confrarias da referida igreja e padres do convento de Varatojo e que se lhe digam 3 officios de 9 lições; o primeiro e o último solenes e com missa e o segundo de cantochão e se dará de oferta ao pároco em cada um dos officios 1 sacco de trigo e 3 almudes de vinho. Outrossim que se digam



por sua alma 600 missas e que se apliquem de sua fazenda, 3\$000 réis para missas pelas almas do purgatório.

Deixa a António de Azevedo, «pellos bons seruiços que tem feito nesta Caza» 300\$000 réis de sua fazenda. Deixa a sua afillhada Maria, filha de André Monteiro, «humas casas que tem neste lugar que tem Alpendre aonde de presente Domingos Francisco mora». Deixa de esmola a Leonor da Paixão, filha de Maria Antunes, *a Coca*, 30\$000 réis. Deixa à confraria do Santíssimo da igreja sobredita, dois retros que lhe paga António Gomes, da Sevilheira, que são 11 alqueires de trigo em cada ano, para se empregarem em peças para a mesma igreja.

Manda que se dê a Sebastiana, filha de Francisco Jorge, o *Chapi-neiro*, 10\$000 réis que lhe deve e mais 3\$000 réis de esmola. Outrossim que se dê a João Francisco, o *Topa*, 3\$000 réis de esmola. Item que se dê a Manuel, o *Manco*, que foi seu criado 5\$000 réis. Item que se dê a Catarina, filha de José de Matos, sua afillhada, 3\$000 réis para uma saia.

Declara que é solteiro e livre e que tem em sua casa uma filha natural, por nome Antónia, a qual deseja que se meta freira no mosteiro de Cós para o que se lhe dará o respectivo dote e tudo o necessário e mais uma tença anual de 20\$000 réis «emquanto ella uiuer para poder tratar bem de sua peçoa».

Deixa mais à confraria do Santíssimo 25\$000 réis que lhe prometeu quando foi Juiz da mesma, com o seguinte destino: 10\$000 réis para ajuda de uma vara de prata e 15\$000 réis para um frontal de damasco vermelho.

Institui universal herdeiro do remanescente de seus bens e depois de cumpridos estes legados, ao licenciado Francisco Mendo Trigoso, seu primo, ao qual nomeia por seu testamenteiro.

Este testamento foi escrito pelo licenciado Luís da Costa Pacheco, pároco de Matacães «por me não atruer a o escruer e eu a asignei de meu proprio sinal», aos 22 de Dezembro de 1676. No mesmo dia foi aprovado pelo tabelião António Ferreira da Cunha e aberto em 10 de

Janeiro do ano seguinte pelo juiz ordinário de Torres Vedras, Bartolomeu Barreiros Baracho, por despacho de quem foi lançado nas notas do dito tabelião.

Livro de 16 de Dezembro de 1676 a 5 de Setembro de 1679, fls. 15.

## 25

Doação e nomeação que faz Francisco Pereira Trigueiros, beneficiado na igreja de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, do seu prazo da Manteigosa, sito na Ponte do Rol, termo da referida vila, foireiro ao Mosteiro de Alcobaça, a Mariana Botado de Almeida, filha de João Botado de Almeida, seu parente, e mulher de Manuel Marinho de Lima, moradores na sua quinta da Ameixoeira, termo de Lisboa.

Este prazo já havia sido nomeado pelo mesmo beneficiado a Bárbara de Brito de Almeida, irmã da sobredita, que por falecer antes do doador, não entrara na sua posse.

Escritura de 5 de Fevereiro de 1677.

Mesmo livro, fls. 26.

## 26

Dote de casamento que fazem Maria Martins, «dona ueuua do Alferes Joao Aluares da Silua», moradora no lugar do Turcifal termo da vila de Torres Vedras, a seu filho o licenciado Vicente Álvares da Silva, e o «Doutor Domingos Nogueira de Araujo do desembargo do principe nosso senhor corregedor actual da Repartição do rocio na cidade de Lisboa» e sua mulher Isabel Francisca de Araújo, a sua filha Mariana Luisa.

A mãe do noivo dota-lhe todos os bens móveis e de raiz que couberem na sua terça, com reserva de 100\$000 rs. para legados de sua alma e funerais; os pais da noiva dotam-lhe outrossim todos os bens móveis e de raiz que couberem na terça de todos os seus bens, com reserva de 50\$000 rs. para o mesmo fim.

Testemunhas: Lourenço Ferreira, cirurgião, morador no Turcifal, Francisco Nunes, sapateiro e António Franco, feitor do Dr. Domingos Nogueira de Araújo.

Escritura de 21 de Junho de 1676.

Mesmo livro, fls. 67 verso.

NOTAS DO TABELIÃO

**ANTÓNIO PEREIRA TRIGUEIROS**

Procuração que dá Bernardim da Rocha, «caualleiro fidallguo da caza dellRei nosso senhor», morador na vila de Torres Vedras, a seu cunhado Jerónimo Pereira da Silva, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa «arrequadar nouenta mill res de solldos que fiquarão por morte de seus filhos Manoel Pereira da Rocha e Antonio da Rocha Pereira que falleserão nas partes da India».

Testemunhas: Pero da Rocha da Silva, Jorge da Costa e Domingos João, todos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 18 de Novembro de 1603.

Livro de 24 de Outubro de 1603 a 16 de Maio de 1604, fls. 43.

Procuração que dá Isabel Henriques, moradora no lugar da Azueira, termo de Torres Vedras, solteira, filha de Charles Henriques, a seu irmão Jerónimo Henriques, morador em Lisboa, para que este em seu nome possa vender o foro anual de 1\$800 réis em dinheiro e 4 galinhas, imposto em «humas cazas que estão na sidade de lixboa na rua dos fornos» que lhe couberam em partilhas.

Testemunhas: Domingos Soares, Cristovão Peres e Jorge Álvares, alfaiate, todos moradores na Azueira.

Escritura de 3 de Dezembro de 1603.

Mesmo livro, fls. 75.

Aforamento que fazem Cristóvão Pato Henriques e sua mulher Leonor Trigueiros, moradores em Torres Vedras, de uma vinha junto

Como pedes amen fãe lo quanto  
Ces teo manudo fãrtes C et be igno  
Rou vien quemanno dnos fimen to de  
Rou fãr Sue fãr Cinto de nice e fã  
Cinto fãr que a tres annos C mo pime  
fãria dnos de jurdo d d d d d d d  
Cintada tres vadeos C mto de  
Dona Izabee de munda Ana be una m  
C d r u o n a d i t a v i c e a p a c e e d i t a  
d n o z i z a b e e d e m m e a f i d i t o q u e o  
v e e d o d a e q u e e o f i z a f i l i f a n  
a f u a m o g e s v a d e o f i z e n d o C m e a o  
q u e f u f a c e e f i n e n t o d e l e n p a r i d o  
D e S e n t a n g r a d e z D i o g o d e n a s o d o

Fac-simile da escritura sumariada sob o n.º 31

à «rigueira abaixo de machea», termo desta vila. a Lopo Trigueiros da Rocha.

Escritura de 12 de Fevereiro de 1604.

Mesmo livro, fls. 142.

### 30

Nomeação que faz Pero Fragoso, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, morador em Torres Vedras, do quinhão que tem na Herdade da Silveira, «em que elle he o maior senhorio que parte de huma parte com a erdade dos brandões e com estrada publica que vai das vendas nouas». a qual lhe deixou seu tio Manuel Fragoso, morador que foi em Montemor-o-Novo, a sua filha Beatriz Fragoso, mulher de Ciriaco de Magalhães, morador no Pedrogão Grande, com a obrigação destes e seus herdeiros mandarem dizer 2 missas cantadas no Mosteiro de S. Domingos da vila de Montemor, onde o dito seu tio jaz sepultado e com outras obrigações conteudas na verba do seu testamento.

Testemunhas: Rui Cabreira, cavaleiro-fidalgo da Casa Real e António Fernandes, porteiro dos orfãos e Jorge de Lemos, criado de Veríssimo Botelho, todos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 4 de Maio de 1604.

Mesmo livro, fls. 227.

### 31

Fiança que presta perante o provedor da comarca de Torres Vedras, para lhe serem entregues os bens de sua filha, Ana de Albuquerque, orfã, menor, Isabel de Moura, viuva do dr. Diogo de Macedo de Albuquerque, desembargador que fora da Casa da Suplicação.

Escritura de 1 de Junho de 1604.

Livro de 12 de Maio de 1604 a 13 de Agosto de 1604, fls. 27 verso.

«Conserto e transaussão e amiguavell composissam», entre António de Barros de Sampaio, em seu nome e no de sua mulher Antónia de Melo, de uma parte e da outra Pero de Sampaio, filho dele António de Barros de Sampaio, em seu nome e no de sua mulher Inês Henriques, acerca das demandas que traziam por causa da legítima de sua mãe Maria Godinho, primeira mulher do referido António de Barros e da venda do ofício de Xábândar de Ormus .

Por virtude desta composição, António de Barros de Sampaio, «daua ao dito Pero de Sampaio seu filho duzentos mill reis em dinheiro de contado que ressebeo do dito seu pay» e mais um casal que se chama de Martim Gil.

António de Barros de Sampaio, era fidalgo da Casa Real e morava com sua mulher Antónia de Melo, em Alverca e Pero de Sampaio e sua mulher Inês Henriques eram moradores na vila de Torres Vedras.

A escritura foi outorgada em casa de Tomé de Carvalho e na presença das testemunhas dr. Francisco Cardoso do Amaral provedor da Comarca de Torres Vedras, João Leitão e do dito Tomé de Carvalho, todos moradores na referida vila, aos 4 de Junho de 1604.

Mesmo livro, fls. 41.

Em nome de deos Amen. Saibaõ quantos estes estromento de perdaõ uirem que no anno do nassimento de nosso senhor Jesu christo de mill esseis sentos e quatro annos em os vinte esseis dias do mes de junho do dito anno nesta villa de torres vedras em casas de Duarte Vas Trigueiros Juíz dos orfans nesta dita villa e per elle foi dito que estando fasendo sua audienssia houvera huma volta na quall arenquaram das espadas Pero de Sampaio e Esteuaõ Nunes Barreiros da quall volta

elle Juiz saira ferido de hua ferida em hũa maõ de que fizera auto e o remetera ao Corregedor desta comarqua e que ora por saber e entender que elle dito Esteuaõ Nunes Barreiros não tiuera cullpa na dita volta e ferimento e que antes elle fora o que trabalhou de aquiatar a Antonyo de Bairros de Sampaio com o dito Pero de Sampaio seu filho asim na dita audiensia como o dia dantes em caza delle proprio Juiz disendo que se aquiatasem e não fizessem briguas e tendo maõ nelle dito Antonio de Bairros de Sampaio e que portanto elle dito Duarte Vas Trigeiros perdoava a elle dito Esteuaõ Nunes Barreiros toda e quallquer cullpa que se achasse que elle teue na dita volta ferimento e risistenssia e que o não queria acusar nem crime nem siuellmente nem delle queria cousa allguma pello dito caso e que se livrasse da justissa e prometeo esse obrigou elle dito Duarte Vas de comprir em todo o tempo este estromento sob obriguassam desseus bens e em testemunho e fee de uerdade assimo outorgou elle dito Duarte Vas e mandou ser feito este estromento de perdam que o dito Esteuaõ Nunes Barreiros aseytou por estar presente testemunhas que foraõ presentes Martim Barreto de Pina escriuaõ dos orfans e Diogo Velho moradores nesta villa e Domingos Luis criado do dito Duarte Vas Trigeiros e elle dito Duarte Vas Trigeiros asinou nesta nota por ssuamaõ e lletra. Antonio Pereira tabaliam o escreuy.

Mesmo livro, fls. 84 verso.

### 34

Procuração que dá Maria Valente, moradora em Torres Vedras, a seu marido Manuel da Fonseca de Carvalho, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, para que este em seu nome e no de ambos possa vender uma morada de casas que têm na praça de Magazão.

Escritura de 19 de Março de 1605.

Livro de 17 de Março de 1605 a 23 de Agosto de 1605, fls. 7.

35

Procuração que dá Filipa da Rocha Trigueiros, mulher de Francisco Gomes da Silveira, «Cavaleiro fidalgo da casa delRey nosso senhor», moradores em Torres Vedras, ao dito seu marido para que este em seu nome possa vender toda a sua fazenda, a quem quizer e pelo preço que lhe bem parecer e em especial para desistir das partilhas que se fizeram entre o dito sem marido e seus irmãos dos bens que ficaram por morte de seu pai e mãe e para vender as «casas que estão abaixo da torre de sam pedro dalfama», da cidade de Lisboa.

Testemunhas: Manuel Antunes, alfaiate e Sebastião Ferreira, moradores em Torres Vedras.

Escritura de 24 de Março de 1605.

Mesmo livro, fls. 17.

36

Procuração que dá Catarina de Castro, moradora na quinta de Manjapão, termo de Torres Vedras, viuva de Gonçalo Figueira, a seu colação Mateus Madeira, cavaleiro-fidalgo da Casa Real e a João de Miranda, seu criado, para que eles em seu nome possam tomar posse de toda a fazenda que lhe ficou por falecimento do dito seu marido, designadamente umas casas em Lisboa, no Beco do Infante, freguesia de Santa Justa; umas terras em Óbidos, na Roliça; e das quintas da Vidi-gueira e da Telhada, ambas no termo de Alenquer.

Escritura de 12 de Abril de 1605.

Mesmo livro, fls. 28.

37

Procuração que dá Bernardim da Rocha, «caualeiro fidalgo da Casa delRei noso senhor», morador na vila de Torres Vedras, a seu filho Pero

da Rocha da Silva, morador na Ponte do Rol, termo da dita vila e a Diogo Gomes de Carvalhosa, morador em Lisboa, para que estes em seu nome «posam seguir hum feito siuell em huma cauza que elle traz com Francisco Coelho Moreira que ora vai por apelasam para a Relaçam».

Testemunhas: Francisco Carvalho, hospitaleiro, morador na dita vila e António Ferreira, morador em S. Mamede da Ventosa, termo da mesma vila.

Escritura de 15 de Julho de 1605.

Mesmo livro, fls. 84 verso.

### 38

Procuração que dá Antónia Botado, viúva, moradora no lugar do Turcifal, termo de Torres Vedras, como tutora de seus enteados António Botado, Cosme Botado e Damião Botado, filhos de seu marido António Botado, a António Pereira, morador em Aldegalega do Ribatejo e a João Botado, morador na Ameixoeira, termos de Lisboa, para assistirem às partilhas da fazenda que ficou por morte de seu marido e pertencente aos ditos seus enteados.

Escritura de 6 de Agosto de 1605.

Mesmo livro, fls. 121.

### 39

Nomeação que faz João de Teive, do conselho de El-Rei e seu contador-mor, e sua mulher Joana de Sousa, moradores na quinta de Vale de Galegos, de uns casais no Infesto, foreiros ao Mosteiro de Alcobaça, a seu filho António de Teive.

Escritura de 17 de Setembro de 1605.

Livro de 26 de Agosto de 1605, fls. 24 verso.

40

Nomeação que faz João de Teive, do casal da Caneira, termo de Torres Vedras, em sua mulher Joana de Sousa.

Escritura de 17 de Setembro de 1605.

Mesmo livro, fls. 25.

41

Nomeação de um prazo foreiro ao Hospital de João Gil Cochifel, sito no lugar do Maxial, termo da vila de Torres Vedras, que faz Mónica de Abreu, viúva, que no mesmo era terceira vida, por nomeação que lhe havia feito sua tia Branca Godinho, em seu filho Lourenço de Barros de Vasconcelos.

Escritura de 10 de Outubro de 1606.

Livro de 8 de Março de 1606 a 12 de Dezembro de 1606, fls. 67.

42

Renúncia que faz Acácio Botado de Almeida, morador na vila de Torres Vedras, «juiz e almoxarife da fazenda e direitos reais del Rei nosso senhor», dos serviços prestados na Índia por seus filhos Rafael Botado de Almeida e Nicolau de Almeida, ambos falecidos no dito Estado, a favor de outro seu filho João Botado de Almeida.

Testemunhas: Duarte Caldeira, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, morador em Lisboa e João da Costa, alfaiate e Francisco de Matos, moradores em Torres Vedras.

Escritura de 2 de Novembro de 1606.

Mesmo livro, fls. 94 verso.

43

Concerto e amigável composição entre Mónica de Abreu, viúva do dr. Diogo de Barros de Vasconcelos, que fora desembargador da Casa da Suplicação, como tutora de seu filho Lourenço de Barros de Vasconcelos e Francisco de Sousa, morador na quinta do Reguengo, termo da vila de Celorico de Basto, em seu nome e nos de Aires Teixeira, Tomás de Abreu e Gonçalo Fernandes e das mulheres destes, sobre a demanda que traziam por causa da citada quinta.

Escritura de 9 de Dezembro de 1606.

Mesmo livro, fls. 131 verso.

44

Procuração que dá Catarina Caldeira, mulher de Antão do Rego, moradora na quinta de Macheia, termo da vila de Torres Vedras, ao dito seu marido para que este possa «ipotegar os allqueires de trigo que assim vender no seu moinho da ribeira do Codashall».

Testemunhas: Manuel do Rego e Lopo Trigueiros, seus cunhados, moradores na dita quinta.

Escritura de 3 de Novembro de 1607.

Livro de 16 de Outubro de 1607 a 25 de Maio de 1608, fls. 18 verso.

45

Renúncia e trespasse que fazem Manuel do Rego de Magalhães, cavaleiro-fidalgo da Casa Real e sua mulher Catarina de Figueiroa, moradores em Torres Vedras, do direito aos serviços de seus irmãos e cunhados Antão do Rego, Gomes de Sequeira e Pero Varela «que morreram nas

partes da India no seruisso de Sua magestade...» a favor de Luis do Rego «estante ora nas partes da India morador em Cochim e no seruisso do dito senhor, irmão delle dito Manoel do Rego...».

Testemunhas: Domingos Henriques, dizimeiro, Salvador Alves, tecelão e Pascoal de Aguiar, porteiro das sisas, todos moradores na dita vila.

Escritura de 16 de Janeiro de 1608.

Mesmo livro, fls. 73.

#### 46

No mesmo dia, no lugar da Ponte do Rol, nas casas de morada de Ana da Ponte, «aonde pareseraõ presentes Margarida Varella donzella e maior de uinte e sinquo annos emansipada per autoridade de justissa» e Pero da Rocha da Silva e sua mulher Violante de Sequeira, todos moradores no dito lugar, disseram que devam a sua outorga à escritura acima, renunciando no dito seu irmão e cunhado Luis do Rego, morador em Cochim, o direito aos serviços dos sobreditos irmãos falecidos na India «e isto por serem erdeiros de Francisco do Rego que deos tem pay das sobreditas e sogro delle Pero da Rocha...».

Testemunhas: Pero Leitão de Gois, morador na vila de Cheleiros, Tomé Rois seu criado e Domingos Alves, morador na Ponte do Rol.

Mesmo livro, fls. 74.

#### 47

Procuração que concedem Leonor da Mota de Gouveia, Margarida Varela, Violante de Sequeira e seu marido Pero da Rocha da Silva, todos moradores na Ponte do Rol, ao dito Pero da Rocha da Silva, para este «em seus nomes tomar posse da sesmaria que per sentensa tem dos matos a que chamaõ ual da fralda» ,que foi dada a Francisco do Rego, já falecido, pai delas e marido da dita Leonor da Mota de Gouveia, do qual

foram herdeiros as sobreditas e Manuel do Rego de Magalhães e sua mulher Catarina de Figueiroa, que deram suas outorgas nesta escritura «os quais matos estaõ no termo da uylla da lourinhaã».

Testemunhas: Pero Leitão de Gois e Sebastião Duarte, morador na Carvoeira.

Escritura de 17 de Janeiro de 1608.

Mesmo livro, fls. 76.

48

«Trasausam e amigauell composisam entre uiuos validoura e quitasam», que fazem Manuel do Rego de Magalhães e sua mulher Catarina de Figueiroa, de uma parte e da outra Margarida Varela «donzella Irmaã do dito Manoel do Rego moradora no lugar da Ponte do Rol», termo de Torres Vedras, «emansipada per autoridade de justissa per huma sentença do juiz dos órfãos duarte vaz trigueiros».

Os primeiros outorgantes disseram que tinham feito doação de «sento e uinte mill reis a dita Margarida Varela que esta em poder de Joam Leitam tabaliam das notas e asim mais hum estromento de doasam e dote da legitima que tinha erdado o dito Manoel do Rego de sua mãy Antonia de Magalhães em poder do dito Joam Leitaõ e asim mais dous escritos de dividas de quinze mill reis cada hum e pellos ditos dote e doasois disseram elles ditos Manoell do Rego e sua molher que elles dauão doje para sempre a dita Margaida Varela em satisfasam das sobreditas cousas e em pagamento huma terra a uall de pegos no termo do Lourinhã que parte do norte com Gaspar Marques e do sull com terra de dona Guiomar e asim mais outra terra a garangala (?) no dito termo da lourinhã que parte do norte com Antonio Luis e do sull com erdeiros da pedreira e asim mais hum pano de ras grande e duas alquatifas de menza e dous colchois de linho grande e hum leito azull e huma ..... e asim o quinhaõ de huma terra na uarzea do toxofal que lhe coube per morte

de seu pay que parte do norte com Antonio Gonsalves e do poente com estrada e asim huma guarda porta de ras e asim o quinhão em huma sesmaria que lhe coube no quinhã em Rogel e asim lhe dam em pagamento huma terra a doranes (?) que parte do norte e do sull com Lianor da Mota auera mais do pagamento dous mil e duzentos reis que estam em moueis».

Pela segunda outorgante Margarida Varela foi dito que aceitava «as ditas propriedades e moveis asim como vem declaradas pello dito dote de sento e uinte mill reis e doasam e dividas dos escritos e se daua per paga e satisfeita e asim dos rendimentos da legitima pello meio que lhe avia de dar e por asim estar paga e satisfeita de tudo lhe da plenaria e finall quitasam».

Testemunhas: Bastião Alves e Bastião da Costa e Marcos João, moradores em Torres Vedras.

Escritura de 11 de Abril de 1608.

Mesmo livro, fls. 113.

49

Venda que fazem Manuel do Rego de Magalhães, sua mulher Catarina de Figueiroa, Pero da Rocha da Silva, sua mulher Violante de Sequeira e Margarida Varela, solteira, emancipada, todos moradores na Ponte do Rol, termo de Torres Vedras, de um olival junto à Fonte da Pipa, ao Padre José Perdigão, morador em Lisboa, pelo preço de 38\$000 réis livres de sisa para os vendedores.

Testemunhas: Manuel Botado de Almeida, António Fernandes, lavrador e António Alves, moleiro, moradores na Ponte do Rol, onde a escritura foi celebrada, nas casas de morada de Leonor da Mota de Gouveia, viúva de Francisco do Rego, pai e sogro dos vendedores.

Escritura de 3 de Novembro de 1608.

Livro de 3 de Novembro de 1608 a 14 de Julho de 1609, fls. 2.

NOTAS DO TABELIÃO

**ANTÓNIO DA PONTE**

Partilhas e aprazamento de partes, celebradas no Turcifal, nas casas «que foraõ de Joaõ Gorjão que deus aja» entre Eustáquia Fernandes, sua viúva, e Afonso Álvares e sua mulher Maria Gorjão e Estevão Gil e sua mulher Margarida Gorjão e Damião Gorjão e sua mulher Maria Nobre, «todos filhas e filho e nora e genros do dito deffunto e sua molher».

No testamento de João Gorjão, por via do qual se fizeram estas partilhas, diz este que devia 12.000 rs. a um seu irmão estante na Índia.

Nesta escritura de partilhas fazem-se referências a vários bens no Turcifal e Lobagueira de Alcabrichel.

Testemunhas: Pero Serrão, cavaleiro da Casa Real; António Fernandes, escrivão do reguengo do Gradil e Bernardo Anes, todos moradores no Turcifal.

Escritura de 15 de Janeiro de 1573.

Livro de 14 de Janeiro a 30 de Março de 1573, fls. 4.

Venda que fazem Manuel de Paiva, cavaleiro fidalgo da Casa Real e sua mulher Catarina Nunes, moradores em Lisboa, na rua da Cordoaria-Nova, junto à porta de Santa Catarina, por seu procurador Nuno Rebelo, cavaleiro da Casa Real, morador na sua quinta do Fernandinho, e André Rebelo seu irmão, cavaleiro da dita Casa e a sua mulher Camila de Fernansó (?), moradores no Trucifal, de várias terras no limite do dito lugar, pela quantia de 52.000 rs.

Testemunhas: Diogo Barbosa, Jerónimo Fernandes e Pero Nunes, estes dois últimos tecelões e André Peleiro, todos moradores no Turcifal.

Escritura de 21 de Janeiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 7.

52

Venda que faz Jorge Leal, morador na cidade de Lisboa, no Bairro de S. Roque, na rua da Rosa, como procurador e em nome de sua mulher Susana de Andrade, de uma vinha à Varzea de Torres Vedras, que herdou de seu pai Jorge de Andrade, pelo preço de 3.000 rs., a Milicia Anes, filha de Maria de Paregua, «dona vjuva», moradora na vila de Torres Vedras, em cujas casas foi assinada a escritura.

Testemunhas: António Serrão e Gaspar de Abreu, sobrinho da compradora.

Escritura de 26 de Janeiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 12 verso.

53

Venda que faz o licenciado Diogo Gomes Ribeiro, solteiro, de 25 anos, filho de João Gomes, cavaleiro da Casa Real e morador em Torres Vedras, em cujas casas foi assinada a escritura, de uma terra à Varzea do Maxial, a Jorge Fernandes, lavrador, morador em Aldeia Grande, termo da dita vila, pelo preço de 30.000 rs.

Testemunhas: João Gomes, pai do vendedor e Jordão Dias, barbeiro, morador ambos em Torres Vedras.

Escritura de 26 de Janeiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 14 verso.

54

Entrega e quitação de dote que faz Maria de Almeida, moradora em Torres Vedras, «donna vjuva molher que foj de Rafaell botado que ds aja» a Francisco de Seixas Cabreira, cavaleiro-fidalgo da Casa Real e a sua mulher Joana de Almeida, «genro e filha da dita m<sup>a</sup> dalm<sup>da</sup>».

Por conta do referido dote de 400.000 rs. que lhe havia prometido, entregou-lhes Maria de Almeida o rendimento da sua fazenda da Fonte Santa, com a condição de que por sua morte lhe cumpriria o referido dote em outros bens. Agora porém, para não prejudicar os ditos seus genro e filha e mais herdeiros e para não ser dividida a sua quinta da Ribeira «per ser peça boa e de hũ custo», faz-lhe doação pura e simples da dita Fonte Santa, que foi avaliada nas partilhas em 500.000 rs., com obrigação dos dotados lhe darem enquanto viva, o quinto do rendimento da citada fazenda «do paõ e azejte asy do azejte que ouver nas olivejras da dita fazenda como do azejte do lagar e do paõ do mojnho e das terras»; mais lhe toma por seu falecimento o resto da sua terça que havia prometido à dita sua filha e o deixa à sua neta filha que houver de Francisco de Seixas e de Joana de Almeida com obrigação de 5 missas cada ano em dia de Santa Maria, rezadas na Igreja de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, para o que vincula «hũa terra da dita fazenda da fonte santa que foy vjnha»; todavia se a dita sua neta falecer sem herdeiros «ficara a sua jrmã della majs velha e esto se entendera casando cada hũa dellas por vontade de seu paj e mãj».

Testemunhas: Afonso da Rocha, morador na Freixoeira e Jerónimo Botado, filho da dotadora, que ambos assinaram por ela e António Dias e Nicolau de Carvalho «criado do sôr dom fran<sup>co</sup> de menezes».

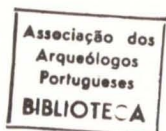
Escritura de 26 de Janeiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 15 verso.

55

Venda que faz Catarina de Andrade «dona vjuva molher que foy dalluº caiado que ds tem», moradora em Torres Vedras, de uma terra que tem «junto da callçada que vaj desta villa pera lixª que se chama a terra dos azambujejros» a Francisca Trigueiros, dona viuva, moradora na vila, pelo preço de 17.000 rs. livres da sisa.

— 331 —



Testemunhas: André Fernandes, pai da vendedora, que por ela assinou; Sebastião Semêdo, morador na vila e João Ribeiro, morador na Zibreira, termo da dita vila.

Escritura de 27 de Janeiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 18 verso.

## 56

Venda que faz Pero Tristão, lavrador, morador na Ribeira de Maria Afonso, de 30 anos, a Ana Paes, moça da câmara da Infanta D. Maria, de várias terras no limite do dito lugar, pelo preço de 40.000 rs. livres de sisa, que lhe pagou João de Oliveira, moço da câmara del-Rei, em nome da dita Ana Paes.

Esta venda foi feita com a condição de poder ser anulada dentro dos 10 primeiros anos contados da data da escritura, recebendo a compradora a dita quantia.

Testemunhas: Baltazar Nunes, tabelião do judicial na vila de Torres Vedras e João Lourenço, morador na Ordasqueira e Manuel da Ponte, filho da tabelião.

Escritura de 31 de Janeiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 25 verso.

## 57

Venda que fazem Jorge Leal morador na cidade de Lisboa e Susana de Andrade, sua mulher e Inês de Andrade, sua cunhada, por seu procurador António Serrão, morador na vila de Torres Vedras, de um olival situado à Ponte de Rei na dita vila, a António Dias, sapateiro, morador na vila, pelo preço de 10.000 rs.

Testemunhas: António Trigueiros e Francisco Dias, pedreiro, e Sebastião Dias, curador, moradores todos na vila de Torres Vedras.

Escritura de 4 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 29 verso.

**58**

Arrendamento e aforamento que fazem Ambrósio Ramos, Vicente Fernandes e Marcos Anes, prior e beneficiados da igreja de Santiago da vila de Torres Vedras «por tempo de tres noue annos primejros e seguintes» a Diogo Dias serralheiro, morador na vila, de uma casa sobradada que «a dita igreja tem nesta villa pegada com o celejro da dita igreja», pela renda e foro anual de 200 rs.

Testemunhas: Francisco Fernandes, morador na vila e Duarte Gonçalves, clérigo de missa, economo da dita igreja de Santiago.

Escritura de 4 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 31 verso.

**59**

Procuração que dá Francisca de Almeida, solteira, moradora em casa «do sôr Vicente trigeiros», filha do licenciado André Pires e de Barbara Fernandes de Almeida, defuntos, moradores que foram em Lisboa, a António Ribeiro, calceteiro morador em Lisboa, para que ele em seu nome possa ser citado numa execução que requereu o licenciado João Dias, morador em Torres Vedras, por sentença que moveu contra ela e outros herdeiros de seus pais.

Testemunhas: Jorge de Freitas, neto de Jorge de Freitas, já falecido, morador que foi nesta vila, que assinou pela dita Francisca de

Almeida e António Dias, filho de Pero Lourenço, ambos moradores na vila.

Escritura de 5 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 34 verso.

## 60

Procuração que dá D. Diogo de Sotomaior, morador em Torres Vedras, a António Rodrigues, morador em Tomar, para que este em seu nome possa administrar todos os bens que naquela vila possui.

Testemunhas: Fernão Gonçalves, criado do dito D. Diogo e Belchior Rodrigues morador na de Martim Gil, termo de Torres Vedras.

Escritura de 7 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 39 verso.

## 61

Venda que faz Duarte Gonçalves, clérigo de missa, de Torres Vedras, a Gomes Fernandes, dizimeiro da igreja de S. Pedro da citada vila, de «hũa terra de pão» situada em Almofala, termo da vila, pelo preço de 20.000 rs.

Testemunhas: Pero Gomes, tecelão; Jorge Gomes, pedreiro, moradores em Torres Vedras e João Lourenço, da Ordasqueira.

Escritura de 10 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 41 verso.

## 62

Procuração que dá Afonso Dias Perdigão, morador junto da Enxara do Bispo, de D. Martinho Soares (?), a Gil Eanes, morador na Moucharia, termo de Torres Vedras, para que por ele e em seu nome

possa fazer tudo o necessário em «hũ seu feyto e demanda que elle tras com n̄colau da carualhosa tabalião do judiciall nesta villa sobre certo paã que lhe demanda o quall feyto ora esta no juizo do s̄or ouujdor da jffanta nosa s̄ora».

Testemunhas: Sebastião Dias, sapateiro, morador na vila e Belchior Rodrigues, morador na de Martim Gil.

Escritura de 12 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 45 verso.

### 63

Quitação que dá Duarte Vaz Pato, morador em Torres Vedras, a Luis Correia, também aí morador, de 40 alqueires de trigo de renda que vendera a Pero Gomes, sogro do dito Luis Correia, em um casal que tinha na Coutada, termo da vila, por 40.000 rs. com a condição «que em quallquer tempo que lhe elle dito duarte vaz tornasse o dito seu dinheiro lhe alargase a dita sua fazenda e por bem do dito contrato e concerto elle duarte vaz ficara de dar os ditos corenta mill rs. ao dito lujs correa como erdeyro do dito pero gomes seu sogro que lhe coubera a dita fazenda em rretro a sua molher domingas de caceres em partilhas».

Testemunhas: o Licenciado Jorge Nunes, procurador em Torres Vedras e Domingos Pires, surrador, morador em A-dos-Cunhados.

Escritura de 13 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 46 verso.

### 64

Saibaõ quantos este estromento de ffinça e refformaçam virem que no ano do nacimiento de noso s̄or jhu xpo de mill e quinhentos e setenta e tres anos aos dezanoue dias do mes de ffeu<sup>ro</sup> nos casaes de

zynbrall termo da vila de torres vedras nas casas honde poussa de morada belchior carualho cavaleiro fidallgo da casa delrey noso sōr estando elle belchior carualho ahi presente e leanor afonso sua molher e per elles foj dito que era uerdade que elles tinhaō fiado ao rreurendo padre frej agostinho de jhu prouinciall quē foj os annos pasados da prouincia destes rrejnos da ordem de santo agostinho a quantia de quatro centos mill rs que elrej noso sōr ouuera por bem de lhe emprestar do dinheiro do cofre dos orffaōs da dita villa por tempo de hū anno a quall fiança era feita e asinada em pubrico por mjm tabaliam em que andauaō nomeados per testemunhas lopo carualho filho delles fjadores que asjnara pella dita leanor afonso sua maj e francisco de torres morador na dita villa e joaō dias caseiro delles fjadores morador no ..... a quall fiança como dito he elles fjaraō ao dito prouinciall na dita contja de quatro centos mill rs dizendo na dita fiança que sendo lhe emprestados ao dito prouinciall os ditos quatro centos mill rs do dinheiro do cofre dos orffaōs e nam nos dando e entregando o dito prouinciall no tempo conteudo no alluara de sua allteza como se nelle continha elles fiadores em tall caso se obrigauaō como fiadores e principaes pagadores depositarios do dito prouinciall a darem e a entregarem e pagarem rrealmente e com effejto os ditos quatrocentos mill rs ao dito juiz dos orffaōs da dita villa pera se meterem no cofre dos ditos orffaōs conforme ao dito alluara que sua allteza pera jso pasara que andaua treladado na dita fiança pera jso tinhaō obrigado toda sua fazenda asj de rraiz como movell pella quall sua fazenda aujaō por bem que se fizese per cauçaō na dita contia de quatrocentos mill rs em que asj tinhaō fjado ao dito prouinciall sem elle prouinciall pera jso ser mais rrequerido e que na dita fiança tinhaō obrigado e ypotecado toda a sua fazenda que elles tinhaō no lugar de Runa termo da dita villa e sua comarqua que valia muito bem quatrocentos mill rs e asj tinhaō majs ypotecados hū asentamento de casas que tinhaō na dita villa com sua orta de nora que estaua pegada com as ditas casas que partem de hūa banda com

gomes sarraõ e doutra banda com casas de gaspar fernandes curador que comprara a esteuaõ allvarez que desiaõ valer as ditas casas e orta de nora cento e cinquenta mill rs segundo que todo esto melhor e majjs comprjdamente se continha na dita fiança e porque o dito prouinciall nom podera entregar a dita contja de quatrocentos mill rs dentro no dito ano ouuera hũa prouisam de sua alteza porque ouuera por bem de lhe esperar majjs seis meses alem do dito anno pera fazer o dito pagamento a quall prouisam logo ahi apresentaraõ cujo trelado della he o seguinte:

«Eu elrej faço saber aos que esta alluara virem que avendo rrespeito ao que na petição atras escripta diz frej agostinho de jhũ prior do moesteiro de nosa sõra da graça da cidade de lx.<sup>a</sup> ey por bem e me praz de lhe dar majjs sejs meses despaço alem do anno que lhe já foj dado pera pagar no cofre dos orffaõs da villa de torres vedras os mil cruzados que lhe foraõ emprestados e esto avendo no dito cofre dinheiro para as necesjdades ordinarias dos ditos orfaõs e refformanda a fiança que tem dado aos ditos mill cruzados ou dando outra de novo e mando ao prouedor da comarqua de santarem e ao juiz dos orffaõs da villa de torres vedras que cumpraõ jnteiramente este alluara como se nelle contem posto que naõ seja pasado pella chancelaria sem embargo da ordenação em contrajro gaspar de sampaio o fez em euora a vjnte e sejs de janeiro de mill quinhentos e setenta e tres a quall fiança que de nouo der sera com todallas crausollas da outra que ja tem dado jorge da costa a fez espreuer Rej. A Vossa Alteza por bem de dar mais sejs meses despaço a ffrej agostinho de jhũ prior do moesteiro de nosa sõra da graça da cidade de lix.<sup>a</sup> alem do anno que lhe já foj dado pera pagar no cofre dos orfaõs de torres vedras mill cruzados que lhe delle foraõ emprestados e esto rreformato a fiança que a elles deu ou dando outra de nouo e que esto nom pase pella chancelaria.»

e treladado asj o dito alluara diseraõ elles ditos belchior carualho e a dita lianor afonso sua molher que elles por este pubrico estromento lhe aprazia como defeito aproue de fiar ao dito frej agostinho de jhũ prior do dito moesteiro de nosa sõra da graça da dita cidade de lix.<sup>a</sup> na dita contja dos ditos mill cruzados contéudos no dito alluara que lhe asim saõ emprestados do dinheiro do cofre dos ditos orfaõs da dita villa dizendo elles ditos fiadores que mandando e entregando o dito prior os ditos quatrocentos mill rs que lhe asj saõ emprestados dentro no dito tempo de sejs meses como se contem no dito alluara elles se obrigaõ como de feito se obrigaraõ como fiadores e principaes pagadores depositarios do dito prior a darem e entregarem rrealmente e com effeito os ditos quatrocentos mill rs ao juiz dos orfãos da dita villa pera asim meterem no cofre dos ditos orfaõs e comprirem e terem e manterem e pagarem o dito dinheiro conforme ao dito alluara da sua allteza e como se contem e pera tudo asim cumprirem e pagarem obrigaraõ toda sua fazenda movell e de rraiz avjda e por auer e principallmente obrigaraõ e ypotecaraõ de nouo a dita sua fazenda de Runa e sua comarqua e asj suas casas com sua nora e asje da maneira que tudo tinhaõ obrigado e ypotecado na outra fiança que já deraõ feita desta dita contja ao dito prior que anda junto ao liuro da despesa que anda no cofre dos ditos orfaõs conforme com todallas condições e obrigações da dita fiança e asj anda no dito cofre em testemunho de uerdade asj o outorgaraõ e lhe mandaraõ ser feito este estromento de fiança prometendo a mjm tabaliam como pessoa publica estepulante e aceitante em nome das partes ausentes a que esta fiança toca e tocar pode a lhe tudo asim terem e manterem e comprirem como se aqui contem eu tabaliam o acejtej em seu nome testemunhas que presentes faraõ lopo carualho moço da camara delrey noso sõr filho delles fiadores que asj asinou pela dita lianor afonso sua maj por naõ saber escrepuer nem asjnar e joaõ fernandes alfaiate morador no lugar de Runa termo desta villa e estuaõ rrodriguez

criado do dito joão fernandes e eu antonio de ponte tabaliam das notas pella jffante dona maria nosa sōra que o escrepvj.

Mesmo livro, fls. 50 verso.

## 65

Procuração que dá «a sōra lianor afonso» mulher de Belchior Carvalho, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, ao dito seu marido para que em seu nome possa dar «de dote a seu filho lopo carualho e a pessoa que com elle casar toda e qualquer fazenda que elle quizer asj e da maneira que elle seu marjdo qujzer e lhe bem parecer...».

Testemunhas: João Fernandes, alfaiate, morador em Runa e Estevão Rodrigues, criado e obreiro do dito alfaiate e Afonso Lopes lavrador e morador em Monte Ferreiro, termo de Torres Vedras, que assinou pela dita Leonor Afonso.

Escritura de 19 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 35.

## 66

Concerto e aprazamento de partes, que fazem os padres frei Pedro de Jesus, prior, frei António de Cristo, sub-prior, frei Amador de Santa Maria, frei Domingos da Trindade, pregador, frei Francisco da Cruz e frei Vicente do Espirito Santo, conventuais do Mosteiro de Nossa Senhora da Graça de Penafirme, termo da vila de Torres Vedras, com Margarida Afonso, moradora no Vimeiro, termo da Lourinhã «molher que nunca foj casada» acerca da doação de toda a sua fazenda que esta tinha feito em 2 de Abril de 1572, aos ditos prior e padres do dito Mosteiro, com obrigação «antre as outras cousas em ella conteudas a lhe darem em cada hũ anno de rrenda da dita fazenda corenta allqueires de paõ meado

vjnte de trigo e vjnte de ceuada e de lhe fazerem hũa casa honde ella vjuese e de lhe darem conduto e vestjdo e callçado camjsas e bjatilhas...».

Agora por este novo público instrumento a dita Margarida Afonso isenta os padres do Mosteiro de Penafirme daquelas condições, ficando sòmente obrigados a entregarem-lhe, enquanto viva for, o rendimento de toda a sua fazenda, que deverão arrotear e fazer nela as benfeitorias necessárias e depois de sua morte «lhe rreseraõ os officios per sua allma conteudos na dita doação (a anterior) e como se nella contem e nom quer outra cousa dos ditos padres e asi lhe diraõ o aniversajro com sua misa cantada em cada hũ anno pera sempre...».

Testemunhas: Sebastião Afonso, criado dos ditos padres, que assinou pela doadora, Belisário Rodrigues, pedreiro, morador na de Martim Gil, Álvaro Fernandes e Pero Fernandes, moradores na Maceira, termo de Torres Vedras.

Escritura de 20 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 54.

## 67

Procuração que dá Francisco da Vaza, moço da câmara del-Rei, morador na vila de Torres Vedras, a Leonardo ..... procurador na Casa da Suplicação, para que por ele e em seu nome possa requerer toda a sua justiça na apelação de um agravo que tem na dita Casa; os mesmos poderes dá a João Velho, morador em Torres Vedras, para que também em seu nome possa requerer na justiça em um instrumento de agravo «que tirou dante o Juiz de fora desta villa».

Testemunhas: António Álvares, sapateiro, morador na vila e Duarte Rodrigues, seu obreiro, morador em casa do dito António Álvares.

Escritura de 20 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 55.

«Escambo troca e permutação» que fazem Maria Dias, viúva, mulher que foi de Sebastião Fernandes, morador na Carvoeira, termo de Torres Vedras, e Sebastião Fernandes, clérigo de missa, beneficiado na Igreja de N. Senhora da Luz do dito lugar, de certas casas que uma e outro tinham no referido lugar, que valiam 10.000 réis.

Das casas que pela troca couberam a Sebastião Fernandes, fez este doação a seu filho legítimo Francisco Fernandes.

Testemunhas: João de Toar, estudante, filho de Álvaro de Barros, falecido, almoxarife que foi na vila de ..... que assinou pela dita Maria Dias, António Luis, sapateiro e António Fernandes, barbeiro, moradores todos na dita Carvoeira.

Escritura de 23 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 56 verso.

Venda que fazem Domingos Pires e Inês Álvares, sua mulher, moradores na Azenha de Cima de D. Martim Soares, alcaide-mor de Torres Vedras e bem assim Álvaro Anes e Beatriz Álvares, sua mulher, moradores na Azenha de Santa Cruz de Ribamar, de uma vinha que eles tinham em Bolores e haviam herdado de Beatriz Fernandes, sua mãe e sogra, a Diogo Álvares, lavrador, morador na Ribeira de Pedrulhos, termo de Torres Vedras, pelo preço de 8.000 réis, livres de sisa.

Testemunhas: Jorge Coelho e Pedro Fernandes, almocreve, morador em Torres Vedras, Álvaro Dias, morador na Azenha de Ribamar e António Francisco, criado de Diogo Lobo, morador na sua quinta de Vale Verde, que assinou pelos vendedores.

Escritura de 25 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 58 verso.

Arrendamento que fazem os reverendos padres frei André da Conceição, prior do Mosteiro de N. Senhora da Graça da Ordem de Santo Agostinho, da vila de Torres Vedras, frei Manuel de Borba, frei Cristóvão de Jesus e frei Cristóvão da Graça, pregadores e conventuais do dito Mosteiro, como administradores dos bens da gafaria da vila, a João Francisco, cardador, morador no Turcifal «em sua vjda delle João Francisco» de vários bens no dito lugar pertencentes à referida gafaria, pela renda anual de 800 réis, paga em dia de S. Martinho.

Testemunhas: Bernardo Anes, morador no Turcifal e Domingos Fernandes, criado do Mosteiro.

Escritura de 26 de Fevereiro de 1573.

Mesmo livro, fls. 59 verso.

Venda que fazem Brás Rodrigues Cabrito e Maria de Queiroz, sua mulher, moradores na Caneira de Além, termo de Torres Vedras e ora estantes nas casas de Salvador Álvares, lavrador, caseiro da quinta da Chapuceira, a este e a sua mulher Catarina Álvares, de «hũa terra de paõ lauradeira» que têm acima do lugar do Carvalhal, pelo preço de 30.000 réis, livres de sisa.

Testemunhas: João Pires, morador no casal de S. Bento, termo de Torres Vedras, Manuel Brás, sapateiro, morador no Turcifal e Francisco Álvares, filho do dito Salvador Álvares, que assinou a rogo da vendedora.

Escritura de 2 de Março de 1573.

Mesmo livro, fls. 63.

Venda que faz Catarina Fernandes, «moça solteira e mayor de vjnte cinco annos segundo ella dise ser e que era emancipada», filha de Fernão d'Álvares e de Catarina Lopes, já falecidos, moradores que foram no Carvalhal, termo de Torres Vedras e sobrinha de Francisco Pires, morador no dito lugar, em cujas casas foi assinada a escritura, de «hũ talho de vjnha que jaz ao porto do caldrjnho (?) na rribeira do dito carvalhal», a João Pires, morador no casal de São Bento, termo da dita vila, pelo preço de 1.900 réis, livres de sisa.

Testemunhas: Fernão d'Álvares, sapateiro, morador no Carvalhal, que assinou pela vendedora, António Lopes, também aí morador e João Brás morador no Arneiro, junto do Turcifal.

Escritura de 2 de Março de 1573.

Mesmo livro, fls. 65.

Renúnciação e trespasse que fazem Diogo Gomes de Carvalhosa, tabelião de notas na vila de Torres Vedras e sua mulher Maria Mendes, moradores no casal da «Ordem», de três terras «que estão ao furadoiro termo da dita villa que são da ordem de são joão de que paga das ditas terras ao sōr comendador dom pero de soto major comendador da comenda de são joão desta villa» em cada ano de foro pelo dia de Nossa Senhora de Agosto, 25 alqueires de trigo, cinco alqueires de cevada e três galinhas — terras que foram emprazadas em três vidas, das quais ele Diogo Gomes é a primeira e sua mulher a segunda e «per quanto elles nom podem grangear, lavrar nem semear as ditas terras, nem estreocar por estarem lonje donde vjuem», a Fernão Lopes Fagendo (?) morador na quinta de Alcobaça junto do lugar de Runa, que aceitou o dito trespasse com as condições acima declaradas.

Testemunhas: João Vaz, morador na Orjariça e Henrique Fernandes, morador em Monte Redondo, tudo termo de Torres Vedras.

Escritura de 4 de Março de 1573.

Mesmo livro, fls. 67 verso.

**74**

Confissão de dívida que faz Fernão Lopes Fagendo de 21.000 réis a Diogo Gomes de Carvalhosa, morador no casal da Ordem, os quais deverão ser pagos da seguinte maneira: 10.000 réis por todo o mês de Abril próximo e os 11.000 réis restantes pagos no dia de Nossa Senhora de Agosto próximo.

Testemunhas: as mesmas acima mencionadas.

Escritura de 4 de Março de 1573.

Mesmo livro, fls. 69 verso.

**75**

Procuração que dá Branca Rodrigues, moradora na Maceira, junto de Penafirme, mulher que foi de Pero Gonçalves, morador no dito lugar, tutor dos filhos da dita Branca Rodrigues, a António Fernandes do Souto e a Francisco Fernandes, de Pico de Regalados, comarca de Viana, e ao Licenciado Diogo de Salazar, procurador da Correição de Viana, para que eles juntamente e cada um de per si «posaõ arrecadar e tomar pose de toda a fazenda que a ella branca rroiz e a seus ffilhos orffaõs menores lhe pertencer erdar por morte e falecimento do dito pero gonçallves seu marido e paj dos ditos orffaõs pero e francisco».

Testemunhas: Pero Fragoso, cavaleiro da Casa Real que assinou pela dita Branca Rodrigues, António Vaz de Gusmão e Cristóvão Pereira, criado de Cristóvão Leitão, todos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 4 de Março de 1573.

Mesmo livro, fls. 71.

Procuração que dá Jerónimo Botado, filho de Rafael Botado «que ds tem», morador que foi em Torres Vedras, que «com ajuda de ds vaj este año presente pera a jndia» a seu cunhado Francisco de Seixas Cabreira, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, para que este possa administrar todos os seus bens e fazendas.

Testemunhas: o Licenciado Jorge Nunes e Manuel da Ponte, filho do tabelião, ambos moradores em Torres Vedras.

Escritura de 9 de Março de 1573.

Mesmo livro, fls. 76.

Venda que faz Jerónimo Botado, filho de Rafael Botado, acima, de umas terras à Portela do Repelão, comarca de Torres Vedras, por forras e isentas, pelo preço de 40.000 réis, a Filipa de Abreu.

Declara que faz esta venda por não ter outra fazenda «de que se podese ordenar e fazer sua matalotagem.

Escritura de 9 de Março de 1573.

Mesmo livro, fls. 76 verso.

Quitação que dá Ana Viegas, dona viúva, mulher que foi de Manuel Botado, moradora no lugar do Turcifal, termo de Torres Vedras, a seu filho Heitor Bernardes Botado, da quantia de 50\$000 réis que este lhe ficara devendo das partilhas da herança do dito seu marido.

Testemunhas: Duarte Viegas e António Botado, filhos de Ana Viegas e irmãos do dito Heitor Bernardes Botado e Luis Teixeira, todos moradores no Turcifal.

Escritura de 27 de Abril de 1573.

Livro de 18 de Abril de 1573 a 8 de Agosto de 1573, fls. 16 verso.

## 79

Procuração que concedem o licenciado Gaspar Campelos, Juiz de fora da vila de Torres Vedras e Heitor Bernardes Botado e Pero Fragoso, vereadores da Câmara e Tomaz Leitão procurador do concelho, a Manuel Botado, morador na dita vila, para em nome da referida Câmara, poder representar esta na demanda que a mesma traz contra os herdeiros de Manuel de Almeida, que foi corregedor da Corte, «sobre certa sisa que devem de hũa compra que comprou no termo desta villa...».

Testemunhas: Fernão Botelho, escrivão da Câmara e João Afonso, porteiro das sisas, ambos na vila moradores.

Escritura de 10 de Setembro de 1573.

Livro de 28 de Agosto de 1573 a 11 de Janeiro de 1574, fls. 17 verso.

## 80

Procuração que dá Maria Borges, mulher de «Bernaldo do Rego moço da camara delRey noso sōr», moradora no lugar da Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras, ao dito seu marido para que «em seu nome elle posa pydir e Requerer partilha as justiças a que pertencer de toda a ffazenda movel e de Raiz que fycou pello falecimento de Francisco

Handwritten text in a cursive script, likely a historical document or letter. The text is written on aged, slightly yellowed paper and is oriented vertically on the page. The script is dense and characteristic of 17th or 18th-century handwriting. The text is written in a cursive script, likely a historical document or letter. The text is written on aged, slightly yellowed paper and is oriented vertically on the page. The script is dense and characteristic of 17th or 18th-century handwriting.

Fac-simile da escritura sumariada sob o n.º 80

Borges e de Francisca Pereyra sua mulher pay e may della constituinte moradoras que foraõ na cidade de lx.<sup>a</sup> e asy da fazenda que outrosi fficou pello falecimento de Isabell Borges jrmãa della Maria Borges a quall fazenda elle seu procurador podera toda partir com Antonjo Borges irmão della constituynte».

Testemunhas: Francisco do Rego, cavaleiro da Casa Real, irmão do citado Bernardo do Rego e Martim Álvares, ferreiro, ambos moradores na Ponte do Rol.

Escritura de 2 de Outubro de 1573.

Mesmo livro, fls. 40.

## 81

«Pura e irreuoguel doação antre vyuos valedora» que fazem Francisco do Rego, filho de «Margarida Varella dona vyuuua molher que foy damtão do Rego que deos tem» e sua mulher Antónia de Magalhães, moradores na Ponte do Rol, termo de vila de Torres Vedras, as suas irmãs e cunhadas Florença do Rego e Bebiana do Rego, «solteyras e orffaãs de pay», de toda a legítima que a «elle Francisco do Rego couber dar de seu pay no casall do Azambujall e da legytima que lhe couber erdar pello falecimento da dita sua may e sogra».

E mais lhes fazem doação de «dous moyos de paõ terçado oytenta de trigo e corenta de ceuada em cada hum anno em vyda do dito Francisco do Rego» e por falecimento da dita sua mãe.

Testemunhas: Manuel Botado «caualeiro da casa delRey noso sōr e morador no dito lugar da ponte do Roll» e Manuel Rois, pedreiro, também aí morador.

Escritura de 31 de Julho de 1574.

Livro de 27 de Abril de 1574 a 16 de Setembro de 1574, fls. 75.

Nomeação que faz Margarida Varela, «dona vyuua molher que foy damtão do Rego», moradora na Ponte do Rol, termo de Torres Vedras, do prazo da quinta de Vale de Mendares, foreiro ao Mosteiro de Alcobaça, em seu filho Francisco do Rego.

Testemunhas: Manuel Botado, cavaleiro da Casa Real, morador na Ponte do Rol e Manuel Rois, pedreiro, também aí morador.

Escritura de 31 de Julho de 1574.

Mesmo livro, fls. 76.

Contrato de dote e casamento que fazem Margarida Varela, «dona vyuua molher que foy dantaõ do Rego», moradora na Ponte do Rol, termo da vila de Torres Vedras e bem assim seus filhos Francisco do Rego, Bernardo do Rego e Bebiana do Rego, a sua filha e irmã Florença do Rego, para efeito desta casar com «Ruy Dias Trigueiros moço da casa delRey noso sõr».

A mãe da noiva dota-lhe o casal «que se chama azambujall termo desta villa de que lhe pagaõ hũ moyo de Renda ã cada hũ ano e asy mays hũ olyvall q̄ ella tem abajxo do dito casall»; mais lhe dota «hũ moyo de trigo cada hũ ano ã sua vyda della dotadora...».

Os irmãos da noiva Bernardo do Rego e Bebiana do Rego, declararam que «elles soltavaõ os quinhoês q̄ tynhaõ no dito casall do azãbujall que lhes coube da legitima do dito seu pay por a dita sua may dar por yso outra tãta fazẽnda».

Rui Dias Trigueiros, o noivo, disse que entrava para este dote com «todos os seus bens moues e de Raiz auydos e por auer» e sendo caso que faleça primeiro do que a noiva sem ficarem filhos de ambos, «lhe

dará harras pera honrra de sua pesoa ã cruzados os quaes ella avera in solydo da fazêda delle Ruy Dias».

Testemunhas: Manuel Botado, cavaleiro-fidalgo da Casa Real e Francisco do Rego, outrossim cavaleiro-fidalgo, ambos moradores na Ponte do Rol e Pero Gomes, tabelião do judicial na dita vila.

Escritura de 4 de Outubro de 1574.

Livro de 17 de Setembro de 1574 a 7 de Janeiro de 1575, fls. 20.

#### 84

Emprazamento em vida de três pessoas, que faz Heitor Bernardes Botado, «cavaleiro fidalgo da casa delRey noso sor em nome e como procurador abastante de Rrafaell Botado seu jrmão», de uma terra que «jaaz haonde se chama a mata escusa comarqua da dita villa», à qual herdou de seu pai Manuel Botado, a António Martins, morador no lugar do Turcifal, termo da vila de Torres Vedras, pelo foro anual de 1.000 réis e 4 galinhas.

Testemunhas: André Botado, cavaleiro da Casa Real e Francisco Dias, pedreiro, morador em Loures.

Escritura de 9 de Novembro de 1574.

Mesmo livro, fls. 48.

#### 85

Contrato de dote e casamento que fazem Francisco do Rego, cavaleiro da Casa Real, morador na Ponte do Rol, termo de Torres Vedras e sua mulher Antónia de Magalhães, «pera averem de casar a senhora Francisca Varella filha da dita Antonia de Magalhaães e de Heitor Varella seu primeiro marydo», com Diogo da Guerra, cavaleiro da Casa Real, morador na vila da Lourinhã.

Testemunhas: Manuel da Ponte Botado, cavaleiro da Casa Real, Manuel de Gouveia, seu criado, António Dias e Antonnio Ribeiro, todos moradores na Ponte do Rol.

Escritura de 18 de Fevereiro de 1576.

Livro de 16 de Janeiro de 1575 a 8 de Maio de 1576, fls. 59 verso.

86

Procuração que concedem Charles Henriques, «fidalgo da casa delRey noso sōr», morador na sua quinta da Vermoeira, termo da vila de Torres Vedras e sua filha Isabel Henriques, a «geronjmo anrriquez filho e jrmão delles contetujntes» para que este em seus nomes possa fazer «quaisquer concertos avenças e convenças e transauções e amigaves composições», com D. Duarte de Castelo Branco, meirinho-mor, acerca da demanda que com este traziam sobre «humas casas que estaō na cidade de lixboa darrua nova dos mercadores de ... dante dos ferros».

Testemunhas: Francisco Henriques, filho e irmão dos constituintes e Luis Sobrinho, todos moradores na Vermoeira.

Escritura de 23 de Janeiro de 1577.

Livro de 30 de Outubro de 1576 a 15 de Fevereiro de 1577, fls. 75.

87

Procuração que dá a Câmara de Torres Vedras, representada pelo licenciado André Falcão de Resende, Juiz de Fora e pelos vereadores Francisco do Rego, Francisco da Vaza e procurador do concelho Manuel Botado, ao dito Francisco da Vaza, para que este «por elles em seus nomes

e em nome da Camara e pouo desta uilla e termo possa Requerer na fazenda de sua alteza e em sua corte e todas as outras partes deste Reyno todallas cousas que tocarem e comprem a dita Camara e pouo e concelho desta uilla...».

Testemunhas: Brás Cardoso, tabelião do judicial e Estevão Gonçalves, porteiro do concelho.

Escritura de 9 de Agosto de 1578.

Livro de 9 de Julho de 1578 a 10 de Março de 1579, fls. 27.

88

«Arrendamento por tempo de tres nove anos», que fazem Sebastião Semedo, cavaleiro da Casa Real, morador em Torres Vedras e João de Figueiroa, «outrosy cavaleiro morador nesta villa» em nome e como procuradores de Luis de Figueiroa morador em Lisboa, do casal do Pedrogão, termo de Vila Verde, a Antonio Pires, lavrador, morador no dito casal «que foy de Luiz da Rocha e ora he do dito Luiz de Figueyroa» pela renda annual de 90 alqueires de trigo mocho e 20 de cevada «e mais tres galinhas de foro em cada ano e hũa duzia de queijos de franselho e hũ carneiro por pascoa de cada hũ dos ditos tres nove anos».

Os primeiros outorgantes obrigaram-se em nome do seu constituinte, a fazerem à custa dele «huas casas nouas na fazenda do dito casal... as quais casas seraõ desta maneyra tres casas terras pera elle caseyro viuer cõ mais hũ palheyro e hũa allpendorada pera comerem os bois...».

Testemunhas: Miguel Fernandes, morador na Costa do Castelo da dita vila e António Leitão, morador em Lisboa.

Escritura de 25 de Novembro de 1578.

Mesmo livro, fls. 45.

(Continua)

III PARTE

INFORMAÇÕES

# I N F O R M A Ç Õ E S

*Extractos das Actas das Sessões*

da

**Assembleia Geral**

**Secção de Pré-história**

**Secção de História**

**Comissão de Heráldica e Genealogia**

*Noticiário*

**Relatos dos jornais**

**Movimento de sócios**

*Extractos das Actas das Sessões*

**ASSEMBLEIA GERAL**

**Mesa eleita em 18 de Julho de 1966**

Presidente — *o Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida*

1.º Vice-Presidente — *o Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço*

2.º Vice-Presidente — *o Sr. Dr. Alberto Iria*

Secretário-Geral — *o Sr. Major José de Campos e Souza*

1.º Vice-Secretário — *o Sr. Prof. Esc. Joaquim Correia*

2.º Vice-Secretário — *o Sr. João de Lemos Seixas Castello Branco*

\*

*18 de Julho de 1966* — Encerramento do ano de trabalhos. Final do triénio da gerência da Direcção eleita em 12 de Julho de 1963. Leitura e aprovação dos relatórios dos vários organismos e cargos associativos. Ao abandonar o cargo de Secretário-Geral desta Associação, lugar que desempenhou durante cerca de quarenta anos com incedível actividade e interesse pelo engrandecimento da Instituição, o sócio efectivo Sr. António Machado de Faria foi, por proposta do Presidente, Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, eleito, por unanimidade e aclamação, «Benemérito» da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Eleição da nova Direcção para o triénio seguinte, que ficou assim constituída: — Presidente, Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida; 1.º Vice-Presidente, Sr. Ten.-cor.

Afonso do Paço; 2.º Vice-Presidente, Sr. Dr. Alberto Iria; Secretário-Geral, Sr. Major José de Campos e Souza; 1.º Vice-Secretário, Sr. Prof. Escultor Joaquim Correia; 2.º Vice-Secretário, Sr. João de Lemos Seixas Castello Branco e Tesoureiro, Sr. Rogério de Figueiroa Rego.

13 de Outubro de 1966 — O Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida deu conhecimento de vários trabalhos realizados no verão deste ano, a saber: — Espólio cartaginês em Sines, estudado pelo Sr. Dr. Miguel Costa; templo cristão-visigótico em S. Gião (Famalicão da Nazaré), em que têm trabalhado ele e o Sr. Dr. Eduino Borges Garcia; no Zambujal (Torres Vedras), estiveram a trabalhar vários arqueólogos alemães com os seus alunos, acompanhados de estudantes portugueses. Comparou o monumento com o de Vila Nova de S. Pedro. Em Sesimbra, especialmente convidado, trabalhou na gruta da Lapa do Bogio com o Sr. Dr. Veiga Ferreira; na Quarteira descobriram-se mosaicos, os quais, estudados de colaboração com os Srs. Eng. José Farrajota e Ten.-cor. Afonso do Paço, foram classificados como de muito interesse; em Estoi (ao abandono), quando se arrancava uma oliveira, apareceu, envolvido na raiz, um busto e depois outro, os quais deverão ser oportunamente classificados. Referiu-se, depois, a Conímbriga, onde trabalhou o professor da Faculdade de Bordéus, Sr. Robert Etienne, acompanhado dos seus alunos, de colaboração com o Sr. Dr. Bairrão Oleiro, da Faculdade de Letras de Coimbra. Falou do aparecimento do *Forum*. Relativamente ao Teatro Romano de Lisboa, disse que a Câmara Municipal comprou o prédio que está edificado sobre o Teatro, e que já apareceram objectos e inscrições não descritos em 1748. Referindo-se a S. Tiago do Cacém, disse que foi comprado o terreno para se escavar o circo e descreveu mais alguns trabalhos efectuados, pensando ter encontrado o *Forum* de Miróbriga. Em Idanha-a-Velha está-se a trabalhar na revelação de um forno e foram encontrados túmulos visigóticos e romanos. Teve palavras de homenagem ao Sr. Ten.-cor. Elias Garcia. Falou do Museu de Castelo Branco e das suas magníficas instalações, bem como das belas peças ali expostas. Finalmente, refiriu-se a Abrantes e às características do Castelo. Apontou esta cidade como exemplo a seguir por outras terras na organização de cerimónias evocadoras das suas respectivas histórias.

O Sr. Dr. Leonel Ribeiro falou sobre um trabalho a que está procedendo em Aguiar da Beira, com a Sr.ª Dr.ª Vera Leisner.

O sócio efectivo e Director-Tesoureiro da Associação, Sr. Rogério de Figueiredo Rego, apresentou uma proposta devidamente fundamentada, no sentido de

se arrendar uma casa nas imediações da sede, para nela se instalar um «convívio» onde os consócios pudessem reunir-se em condições de conforto, comodidade e higiene, que por completo falecem nestas venerandas Ruínas, e onde, também, pudessem ser recebidos condignamente os confrades estrangeiros que amiúde nos visitam, alguns de alta categoria intelectual e social. A casa em referência, que já fôra vista pelo Presidente da Associação, reúne todos os requisitos indispensáveis para o fim pretendido, e os encargos com o seu arrendamento e adaptação, estão inteiramente dentro das possibilidades económicas actuais da Associação.

Submetida à votação, a proposta foi todavia rejeitada por maioria.

*10 de Novembro de 1966* — Inauguração do novo ano de trabalhos. O Sr. F. A. de Oliveira Martins proferiu uma conferência intitulada «El-Rei Dom João VI e o espaço português», na qual rebateu a tese da *fuga* daquele monarca para o Brasil, baseado em documentos de importância vital, alguns dos quais inéditos. Demonstradas a maldade e perfídia dessa tese, provou à evidência que a mudança do Rei e da corte para o Rio de Janeiro havia sido uma autêntica retirada estratégica, sábia e meticulosamente organizada. A propósito, citou pormenores curiosíssimos, reveladores do elevado espírito patriótico e do alto grau de lucidez política que haviam presidido à transferência, a qual se realizou apenas quando as circunstâncias a tornaram inevitável e com inteira salvaguarda da honra, da dignidade e dos mais sagrados interesses da nação portuguesa e da dinastia reinante.

*17 de Dezembro de 1966* — O numismata Sr. José Rodrigues Marinho, especialmente convidado pelo Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, apresentou dois trabalhos sobre numismática árabe, documentados com projecções. O primeiro referiu-se a um dinar inédito de Temim, batido em Málaga em 476 H., dizendo o orador serem conhecidas até hoje 5 moedas do príncipe muçulmano Temim, que foi senhor de Málaga entre os anos 466 e 483 da Hégira, ou seja de 1073 a 1090 da era cristã. Só em duas dessas moedas se consegue ler a data. Apresentou um sexto exemplar, agora achado no nosso País, que dá a possibilidade de fixar para o ano de 477 da era muçulmana a data a partir da qual Temim passou a usar o título real de «Espada do Estado», e, ainda, de colocar no período anterior do seu reinado os exemplares conhecidos que não permitem a leitura da data.

O segundo trabalho tratou de dinares primitivos, inéditos, da Ifríquia, fazendo o orador uma resenha sobre a cunhagem primitiva dos árabes no Oriente e nas províncias mais ocidentais, isto é, na Ifríquia ou África do Norte e no Andaluz ou Hispânia. Disse que as primeiras moedas de ouro cunhadas totalmente com caracteres arábicos, quer para a Península quer para a África, são datadas do ano 102 da era muçulmana, sendo as anteriores, datadas do ano 98, cunhadas com parte das legendas em árabe e a outra parte em latim. Estudou, a pedido do Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, uma moeda só com caracteres arábicos, existente num museu português, que se verificou haver sido batida na Ifríquia no ano 101, o que antecede em um ano a data tida até agora como começo desta espécie. Apresentou ainda um outro dinar, batido na Ifríquia no ano 104, data até agora também desconhecida.

O sócio correspondente Sr. Dr. Georges Zbyszewski fez uma comunicação sobre «Achados de Paleolítico Inferior na região de Leiria», em colaboração com o sócio efectivo Sr. Dr. Octávio da Veiga Ferreira. Disse que a existência de Paleolítico na região de Leiria é conhecida desde o século passado e se limita ao vale do Rio Liz, datando o primeiro achado de 1879, ano em que Carlos Ribeiro encontrou um instrumento bifacial do Acheulense antigo. Em 1880 o mesmo geólogo colheu um raspador de sílex. Mais tarde, em 1909, Cartailhac encontrou um *coup-de-poing* Acheulense e no mesmo ano Tavares de Proença descobriu outro semelhante. Recentemente, o Sr. Prof. Manuel Heleno descobriu numerosas jazidas do Paleolítico, que vêm referidas nos «Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos», publicados pelo Sr. Dr. Saavedra Machado. Tais eram os conhecimentos que tinham o Sr. Dr. Georges Zbyszewski e o seu colaborador Sr. Dr. Veiga Ferreira, quando há poucos meses estiveram a proceder ao levantamento do mapa geológico de Leiria. No decurso dos trabalhos tiveram então ocasião de descobrir mais algumas jazidas de Paleolítico antigo apresentando interesse estratigráfico, citando as seguintes: cerca de Riba de Aves, dois instrumentos acheulenses; na área da Quinta dos Mouratos e de Cavalinhos, objectos soltos na superfície do terreno (Acheulense antigo); na área da Quinta da Moura, um disco mustieróide; cerca do Telheiro, um *coup-de-poing* bifacial acheulense; perto de Cortes, uma importante estação acheulense com numerosos instrumentos unifaciais e bifaciais, todos de quartzite, com excepção de um em sílex. Apresentam uma técnica bastante evoluída. Trata-se de Acheulense médio. Afirmou, finalmente, que a região de Leiria é rica em Paleolítico inferior, o que se pode explicar sabendo-se que a matéria prima é abundante em cascalheiras

de várias idades (Cretácico inferior, Miocénico, Pliocénico, Quaternário). É provável que no futuro seja possível descobrir novas e importantes estações paleolíticas na região de Leiria.

*19 de Janeiro de 1967* — O Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida fez uma interessante exposição sobre o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia do Dr. Leite de Vasconcelos, de que é Director.

O Sr. Dr. Eduardo Serrão comunicou que, tendo estado recentemente em Paris, colheu valiosos elementos sobre Museologia junto da *ICOM*, que lhe foram patenteados pelo seu presidente, H. de Varine, o qual lastimou o facto de nunca a Comissão da *ICOM* em Portugal nem qualquer dos seus membros ter contactado com a sede de Paris.

A Assembleia aprovou por unanimidade um voto de congratulação pela nomeação do sócio correspondente Sr. Dr. Domingos de Pinto Brandão para o alto e honroso cargo de Bispo de Filaca.

*16 de Fevereiro de 1967* — O Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida mostrou à Assembleia uma curiosa vasilha de barro que foi encontrada a 7 metros de profundidade numas escavações feitas na Rua da Palma, perto do antigo Teatro Apolo, juntamente com outras congéneres. Este exemplar, que julga ter pertencido a uma antiga nóra que teria existido naquele local, foi oferecido à Associação pelo Sr. Dr. Joaquim Ferreira, aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O sócio efectivo, antigo Secretário-Geral e Benemérito desta Associação, Sr. António Machado de Faria, apresentou uma proposta referente à demolição de imóveis (prédios e quintas) de interesse histórico, que vêm sendo expropriados para construção de grandes edifícios e para abertura de novos arruamentos, dizendo que a Associação dos Arqueólogos Portugueses deveria chamar a atenção das entidades de quem o assunto pode depender, para o risco que ameaça a existência desses imóveis.

O sócio efectivo Sr. P.<sup>o</sup> Dr. Domingos Maurício manifestou a opinião de que deveria ser mantido o estilo característico das edificações em determinados bairros citadinos, por forma a não se modificar a fisionomia dos mesmos.

*20 de Abril de 1967* — O sócio efectivo Sr. Dr. Leonel Ribeiro falou acerca dos monumentos megalíticos da Beira Alta, que explorou no último verão, pro-

pondo que todos os monumentos megalíticos de Portugal fossem considerados monumentos nacionais ou de interesse público, e, neste caso, que fosse exigida uma certa responsabilidade aos proprietários dos terrenos onde se encontram situados esses monumentos. Lembrou que deveria ser sugerida ao Governo a publicação de normas legais no sentido de serem protegidos os monumentos megalíticos portugueses.

Leu, a seguir, parte de um relatório referente a escavações nos monumentos magalíticos denominados *Carapitos*, na citada região da Beira Alta, a que procedeu em colaboração com a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Leisner, fazendo passar vários diapositivos do monumento Carapito III.

*24 de Abril de 1967* — O sócio correspondente Sr. Prof. Luís Reis Santos (†), em sessão extraordinária, proferiu uma conferência intitulada «Princípios Fundamentais da História da Arte». Citou a lei das antíteses e as leis que regem a Natureza e são verificadas semelhantemente nos seres vivos, bem como as concepções teocêntricas e antropocêntricas do Mundo. Aludiu aos princípios fundamentais de Wolfflin e Focillon, quanto ao espírito das formas que devem ser, dados os progressos e o desenvolvimento da psicanálise e da caractereologia do nosso tempo, através de um Freud, de um Young e de um Krestsmer, substituídos pela psicologia que anima essas formas. Falou largamente sobre o espírito científico e o espírito crítico, ambos fundamentais no ensino universitário, e completou o seu pensamento referindo-se à personalidade do artista, na sua extraordinária complexidade. Mencionou Berdiaeff e Léon Daudet a propósito dos dois aspectos da personalidade e referiu-se às influências da educação da sociedade, do gosto e da moda. Ocupando-se das atitudes antitéticas do artista, citou os conceitos de Schiller e de Göethe, de Curtins e de Eugénio d'Ors, acerca do Romantismo, do Maneirismo, do Barroquismo e do Classicismo. Sobre Romantismo e Classicismo apresentou o seu ponto de vista. Há dois romantismos: um, gerado pela sensibilidade e pelo coração; e outro, pela inteligência, pela razão e pela lógica. O classicismo pressupõe equilíbrio e conciliação de opostos. Ocupou-se das épocas históricas, predominantes no tempo e constantes no espaço. Comparou a evolução e os ritmos da Natureza com os da vida humana e das sociedades, pondo em evidência e confrontando as tendências opostas que se verificam em todas as épocas — Rubens e Velasquez; Ingres e Delacroix. Deu especial relevo, finalmente, às constantes da arte portuguesa, onde notou predominância de religiosidade, conteúdo sentimental, mas de emoção contida e vocação clássica.

Terminou o seu brilhante trabalho dissertando acerca do historiador e das qualidades imprescindíveis que deve possuir e expondo as características da arte do nosso tempo. A conferência foi ilustrada com a passagem de cerca de uma centena de diapositivos.

*11 de Maio de 1967* — O Secretário-Geral da Associação, Sr. Major José de Campos e Souza, referiu-se ao Cinquentenário das Aparições de Fátima, cuja celebração se reveste de um brilho excepcional, pondo em relevo a circunstância extraordinária na história da Nação, da vinda do Santo Padre ao nosso País. Por tão importante acontecimento propôs um voto de regosijo, que a Assembleia aprovou por calorosa aclamação.

O sócio efectivo Sr. Dr. Eduíno Borges Garcia, a pedido do Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, fez um relato e transmitiu as suas impressões acerca do X Congresso Nacional de Arqueologia (Espanha), no qual tomou parte. Disse que foi o único arqueólogo português que compareceu e que estiveram presentes quase todos os grandes arqueólogos espanhóis. Como sempre, este Congresso teve um interesse extraordinário, pela qualidade dos trabalhos e pelo nível dos debates. Realizou-se na Ilha Menorca, onde houve oportunidade de observar e discutir os mais diversos monumentos da cultura talayótica. Para quem não saiu do âmbito da Pré-história peninsular, não podia deixar de se deslumbrar com essa estranha arquitectura de *talayots* e *taulas*, que se avistam constantemente a cada curva da estrada. Falou da consideração e estima em que são tidos no país vizinho os nossos arqueólogos. Apesar de ausentes, o Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida e o Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço foram recordados com muito carinho. Disse, finalmente, que estava a preparar uma palestra ilustrada com projecções sobre a cultura talayótica, com base no que vira na Ilha Menorca, para ser apresentada oportunamente numa das sessões desta Associação.

*22 de Junho de 1967* — Em sessão extraordinária, o sócio efectivo Sr. Dr. Eduíno Borges Garcia proferiu a sua anunciada palestra sobre «Notas de viagem à Ilha Menorca, durante o X Congresso Nacional de Arqueologia (Espanha)».

*28 de Julho de 1967* — Encerramento do ano de trabalhos. Leitura dos relatórios dos vários organismos e cargos associativos.

O sócio efectivo Sr. Dr. José Timóteo Montalvão Machado referiu-se ao facto de a Rainha D. Filipa de Lencastre ter falecido no Mosteiro de Odivelas

e ser sepultada na Igreja do mesmo Mosteiro, onde esteve desde 19 de Julho de 1415 até 9 de Outubro de 1416, sem que ali exista qualquer inscrição ou memória relativa a tais falecimento e sepultura. E, dizendo que D. Filipa de Lencastre foi uma das mais excelsas Rainhas que se sentaram no Trono Português, propôs que a Associação dos Arqueólogos Portugueses sugerisse ao Governo da Nação a conveniência de ser colocada no interior da Igreja do Mosteiro de Odivelas uma lápide alusiva ao facto.

O Secretário-Geral da Associação, Sr. Major José de Campos e Souza, leu uma comunicação intitulada «Camilo e mini-cultura».

*19 de Outubro de 1967* — Sessão inaugural do novo ano de trabalhos. O sócio efectivo Sr. Dr. José Timóteo Montalvão Machado proferiu uma conferência intitulada «Da necessidade da revisão histórica».

*7 de Dezembro de 1967* — O sócio correspondente, Sr. P.<sup>o</sup> João Pires de Campos apresentou uma comunicação subordinada ao título «Nossa Senhora na Arte», que ilustrou com variadas projecções. Disse que toda a arte da virgem através dos séculos se radica nas virtudes que a ornaram e na sua união com Jesus. Assim, depois do seu passamento e da sua Assunção, desenvolveu-se paralelamente uma literatura e uma arte cheia de teologia, isto é, uma arte mais descritiva e histórica do que técnica. Nas Catacumbas apareceram dois tipos iconográficos fundamentais: a Virgem orante, de braços levantados aos céus, intercede pelos homens; a Virgem entronizada a esperar os Reis Magos, a Mãe de Deus, o Trono de Sabedoria, a Imperatriz. Também os cristãos do Egipto e da Síria desenvolveram uma temática deveras interessante na ornamentação e maneirismo. Em Bizâncio, nos séculos IV a VI, os tipos fundamentais: Virgem orante e Virgem de Majestade, revestem-se de técnica mais perfeita e multiplicam-se as expressões artísticas, tornando-se mais humanas. No Ocidente nasceu no século XI o estilo românico. Todo ele reflecte as linhas tradicionais do Ocidente com os maneirismos orientais. No século XIV a Virgem é representada com expressões de beleza, com os panejamentos em pregas onduladas. Há um diálogo entre a Mãe e o Filho. No Renascimento os escultores e pintores procuraram exaltar dentro do cânón da harmonia todo o conjunto iconográfico, ou seja sentimentos e roupagem. Na época barroca, como resposta ao protestantismo, os artistas esplanaram os seus temas adentro das linhas clássicas, mas exageraram os movimentos e multiplicaram os coloridos.

31 de Janeiro de 1968 — O Sr. Major José de Campos e Souza, Secretário-Geral da Associação, leu uma comunicação a que deu o título de «O brasão de armas do Ilustríssimo Senhor Dom Frei Gonçalo de Morais, pela mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Bispo da cidade e do Bispado do Porto, do Conselho de Sua Majestade, &c.». Começou por referir as suas visitas à Casa de Selores, em Carrazeda de Anciões, belo solar trasmontano da família Morais a que o ilustre Bispo Dom Frei Gonçalo pertencia. Fez, em seguida, considerações diversas sobre heráldica eclesiástica, classificando as armas da hierarquia religiosa em cinco categorias distintas e citando, a propósito, exemplos elucidativos, antigos, actuais e conjecturais. Traçou depois, com pormenores, a biografia daquele Bispo do Porto e descreveu a arquitectura da Casa de Selores, celebrizada por Camilo na famosa novela «O Santo da Montanha», apresentando uma breve resenha genealógica do Prelado. Aludiu ao orago da Capela da Casa de Selores e à *sinonimia* dos mistérios da Encarnação e da Anunciação. Analisou e comentou, minuciosamente, os cinco exemplares conhecidos do brasão do Bispo Morais: as pedras de armas da Sé do Porto, do Museu Nacional de Soares dos Reis e da Capela da Casa de Selores, o facistol da mesma Catedral e o selo branco na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa. E a terminar, explicou como foi ordenado, e como o deveria ter sido, o brasão de armas do Antístite, verificando que em Heráldica, a sensibilidade, por vezes, «tem razões que a razão desconhece».

30 de Abril de 1968 — O sócio efectivo Sr. Dr. Octávio da Veiga Ferreira, fez uma comunicação intitulada «A fauna quaternária de um algar que apareceu perto das grutas de Cascais». Depois de descrever o que foi encontrado durante as escavações a que procedeu, disse que o depósito era bastante reduzido mas vem confirmar os achados feitos noutros algares, como, principalmente, o da pedreira das Salemas, algar de João Ramos, etc. Pela fauna encontrada e sua posição estratigráfica, deve-se estar em presença de restos de fauna quaternária, possivelmente do período mustierense, tal como nas Salemas. Foi notada a presença de grandes ossos fendidos e partidos intencionalmente por mão humana, para retirar a medula. Foram feitas fotografias e respectivo corte estratigráfico da jazida.

29 de Junho de 1968 — O sócio correspondente Sr. Dr. Fernando Russel Cortês apresentou uma comunicação a que deu o título de «As gravuras rupes-

tres de Molelinhos. Algumas considerações para a sua cronologia e integração etnológica». Disse que as gravuras, apresentadas à assistência em excelentes ampliações fotográficas, deviam conter um significado mágico-religioco. Correspon-dem a três técnicas de produção diferentes e representam artefactos diversos e de várias épocas: alabardas, punhais, pontas, foices, etc., alguns de tipos muito origi-nais; também se vêem estilizações que parecem representar figuras humanas, ha-bitações, cenas da vida doméstica, etc., devendo obedecer a um simbolismo especial de difícil interpretação. Pelos tipos das armas e ferramentas representadas, é possível avaliar o lapso de tempo em que o monumento foi utilizado: desde a Idade do Bronze pleno (1500 anos a.C.) até talvez ao século V a.C., em que se desenvolveu a cultura pós-hallstática da Idade do Ferro Peninsular.

O interesse do monumento e a maneira erudita como foi tratado o que com ele se relaciona, suscitou viva troca de impressões entre alguns dos assistentes à sessão, designadamente os Srs. Drs. Eduardo Serrão e Farinha dos Santos e estudantes do Círculo de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Letras de Lisboa.

*15 de Julho de 1968* — Encerramento do ano de trabalhos. A Assembleia prestou sentida homenagem à memória do Sr. Dr. João Couto, antigo Director do Museu Nacional de Arte Antiga e Vice-Presidente desta Associação, guardando um minuto de silêncio em preito de saudade pelo ilustre extinto.

O Secretário-Geral, Sr. Major José de Campos e Souza, descreveu a sua recente viagem à Suíça na qualidade de representante do Estado-Maior do Exér-cito ao *IX Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*, de Roma, com uma Secção de Vexilologia, no qual se fizeram representar vários países da Europa, da América e da África. Referiu que nesse Congresso, a Fin-lândia, a Dinamarca e Portugal, foram os únicos países que mostraram já possuir repartições de Heráldica e que a legislação de Portugal nesse domínio científico foi apreciada com o maior interesse e o mais franco aplauso. E, concluindo, disse ter encontrado na capital helvética um ambiente da melhor compreensão relativamente aos problemas do Ultramar Português.

*23 de Julho de 1968* — Sessão extraordinária, incluída no programa nacio-nal das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral.

O Sr. Dr. Alberto Iria, Director do Arquivo Histórico Ultramarino e 2.º Vice-Presidente desta Associação, proferiu uma brilhante conferência subor-

dinada ao título «O humanismo anti-racista português na viagem de Pedro Álvares Cabral, em 1500».

Presidiu Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro do Exército e assistiram representantes de vários membros do Governo e da Comissão Executiva das Comemorações.

O conferencista dividiu a sua exposição em duas partes. Na primeira ocupou-se das raízes pré-cabralinas de uma linha de rumo ultramarina com base na simpatia humana e cristã. Na segunda tratou da continuidade, na viagem de Cabral, no descobrimento do Brasil e na embaixada à Índia, da inicial e tradicional linha de rumo da política ultramarina portuguesa, já então posta em prática, no continente africano, havia mais de meio século. Terminou enaltecendo a eterna lição de Pedro Álvares Cabral, «o incontestável descobridor do Brasil, primeiro mensageiro da *boa paz e amizade* entre o Ocidente e a América do Sul, a África Austral e o Oriente, ao serviço de Portugal, ao serviço da Humanidade».

## SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA

Mesa eleita em 15 de Novembro de 1966

Presidente — o Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço  
Vice-Presidente — o Sr. Maxime Vaultier  
Secretário — o Sr. Dr. Eduardo Serrão

\*

15 de Novembro de 1966 — O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço comunicou os resultados da campanha de escavações efectuadas no ano corrente no castro de Vila Nova de S. Pedro, que foi visitado por eminentes arqueólogos estrangeiros, de entre eles o Prof. Sangmeister e Dr. Selubart, aquele da Universidade de Friburg e este do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid.

O Sr. Dr. Carl Harpsøe apresentou o relatório dos trabalhos arqueológicos feitos pela Sociedade Portuguesa de Espeleologia, sob a sua orientação, na gruta de Ibn-Ammar — 2.<sup>a</sup> fase.

O Sr. Dr. Leonel Ribeiro descreveu as escavações que fez, de colaboração com a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Leisner, em alguns monumentos megalíticos dos concelhos de Viseu e Aguiar da Beira, subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian.

13 de Dezembro de 1966 — O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço evocou as mais importantes descobertas arqueológicas feitas no nosso País nos últimos 40 anos, às quais estão ligados os nomes de quase todos os actuais arqueólogos portu-  
gue-

ses e os de alguns já falecidos, como Mendes Corrêa, Joaquim Fontes, Abel Viana e o notável francês Henri Breuil.

O Sr. Dr. Eduardo Serrão referiu-se à actividade arqueológica do «Centro de Estudos do Museu de Sesimbra», à apresentação de um estudo sobre micro-vestígios de uso, ao V Colóquio Portuense de Arqueologia e ainda ao plano de protecção da região arqueológica de Negrais (Sintra).

*24 de Janeiro de 1967* — O Sr. Dr. Carl Harpsøe apresentou alguns exemplares da revista dinamarquesa «SKALK», de divulgação da Pré-História entre a juventude, sugerindo a iniciativa de uma publicação portuguesa nos mesmos moldes.

O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço apresentou novos elementos para a carta arqueológica do concelho do Porto, que está a ser organizada sob o patrocínio da respectiva Junta Distrital.

O Sr. Dr. Eduardo Serrão informou que também estava a elaborar uma carta arqueológica da região de Sesimbra, a publicar brevemente pela Junta Distrital de Setúbal.

*28 de Fevereiro de 1967* — O Sr. Dr. Eduino Borges Garcia falou das suas actividades na região de Turquel (Alcobaça), onde tem procurado restos da evolução de populações pré-históricas ou proto-históricas. A propósito, citou algumas tradições etnográficas de bençãos de gados e outras, cujas origens reputa muito antigas e relacionadas talvez com cultos anteriores ao cristianismo.

*21 de Março de 1967* — O Sr. Dr. Miguel Ramos fez o relato de uma viagem de estudo que fez a Angola, na qualidade de chefe da Missão do Centro de Estudos de Antropologia da Junta de Investigações do Ultramar e do Instituto de Investigações Científicas de Angola.

O Sr. Dr. Mário Bento relatou, por sua vez, a visita que efectuou com o Sr. Dr. Fernando Nunes Ribeiro à vila romana da herdade de Pisões, atribuível ao século III d.C., onde há restos de termas e mosaicos de valor.

O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço e o seu colaborador Dr. Bação Leal comunicaram os resultados dos últimos trabalhos realizados no Castelo de Lousa (Mourão), monumento único na Península e raríssimo no Mundo, condenado a desaparecer quando for construída, num futuro mais ou menos próximo, uma barragem no Rio Guadiana.

O Sr. Dr. Leonel Ribeiro e a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Leisner relataram os resultados da campanha de escavações levadas a efeito nos dolmens do Carapito (Aguiar da Beira), mostrando os respectivos espólios.

O Sr. Dr. Reÿnier Flaes noticiou que a Câmara Municipal de Cascais e a Junta de Turismo da Costa do Sol haviam adquirido a estação romana de areias situada nas proximidades do Guincho, acção meritória que salvou da destruição total os vestígios arqueológicos que ainda ali restam.

O Sr. Dr. Eduardo Serrão apresentou e fez considerações sobre o primeiro número do *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*, de que é Director.

25 de Abril de 1967 — O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço apresentou duas comunicações de sócios correspondentes: a primeira, do Sr. Dr. Fernando Nunes Ribeiro, referente ao aparecimento de mais uma lápide ibérica na propriedade dos *Bastos*, freguesia de *Santa Luzia*, concelho de Ourique. É mais um exemplar a juntar à série referida na carta com a distribuição destas espécies arqueológicas que o ano passado se publicou na revista «ZEPHYRUS»; a segunda, do Sr. Arq. Fernando Lanhas, dava a conhecer um grupo de gravuras rupestres com representação de animais, aparecido recentemente junto à costa, na freguesia de Carreço (Viana do Castelo), diferentes de outras que haviam sido estudadas pelo Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço e pelo Sr. Abel Viana.

O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço comunicou ainda que as obras da *Albufeira do Alqueva*, a construir no Guadiana, irão submergir páginas, não só da nossa Pré-história como da História. A perda de tal documentação impõe, a seu ver, um estudo das mesmas, antes de ficarem submersas, a ser feito por um grupo de arqueólogos.

26 de Maio de 1967 — O Sr. Dr. Leonel Ribeiro salientou a necessidade das construções megalíticas portuguesas serem consideradas monumentos nacionais e deu notícia da existência de ruínas romanas nas margens do Tejo (Porto do Sabugueiro e Pombalinho).

O Sr. Dr. Carl Harpsøe descreveu pormenores da estratigrafia da gruta de Ibn-Ammar, que, com a Secção de Arqueologia da Sociedade Portuguesa de Espeleologia tem estado a estudar, tendo-se revelado níveis culturais muito antigos.

O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço mostrou cartas geográficas que lhe foram amavelmente cedidas pela Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, da região que

vai ficar submersa em consequência da construção da barragem do *Alqueva*, onde há estações arqueológicas que, infelizmente, ficarão destruídas.

*20 de Junho de 1967* — O Sr. Dr. Eduardo Serrão apresentou várias propostas referentes às atribuições da Secção de Pré-história.

O Sr. Dr. Miguel Ramos alvitrou que se divulgue a necessidade de se proceder com lentidão no decorrer das escavações arqueológicas, para obstar a que se tirem conclusões por vezes precipitadas.

O Sr. Dr. Farinha dos Santos fez referências elogiosas à tese apresentada na Universidade da Sorbonne pelo sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Sr. Dr. Octávio da Veiga Ferreira, à cerca da cultura do vaso campaniforme.

*18 de Julho de 1967* — O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço referiu-se à justa homenagem prestada em Torres Vedras ao sócio correspondente desta Associação, arqueólogo Sr. Leonel Trindade, Director-Adjunto do Museu Municipal daquela vila e que, recentemente, foi nomeado sócio correspondente do Instituto Arqueológico Alemão, de Berlim. Sugeriu que a Secção de Pré-história felicitasse as autoridades de Torres Vedras pela homenagem prestada ao labor calmo, persistente e seguro de Leonel Trindade no campo da Arqueologia.

O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço, o Sr. Dr. Carl Harpsõe e o Sr. Dr. Eduardo Serrão, anunciaram as explorações que irão fazer, respectivamente, na citânia de Sanfins, na gruta de Ibn-Ammar e em Sesimbra.

O Sr. Dr. Leonel Ribeiro deu conhecimento de que havia sido considerada monumento nacional a anta do concelho de Aguiar da Beira conhecida pelo nome de Carapito I.

*24 de Outubro de 1967* — Os Srs. Drs. Leonel Ribeiro e Mário Bento descreveram uma viagem de prospecção que fizeram a Pisões e Vila Nova de Mil Fontes, tendo detectado uma estação romana na margem direita do Rio Mira.

O Sr. Dr. Leonel Ribeiro deu conhecimento dos trabalhos que realizou com a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Leisner na Beira Alta e descreveu duas grutas necrópoles do concelho do Cadaval: a gruta artificial do Furadouro da Rocha Forte e a gruta de Salvé Rainha, cujos materiais se encontram depositados no Museu Municipal do Cadaval.

21 de Novembro de 1967 — O Sr. Ten.-cor. Afonso do Paço comunicou os resultados da 24.<sup>a</sup> campanha de escavações na citânia de Sanfins e no Castelo de Lousa (Mourão).

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Leisner referiu que a análise dos Carvões, pelo método do C.14, recolhidos no megálito conhecido por Carapito I, (Aguiar da Beira), havia demonstrado uma antiguidade de 2900 anos a.C. para o dito monumento, comentando as repercussões desta revelação para a cronologia da cultura megalítica portuguesa.

O Sr. Dr. Carl Harpsøe comunicou os resultados dos trabalhos que continuou a efectuar nas grutas de Dine (Bragança) e Ibn-Ammar (Estombar), especialmente sobre estratigrafia e reconstituição de cerâmicas.

19 de Dezembro de 1967 — O Sr. P.<sup>o</sup> João Pires de Campos falou das antiguidades romanas de S. Romão do Sado e Torrão.

23 de Janeiro de 1968 — Pelos Srs. Drs. Eduardo Serrão, Miguel Ramos, Carl Harpsøe e Mário Bento, foram apresentadas propostas sobre a estrutura e funcionamento da Secção e abordados problemas acerca da investigação arqueológica nacional e da conservação de monumentos pré e proto-históricos.

26 de Março de 1968 — O Sr. Dr. Leonel Ribeiro apresentou os seus pontos de vista sobre o problema do aparecimento, na Europa, do *Homo-Sapiens*.

O Sr. Dr. Eduardo Serrão referiu-se aos trabalhos que, com os membros do «Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra», levou a efeito, recentemente, no respectivo concelho, designadamente entre Sesimbra e o Cabo Espichel, onde recolheram materiais de um tipo industrial denominado por Henri Breuil e Georges Zbyszewski de *lusitânico*, e entre Pinheirinhos e a gruta da Lapa do Fumo, onde encontraram uma nova jazida de materiais também do Paleolítico.

O Sr. Dr. Miguel Ramos fez comentários sobre os recentes conceitos relativos ao estudo das indústrias paleolíticas do tipo acima indicado, cujas matérias primas eram o quartzito e o quartzo.

23 de Abril de 1968 — O Sr. Dr. Georges Zbyszewski fez uma comunicação acerca de quatro jazidas do Paleolítico, contemporâneas do inter-glacial Riss-Würm, descobertas nas trincheiras do canal do Sorraia. Estas jazidas são de

grande interesse, pelos dados estratigráficos que ofereceram, e os materiais recolhidos são de técnicas acheulense, clactonense, tayacense e mustierense.

O Sr. Dr. Leonel Ribeiro apresentou materiais de sílex, do Neolítico e do Eneolítico, provenientes da gruta do Furadouro da Rocha Forte.

O Sr. Dr. Carl Harpsøe comunicou que no laboratório da Sociedade Portuguesa de Espeleologia se iniciaram trabalhos de preparação e conservação de materiais metálicos, sob a orientação do Sr. Dr. José Pedro da Costa e segundo as directrizes do Conservador do Museu Nacional de Copenhaga, Sr. Ole Schmidt.

*27 de Junho de 1968*—O Sr. Dr. Leonel Ribeiro comunicou o achado de uma gruta na Serra de Montejunto, no sítio do Bico do Pássaro, do que deu conhecimento à Junta Nacional da Educação. Ali recolheu materiais que se encontravam à superfície e que considera importantes para o estudo do Neolítico do território português.

O Sr. Dr. Farinha dos Santos salientou quanto é necessária a tarefa do estudo em conjunto desta e de outras estações típicas, para um perfeito conhecimento da sucessão de estilos cerâmicos de tal período da Pré-história e das respectivas culturas.

O Sr. Dr. Eduardo Serrão recordou, a propósito, que na Lapa do Fumo (Sesimbra), identificou uma série de culturas e seus estilos cerâmicos, desde o Neolítico até à Proto-história, principalmente pelo exame da estratigrafia.

*11 de Julho de 1968*—O Sr. Dr. Eduardo Serrão, Director do Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra, apresentou documentação relativa aos dois cêpos de âncoras romanas encontrados nas proximidades do Cabo Espichel, constituída por fotografias, medidas e auto do achado, fornecidos pelo Vereador do Pelouro Cultural da Câmara Municipal daquele concelho.

Discutiram-se, na generalidade, problemas relacionados com as origens, evolução e significado da Cultura Megalítica.

## SECÇÃO DE HISTÓRIA

### Mesa eleita em 27 de Outubro de 1966

Presidente — o Sr. P.<sup>o</sup> Dr. Domingos Maurício  
Vice-Presidente — o Sr. Dr. J. T. Montalvão Machado  
Secretário — o Sr. Luiz de Bivar Guerra

\*

*27 de Outubro de 1966* — O Sr. Dr. Leonel Ribeiro fez uma comunicação sobre *Ossonoba*, demonstrando, com sólida argumentação histórica e filológica, que aquela cidade se situava onde é hoje Faro e que deve pronunciar-se *Ossonoba* e não *Ossónoba*.

*17 de Novembro de 1966* — O Sr. Francisco de Oliveira Martins falou da saída de El-Rei D. João VI para o Brasil em 1808, fazendo o elogio da acção do Conde de Anadia como organizador dessa inteligente medida política.

O Sr. Dr. Montalvão Machado apresentou uma comunicação intitulada «Interpretação das Fontes Históricas». Salientou a necessidade de uma análise directa, cuidada e prudente, dos documentos tantas vezes citados em más interpretações, evitando a repetição de erros sucessivos de historiador para historiador.

*26 de Janeiro de 1967* — O Sr. Abílio Mendes do Amaral leu uma comunicação sobre «Os Teives em boa vizinhança com os conventos da Madre de

Deus, de Vinhó, e do Carmo, de Lisboa». Traçou uma biografia dos mais destacados membros da família Teive e da sua actuação no campo das conquistas durante o período áureo da expansão portuguesa pelo Mundo.

*23 de Fevereiro de 1967* — O Sr. Dr. Montalvão Machado fez uma comunicação sobre um documento inédito relativo à 2.<sup>a</sup> Invasão Francesa e respeitante à defesa de Chaves contra os 25 000 franceses que sob o comando de Soult atacaram aquela Praça, que se encontrava defendida pelo exíguo efectivo de 2500 homens comandados pelo Ten.-cor. Francisco Homem de Magalhães Quevedo Pizarro. Contrariamente ao pensamento do Brigadeiro Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, Pizarro quiz defender Chaves, mas em virtude das más condições da Praça, acabou por se render e capitular, ocupando os franceses a vila. Depois do avanço destes sobre Braga, o Brigadeiro Silveira atacou Chaves, aprisionou os 2000 franceses que ali estavam de guarnição e mandou prender Pizarro, que foi submetido a Conselho de Guerra sob a acusação de desobediência. Contra a expectativa geral, Pizarro foi absolvido, por razões que o Sr. Dr. Montalvão Machado salientou eloquentemente, podendo, assim, continuar uma carreira militar das mais brilhantes e prestigiosas, que o orador descreveu em todos os seus pormenores.

*30 de Novembro de 1967* — O Sr. Dr. Rocha Souto traçou o elogio histórico do falecido sócio correspondente Sr. Eng. Zeferino Sarmiento, que foi arqueólogo ilustre e distinto escritor, muito dedicado à cidade de Santarém, onde tomou parte importante na I Exposição-Feira Distrital e na fundação do Museu Escalabitano.

O Sr. Dr. Montalvão Machado falou da Guerra da Restauração, para lembrar que a Batalha de Montes Claros, em 17 de Junho de 1665, foi talvez de efeitos decisivos, mas não a última da referida Guerra. A luta continuou pelas nossas fronteiras e o derradeiro combate foi o que se travou às portas das vilas galegas de Verin e Monterrei, para lá da fronteira de Chaves, no dia 20 de Novembro de 1667. Isto anda esquecido nas nossas obras de História Pátria, mas é o que nos mostra uma carta régia de 21 de Fevereiro de 1670, passada a favor do Comissário da Cavalaria de Chaves, João Cardoso Pizarro, e copiada na *Chancelaria de D. Afonso VI*. Vê-se, assim, que o último combate da Guerra da Restauração, deve ter sido o que se feriu além fronteira de Chaves, 3 meses antes de ser assinada a paz, em 13 de Fevereiro de 1668.

*14 de Dezembro de 1967* — O Sr. Dr. Montalvão Machado exibiu uma carta original do Rei D. José, encarregando os Desembargadores Luís Rebelo Quintela e Inácio Xavier de Sousa Pizarro de procederem a uma devassa para apuramento de responsabilidades da Seita dos Jacobeus e do Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, comprometidos numa tentativa de sublevação.

*25 de Janeiro de 1968* — O Sr. Dr. Rocha Souto fez uma exposição sobre o estabelecimento da Ordem de S. Domingos em Abrantes, que teve primeiramente a sua sede no lugar de Rio de Frades, depois em outro ponto mais próximo da vila e finalmente na própria vila.

O Sr. Cón. Isaías Pereira comunicou que se está procedendo à busca e ordenação de documentos de natureza eclesiástica, existentes na Diocese de Lisboa, esperando-se que um inventário completo esteja devidamente organizado dentro de dois anos.

A propósito, o Sr. P.<sup>o</sup> Dr. Domingos Maurício falou de um documento bastante importante que se encontra em Atouguia da Baleia, referente ao Infante D. Henrique, acrescentando que este e outros documentos altamente valiosos, deveriam ser conservados em edifício à prova de fogo. Associaram-se a esta ideia o Sr. Dr. Rocha Souto, o Sr. Major Campos e Souza e o Sr. António Machado de Faria.

*28 de Março de 1968* — O Sr. Dr. Montalvão Machado referiu-se à Guerra Peninsular e particularmente ao Cerco de Almeida, de 1808, em que ficaram prisioneiros 1200 soldados franceses, impedidos de se juntar ao exército de Junot. Mostrou numerosos documentos originais, ligados à mesma operação militar, designadamente cartas dos Bispos de Pinhel e da Guarda e ainda uma carta enviada pelo comandante das tropas francesas sitiadas ao General Thiébauld, Chefe do Estado-Maior de Junot, apreendida pelas tropas sitiadas.

*25 de Abril de 1968* — O Sr. Dr. Montalvão Machado leu e comentou vários documentos originais, dimanados dos comandos militares e relativos às lutas liberais, especialmente ligados à revolta dos liberais no Porto, em Maio de 1828, e aos acontecimentos que se seguiram ao fracasso da mesma revolta.

O Sr. Abílio Mendes do Amaral referiu-se, com alguns pormenores, à fracassada revolta do Regimento de Infantaria 4 contra o Rei D. Miguel, em 21 de Agosto de 1831, chefiada pelo Coronel Albino Francisco de Figueiredo e Al-

meida, que escapou da forca por ter conseguido esconder-se, vindo a alcançar um navio inglês que o conduziu a Londres.

*30 de Maio de 1968* — O Sr. Dr. Montalvão Machado exibiu uma carta-padrão, de pergaminho, pela qual o Rei D. João IV honrava a memória de André de Azevedo Tinoco, que pereceu no naufrágio da nau capitaneada por Tristão de Mendonça Furtado, quando ia submeter a Ilha Terceira, ocupada ainda pelos Espanhóis.

*12 de Julho de 1968* — O Sr. Côn. Isaiás Pereira ocupou-se dos assentos paroquiais da Arquidiocese de Lisboa, trabalho a que se está dedicando, e fez especial referência a uma visitação à Igreja de S. Tiago, de Óbidos, em 1462, levada a efeito por Antão Alvares e a mandado do Arcebispo de Lisboa, D. Afonso Nogueira, na qual se estipulava que os párocos inscrevessem em livro especial os nomes dos noivos, os dos seus pais e ainda os de cinco testemunhas.

## *Noticiário*

Por nos parecer de utilidade para os nossos consócios, resumimos algumas notícias extraídas dos jornais de todo o País, tendo em vista que elas possam ter passado despercebidas ou que determinados periódicos não sejam de todos conhecidos.

\*  
\*       \*  
\*

No Peru, em Pacanamú, arqueólogos alemães conseguiram localizar uma grande área, de dois quilómetros quadrados, com templos independentes entre si. Um deles é da cultura Chimú, atestado pela cerâmica característica.

*Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 1-11-1966

Reabriu o Museu Etnográfico de Coimbra, instalado na Torre de Almedina. Esteve encerrado para obras. Tem cerca de 2000 peças em exposição.

*Diário do Norte*, 12-2-1967

Rotas comerciais dos portugueses na África Central.

Arqueólogos rodesianos procuram encontrar os restos de três feitorias portuguesas que se sabe terem existido na África Central há mais de 300 anos. Já encontraram uma, na região do Nilo, possivelmente a de Dambune. Vão agora procurar a do Monte Darwin e a de Shamava.

*Diário do Norte*, 13-2-1967

O Sr. Dr. Veiga Ferreira realizou uma conferência no Bombarral sobre «Arqueologia do Bombarral e sua contribuição para o estudo do quaternário». O orador utilizou os resultados obtidos na exploração da gruta da Columbeira (com o Sr. Dr. Zbyszewski).

*O Mensageiro de Leiria*, 2-3-1967

Segundo outra notícia, o dito arqueólogo teria encontrado na gruta nova, no Vale da Columbeira, um dente de homem do Neanderthal.

*Diário de Notícias*, 4-3-1967

Na freguesia da Luz de Tavira, perto de Amaro Gonçalves, no antigo morgadio de Dona Menga, ou da Belota, têm surgido, no correr dos anos, muitos objectos arqueológicos romanos quando são feitas covas fundas.

*Povo Algarvio*, 26-3-1967

Não se faz nada para salvar o castro de Santa Luzia? O castro, abandonado depois de explorado, terá a sorte de tantos outros também explorados e em seguida abandonados?

*Diário de Viana*, 14-4-1967

No Instituto de Arqueologia, História e Etnografia (Belém), foi prestada homenagem à memória de David Lopes, no ano da passagem do centenário do nascimento do sábio arabista que tanto brilho deu à cultura nacional.

*Diário de Notícias*, 19-4-1967

Na Sociedade de Língua Portuguesa realizou uma conferência o Prof. Lixa Filgueiras. Estudou vários tipos de barcos portugueses e demonstrou neles influências orientais, comentando a tese do chamado «Moçarabismo Náutico».

*Diário da Manhã*, 19-4-1967

No Quênia, o Dr. Leakey disse ter descoberto fósseis do mais antigo antepassado do homem até à data. Baptisou-o de «Kenya-pithecus Africanus». A datação foi estabelecida pelo estudo da radioactividade das rochas onde os fósseis foram encontrados. Esta descoberta segue-se à de Oldoway, feita há anos pelo mesmo cientista.

*Jornal do Médico* 22-4-1967

Perto de Beja foi descoberta acidentalmente uma «villa» rústica romana, na herdade da Almocreva (Pisões). Já estão a descoberto mais treze salas, algumas com mosaicos, escada em mármore, colunas, etc.

*Diário de Notícias*, 29-4-1967

Os trabalhos arqueológicos na herdade da Almocreva (Pisões), são dirigidos pelo Sr. Dr. Nunes Ribeiro.

*O Século*, 29-4-1967

Na Sociedade de Antropologia, do Porto, foram apresentados trabalhos sobre os Macondes e sobre a datação paleolítica de Samuane, através de materiais recolhidos pela Missão Antropológica de Moçambique, respectivamente pelo Sr. Dr. Osvaldo Freire e Carlos Ervedosa.

*Diário do Norte*, 10-5-1967

Mais uma vez se chama a atenção para o monumento de Panoias, (Vila Real), único no país e votado ao esquecimento.

*Diário de Notícias*, 15-5-1967

## MOVIMENTO DE SÓCIOS

### Admissões para a Secção de Pré-História

#### Efectivos:

- Sr. Eng. Ruy Cinatti Vaz Monteiro Gomes*
- Sr. Dr. Miguel António Pires Fonseca Ramos*
- Sr. Dr. Manuel Luís de Macedo Farinha dos Santos*
- Sr. Dr. João de Loureiro Saavedra Machado*
- Sr. Ten.-cor. Filipe Adérito de Alpoim Portocarrero de Barros Rodrigues*

#### Correspondentes:

- Sr. Dr. Ignacio Barandiarán Maestu, espanhol*
- Sr. José João Rigaud de Sousa*
- Sr. Arq. Fernando António Batalha*
- Sr. Dr. Alfredo João Rabaçal, brasileiro*
- Sr. Arq. Fernando Resende da Silva Magalhães Lanhas*
- Sr. Dr. Mário Navarro de Menezes*
- Sr. P.<sup>o</sup> Armando Coelho Ferreira da Silva*
- M<sup>me</sup>. Françoise Treinen, francesa*

### Admissões para a Secção de História

#### Efectivos:

- Sr. Cón. Dr. Isaías da Rosa Pereira*
- Sr. Marquês de Abrantes, D. Luiz de Lancastre e Távora*

Correspondentes:

*Sr. José Rodrigues Mourão Júnior*  
*Sr. Arq. Fernando António Batalha*  
*Sr. Dr. Alfredo João Rabaçal, brasileiro*  
*Sr. Dr. Mário Navarro de Menezes*

**Sócios falecidos**

*Sr. Dr. Bertino Daciano Rocha da Silva Guimarães, correspondente*  
*Sr. Dr. Francisco de Barros Ferreira Cabral Teixeira Homem, correspondente*  
*Sr. Abade André Glory, correspondente francês*  
*Sr. Eng. Augusto Jaime Teles de Abreu Nunes, efectivo*  
*Sr. Dr. Fernando da Silva Correia, efectivo*  
*Sr. Ernesto Rodrigues Soares, efectivo*  
*Sr. Dr. Pedro Batalha Reis, antigo sócio efectivo*  
*Sr. Arq. Baltazar da Silva Castro, sócio honorário*  
*Sr. Marciano Nicanor de Távora Vasconcelos da Silva, correspondente*  
*Sr. Dr. Francisco Cândido Monteiro Barbosa, correspondente*  
*Sr. Eng. Zeferino Sarmiento, correspondente*  
*Sr. Prof. Luís Reis Santos, correspondente*  
*Sr. Dr. Ruy Andrade, efectivo*  
*Sr. José Maria Cordeiro de Sousa, antigo sócio efectivo*  
*Sr. Elísero Fernandes Pinto, correspondente*  
*Sr. Dr. João Rodrigues da Silva Couto, efectivo*

ESTE VOLUME FOI COMPOSTO E IMPRESSO  
PELA EDITORA GRÁFICA PORTUGUESA, LDA.,  
A 31 DE DEZEMBRO DE 1968, NA RUA NOVA  
DO LOUREIRO, 26, EM LISBOA